



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32



EDITAL DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 002/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 0260/2024

Contratação de empresa de Engenharia Civil para execução das Obras de Reforma dos PSF'S MARIA CÂNDIDA, ANTÔNIO GOMES FERREIRA, GUILHERME SOARES DE ALMEIDA, ANTÔNIO MATEHEUS AMRIM, ANTÔNIO HONORATO DE SOUZA, FLORENTINA FRANCISCA DE JESUS, IZABEL ZUMIRA DOS SANTOS E POSTO SATELITE VALQUIRIA ALVES DE ALMEIDA no município de São Gabriel-Bahia.

ABRIL/2024



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 002/2024

PROCESSO LICITATÓRIO (PRC) N.º 0260/2024

PREÂMBULO

1.1. O Município de São Gabriel, torna público, para o conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma **ELETRÔNICA**, sob critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, com regime de execução de **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**, nos termos da Lei n.º 14.133/2021 e demais legislação aplicável, para, de acordo com as condições estabelecidas neste edital, selecionar proposta mais vantajosa à Administração visando a **Contratação de empresa de Engenharia Civil para execução das Obras de Reforma dos PSF'S MARIA CÂNDIDA, ANTÔNIO GOMES FERREIRA, GUILHERME SOARES DE ALMEIDA, ANTÔNIO MATEHEUS AMRIM, ANTÔNIO HONORATO DE SOUZA, FLORENTINA FRANCISCA DE JESUS, IZABEL ZUMIRA DOS SANTOS E POSTO SATELITE VALQUIRIA ALVES DE ALMEIDA no município de São Gabriel-Bahia.**

Recebimento das Propostas Iniciais: Até as 09:00 horas do dia 29/04/2024.

Data da Abertura da Sessão Pública: 29/04/2024, às 09:00 horas.

Início da Sessão de Disputa de Preços (fase competitiva): 29/04/2024 às 09:30 horas. A etapa de lances será iniciada e encerrada pelo Agente de Contratações nos termos do item V deste edital. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF e, desta forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

Critério de Julgamento: **MENOR PREÇO GLOBAL.**

VALOR ESTIMADO: A estimativa orçamentária da presente licitação é sigilosa, em conformidade com o disposto no Art. 24 da Lei 14.133/2021.

Modo de Disputa: **FECHADO E ABERTO:** os licitantes apresentarão lances privados e públicos e sucessivos, com prorrogações.

Local de Realização: Endereço eletrônico do site: <https://bnc.org.br/>. A sessão pública será realizada de forma eletrônica, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases através do Sistema de Licitações <https://bnc.org.br/>

O instrumento convocatório encontra-se disponível na íntegra por meio do sítio eletrônico oficial deste Município, no endereço <http://www.docgedsistemas.com.br/portalmunicipio/ba/pmsaogabriel/diario>, na plataforma eletrônica destinada à realização do certame <https://bnc.org.br/>, ou no portal da Prefeitura Municipal de São Gabriel <https://saogabriel.ba.gov.br/>, localizada no Largo da Pátria, nº 132, centro, São Gabriel, Estado da Bahia, com divulgação complementar no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

O procedimento licitatório reger-se-á pelas disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e pelas normas complementares estabelecidas no presente instrumento convocatório.

Eventuais alterações do presente edital serão objeto de divulgação nos mesmos sítios eletrônicos mencionados, competindo aos interessados o acompanhamento do trâmite procedimental até a data designada para a sessão pública de abertura das propostas.

valor estimado do objeto da licitação é sigiloso, conforme previsão do art. 24 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.



1. DO OBJETO E ESTIMATIVA DE CUSTOS

1.1. A estimativa de custos para a contratação será tornada pública imediatamente após o encerramento da fase de análise de conformidade de proposta, observada a publicidade dos quantitativos e das informações indispensáveis à formulação das propostas, assegurado o acesso aos órgãos de Controle Interno e Externo para consulta.

1.2. A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada em engenharia para a execução de obras de reforma dos seguintes PSF's: Maria Cândida, Antônio Gomes Ferreira, Guilherme Soares de Almeida, Antônio Mateheus Amorim, Antônio Honorato de Souza, Florentina Francisca de Jesus, Izabel Zumirap dos Santos e Posto Satélite Valquíria Alves de Almeida, de acordo com as especificações constantes no Projeto Básico e demais anexos do Edital, conforme especificações, quantitativos e requisitos estabelecidos neste Edital e seus anexos, em consonância com o Projeto Básico, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro, Composição do BDI Adotado, Composição de Preços, Memorial Descritivo e Projetos, relacionados no subitem 15.11 deste instrumento convocatório.

1.3. O certame será realizado em lote único, destinado à ampla participação, composto conforme a Planilha Orçamentária anexa.

1.4. O endereço e os dados geográficos da obra encontram-se descritos no item 2 do Projeto Básico.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar do presente certame pessoas físicas ou jurídicas que atendam aos requisitos de habilitação previstos neste Edital e seus anexos.

2.2. O licitante assume plena responsabilidade pelas transações efetuadas em seu nome, pelas propostas e lances apresentados, bem como pelos atos praticados diretamente ou por intermédio de seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes do uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É ônus do cadastrado conferir a exatidão de seus dados cadastrais no sistema e mantê-los atualizados perante os órgãos responsáveis pela informação, procedendo à imediata correção ou alteração dos registros em caso de incorreção ou desatualização.

2.4. O descumprimento do disposto no subitem anterior poderá ensejar a desclassificação do licitante na fase de habilitação.

2.5. Estão impedidos de participar da presente licitação:

2.5.1. aqueles que não atenderem às condições estabelecidas neste Edital e seus anexos;

2.5.2. o autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a eles relacionados;

2.5.3. a empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.5.4. a pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

2.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.5.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.5.7. a pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.5.8. o agente público do órgão ou entidade licitante;

2.5.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio, conforme justificativa constante no item 5.1 do Projeto Básico;

2.5.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.5.11. o agente público do órgão ou entidade contratante, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.6. O impedimento de que trata o subitem 2.5 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os subitens 2.5.2 e 2.5.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.9. O disposto nos subitens 2.5.2 e 2.5.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.11. A vedação de que trata o subitem 2.5.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DO CREDENCIAMENTO DO LICITANTE, DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. O início dos procedimentos para credenciamento e obtenção de chave e senha de acesso deverá ser efetuado



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

diretamente no sítio eletrônico de licitações, acessível pelo endereço <https://bnc.org.br/>.

3.2. Esclarecimentos acerca do processo de credenciamento no sistema eletrônico serão providenciados pela central de atendimento aos licitantes, cujas informações encontram-se disponíveis no endereço eletrônico <https://bnc.org.br/>.

3.3. Dúvidas referentes ao acesso ao sistema poderão ser sanadas mediante contato com os canais de atendimento disponibilizados, operantes de segunda a sexta-feira, das 8h às 16h, horário de Brasília, conforme informações detalhadas no site <https://saogabriel.ba.gov.br/>.

3.3.1. O processo de credenciamento será consumado mediante a atribuição de uma chave de identificação e senha, ambas de caráter pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

3.4. O credenciamento da licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico acarreta responsabilidade legal sobre as ações executadas e pressupõe capacidade técnica para a execução das operações ligadas ao processo licitatório.

3.5. A licitante assume total e formal responsabilidade pelas transações realizadas em seu nome, garantindo a autenticidade de suas propostas e ofertas.

3.5.1. Incumbe ao fornecedor monitorar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da licitação, responsabilizando-se pelos prejuízos advindos da não observância de notificações emitidas pelo sistema ou por sua desconexão.

3.6. A participação no certame processar-se-á mediante inserção da senha pessoal e intransferível do representante credenciado, seguida do envio da proposta de preços e dos documentos de habilitação previstos no item 7 deste edital, por meio do sistema eletrônico disponibilizado em <https://bnc.org.br/>.

3.7. A fase de habilitação ocorrerá subsequentemente às fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.8. As propostas serão encaminhadas exclusivamente por via eletrônica, de acordo com o critério de julgamento estabelecido neste edital, dentro do prazo e horário limites definidos no preâmbulo do edital, devendo os licitantes, de maneira concomitante, submeter os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou percentual de desconto, em consonância com as disposições editalícias.

3.9. Ao registrar a proposta inicial, o licitante declarará explicitamente no sistema que:

3.9.1. atende integralmente aos requisitos de habilitação;

3.9.2. reconhece e aceita as condições estipuladas no edital e seus anexos, assegurando que a proposta apresentada está alinhada ao edital e que o valor ofertado engloba todos os custos necessários para o cumprimento dos direitos trabalhistas previstos na Constituição Federal, nas legislações trabalhistas vigentes, nas normativas infralegais, nas convenções coletivas e nos termos de ajustamento de conduta aplicáveis à data de entrega definitiva;

3.9.3. não emprega menor de 18 anos em atividades noturnas, perigosas ou insalubres e não admite menor de 16 anos, exceto na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos, conforme o artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.9.4. assegura a ausência de trabalho degradante ou forçado em sua cadeia produtiva, observando os princípios constitucionais pertinentes;

3.9.5. observa as normas de reserva de vagas para pessoas com deficiência e para reabilitados da Previdência



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

Social, conforme legislação e regulamentações específicas, notadamente o artigo 93 da Lei nº 8.213/1991.

3.10. Licitantes constituídos sob a forma de cooperativa deverão declarar o cumprimento aos requisitos do artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. Declarações inverídicas sujeitarão o licitante às penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste edital.

3.12. Será permitido aos licitantes retirar ou substituir a proposta inserida no sistema até o momento final para cadastramento das propostas, conforme indicado no preâmbulo deste edital.

3.13. Não se aplicará ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, procedimento que ocorrerá apenas após a abertura da sessão pública e a fase de envio de lances.

3.14. Os documentos que integram a proposta dos licitantes convocados serão disponibilizados para acesso público após a fase de envio de lances.

3.15. Em caso de necessidade de suspensão da sessão, será designada nova data e horário para continuação do certame pelo Agente de Contratações.

3.16. Compete ao licitante interessado no processo licitatório acompanhar as operações no sistema eletrônico e assumir os riscos decorrentes de não atentar para as comunicações da Administração ou de desconexões, mantendo-se atualizado sobre o andamento do procedimento licitatório por meio dos portais <https://bnc.org.br/> ou <http://www.docgedsistemas.com.br/portalmunicipio/ba/pmsaogabriel/diario>.

3.17. O envio de proposta implica conhecimento e concordância com todas as exigências contidas no edital e seus anexos, sendo o fornecedor responsável por todas as transações realizadas em seu nome no sistema eletrônico, as quais considera-se autênticas e verdadeiras.

3.18. O licitante deve notificar imediatamente o provedor do sistema sobre qualquer evento que possa afetar a confidencialidade ou a segurança das operações, visando ao bloqueio imediato do acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. Submissão de Proposta pelo Licitante: O licitante é obrigado a submeter sua proposta exclusivamente por meio do preenchimento dos campos designados no sistema eletrônico, declarando o montante total ofertado.

4.2. Configuração do Sistema para Propostas: O sistema aceitará propostas que contenham valores expressos com até duas casas decimais.

4.3. Responsabilidade sobre o Valor Ofertado: Incumbe ao licitante a inteira responsabilidade pelo valor total ofertado, sendo-lhe vedado solicitar revisão ou modificação sob pretextos de erro, omissão ou qualquer outra justificativa, definindo tal valor como a oferta final para contratação.

4.3.1. Despesas Omissas: Despesas não explicitadas pelo licitante na formulação de sua proposta serão consideradas como inexistentes ou presumidamente incluídas no preço ofertado, não sendo admitido pleito de acréscimo subsequente à abertura das propostas.

4.3.2. Inalterabilidade dos Valores Ofertados: Os montantes propostos, seja na proposta inicial ou durante a fase de lances, vinculam o licitante, o qual não poderá reivindicar ajustes, invocando erro, omissão ou qualquer outra razão.



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

-
- 4.4.** Inclusão de Custos na Proposta: Os valores apresentados deverão englobar todos os custos operacionais, encargos sociais, fiscais, comerciais e quaisquer outros incidentes, direta ou indiretamente, sobre a execução do objeto contratual.
- 4.5.** Regime Tributário e Recolhimento de Tributos: Caso o regime tributário da proponente preveja a arrecadação de tributos em alíquotas variáveis, a proposta deverá refletir a média dos recolhimentos efetivos realizados nos últimos doze meses.
- 4.6.** Retenção de Tributos na Fonte: Independente da alíquota de tributo indicada na proposta, os pagamentos estarão sujeitos à retenção de tributos na fonte, conforme percentuais previstos na legislação aplicável.
- 4.7.** Anonimato do Licitante: É imperativo que o licitante não revele sua identidade em qualquer seção ou anexo da proposta eletrônica, sob risco de desclassificação imediata.
- 4.8.** Validade das Propostas: As propostas submetidas terão validade de sessenta dias consecutivos, a contar da data de sua apresentação.
- 4.9.** Obrigatoriedade das Disposições Editalícias: A apresentação de propostas pressupõe a aceitação irrestrita de todas as cláusulas deste Edital e seus anexos, comprometendo-se o licitante a realizar o objeto licitado conforme especificado, e a fornecer os insumos necessários à sua perfeita execução.
- 4.10.** Observância dos Preços Máximos: O preço proposto deverá respeitar os limites máximos estabelecidos.

Consequências do Descumprimento Contratual: A inobservância das normativas estipuladas poderá acarretar na responsabilização dos contratados perante o órgão competente e, mediante processo legal, resultar em: determinação de prazo para correção das irregularidades, conforme o artigo 71, inciso IX, da Constituição; ou na imposição de sanções aos agentes públicos envolvidos e à empresa contratada, incluindo a reparação dos danos ao erário em casos de execução contratual com sobrepreço.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 5.1.** A instauração do processo licitatório ocorrerá mediante sessão pública eletrônica, na data, horário e local previamente definidos no presente Edital. As propostas submetidas serão publicamente divulgadas através do portal eletrônico designado, prosseguindo-se com a análise de sua admissibilidade pelo Agente de Contratação.
- 5.2.** Faculta-se aos proponentes a possibilidade de retirada ou alteração da proposta comercial e dos documentos de habilitação, se aplicável, inseridos no sistema até o momento da abertura da sessão pública.
- 5.2.1.** Propostas que revelarem a identidade do licitante serão objeto de desclassificação.
- 5.2.2.** A desclassificação mencionada será devidamente motivada e registrada no sistema, assegurando-se a transparência e o acompanhamento em tempo real por parte de todos os interessados.
- 5.2.3.** A não desclassificação da proposta não obsta a sua avaliação negativa em etapas subsequentes do julgamento.
- 5.3.** O sistema classificará automaticamente as propostas elegíveis, admitindo apenas estas à fase subsequente de lances.
- 5.4.** Será disponibilizada na plataforma eletrônica funcionalidade específica para comunicação entre o Agente de Contratação e os licitantes.



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

-
- 5.5.** Com o início da fase competitiva, os lances deverão ser apresentados exclusivamente por meio eletrônico, garantindo-se a imediata confirmação de seu recebimento e o valor proposto.
- 5.6.** Os lances devem considerar o valor total do objeto licitado.
- 5.7.** Os licitantes estão autorizados a submeter lances sucessivos, respeitando-se o cronograma estabelecido para início da sessão e as normativas contidas neste Edital.
- 5.8.** O licitante somente poderá propor lance inferior ao seu último lance válido e registrado pelo sistema.
- 5.8.1.** É permitido ao licitante apresentar lance inferior ao menor preço global já registrado, desde que este também seja inferior ao seu último lance.
- 5.9.** O procedimento licitatório adotará modalidades de disputa fechada e aberta, permitindo-se a oferta de lances privados e públicos de forma sucessiva, incluindo-se prorrogações de tempo conforme necessário.
- 5.9.1.** Apenas os licitantes que oferecerem a proposta de menor valor ou maior desconto, e aqueles cujas propostas não excedam em 10% (dez por cento) o valor da proposta mais vantajosa, participarão da fase de lances abertos.
- 5.9.2.** Na ausência de, no mínimo, três propostas nas condições estipuladas, os proponentes das três melhores propostas, considerando-se as propostas com valores idênticos, serão convocados a apresentar novos lances.
- 5.9.3.** A sessão pública de lances terá duração inicial de dez minutos, sendo automaticamente prorrogada pelo sistema ao se registrar lances nos últimos dois minutos do período estabelecido.
- 5.9.4.** A prorrogação automática mencionada ocorrerá por um período de dois minutos e se repetirá sempre que novos lances forem registrados durante essa extensão temporal.
- 5.9.5.** Findo o prazo sem novas ofertas, a sessão pública será encerrada automaticamente, procedendo-se à ordenação e divulgação dos lances conforme classificação final.
- 5.9.6.** Apurada a proposta mais vantajosa, se a diferença para a segunda colocada for igual ou superior a 5% (cinco por cento), poder-se-á reiniciar a disputa aberta visando a definição das demais colocações.
- 5.9.7.** Após o reinício, os licitantes serão convocados a ofertar lances intermediários.
- 5.10.** Concluídos os prazos supracitados, o sistema procederá à ordenação e divulgação dos lances em ordem decrescente de valor.
- 5.11.** Não se admitirá a apresentação de lances de mesmo valor, prevalecendo o primeiro que for registrado.
- 5.12.** Durante a sessão pública, será fornecida aos licitantes a informação do valor do melhor lance, sem divulgação da identidade do ofertante.
- 5.13.** Em caso de desconexão com a entidade promotora do certame, a plataforma eletrônica manter-se-á acessível para recebimento de lances.
- 5.14.** Persistindo a desconexão por período superior a dez minutos, a sessão será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, decorridas vinte e quatro horas, mediante reagendamento no sistema.
- 5.15.** Licitantes que não apresentarem lances concorrerão com o valor originalmente proposto.



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

5.16. Empates entre propostas ou lances serão resolvidos conforme critérios estabelecidos no artigo 60 da Lei nº 14.133, de 2021, observando-se a seguinte ordem:

- I- Realização de disputa final, possibilitando aos empatados a submissão de nova proposta imediatamente após a classificação;
- II- Avaliação do histórico de desempenho contratual dos licitantes, utilizando-se, preferencialmente, registros cadastrais;
- III- Valorização de ações voltadas à promoção da equidade de gênero no ambiente de trabalho;
- IV- Implementação de programa de integridade conforme diretrizes de órgãos controladores.

5.16.2. Permanecendo o empate, conceder-se-á preferência sucessiva a produtos e serviços que atendam aos seguintes critérios:

- I- Origem em território estadual ou distrital conforme o ente licitante;
- II- Produção ou prestação por empresas nacionais;
- III- Investimento em pesquisa e desenvolvimento tecnológico no país;
- IV- Comprovação de práticas de mitigação ambiental, nos termos da Lei nº 12.187, de 2009.

5.17. Finalizada a etapa de lances, caso a proposta mais vantajosa exceda o valor máximo estabelecido para contratação, facultar-se-á ao Agente de Contratações a negociação por condições mais favoráveis.

5.17.1. A negociação poderá estender-se aos demais licitantes, conforme classificação inicial, caso o primeiro colocado seja desclassificado por não atender ao limite de preço fixado pela Administração.

5.17.2. O procedimento negociatório será conduzido por meio da plataforma eletrônica, assegurando-se a transparência e o acompanhamento pelos demais proponentes.

5.17.3. Os resultados das negociações serão divulgados a todos os licitantes e devidamente documentados no processo licitatório.

5.17.4. Solicitar-se-á ao licitante mais bem classificado que, no prazo máximo de quatro horas, remeta proposta reajustada conforme último lance ofertado após a negociação, juntamente com os documentos complementares necessários à confirmação das exigências editalícias.

5.17.5. O Agente de Contratações poderá, mediante justificativa apresentada no chat pelo licitante, prorrogar o prazo estipulado.

5.18. O licitante líder deverá, junto à proposta final, encaminhar comprovante de garantia da oferta, conforme item 4.1 do Projeto Básico, equivalente a 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação, admitindo-se as modalidades previstas no § 1º do artigo 96 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.19. A inobservância da comprovação de garantia, no prazo determinado, implicará na desclassificação do proponente.

5.20. Concluída a fase de negociação, o Agente de Contratações prosseguirá com a aceitação e julgamento da proposta final.

6. DA FASE DE JULGAMENTO - ANÁLISE DE CONFORMIDADE DAS PROPOSTAS

6.1. Cadastramento das Propostas:

a) As empresas licitantes deverão cadastrar suas propostas no sistema eletrônico até a data e horário limite estabelecidos neste Edital, conforme item X.X.



b) O cadastramento da proposta implica na aceitação plena e irrevogável das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

6.2. Conteúdo da Proposta:

- a) A proposta inicial deverá conter obrigatoriamente os seguintes documentos, devidamente preenchidos e assinados eletronicamente:
- b) Planilha Orçamentária: Detalhando os custos unitários e totais de todos os itens que compõem o objeto da licitação.
- c) Composição de Custos Unitários: Discriminando a composição de custos de cada item, incluindo materiais, mão de obra, equipamentos e outros insumos.
- d) Cronograma Físico-Financeiro: Apresentando o cronograma de execução do objeto, com a previsão de desembolso financeiro ao longo do tempo.
- e) BDI (Benefícios e Despesas Indiretas) e Encargos Sociais: Detalhando a composição do BDI e dos encargos sociais incidentes sobre a mão de obra.
- f) Anexos (se aplicável): Quaisquer outros documentos exigidos no Edital para a composição da proposta.
- g) É vedada a identificação da empresa licitante em qualquer parte da proposta, incluindo nome empresarial, logotipo, marcas ou qualquer outro elemento que possa permitir a identificação.
- h) O princípio do sigilo das propostas será rigorosamente observado. Qualquer proposta que contenha elementos identificadores da empresa licitante será desclassificada de ofício.

6.3. Análise de Conformidade:

- a) Análise de conformidade após o encerramento do prazo para cadastramento das propostas:
- b) Após o encerramento do prazo para cadastramento das propostas, o sistema eletrônico será aberto para a análise de conformidade.
- c) Após o término do prazo estabelecido para que os licitantes submetam suas propostas, inicia-se a fase de abertura do sistema eletrônico para verificação de conformidade. Esta etapa visa assegurar que todas as propostas atendam aos requisitos estipulados no edital. A análise é feita comparando cada proposta com as condições estabelecidas, tais como especificações técnicas, prazos, e condições comerciais. Propostas que não estejam de acordo com o edital são desclassificadas. Este processo é crucial para manter a isonomia e a objetividade, sendo a transparência alcançada através da publicidade dos critérios de julgamento.

6.4. Encaminhamento ao setor técnico de engenharia para análise e emissão de parecer técnico:

- a) As propostas serão encaminhadas ao setor técnico de engenharia para análise e emissão de parecer técnico, considerando os requisitos do Edital e as normas técnicas vigentes.
- b) As propostas selecionadas na fase anterior são enviadas para o setor técnico responsável, no caso de licitações que envolvem obras ou serviços de engenharia. Os técnicos utilizam sua expertise para avaliar se as propostas estão em conformidade com os requisitos técnicos e normas vigentes, considerando aspectos como viabilidade, qualidade dos materiais, e metodologia de execução proposta. O parecer técnico é um documento detalhado que destaca pontos críticos das propostas e recomenda a aceitação ou rejeição baseando-se em critérios técnicos objetivos.

6.5. Emissão de parecer técnico conclusivo:

- a) O parecer técnico deverá ser conclusivo, indicando se a proposta atende ou não aos requisitos técnicos estabelecidos.
- b) O parecer técnico emitido ao final da análise é conclusivo, ou seja, ele deve estabelecer claramente se a proposta atende ou não aos requisitos técnicos do edital. Um parecer conclusivo é fundamental para que a decisão de aceitar ou rejeitar uma proposta não seja apenas discricionária, mas sim baseada em fundamentos técnicos sólidos. Isso garante que a empresa escolhida para realizar a obra ou serviço tenha não só a proposta mais vantajosa



economicamente, mas também a competência técnica necessária para a execução do contrato.

c) A importância dessas etapas é evidenciada na garantia de que a administração contrate serviços e obras que cumpram com as expectativas de qualidade e durabilidade, assegurando a aplicação eficiente dos recursos públicos e a conformidade com a legislação vigente, incluindo a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei n. 14.133/2021).

6.6. Divulgação do Resultado da Análise:

a) Após meticulosa verificação de todas as propostas em face dos critérios estabelecidos pelo edital, procede-se à convocação de nova sessão pública eletrônica para divulgação dos resultados dessa análise.

b) A convocação será efetuada com antecedência mínima de 24 horas úteis, assegurando-se, assim, tempo hábil para que os licitantes se preparem para a próxima etapa do certame.

c) Na respectiva Ata da sessão, constará a relação das propostas que foram reconhecidas como conformes e aquelas que, porventura, foram desclassificadas. Importa destacar que para cada decisão de desclassificação, a Administração Pública deve expor as justificativas pertinentes, demonstrando a devida motivação de seus atos, conforme o princípio da motivação dos atos administrativos.

d) Os licitantes terão a possibilidade de acessar, via sistema eletrônico, os resultados da análise, incluindo os pareceres técnicos que embasaram as decisões administrativas. Essa medida visa garantir a transparência e permitir que as empresas compreendam plenamente as razões que conduziram às classificações realizadas.

6.7. É imperativo ressaltar que a análise das propostas será conduzida sob o manto da objetividade e da imparcialidade, sempre em estrito alinhamento com os termos do Edital e as normas técnicas pertinentes. O processo analítico será balizado pela busca incessante da conformidade com as especificações técnicas demandadas, zelando-se pela mais correta aplicação dos recursos públicos.

6.8. A Administração Pública reserva-se o direito de requerer esclarecimentos adicionais ou documentos complementares, caso tais medidas se façam necessárias para a cabal compreensão das propostas apresentadas. Tal prerrogativa insere-se no contexto de assegurar que a proposta mais vantajosa seja, de fato, selecionada.

6.9. Ademais, a decisão de classificação ou desclassificação das propostas repousará sobre fundamentação sólida e será devidamente registrada no sistema eletrônico, consolidando a garantia da motivação dos atos administrativos.

6.10. Cumpre às empresas licitantes o dever de garantir a veracidade e a exatidão das informações e dos documentos submetidos no âmbito de suas propostas. Inverdades ou omissões podem conduzir a sanções administrativas, civis e até mesmo penais.

6.11. Este protocolo é essencial para que se mantenha a equidade e a clareza no processo licitatório, assegurando que somente propostas tecnicamente aptas e alinhadas aos interesses públicos sejam avançadas para a fase subsequente, onde se realizará a disputa por meio de lances.

6.12. Finalizada a etapa de negociações, incumbe-se ao Agente de Contratações a obrigação de verificar a conformidade do proponente, preliminarmente designado como prioritário, com as condições de habilitação previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133/2021, bem como nas disposições relevantes da legislação vigente e no subitem 2.6 do edital de convocação. Esta verificação deve ser realizada com especial zelo na identificação de quaisquer penalidades que possam restringir sua participação no procedimento licitatório ou em futuras contratações, por meio da análise dos registros nos seguintes cadastros:

a) Cadastro de Processos Administrativos Disciplinares do Município de São Gabriel – BA;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), ambos sob responsabilidade da Controladoria-Geral da União, disponíveis em (<https://certidoes.cgu.gov.br>).

6.13. As diligências nos registros indicados deverão ser conduzidas tanto em relação à pessoa jurídica participante quanto ao seu sócio majoritário, em conformidade com o disposto no artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que versa sobre a proibição de participação nestas circunstâncias.

6.14. Identificada a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas durante a Consulta de Situação do licitante, proceder-se-á ao detalhamento investigativo para verificar a presença de potenciais fraudes imputáveis às empresas listadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas, de acordo com o estabelecido pelo artigo 29, caput, da Instrução Normativa nº 3/2018.

6.15. A apuração de fraude considerará elementos indicativos, tais como vínculos societários e similaridade em



cadeias de fornecimento, conforme previsto no §1º do artigo 29 da referida Instrução Normativa.

6.16. Antes de proceder à desqualificação, será concedida ao proponente a oportunidade de manifestação, respeitando o §2º do artigo 29 da Instrução Normativa nº 3/2018.

6.17. Confirmada a penalidade, o licitante será declarado inapto por não satisfazer as condições necessárias para a participação.

6.18. No caso de o proponente inicialmente à frente no processo licitatório ter se beneficiado de tratamentos diferenciados previstos para microempresas ou empresas de pequeno porte, o Agente de Contratações deverá verificar sua elegibilidade ao benefício, conforme os itens 2.5.1 e 3.12 do edital.

6.19. Após constatação das condições de participação e adequação ao regime favorecido, avaliar-se-á a proposta em destaque quanto à sua aderência ao objeto da licitação e à compatibilidade do preço em face do limite máximo definido, segundo os artigos 29 a 35 da IN SEGES nº 73/2022.

6.20. O critério de seleção será o de MENOR PREÇO GLOBAL.

6.21. Concluída a fase de competição, as propostas serão classificadas exclusivamente pelo critério de MENOR PREÇO.

6.22. Serão desqualificadas as propostas que apresentarem falhas irreversíveis, descumprimento das especificações técnicas, preços acima do máximo estipulado, inexecução ou discrepâncias irreversíveis em relação ao edital. Frente a sinais de inexequibilidade da oferta ou necessidade de esclarecimentos adicionais, diligências serão realizadas para assegurar a exequibilidade da proposta.

6.23. Em contratações de obras, considerar-se-ão inexequíveis as propostas com valores abaixo de 75% do estimado, e garantia adicional será exigida para ofertas abaixo de 85% do valor estimado.

6.24. O proponente com a proposta vencedora deverá apresentar Planilha Orçamentária ajustada ao valor final proposto, além de Cronograma Físico-Financeiro e Composição de BDI ajustados, sob pena de desclassificação.

6.25. Erros na planilha poderão ser corrigidos, desde que não alterem a essência da proposta ou resultem em aumento do preço.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos abaixo elencados, bem como aqueles previstos no Projeto Básico, quando houver, são necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação e serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo ser encaminhados exclusivamente por meio do sistema eletrônico de realização da licitação, posterior a fase de lances, quando convocados pelo agente de contratação.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral (CRC) emitido pelo município de São Gabriel - BA, em situação válida, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.1.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação, que não estejam contemplados no registro cadastral (CRC) emitido pelo Município de São Gabriel - BA, deverão ser encaminhados pelo licitante, via sistema eletrônico, posterior a fase de lances, quando convocados pelo agente de contratação.

7.2. Habilitação Jurídica:

7.2.1. O proponente deverá apresentar seu Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social atualizado e registrado conforme a natureza jurídica da entidade: sociedades empresárias deverão providenciar o registro em Junta Comercial, enquanto sociedades simples submetem o registro em Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas. No caso de sociedades anônimas, é necessária a junção dos documentos comprobatórios da eleição de seus atuais



administradores. Tal documentação é imprescindível para a comprovação da legalidade e regularidade da estrutura organizacional da sociedade licitante, bem como para a verificação da legitimidade de seus representantes legais no exercício de suas funções.

7.3. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ). A exigência de comprovação de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) no âmbito dos procedimentos licitatórios, conforme estabelecido pela Lei n.º 14.133/2021, representa uma medida de fundamental importância para o aprimoramento da transparência, da moralidade e da eficiência nas contratações públicas. Esta normativa, ao estipular tal requisito, assegura a participação exclusiva de entidades juridicamente constituídas e regularmente inscritas perante a administração tributária federal, corroborando com os esforços de modernização e de otimização dos processos licitatórios.
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual. A exigência de apresentação de prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, referente à sede da licitante, que seja pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, consubstancia uma medida de rigoroso controle e diligência no âmbito das licitações públicas, conforme previsto na legislação vigente, notadamente sob a égide da Lei n.º 14.133/2021. Tal requisito tem por finalidade assegurar que as empresas participantes dos procedimentos licitatórios estejam devidamente regularizadas perante as fazendas estaduais e/ou municipais, o que se revela essencial para aferir a aptidão para a execução do objeto contratado.
- c) Atestado de Quitação de Débitos e Regularidade Fiscal perante as Fazendas Públicas Federal, Estadual (ou do Distrito Federal) e Municipal, evidenciando a inexistência de débitos em aberto ou irregularidades fiscais no âmbito do domicílio fiscal da entidade licitante, conforme exigido para a participação em procedimentos licitatórios e para a efetivação de contratos administrativos. Este documento é fundamental para assegurar a conformidade da empresa com as obrigações tributárias vigentes, representando um requisito indispensável para a habilitação em processos de licitação pública.
- d) A regularidade quanto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) é comprovada pelo Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal. A obrigatoriedade da apresentação desse certificado em licitações públicas está prevista na Lei n.º 8.036/1990, que dispõe sobre o FGTS. O artigo 27 da Lei n.º 8.036/1990 estabelece que é condição para a empresa contratar com o Poder Público a apresentação de prova de estar em dia com o FGTS. As empresas devem apresentar Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre o cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- e) Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei. As empresas devem apresentar Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, através da Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.

7.4. Habilitação Econômico-Financeira:

7.4.1. Para fins de participação neste processo de licitação, é mandatório que os licitantes providenciem e apresentem uma certidão negativa de falências, a qual deverá ser emitida pelo órgão distribuidor competente, situado na jurisdição em que se encontra a sede do licitante. Esta documentação é crucial para comprovar a regularidade fiscal e econômica da empresa, assegurando sua aptidão para engajar-se nas obrigações contratuais propostas.

7.4.2. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

7.4.3. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos neste edital, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:

7.4.4. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.

7.4.5. JUSTIFICATIVA: A imposição da apresentação do balanço patrimonial dos últimos dois exercícios financeiros aos licitantes em processos de concorrência eletrônica, especialmente para contratos de reforma predial na esfera da engenharia, encontra sua fundamentação jurídica no princípio da segurança jurídica, essencial para a administração pública. Este princípio, intrinsecamente relacionado à previsibilidade e à estabilidade das relações jurídicas, visa assegurar que os procedimentos administrativos sejam efetuados de maneira objetiva e padronizada, garantindo a igualdade de condições a todos os participantes do certame, conforme preceitua a Constituição Federal e a Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei n. 14.133/2021). A exigência dos balanços patrimoniais propicia à administração uma metodologia confiável para a aferição da capacidade econômico-financeira dos concorrentes, garantindo que a execução do contrato seja confiada a empresas com solidez financeira comprovada, em consonância com os princípios da isonomia, eficácia e eficiência na gestão de recursos públicos.

7.4.6. A solicitação desses documentos financeiros coaduna-se com os objetivos da Lei n. 14.133/2021, promovendo uma análise criteriosa que permite à administração pública identificar riscos potenciais que possam comprometer a adequada execução do objeto contratual. Desta forma, tal prática assegura uma seleção mais rigorosa e objetiva dos licitantes, reforçando a transparência e a equidade do processo licitatório. Ademais, estabelece-se um ambiente de concorrência mais justo e balanceado, onde os critérios de habilitação são claros e acessíveis a todos os participantes, mitigando a possibilidade de contestações judiciais posteriores. Em suma, a exigência do balanço patrimonial alinha-se ao princípio da segurança jurídica, fundamentando-se na necessidade de promover processos licitatórios íntegros, transparentes e eficazes, em prol do interesse público e da correta aplicação dos recursos públicos.

a) Tipos de empresas obrigadas a apresentar balanço patrimonial nesta concorrências eletrônica:

a.1) Sociedades Empresárias:

a.1.1) Limitadas (Ltda.)

a.1.2) Anônimos (SA)

a.1.3) Simples (Ltda. Simples)

a.1.4) Eireli

a.1.5) Sociedade Unipessoal

a.2) Empresários Individuais:

a.2.1) Empresário Individual (EI)

a.2.2) Microempreendedor Individual (MEI)

7.4.7. As Sociedades Anônimos (SA), deverão apresentar no balanço patrimonial, os seguintes documentos:



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

- a) Demonstrações Contábeis:
- b) Balanço Patrimonial: Apresentando o ativo (bens e direitos), o passivo (obrigações) e o patrimônio líquido da empresa, de forma estruturada e classificada conforme as normas contábeis.
- c) Demonstração do Resultado do Exercício (DRE): Evidenciando as receitas, custos e despesas do período, culminando no lucro ou prejuízo líquido do exercício.
- d) Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC): Demonstrando as entradas e saídas de caixa e equivalentes de caixa, segregadas por atividades operacionais, de investimento e de financiamento.
- e) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL): Exibindo as alterações ocorridas no patrimônio líquido durante o exercício, incluindo integralização de capital, lucros ou prejuízos acumulados, reservas e ajustes de avaliação patrimonial.
- f) Notas Explicativas: Fornecendo informações adicionais e esclarecimentos sobre as demonstrações contábeis, de forma a facilitar a compreensão das informações apresentadas.
- g) A assinatura do profissional contábil no balanço patrimonial é uma garantia de que as demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as normas contábeis vigentes e que as informações apresentadas são fidedignas. A prova de regularidade assegura que o profissional está habilitado e em situação regular para assumir essa responsabilidade, devendo ser apresentada juntamente com cada Balanço Patrimonial, sob pena de inabilitação.
- h) Documentos Societários:
- i) Ata da Assembleia Geral Ordinária (AGO): Registrando a aprovação das demonstrações contábeis pelos acionistas.
- j) Estatuto Social Atualizado: Documento que rege o funcionamento da empresa, incluindo objeto social, estrutura de capital, direitos e deveres dos acionistas, entre outros.
- k) Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral no CNPJ: Confirmando a regularidade da empresa perante a Receita Federal.

7.4.8. As Sociedades Limitadas (Ltda.), deverão apresentar no balanço patrimonial, os seguintes documentos:

- a) Balanço Patrimonial: Apresentando o ativo (bens e direitos), o passivo (obrigações) e o patrimônio líquido da empresa, de forma estruturada e classificada conforme as normas contábeis.
- b) Termo de Abertura e encerramento.
- c) Demonstração do Resultado do Exercício (DRE): Evidenciando as receitas, custos e despesas do período, culminando no lucro ou prejuízo líquido do exercício.
- d) Livro Diário (opcional para microempresa e empresa de pequeno porte): Registro contábil das transações da empresa em ordem cronológica.
- e) Livro Razão (opcional para microempresa e empresa de pequeno porte): Registro contábil por conta contábil, demonstrando os saldos e movimentações.
- f) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL): Exibindo as alterações ocorridas no patrimônio líquido durante o exercício, incluindo integralização de capital, lucros ou prejuízos acumulados, reservas e ajustes de avaliação patrimonial.
- g) Notas Explicativas: Fornecendo informações adicionais e esclarecimentos sobre as demonstrações contábeis, de forma a facilitar a compreensão das informações apresentadas.
- h) A assinatura do profissional contábil no balanço patrimonial é uma garantia de que as demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as normas contábeis vigentes e que as informações apresentadas são fidedignas. A prova de regularidade assegura que o profissional está habilitado e em situação regular para assumir essa responsabilidade, devendo ser apresentada juntamente com cada Balanço Patrimonial, sob pena de inabilitação.
- i) Observações:
- j) A apresentação dos documentos deve observar a legislação societária e as normas contábeis vigentes, incluindo as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC TG).



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

- k) Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) possuem algumas dispensas legais na escrituração contábil, conforme a Lei Complementar 123/2006.
- l) A empresa deve manter os documentos organizados e disponíveis para consulta e fiscalização, pelo período previsto em lei.
- m) A não apresentação dos documentos ou a apresentação de informações inverídicas pode acarretar em penalidades legais e administrativas.

7.4.9. As Sociedades Simples (Ltda. Simples), deverão apresentar no balanço patrimonial, os seguintes documentos:

- a) Balanço Patrimonial: Apresentando o ativo (bens e direitos), o passivo (obrigações) e o patrimônio líquido da empresa, de forma estruturada e classificada conforme as normas contábeis.
- b) Termo de Abertura e encerramento.
- c) Demonstração do Resultado do Exercício (DRE): Evidenciando as receitas, custos e despesas do período, culminando no lucro ou prejuízo líquido do exercício.
- d) Livro Diário (opcional para microempresa e empresa de pequeno porte): Registro contábil das transações da empresa em ordem cronológica.
- e) Livro Razão (opcional para microempresa e empresa de pequeno porte): Registro contábil por conta contábil, demonstrando os saldos e movimentações.
- f) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL): Exibindo as alterações ocorridas no patrimônio líquido durante o exercício, incluindo integralização de capital, lucros ou prejuízos acumulados, reservas e ajustes de avaliação patrimonial.
- g) Notas Explicativas: Fornecendo informações adicionais e esclarecimentos sobre as demonstrações contábeis, de forma a facilitar a compreensão das informações apresentadas.
- h) A assinatura do profissional contábil no balanço patrimonial é uma garantia de que as demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as normas contábeis vigentes e que as informações apresentadas são fidedignas. A prova de regularidade assegura que o profissional está habilitado e em situação regular para assumir essa responsabilidade, devendo ser apresentada juntamente com cada Balanço Patrimonial, sob pena de inabilitação.
- i) Observações:
- j) As Sociedades Simples Limitadas possuem algumas simplificações contábeis em relação às demais sociedades empresárias, como a dispensa do Livro Diário e do Livro Razão.
- k) A escrituração do Livro Caixa é obrigatória para as empresas do Simples Nacional, com algumas exceções previstas em lei.
- l) A apresentação dos documentos deve observar a legislação societária e as normas contábeis vigentes, incluindo as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC TG).
- m) A empresa deve manter os documentos organizados e disponíveis para consulta e fiscalização, pelo período previsto em lei.
- n) A não apresentação dos documentos ou a apresentação de informações inverídicas pode acarretar em penalidades legais e administrativas.

7.4.10. As Sociedades Eireli, deverão apresentar no balanço patrimonial, os seguintes documentos:

- a) Balanço Patrimonial: Apresentando o ativo (bens e direitos), o passivo (obrigações) e o patrimônio líquido da empresa, de forma estruturada e classificada conforme as normas contábeis.
- b) Termo de Abertura e encerramento.
- c) Demonstração do Resultado do Exercício (DRE): Evidenciando as receitas, custos e despesas do período, culminando no lucro ou prejuízo líquido do exercício.
- d) Livro Diário (opcional para microempresa e empresa de pequeno porte): Registro contábil das transações da empresa em ordem cronológica.
- e) Livro Razão (opcional para microempresa e empresa de pequeno porte): Registro contábil por conta contábil, demonstrando os saldos e movimentações.



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

-
- f) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL): Exibindo as alterações ocorridas no patrimônio líquido durante o exercício, incluindo integralização de capital, lucros ou prejuízos acumulados, reservas e ajustes de avaliação patrimonial.
- g) Notas Explicativas: Fornecendo informações adicionais e esclarecimentos sobre as demonstrações contábeis, de forma a facilitar a compreensão das informações apresentadas.
- h) A assinatura do profissional contábil no balanço patrimonial é uma garantia de que as demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as normas contábeis vigentes e que as informações apresentadas são fidedignas. A prova de regularidade assegura que o profissional está habilitado e em situação regular para assumir essa responsabilidade, devendo ser apresentada juntamente com cada Balanço Patrimonial, sob pena de inabilitação.
- i) Observações:
- j) A EIRELI é constituída por um único titular, que responde de forma limitada pelas dívidas da empresa, até o limite do capital social integralizado.
- k) A apresentação dos documentos deve observar a legislação societária e as normas contábeis vigentes, incluindo as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC TG).
- l) Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) possuem algumas dispensas legais na escrituração contábil, conforme a Lei Complementar 123/2006.
- m) A empresa deve manter os documentos organizados e disponíveis para consulta e fiscalização, pelo período previsto em lei.
- n) A não apresentação dos documentos ou a apresentação de informações inverídicas pode acarretar em penalidades legais e administrativas.

7.4.11. As Sociedades, Sociedade Unipessoal, deverão apresentar no balanço patrimonial, os seguintes documentos:

- a) Balanço Patrimonial: Apresentando o ativo (bens e direitos), o passivo (obrigações) e o patrimônio líquido da empresa, de forma estruturada e classificada conforme as normas contábeis.
- b) Termo de Abertura e encerramento.
- c) Demonstração do Resultado do Exercício (DRE): Evidenciando as receitas, custos e despesas do período, culminando no lucro ou prejuízo líquido do exercício.
- d) Livro Diário (opcional para microempresa e empresa de pequeno porte): Registro contábil das transações da empresa em ordem cronológica.
- e) Livro Razão (opcional para microempresa e empresa de pequeno porte): Registro contábil por conta contábil, demonstrando os saldos e movimentações.
- f) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL): Exibindo as alterações ocorridas no patrimônio líquido durante o exercício, incluindo integralização de capital, lucros ou prejuízos acumulados, reservas e ajustes de avaliação patrimonial.
- g) Notas Explicativas: Fornecendo informações adicionais e esclarecimentos sobre as demonstrações contábeis, de forma a facilitar a compreensão das informações apresentadas.
- h) A assinatura do profissional contábil no balanço patrimonial é uma garantia de que as demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as normas contábeis vigentes e que as informações apresentadas são fidedignas. A prova de regularidade assegura que o profissional está habilitado e em situação regular para assumir essa responsabilidade, devendo ser apresentada juntamente com cada Balanço Patrimonial, sob pena de inabilitação.
- i) Observações:
- j) A apresentação dos documentos deve observar a legislação societária e as normas contábeis vigentes, incluindo as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC TG).
- k) Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) possuem algumas dispensas legais na escrituração contábil.
- l) A empresa deve manter os documentos organizados e disponíveis para consulta e fiscalização, pelo período previsto em lei.



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

m) A não apresentação dos documentos ou a apresentação de informações inverídicas pode acarretar em penalidades legais e administrativas.

7.4.12. Os Empresários Individuais, Empresário Individual (EI), deverão apresentar no balanço patrimonial, os seguintes documentos:

- a) Balanço Patrimonial: Apresentando o ativo (bens e direitos), o passivo (obrigações) e o patrimônio líquido da empresa, de forma estruturada e classificada conforme as normas contábeis.
- b) Termo de Abertura e encerramento.
- c) Demonstração do Resultado do Exercício (DRE): Evidenciando as receitas, custos e despesas do período, culminando no lucro ou prejuízo líquido do exercício.
- d) Livro Diário: Registro contábil das transações da empresa em ordem cronológica.
- e) Livro Razão: Registro contábil por conta contábil, demonstrando os saldos e movimentações.
- f) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL): Exibindo as alterações ocorridas no patrimônio líquido durante o exercício, incluindo integralização de capital, lucros ou prejuízos acumulados, reservas e ajustes de avaliação patrimonial.
- g) Notas Explicativas: Fornecendo informações adicionais e esclarecimentos sobre as demonstrações contábeis, de forma a facilitar a compreensão das informações apresentadas.

h) A assinatura do profissional contábil no balanço patrimonial é uma garantia de que as demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as normas contábeis vigentes e que as informações apresentadas são fidedignas. A prova de regularidade assegura que o profissional está habilitado e em situação regular para assumir essa responsabilidade, devendo ser apresentada juntamente com cada Balanço Patrimonial, sob pena de inabilitação.

i) Observações:

j) O Empresário Individual é uma pessoa física que exerce atividade empresarial em nome próprio, respondendo de forma ilimitada pelas dívidas da empresa.

k) A escrituração do Livro Caixa é obrigatória para o Empresário Individual, exceto em casos específicos previstos em lei.

l) A apresentação dos documentos deve observar a legislação e as normas contábeis vigentes, incluindo as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC TG).

m) O Empresário Individual deve manter os documentos organizados e disponíveis para consulta e fiscalização, pelo período previsto em lei.

n) A não apresentação dos documentos ou a apresentação de informações inverídicas pode acarretar em penalidades legais e administrativas.

7.4.13. Os Empresários Individuais, Microempreendedor Individual (MEI), deverão apresentar no balanço patrimonial, os seguintes documentos:

a) Demonstrações Contábeis:

b) Balanço Patrimonial: Apresentando o ativo (bens e direitos), o passivo (obrigações) e o patrimônio líquido da empresa, de forma estruturada e classificada conforme as normas contábeis.

c) Demonstração do Resultado do Exercício (DRE): Evidenciando as receitas, custos e despesas do período, culminando no lucro ou prejuízo líquido do exercício.

d) A assinatura do profissional contábil no balanço patrimonial é uma garantia de que as demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as normas contábeis vigentes e que as informações apresentadas são fidedignas. A prova de regularidade assegura que o profissional está habilitado e em situação regular para assumir essa responsabilidade, devendo ser apresentada juntamente com cada Balanço Patrimonial, sob pena de inabilitação.

e) Relatório Mensal das Receitas Brutas: Registro mensal das receitas auferidas pelo MEI, discriminando valores e datas.



- f) O MEI é dispensado da escrituração contábil tradicional (Livro Diário e Razão) e da elaboração de demonstrações contábeis complexas.
- g) O Relatório Mensal das Receitas Brutas é o principal documento contábil do MEI, servindo como base para o cálculo dos tributos e para a comprovação da receita bruta anual.
- h) A apresentação dos documentos deve observar a legislação e as normas contábeis vigentes, incluindo as resoluções do Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN).
- i) O MEI deve manter os documentos organizados e disponíveis para consulta e fiscalização, pelo período previsto em lei.
- j) A não apresentação dos documentos ou a apresentação de informações inverídicas pode acarretar em penalidades legais e administrativas.

7.4.14. Os balanços patrimoniais deverão ser apresentados devidamente registrados: na Junta Comercial do Estado sede da empresa; ou no cartório competente, sob pena de inabilitação.

7.4.15. As empresas que apresentarem o Balanço no formato de escrituração contábil digital, estarão dispensadas de apresentar o registro na Junta Comercial do Estado sede da empresa, contudo, deverá apresentar o recibo de entrega de escrituração contábil digital, sob pena de inabilitação.

7.4.16. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada apresentação de declaração, emitida por contador devidamente habilitado, devendo acostadas a Certidão de Regularidade Profissional na declaração, de que a empresa obtém de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

7.4.16.1. Índice de Liquidez Geral igual ou superior a 1,00:

$$LG = (\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE})$$

O Índice de Liquidez Geral é outro indicador financeiro crucial, que mede a capacidade de uma empresa pagar suas obrigações de curto e longo prazo com todos os seus ativos disponíveis, tanto os de curto quanto os de longo prazo. É calculado pela divisão do total de ativos circulantes e realizáveis a longo prazo pelo total de passivos circulantes e exigíveis a longo prazo. Esse índice é super importante porque oferece uma visão mais abrangente da saúde financeira da empresa, não se limitando apenas às obrigações de curto prazo (como faz o Índice de Liquidez Corrente). Um índice maior que 1 sugere que a empresa tem recursos suficientes para cobrir todas as suas dívidas no curto e no longo prazo, indicando uma posição financeira mais estável. Já um índice abaixo de 1 pode indicar potenciais dificuldades financeiras, pois sugere que a empresa pode não ter ativos suficientes para cumprir com suas obrigações. A importância desse índice reside na sua capacidade de fornecer uma análise mais completa da liquidez de uma empresa, considerando todos os seus compromissos financeiros.

7.4.16.2. Índice de Liquidez Corrente igual ou superior a 1,00:

$$LC = (\text{ATIVO CIRCULANTE}) / (\text{PASSIVO CIRCULANTE})$$

O Índice de Liquidez Corrente é um dos indicadores financeiros mais utilizados para avaliar a capacidade de uma empresa de cumprir suas obrigações de curto prazo, utilizando seus ativos mais líquidos. É calculado pela divisão do total de ativos circulantes (como caixa, estoques e contas a receber) pelo total de passivos circulantes (como contas a pagar e dívidas de curto prazo).



Este índice é extremamente importante porque oferece uma visão instantânea sobre a saúde financeira da empresa no curto prazo. Um índice maior que 1 indica que a empresa possui mais ativos circulantes do que passivos circulantes, sugerindo uma maior facilidade em honrar suas dívidas de curto prazo sem precisar liquidar ativos de longo prazo ou buscar financiamentos adicionais. Por outro lado, um índice menor que 1 pode ser um sinal de alerta, indicando que a empresa pode enfrentar dificuldades para pagar suas dívidas de curto prazo.

A importância do Índice de Liquidez Corrente reside na sua capacidade de oferecer um diagnóstico rápido da liquidez de uma empresa, sendo crucial para gestores, investidores e credores na avaliação do risco associado à capacidade da empresa de continuar operando sem problemas financeiros imediatos. Embora não esteja diretamente vinculado a um CPC específico, o conceito por trás do Índice de Liquidez Corrente é fundamental para a análise financeira e contábil, ajudando a interpretar a saúde financeira da empresa sob a ótica dos padrões contábeis brasileiros.

7.4.16.3. Índice de Solvência Geral igual ou superior a 1,00:

$$\text{ISG} = \text{ATIVO TOTAL} / (\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO})$$

O Índice de Solvência Geral é uma medida financeira que ajuda a avaliar a capacidade de uma empresa em cumprir suas obrigações de longo prazo. É calculado dividindo-se o total de ativos pelo total de passivos. Este índice mostra quantos reais em ativos a empresa possui para cobrir cada real de suas dívidas, considerando todos os seus recursos e obrigações, independentemente do prazo. Sua importância é gigantesca no mundo dos negócios, pois fornece uma visão ampla da saúde financeira da empresa. Um índice maior que 1 indica que a empresa tem mais ativos do que passivos, sugerindo uma posição financeira mais sólida e, teoricamente, uma menor probabilidade de enfrentar problemas financeiros. Por outro lado, um índice menor que 1 pode ser um sinal de alerta, indicando que a empresa pode não ter recursos suficientes para cobrir suas dívidas no longo prazo.

7.4.17. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

7.4.18. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

7.4.19. A análise da habilitação econômico-financeira dos licitantes, conforme preceitua o art. 69, §3º, da Lei nº 14.133/2021, configura-se como um instrumento essencial para a segurança jurídica e a eficiência das contratações públicas. A apresentação da relação de compromissos financeiros assumidos pelo licitante, excluindo-se parcelas já executadas, visa assegurar que a empresa detém a capacidade financeira necessária para o cumprimento das obrigações contratuais, prevenindo, assim, eventuais riscos de inexecução ou atrasos que possam comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a realização de obras públicas.

7.4.20. Ademais, a referida análise contribui para a prevenção do superendividamento das empresas licitantes, protegendo tanto a Administração Pública quanto o mercado de eventuais desequilíbrios financeiros. Ao verificar a



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

compatibilidade entre os compromissos assumidos e a capacidade de pagamento do licitante, evita-se a sobreposição de dívidas que poderiam inviabilizar a execução do contrato e a saúde financeira da empresa.

7.4.21. Por fim, a transparência e a isonomia são princípios norteadores do procedimento licitatório. A análise da capacidade econômico-financeira, ao exigir a apresentação clara e objetiva das condições financeiras dos licitantes, promove um ambiente de igualdade de condições e de competição justa, assegurando que a escolha da proposta mais vantajosa seja realizada com base em critérios objetivos e impessoais, em consonância com os princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade, eficiência e probidade administrativa.

7.4.22. Para comprovação da capacidade financeira, a empresa licitante deverá apresentar relação dos compromissos assumidos, que importem diminuição da capacidade operativa ou absorção de disponibilidade financeira, calculada esta em função do patrimônio líquido atualizado e sua capacidade de rotação.

7.4.23. A relação dos compromissos assumidos deverá especificar: O contratante; objeto do contrato; data de celebração contratual; prazo de vigência; indicar se o mesmo encontra-se com vigência prorrogada; valor global do contrato.

7.4.24. Serão confrontadas as informações relacionadas na declaração de compromissos assumidos com as informações declaradas no balanço patrimonial, onde havendo discrepância nas informações declaradas, a empresa será inabilitada de ofício por desvio de informação ou omissão destas.

7.4.25. Tendo em vista as disposições legais previstas no §3º, do art. 69, da Lei nº 14.133/2021, os compromissos declarados na relação dos compromissos assumidos, serão somados, onde o valor total não poderá exceder a 10% (dez por cento) do valor mínimo do capital social da empresa ou do valor do patrimônio líquido, sob pena de inabilitação por incapacidade financeira operativa.

7.4.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

7.4.27. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pela licitante.

7.5. Habilitação Técnico-profissional e Técnico-operacional:

7.6. Apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;

7.7. A licitante deverá indicar para fins de habilitação um profissional como Responsável Técnico da obra, sendo este um Engenheiro Civil, e, contendo o que segue:

7.8. Indicação constante no item anterior deve constar os seguintes dados:



7.9. nome completo do profissional;

7.10. número do registro do profissional junto ao Conselho Profissional competente;

7.11. título do profissional, que deverá ser de nível superior com formação em Engenharia Civil ou outro curso equivalente e reconhecido pelo Conselho Profissional competente;

7.12. natureza da relação do profissional com a licitante;

7.13. Certidão de Registro da empresa e dos seus responsáveis técnicos na entidade profissional competente CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU, conforme as áreas de atuação, em plena validade. Para os Responsáveis Técnicos as empresas licitantes devem apresentar em sua Certidão de Registro da empresa, como responsáveis técnicos pela empresa proponente, sob pena de inabilitação, no mínimo: 01 (um) Engenheiro Civil.

7.14. a natureza da relação do profissional com a licitante prevista na letra "d.1" supra deverá ser comprovada para fins de habilitação por meio da apresentação, pela licitante, de um dos seguintes documentos:

7.15. Contrato ou estatuto social da empresa, no caso de sócio, administrador ou diretor da empresa; Carteira de Trabalho e Previdência Social, no caso de empregado; e contrato, no caso de profissional prestador de serviços;

7.16. CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL E PROFISSIONAL:

7.16.1. Comprovação da Capacidade Técnico Operacional e profissional: A capacitação técnica operacional e profissional, será comprovada por meio da apresentação de certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, que demonstrem capacidade operacional e profissional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

7.16.2. Para comprovação da capacidade técnica anteriormente exigida, nos moldes previstos no art. 67, §§1º e 2º da Lei nº 14.1333/2021, será habilitada as empresas que comprovarem as parcelas de maior relevância técnica.

7.16.3. As técnicas de maior relevância na reforma das UBS estão relacionadas à qualidade dos revestimentos internos e externos, à segurança e funcionalidade das instalações elétricas, à estanqueidade e conforto proporcionados pelas coberturas, e ao tratamento adequado do esgoto. Essas intervenções são essenciais para garantir a durabilidade, a salubridade e a eficiência das edificações, proporcionando um ambiente adequado para o atendimento à saúde da população.

7.16.4. RELAÇÃO DAS TÉCNICAS DE MAIOR RELEVÂNCIA:

7.16.4.1. APLICAÇÃO DE CHAPISCO E MASSA ÚNICA NAS PAREDES INTERNAS, E INSTALAÇÃO DE FORRO DE GESSO NOS TETOS:



-
- a) A técnica de aplicação de chapisco e massa única nas paredes internas, bem como a instalação de forro de gesso nos tetos, é considerada de maior relevância na presente obra de reforma das Unidades Básicas de Saúde pelos motivos a seguir expostos:
- b) Primeiramente, cumpre ressaltar que a execução de revestimentos internos de qualidade é condição sine qua non para a garantia da durabilidade e da salubridade das edificações, em especial tratando-se de ambientes destinados à prestação de serviços de saúde. Nesse sentido, a aplicação de chapisco e massa única nas paredes internas proporciona a regularização e a preparação adequada das superfícies para o recebimento da pintura, contribuindo para a proteção das alvenarias contra a ação da umidade e para a manutenção das condições de higiene necessárias ao funcionamento das unidades.
- c) Ademais, a instalação de forro de gesso nos tetos constitui elemento essencial para o conforto térmico e acústico dos ambientes, além de conferir acabamento estético compatível com a finalidade das edificações. Tal técnica propicia, ainda, a ocultação de instalações elétricas e hidráulicas, facilitando a manutenção e a organização visual dos espaços.
- d) Cabe salientar que, de acordo com os quantitativos apresentados na planilha orçamentária, a área total de aplicação de chapisco e massa única nas paredes internas corresponde a aproximadamente 200,00 m² por unidade, enquanto a área de instalação de forro de gesso nos tetos equivale a 133,62 m² por unidade. Considerando-se a área construída total estimada para cada Unidade Básica de Saúde, que varia entre 172,55 m² e 268,62 m², constata-se que a técnica em comento abrange cerca de 60% a 80% da área interna das edificações, evidenciando sua relevância no contexto global da obra.
- e) Ante o exposto, resta patente que a técnica de aplicação de chapisco e massa única nas paredes internas, associada à instalação de forro de gesso nos tetos, representa parcela significativa dos serviços a serem executados na reforma das Unidades Básicas de Saúde, sendo indispensável para a garantia da qualidade, da durabilidade e da funcionalidade das edificações, em consonância com as normas técnicas e as exigências legais aplicáveis à espécie.

7.16.4.2.REMOÇÃO, LAVAGEM E RETELHAMENTO COM TELHAS CERÂMICAS TIPO CANAL, COM REAPROVEITAMENTO DE 80% DAS TELHAS:

- a) A técnica de remoção, lavagem e retelhamento com telhas cerâmicas tipo canal, com reaproveitamento de 80% das peças, afigura-se como de maior relevância na obra de reforma das Unidades Básicas de Saúde, consoante os fundamentos a seguir delineados.
- b) Inicialmente, impende destacar que a intervenção nas coberturas das edificações é medida imprescindível para assegurar a estanqueidade e a proteção das estruturas contra as intempéries, notadamente a ação das chuvas e da radiação solar. Nessa senda, o retelhamento com telhas cerâmicas tipo canal proporciona a vedação adequada dos telhados, impedindo a infiltração de água e a deterioração dos elementos construtivos subjacentes, tais como as estruturas de madeira e as lajes de forro.



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

c) Outrossim, o reaproveitamento de 80% das telhas existentes configura providência louvável sob a ótica da sustentabilidade e da economicidade, porquanto evita o descarte desnecessário de materiais ainda servíveis, reduzindo a geração de resíduos e os custos associados à aquisição de novas peças. Tal medida encontra amparo nos princípios da eficiência e da razoabilidade que devem nortear as contratações públicas, nos termos do artigo 37, caput, da Constituição Federal.

d) Imperioso salientar, por oportuno, que as áreas de intervenção nos telhados correspondem a 172,55 m² na Unidade Básica de Saúde Antônio Mateus Amorim e a 268,62 m² na Unidade Básica de Saúde Guilherme Soares de Almeida, conforme se depreende dos quantitativos indicados na planilha orçamentária. Considerando-se que as áreas totais estimadas para as respectivas unidades são de 172,55 m² e 268,62 m², denota-se que a técnica em comento abrange a integralidade das coberturas das edificações, o que evidencia sua importância crucial no contexto global da obra.

e) À vista do expendido, incontestemente que a técnica de remoção, lavagem e retelhamento com telhas cerâmicas tipo canal, com reaproveitamento de 80% das peças, revela-se de inquestionável relevância para a consecução das finalidades precípua da reforma das Unidades Básicas de Saúde, quais sejam, a preservação da integridade e da funcionalidade das edificações, bem como a garantia de condições salubres e confortáveis para o atendimento aos usuários do sistema público de saúde, em estrita observância aos princípios constitucionais e legais que regem a matéria.

7.16.4.3.A REFORMA DAS COBERTURAS É ESSENCIAL PARA GARANTIR A ESTANQUEIDADE E PROTEGER A EDIFICAÇÃO CONTRA INTEMPÉRIES, ALÉM DE CONTRIBUIR PARA O CONFORTO TÉRMICO DOS AMBIENTES:

a) A reforma das coberturas afigura-se como técnica de indiscutível relevância na obra de requalificação das Unidades Básicas de Saúde, consoante os argumentos a seguir expendidos.

b) Ab initio, cumpre assinalar que as coberturas desempenham função primordial na preservação da integridade e da habitabilidade das edificações, ao promover a estanqueidade e a proteção contra as intempéries, notadamente a ação deletéria das chuvas, dos ventos e da radiação solar. Nesse particular, a reforma dos telhados mostra-se imprescindível para prevenir infiltrações, goteiras e outros danos que possam comprometer a estrutura e os revestimentos das construções, prejudicando sua durabilidade e sua aptidão para o uso.

c) Ademais, a intervenção nas coberturas contribui sobremaneira para a melhoria do conforto térmico dos ambientes, ao propiciar condições adequadas de ventilação e de isolamento em face das variações climáticas externas. Tal aspecto assume especial relevo tratando-se de Unidades Básicas de Saúde, porquanto a garantia de temperaturas amenas e de boa qualidade do ar interior é essencial para o bem-estar dos pacientes e dos profissionais que ali desempenham suas atividades.

d) Impende destacar, outrossim, que as áreas de intervenção nos telhados correspondem à totalidade das superfícies de cobertura das edificações, abrangendo 172,55 m² na Unidade Básica de Saúde Antônio Mateus Amorim e 268,62 m² na Unidade Básica de Saúde Guilherme Soares de Almeida, conforme se depreende dos quantitativos



indicados na planilha orçamentária. Considerando-se que as áreas totais estimadas para as mencionadas unidades equivalem justamente a 172,55 m² e 268,62 m², respectivamente, evidencia-se que a técnica em comento representa parcela expressiva da obra, abrangendo 100% das superfícies horizontais expostas das construções.

e) Ex positis, à vista dos fundamentos fáticos e técnicos colocados, incontestemente que a reforma das coberturas desponta como uma das técnicas de maior proeminência na consecução dos objetivos precípuos da obra de requalificação das Unidades Básicas de Saúde, revelando-se indispensável para assegurar a proteção, a durabilidade, a salubridade e o conforto das edificações, em estrita observância aos parâmetros legais, regulamentares e técnicos que regem a matéria, e em consonância com os princípios norteadores da Administração Pública insculpidos no artigo 37, caput, da Constituição Federal.

7.16.4.4. CONSTRUÇÃO DE FOSSA SÉPTICA E SUMIDOURO EM ALVENARIA DE TIJOLO MACIÇO E BLOCOS CERÂMICOS.

a) A construção de fossa séptica e sumidouro em alvenaria de tijolo maciço e blocos cerâmicos afigura-se como técnica de indiscutível relevância na obra de reforma das Unidades Básicas de Saúde, consoante os fundamentos a seguir aduzidos.

b) Inicialmente, cumpre assinalar que a implantação de sistemas adequados de tratamento e destinação final dos efluentes sanitários é medida imprescindível para garantir a salubridade das edificações e prevenir a contaminação do solo e dos recursos hídricos. Nesse particular, a construção de fossa séptica e sumidouro em conformidade com as normas técnicas e regulamentares aplicáveis constitui providência essencial para assegurar a qualidade e a segurança do sistema de esgotamento sanitário das unidades de saúde.

c) A escolha da técnica construtiva em alvenaria de tijolo maciço e blocos cerâmicos justifica-se por sua robustez, durabilidade e compatibilidade com as características do solo e do clima locais. Tais materiais proporcionam a impermeabilização necessária para evitar a percolação de efluentes no terreno, bem como a resistência mecânica suficiente para suportar as pressões exercidas pelo solo e pela água, garantindo a integridade e a estanqueidade do sistema ao longo do tempo.

d) Cabe salientar, outrossim, que a construção de fossa séptica e sumidouro constitui exigência legal para a aprovação e o licenciamento de edificações destinadas a atividades de saúde, nos termos da legislação sanitária e ambiental vigente. A observância de tais normas é condição sine qua non para a regularidade da obra e para a obtenção das autorizações necessárias ao funcionamento das Unidades Básicas de Saúde.

e) No que tange à representatividade da técnica no contexto global da obra, impende destacar que, embora a construção de fossa séptica e sumidouro não constitua item com grande impacto em termos de área construída ou de custo total, sua relevância para a salubridade e a legalidade das edificações é inquestionável. Trata-se de elemento essencial para o atendimento das condições mínimas de higiene e de saneamento exigidas para a prestação de serviços de saúde, repercutindo diretamente na qualidade do atendimento aos usuários e na proteção do meio ambiente.



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

f) Ex positis, à vista dos argumentos expendidos, incontestemente que a construção de fossa séptica e sumidouro em alvenaria de tijolo maciço e blocos cerâmicos desponta como técnica de elevada relevância na obra de reforma das Unidades Básicas de Saúde, revelando-se indispensável para assegurar a salubridade, a segurança e a regularidade das edificações, em estrita observância aos parâmetros legais e técnicos que regem a matéria, e em consonância com os princípios da prevenção, da precaução e da supremacia do interesse público.

7.17. Apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes.

7.18. Certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, que demonstrem capacidade operacional e profissional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

7.19. Para comprovação da capacidade técnica anteriormente exigida, nos moldes previstos no art. 67, §§1º e 2º da Lei nº 14.1333/2021, será habilitada as empresas que comprovarem as parcelas de maior relevância técnica:

7.20. O percentual mínimo a ser comprovado é de 35%:

a) Item 3.1 - 87530/SINAPI: "Massa única, para recebimento de pintura, em argamassa traço 1:2:8, preparo manual, aplicada manualmente em faces internas de paredes, espessura de 20mm, com execução de taliscas. af_06/2014"

b) Item 3.2 - 87893/SINAPI: "Chapisco aplicado em alvenaria (sem presença de vãos) e estruturas de concreto de fachada, com colher de pedreiro. argamassa traço 1:3 com preparo manual. af_10/2022"

c) Item 4.1 - 96109/SINAPI: "Forro em placas de gesso, para ambientes residenciais. af_08/2023_ps"

d) Item 2.1 - 11618/ORSE: "Remoção, lavagem, carga e retelhamento de telhas cerâmicas tipo canal comum, sem uso de grampo de arame, c/ ré- aproveitamento de 80%, Itabaiana ou similar - Rev 01"

e) Item 10.1 - FL02/ORSE: "Fossa séptica de alvenaria de tijolos maciços 1.40x2.80x1.10 revestimento interno em argamassa de cimento e areia, contrapiso em concreto simples fck=20mpa e=10cm"

f) Item 10.2 - FL03/ORSE: "Sumidouro de imoló batido de 20cm, diâmetro de 1,20m profundidade 4,50m"

7.21. Será permitido o somatório dos atestados.

7.22. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

7.23. Indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

7.24. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

7.25. Comprovação do registro da licitante: a licitante deverá comprovar para fins de habilitação o seu registro junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU da região a que estiver vinculada, conforme enquadramento respectivo.

7.26. Relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição da disponibilidade do pessoal técnico. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.26.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.27. No caso de necessidade de prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante o Agente de Contratação ou membro de sua Equipe de Apoio, nomeados por Portaria, mediante apresentação do original ou cópia autenticada em cartório ou por declaração em conformidade com o artigo 12, inciso IV, da Lei Federal n.º 14.133/2023.

7.16. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.16.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.17. No caso de necessidade de prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante o Agente de Contratação ou membro de sua Equipe de Apoio, nomeados por Portaria, mediante apresentação do original ou cópia autenticada em cartório ou por declaração em conformidade com o artigo 12, inciso IV, da Lei Federal n.º 14.133/2023.

7.18. Será verificado, sob pena de inabilitação, se o licitante apresentou, em campo próprio do sistema eletrônico, todas as declarações mencionadas neste edital.



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

7.19. A verificação pelo Agente de Contratações, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.20. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

7.20.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.20.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.21. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.22. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratações examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

7.23. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.24. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida como condição para participação na licitação.

7.25. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas ou empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da Administração, após declarado vencedor, para fins de contratação, em conformidade com a Lei Complementar 123/2006 e suas alterações, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.26. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão observar o seguinte:

7.26.1. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

7.26.2. Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;

7.26.3. Se a licitante for a matriz e a prestadora dos serviços/fornecedora for a filial, todos os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz e da filial;

7.26.4. Serão dispensados da filial aqueles documentos que, por sua própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.



8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata. A interposição do recurso será comunicada aos demais licitantes, os quais poderão apresentar contrarrazões em igual prazo, contado da interposição do recurso, sendo assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.3. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente após a declaração de vencedor, sob pena de preclusão.

8.3.1. O tempo mínimo para manifestação da intenção de recurso será concedido na sessão pública e não será inferior a 10 (dez) minutos, podendo o Agente de Contratações dar provimento ou negar o mesmo.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

9.1. Examinada a aceitabilidade da proposta, a regularidade e a habilitação do licitante vencedor, inexistindo manifestação recursal, incumbe à autoridade competente adjudicar o objeto e homologar o procedimento licitatório.

9.2. Decididos os recursos porventura interpostos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, caberá à autoridade competente adjudicar o objeto ao licitante vencedor e homologar o procedimento licitatório.



10. DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

10.1. Findo o procedimento licitatório, o licitante vencedor será convocado para firmar contrato ou instrumento equivalente com a Administração nos moldes da minuta constante do Anexo I deste edital, quando assim a lei o exigir.

10.2. Caso o licitante vencedor tenha apresentado declaração de estar enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual para poder usufruir das prerrogativas concedidas pela Lei Federal 123/2006, como condição para assinatura do contrato, deverá apresentar a Certidão expedida pela Junta Comercial de seu domicílio, comprobatória de seu enquadramento.

10.3. Se o licitante vencedor não comparecer dentro do prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocado para assinatura do termo de contrato ou instrumento equivalente, sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas.

10.4. Não assinando o licitante vencedor a nota de empenho, contrato ou documento equivalente no prazo estabelecido no item anterior, reservar-se-á ao Município de São Gabriel – BA, o direito de convocar os licitantes remanescentes, aplicando-se o disposto no artigo 90 da Lei n.º 14.133/2021.

10.5. O contrato a ser firmado em decorrência desta licitação poderá ser rescindido antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

10.6. A vigência do contrato será de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, mediante a celebração de termo aditivo.

10.6.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

10.7. Previsão contratual de reajuste de preços, repactuação e reequilíbrio:

10.7.1. Os valores poderão ser reajustados, decorridos 12 (doze) meses da data do orçamento estimado, quando a CONTRATADA poderá, através de requerimento específico, antes da assinatura do Termo Aditivo de prorrogação de vigência, solicitar a correção das bases contratuais.

10.7.2. O pedido de reajuste será recebido e analisado pela Administração que, e sendo acolhido, autorizará a correção pelo índice INCC ou IPCA devendo ser utilizado o menor entre eles desde que em conformidade com a realidade do mercado.

10.7.3. A repactuação, quando cabível, conforme conceitua o art. 6, LIX da Lei nº 14.133/2021 deverá ser precedida de solicitação do contratado, acompanhada de demonstração analítica da variação dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços, ou do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

10.7.4. O reequilíbrio de preço somente será concedido quanto comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro nas situações de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis – observando que reajuste no preço dos insumos, folha de pagamento e demais despesas dentro dos índices padrões (inflação, previsão em convenção) não serão considerados para concessão de reequilíbrio.

10.7.5. No pedido de reequilíbrio não serão considerados como comprovantes de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis documentos tais como folha de pagamento e demais despesas dentro dos índices padrões (inflação, previsão em convenção).

10.8. Em garantia à execução, a licitante vencedora deverá apresentar, em consonância com o artigo 98 da Lei n.º 14.133/2021, comprovante da prestação de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, com validade para todo o período de execução da obra, podendo optar por uma das modalidades previstas no artigo 96 da referida lei.

10.8.1. No caso do licitante optar pela prestação de garantia na modalidade prevista no inciso II do § 1º do artigo 96 da Lei n.º 14.133/2021, lhe será concedido o prazo máximo de 1 (um) mês a contar da data de homologação da presente licitação.

10.9. Será permitida a subcontratação parcial do objeto até o limite de 25% (quarenta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

10.9.1. Em qualquer caso de subcontratação na presente licitação, para que seja efetivada, a Contratada deverá observar os seguintes procedimentos:

10.9.1.1. informar, previamente e por escrito à Contratante, por meio da Secretaria Municipal de Infraestrutura, em pedido direcionado ao fiscal ou gestor do contrato com a relação dos serviços que pretende subcontratar, além das empresas e profissionais que irão executá-los, com razão social, CNPJ, endereços completos e demais informações dos Responsáveis Técnicos destas, e/ou outras informações, a critério da Contratante, conforme o caso;

10.9.1.2. além dos documentos acima, também deverão ser apresentados à Contratante, documentos relativos à habilitação jurídica, regularidade fiscal, e qualificações técnica e econômico-financeiras das empresas que serão subcontratadas, na forma exigida da Contratada por este edital, exceto no que se refere ao Acervo Técnico, que deverá contemplar serviços compatíveis com os subcontratados;

10.9.2. Caberá exclusivamente à Contratante decidir quanto às propostas de subcontratações, considerando as características do mercado, a conveniência, oportunidade, possibilidade e viabilidade técnica;

10.9.3. Caberá à Contratada exigir de seus subcontratados, se for o caso, cópia da ART ou RRT, dos serviços a serem realizados, apresentando-a à fiscalização da Secretaria Municipal de Infraestrutura, quando solicitado;



10.9.4. Caberá à Contratada incluir em todos os contratos que vier a celebrar com as empresas subcontratadas, dispositivo que permita à Contratante exercer amplo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto subcontratado, nos termos estabelecidos no Contrato;

10.9.5. Caberá às empresas subcontratadas, o cumprimento juntamente com a Contratada, de todas as demais atribuições dispostas no presente edital;

10.9.6. Eventuais infrações dispostas na legislação vigente ocorridas durante a execução do objeto contratado, e que venham a dar causa a contratada e/ou as empresas subcontratadas, não serão imputadas à Contratante, quer por acidentes de trabalho dos empregados da Contratada e/ou das empresas subcontratadas, quer por danos a terceiros, resultantes de ação, omissão ou negligência por parte destas;

10.9.7. Caberá à Contratada a responsabilidade por todos os atos praticados pelas subcontratadas, inclusive, quanto ao não atendimento das solicitações da Contratante, continuando a Contratada a responder direta e exclusivamente pela fiel observância das obrigações contratuais e legais;

10.9.8. Quaisquer irregularidades na execução ou decorrentes das subcontratações serão imputadas exclusivamente à Contratada, e poderão sujeitá-la às sanções previstas no presente edital licitatório;

10.9.9. É vedada a subcontratação de microempresas e empresas de pequeno porte e microempreendedor individual que tenham participado da licitação;

10.9.10. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

11. DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

11.1. O prazo máximo para a execução dos serviços será de **12 (doze) meses** e o prazo máximo para iniciar a execução é de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da Ordem de Serviço.

11.2. Os atrasos na execução dos serviços, tanto nos prazos parciais, como nos prazos de início e conclusão, somente serão justificáveis quando decorrerem de casos fortuitos ou de força maior, conforme disposições contidas no Código Civil Brasileiro.

12. DO PAGAMENTO

12.1. Os pagamentos serão realizados pelo sistema de empenho com a emissão pela Contratada, das faturas mensais correspondentes ao serviço efetivamente executado, sob a forma de medições e verificações a serem realizadas pela Contratante, em até 30 (trinta) dias contados da apresentação, liquidação e encaminhamento dos



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

documentos hábeis de cobrança pela Secretaria Municipal de Infraestrutura acompanhada das folhas de pagamento, guias de recolhimento do INSS e FGTS, devidamente quitadas, relativos ao mês anterior ao do pagamento, ou documento equivalente que comprove referido recolhimento, laudo técnico e autorização de pagamento emitidos pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, podendo ser feitos por cheque ou por crédito bancário.

12.2. Para a presente obra, não se aplicará a retenção de Contribuição Previdenciária, conforme enquadramento no inciso II do artigo 114 da Instrução Normativa RFB n.º 2110/2022 e indicação constante no item 19.8 do Projeto Básico.

12.3. Para a execução do pagamento de que trata o item anterior, a licitante vencedora deverá fazer constar na nota fiscal correspondente, emitida sem rasura e em letra bem legível o nome do Município de São Gabriel - BA e o número do CNPJ n.º 13.891.544/0001-32.

12.4. O Município de São Gabriel – BA, efetuará os pagamentos quando se tratar de verba federal (convênios), obrigatoriamente por meio dos Bancos Oficiais, quais sejam, Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil S/A.

12.5. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida à contratada, pelo responsável pelo recebimento, e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a Administração Pública Municipal.

12.6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento por parte do Município de São Gabriel - BA, desde que o licitante vencedor não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pela Administração Pública Municipal, entre a data em que o pagamento é devido e a data do efetivo pagamento, será de 6% (seis por cento) ao ano, calculada *pro rata die*.

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quais sejam:

13.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

13.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

13.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

13.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

13.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

13.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

13.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

licitação ou a execução do contrato;

13.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

13.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

13.1.11. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

13.1.12. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;

13.1.13. praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846/2013.

13.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

13.2.1. Advertência pela falta do subitem 13.1.1 do Edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

13.2.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 13.1.1 a 13.1.12 do Edital;

13.2.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 13.1.2 a 13.1.4 e subitens 13.1.6 a 13.1.7 do Edital quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e

13.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 13.1.8 a 13.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.

13.3. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante, conforme previsto no artigo 156, § 9º da Lei nº 14.133/2021.

13.4. Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, conforme dispõe o artigo 156, § 7º da Lei nº 14.133/21.

13.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, conforme previsto no artigo 156, § 8º da Lei nº 14.133/2021, se for o caso.

13.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do artigo 158 da Lei nº



14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.7. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.7.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

13.7.2. as peculiaridades do caso concreto;

13.7.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.7.4. os danos que dela provierem para o Contratante;

13.7.5. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do artigo 163 da Lei nº 14.133/2021.

13.7.6. As penalidades acima descritas poderão ser aplicadas sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

14.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios:

14.3.1. Os pedidos de esclarecimentos ou providências deverão ser dirigidos ao Agente de Contratações, podendo, para tanto, ser utilizado o site oficial do município, <http://www.docgedsistemas.com.br/portalmunicipio/ba/pmsaogabriel/diario>, ou serem feitos por meio dos campos disponíveis no sistema eletrônico <https://bnc.org.br/>.

14.3.2. As impugnações cabíveis, decorrentes dos atos oriundos da presente licitação, deverão ser fundamentadas e dirigidas ao Agente de Contratações, podendo ser protocolizadas junto à Equipe de Apoio, situada na no Largo da Pátria, 132, centro, São Gabriel, Estado da Bahia, CEP 44.915-000, no horário das 08 às 16 horas, ou enviadas via postagem, ou ainda, por meio do site oficial do município, <http://www.docgedsistemas.com.br/portalmunicipio/ba/pmsaogabriel/diario>, ou ainda, serem feitos por meio dos campos disponíveis no sistema eletrônico <https://bnc.org.br/>.

14.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

14.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

14.5. As respostas aos pedidos de esclarecimento e às impugnações serão publicadas no site oficial deste município, <http://www.docgedsistemas.com.br/portalmunicipio/ba/pmsaogabriel/diario>, bem como, no site de realização deste certame, <https://bnc.org.br/>, para conhecimento de todos os interessados, cabendo a estes acessá-los para a obtenção das informações prestadas.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratações.

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no site oficial deste município, <http://www.docgedsistemas.com.br/portalmunicipio/ba/pmsaogabriel/diario>, bem como no site de realização do certame, <https://bnc.org.br/>.



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

15.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 15.11.1.** ANEXO I – Minuta de Contrato;
- 15.11.2.** ANEXO II – Projeto Básico, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro, Composição do BDI, Composição de Preços, Memorial Descritivo e Projetos;
- 15.11.3.** ANEXO III – Modelo de Declarações;
- 15.11.4.** ANEXO IV – Declaração de Enquadramento como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte;
- 15.11.5.** ANEXO VI – Modelo de Proposta Comercial.

São Gabriel - BA, 11 de Abril de 2024.

Hipólito Rodrigues Silva Gomes.
Prefeito Municipal



ANEXO I

MINUTA DE CONTRATO N.º .../2024

REF.: CONCORRÊNCIA N.º 002/2024
PROCESSO LICITATÓRIO PRC N.º 0260/2024

O MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL - BA, entidade de direito público, com sede administrativa localizada na Praça Largo da Pátria n.º 132, Centro, CEP: 44.915-000, na Cidade de São Gabriel - Bahia, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o n.º 13.891.544/0001-32, neste ato representado pelo Prefeito, **Sr. Hipólito Rodrigues Silva Gomes**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a sociedade empresária, com sede na, n.º, bairro, na cidade de, CEP n.º, inscrita no CNPJ sob o n.º, neste ato representada pelo **Sr.**, portador do CPF n.ºxxx.xxx-..., doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, que segv regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

OBSERVAÇÃO:

a) Caso o licitante vencedor tenha apresentado declaração de estar enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual para poder usufruir das prerrogativas concedidas pela Lei Federal 123/2006, como condição para assinatura do contrato, deverá apresentar a Certidão expedida pela Junta Comercial de seu domicílio, comprobatória de seu enquadramento.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Este contrato tem por objeto a **Contratação de empresa de Engenharia Civil para execução das Obras de Reforma dos PSF'S MARIA CÂNDIDA, ANTÔNIO GOMES FERREIRA, GUILHERME SOARES DE ALMEIDA, ANTÔNIO MATEHEUS AMRIM, ANTÔNIO HONORATO DE SOUZA, FLORENTINA FRANCISCA DE JESUS, IZABEL ZUMIRA DOS SANTOS E POSTO SATELITE VALQUIRIA ALVES DE ALMEIDA no município de São Gabriel-Bahia, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos, incluindo fornecimento de materiais, conforme planilha de orçamentos, cronograma físico-financeiro, projeto básico e Projetos integrantes do Edital e Anexo I deste contrato.**

1.2 O regime de execução é o de empreitada por preço unitário.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA CONTRATUAL E PRORROGAÇÃO

2.1 – A vigência deste contrato será de/... à/... podendo ser prorrogado, conforme previsto na Lei n.º 14.133/2021, mediante a celebração de termo aditivo.

2.2 – A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a **CONTRATADA**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO E PRORROGAÇÃO

3.1 – **O prazo máximo para execução dos serviços é de 12 (doze) meses**, e o prazo máximo para iniciar a execução dos serviços é de 15 (quinze) dias, sendo que ambos os prazos serão contados a partir da data de recebimento da Ordem de Serviço.

3.2 – A **CONTRATADA** deverá cumprir rigorosamente o prazo contratual, sendo que os atrasos na execução dos serviços, tanto nos prazos parciais, como no início e conclusão, somente serão justificáveis, quando decorrentes de casos fortuitos ou de força maior, devidamente comprovados.



CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

4.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Projeto Básico (Anexo II) do Edital.

CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO

5.1 Será permitida a subcontratação parcial do objeto até o limite de 25% (Vinte e cinco por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

5.2 Em qualquer caso de subcontratação na presente licitação, para que seja efetivada, a Contratada deverá observar os seguintes procedimentos:

5.3 informar, previamente e por escrito à Contratante, por meio da Secretaria Municipal de Infraestrutura, em pedido direcionado ao fiscal ou gestor do contrato com a relação dos serviços que pretende subcontratar, além das empresas e profissionais que irão executá-los, com razão social, CNPJ, endereços completos e demais informações dos Responsáveis Técnicos destas, e/ou outras informações, a critério da Contratante, conforme o caso;

5.4 além dos documentos acima, também deverão ser apresentados à Contratante, documentos relativos à habilitação jurídica, regularidade fiscal, e qualificações técnica e econômico-financeiras das empresas que serão subcontratadas, na forma exigida da Contratada por este edital, exceto no que se refere ao Acervo Técnico, que deverá contemplar serviços compatíveis com os subcontratados;

5.5 Caberá exclusivamente à Contratante decidir quanto às propostas de subcontratações, considerando as características do mercado, a conveniência, oportunidade, possibilidade e viabilidade técnica;

5.6 Caberá à Contratada exigir de seus subcontratados, se for o caso, cópia da ART ou RRT, dos serviços a serem realizados, apresentando-a à fiscalização da Secretaria Municipal de Infraestrutura, quando solicitado;

5.7 Caberá à Contratada incluir em todos os contratos que vier a celebrar com as empresas subcontratadas, dispositivo que permita à Contratante exercer amplo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto subcontratado, nos termos estabelecidos no Contrato;

5.8 Caberá às empresas subcontratadas, o cumprimento juntamente com a Contratada, de todas as demais atribuições dispostas no presente edital;

5.9 Eventuais infrações dispostas na legislação vigente ocorridas durante a execução do objeto contratado, e que venham a dar causa a Contratada e/ou as empresas subcontratadas, não serão imputadas à Contratante, quer por acidentes de trabalho dos empregados da Contratada e/ou das empresas subcontratadas, quer por danos a terceiros, resultantes de ação, omissão ou negligência por parte destas;



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

5.10 Caberá à Contratada a responsabilidade por todos os atos praticados pelas subcontratadas, inclusive, quanto ao não atendimento das solicitações da Contratante, continuando a Contratada a responder direta e exclusivamente pela fiel observância das obrigações contratuais e legais;

5.11 Quaisquer irregularidades na execução ou decorrentes das subcontratações serão imputadas exclusivamente à Contratada, e poderão sujeitá-la às sanções previstas no presente edital licitatório;

5.12 É vedada a subcontratação de microempresas e empresas de pequeno porte e microempreendedor individual que tenham participado da licitação;

5.13 É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

6.1 Pela execução dos serviços a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA**, nas condições e prazos estabelecidos pela **CONTRATANTE** e integrantes desse contrato, o valor de **R\$** (.....); que correrão por conta da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

6.3 – Todos os encargos sociais e fiscais, taxas e emolumentos, que recaírem sobre o contrato, correrão à conta da **CONTRATADA**.

6.4 – Os pagamentos serão realizados pelo sistema de empenho, com a emissão, pela **CONTRATADA**, das faturas mensais correspondentes ao serviço efetivamente executado, sob forma de medições e verificações a serem realizadas pela **CONTRATANTE**, em até 30 (trinta) dias contados da apresentação, liquidação e encaminhamento dos documentos hábeis de cobrança pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, acompanhada das folhas de pagamento, guias de recolhimento do INSS e FGTS, devidamente quitadas, e demais documentos exigidos, relativos ao mês anterior ao do pagamento, ou documento equivalente que comprove o referido recolhimento, laudo técnico e autorização de Pagamento emitidos pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, através de crédito bancário.

6.5 – O Município de São Gabriel - BA efetuará o(s) pagamento(s) quando se tratar de verba federal (convênios), obrigatoriamente por meio dos Bancos Oficiais, quais sejam, Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil S/A.

6.5.1 – A **CONTRATADA** deverá, no ato de assinatura do contrato, apresentar um documento contendo o número da conta bancária para pagamento das notas fiscais.

6.6 – Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida à **CONTRATADA**, pelo responsável pelo recebimento, e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a Administração Pública Municipal.

6.7 – Nos casos de eventuais atrasos de pagamento por parte do Município de São Gabriel - BA, desde que a licitante vencedora não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pela Administração Pública Municipal, entre a data em que o pagamento é devido e a data do efetivo



pagamento, será de 6% (seis por cento) ao ano, calculada *pro-rata die*.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES

7.1 – Caberá à CONTRATANTE:

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, de acordo com o Edital e seus anexos e com este Contrato.
- b) Receber o objeto no prazo, condições e em estrita conformidade com as especificações estabelecidas no Projeto Básico (Anexo II) do Edital e Memorial Descritivo.
- c) Proporcionar todos os meios necessários ao bom andamento do serviço contratado.
- d) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA** com relação ao objeto deste contrato.
- e) Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados.
- f) A publicação resumida do instrumento do Contrato, resultante do presente contrato ou de seus aditamentos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia.
- g) Concluída a instrução do requerimento, decidir dentro do prazo de **30 (trinta) dias** sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, admitida a prorrogação motivada por igual período.
- h) Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- i) Notificar a **CONTRATADA** por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.
- j) Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.
- l) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela **CONTRATADA**.
- m) Comunicar a **CONTRATADA** para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o Art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.
- n) Aplicar à **CONTRATADA** as sanções previstas na lei e neste Contrato.

7.2 – Caberá à CONTRATADA:

- a) Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, outrossim, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento do presente contrato.
- b) Responder por quaisquer danos causados diretamente à Prefeitura Municipal de São Gabriel - BA ou a Terceiros durante a prestação dos serviços ou mesmo após o seu término, neste caso, quando o dano causado for reflexo dos



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

serviços prestados durante a vigência do contrato, em qualquer dos dois casos decorrentes de dolo ou culpa na prestação dos serviços, independentemente de fiscalização e acompanhamento por parte da Secretaria Municipal de Infraestrutura, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.

c) Arcar pontualmente com o pagamento de todos os tributos que incidirem sobre a contratação ou sobre as atividades que constituam o objeto da **CONTRATADA**, responsabilizando-se, pelo cumprimento e quitação de todas as obrigações impostas pela legislação trabalhista e de previdência social pertinentes ao pessoal contratado para a execução dos serviços, objeto do presente contrato, bem como as despesas decorrentes dos encargos fiscais, comerciais e tributários, inclusive Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU.

d) Prestar esclarecimentos à Administração Pública Municipal sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolva independente de solicitação.

e) Conceder livre acesso aos documentos e registros contábeis da empresa, referente ao objeto contratado, para os servidores do órgão ou entidade pública concedente e dos órgãos de controle interno e externo.

f) Manter no local da prestação dos serviços o livro “Relatório Diário de Obras” RDO. A cada 10 (dez) dias corridos, desde o início da obra, as 1^{as} vias destes documentos deverão ser entregues à (Secretaria Municipal de Infraestrutura), devidamente assinadas pelo Engenheiro/Arquiteto da **CONTRATADA** e pela Fiscalização. A não observância dos prazos estipulados acima, impedirá a tramitação das medições. No RDO devem ser anotados o efetivo de pessoal alocado na Obra, os equipamentos utilizados, a descrição e quantidade dos serviços executados no dia. A comunicação entre Supervisão e a **CONTRATADA** se fará por meio desse expediente. Atas de reuniões, solicitações de serviços, documentos e providências, bem como advertências, nome dos visitantes às obras ou ainda observações relevantes de qualquer natureza, deverão ser registrados neste caderno. Qualquer pleito ou reivindicação, proposição ou mesmo reclamação, sequer serão analisados sem o histórico do caso devidamente documentado no RDO.

g) Instalar no local da obra uma placa em estrita conformidade com o Memorial Descritivo (Anexo II) do Edital, em atendimento à Lei Municipal nº 6.429/2020.

7.3 – A **CONTRATADA** obriga-se a executar os serviços de acordo com o estipulado neste instrumento.

7.4 – A **CONTRATADA** obriga-se a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.5 – A **CONTRATADA** deverá apresentar, no ato de recebimento da ordem de serviço, a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) e/ou o RRT (Registro de Responsabilidade Técnica) dos projetos a serem executados.

7.6 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

7.7 – A **CONTRATADA** é obrigada a refazer, de imediato e às suas expensas, serviços em que se verificarem irregularidades.

7.8 – As despesas decorrentes do fornecimento e transporte dos materiais necessários à execução dos serviços correrão por conta exclusiva da **CONTRATADA**.

7.9 – A **CONTRATADA** providenciará, às suas custas, a aprovação pelos poderes competentes ou companhias concessionárias de serviços públicos, quando for o caso, de todos componentes do projeto, bem como alvarás e licenças necessários à execução dos projetos.

7.10 – A **CONTRATADA** assumirá integral responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços prestados que



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

ela efetuar, pelo fornecimento de equipamentos, materiais, mão de obra e instalações para os serviços, assim como pelo cumprimento dos elementos técnicos fornecidos pelo **CONTRATANTE** ou por terceiros.

7.11 – A **CONTRATADA** obriga-se a não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do **CONTRATANTE** ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12 – A **CONTRATADA** obriga-se a cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação.

7.13 – A **CONTRATADA** obriga-se a comprovar a reserva de cargos prevista na Cláusula 7.12, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas conforme o Art. 116, parágrafo único da Lei 14.133/2021.

7.14 – A **CONTRATADA** obriga-se a alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

7.15 – A **CONTRATADA** obriga-se a efetuar comunicação ao **CONTRATANTE**, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

7.16 – A **CONTRATADA** obriga-se a comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

7.17 – A **CONTRATADA** obriga-se a paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

7.18 – A **CONTRATADA** obriga-se a submeter previamente, por escrito, ao **CONTRATANTE**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

7.19 – A **CONTRATADA** obriga-se a não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

7.20 – A **CONTRATADA** obriga-se a guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

7.21 – A **CONTRATADA** obriga-se a arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.22 – A **CONTRATADA** obriga-se a cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

8.1 – A Fiscalização e a Gestão deste contrato serão realizadas por servidores deste município, conforme designado pela Portaria nº XXXX/2023.

8.2 – A fiscalização dos serviços executados será exercida pelo **CONTRATANTE**, através da Secretaria Municipal de Infraestrutura, que será exercida através de seus técnicos ou de órgãos que ela designar, não impedindo, no entanto, a ação complementar por assessoria de profissionais ou empresas especializadas, expressamente contratadas para tal fim.

8.3 – Aos responsáveis pela fiscalização, por parte da **CONTRATANTE**, caberá a autorização da emissão de faturas, alterações de projetos, substituição de materiais, bem como a prática de todos os atos que se fizerem necessários para a fiel execução dos serviços contratados.

8.4 – Abaixo, segue tabela referente aos fiscais e gestores deste contrato:

	Nome	Secretaria
Gestor		Secretaria Municipal de Infraestrutura
Fiscal		Secretaria Municipal de Infraestrutura

CLÁUSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO

9.1 – Incumbirá ao **CONTRATANTE** providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1 – Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quais sejam:

10.1.1 – dar causa à inexecução parcial do contrato;

10.1.2 – dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.1.3 – dar causa à inexecução total do contrato;

10.1.4 – deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

10.1.5 – não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

10.1.6 – não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.7 – ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

10.1.8 – apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

10.1.9 – fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

10.1.10 – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

10.1.11 – Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

10.1.12 – praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame.

10.1.13 – praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846/2013.

10.2 – O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 10.1.1 deste Contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 10.1.1 a 10.1.13;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 10.1.2 a 10.1.4 e subitens 10.1.6 a 10.1.7 deste Contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 10.1.8 a 10.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

10.3 – A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à **CONTRATANTE**, conforme previsto no artigo 156, § 9º da Lei nº 14.133/2021.

10.4 – Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, conforme dispõe o artigo 156, § 7º da Lei nº 14.133/21.

10.5 – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, conforme previsto no artigo 156, § 8º da Lei nº 14.133/2021, se for o caso.

10.6 – A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do artigo 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.7 – Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o **CONTRATANTE**;

e) As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do artigo 163 da Lei nº 14.133/2021.



10.8 – A aplicação das penalidades acima descritas poderão ser aplicadas sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTE DE PREÇOS E REEQUILÍBRIO

11.1 – Os valores poderão ser reajustados, decorridos 12 (doze) meses da data do orçamento estimado da Administração, quando a **CONTRATADA** poderá, através de requerimento específico, antes da assinatura do Termo Aditivo de prorrogação de vigência, solicitar a correção das bases contratuais.

11.1.1 – O pedido de reajuste será recebido e analisado pela Administração que, e sendo acolhido, autorizará a correção pelo índice INCC ou IPCA devendo ser utilizado o menor entre eles desde que em conformidade com a realidade do mercado.

11.2 – A repactuação, quando cabível, conforme conceitua o art. 6, LIX da Lei nº 14.133/2021 deverá ser precedida de solicitação do contratado, acompanhada de demonstração analítica da variação dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços, ou do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

11.3 - O reequilíbrio de preço somente será concedido quanto comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro nas situações de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis – observando que reajuste no preço dos insumos, folha de pagamento e demais despesas dentro dos índices padrões (inflação, previsão em convenção) não serão considerados para concessão de reequilíbrio.

11.4 - No pedido de reequilíbrio não serão considerados como comprovantes de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis documentos tais como folha de pagamento e demais despesas dentro dos índices padrões (inflação, previsão em convenção).

11.5 - Em garantia à execução, a licitante vencedora deverá apresentar, em consonância com o artigo 98 da Lei n.º 14.133/2021, comprovante da prestação de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, com validade para todo o período de execução da obra, podendo optar por uma das modalidades previstas no artigo 96 da referida lei.

11.6 - No caso do licitante optar pela prestação de garantia na modalidade prevista no inciso II do § 1º do artigo 96 da Lei n.º 14.133/2021, lhe será concedido o prazo máximo de 1 (um) mês a contar da data de homologação da presente licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GARANTIA

12.1 – Em garantia à execução dos serviços, prevista no item 10.8 do Edital, a **CONTRATADA** deverá apresentar, em consonância com o artigo 98 da Lei n.º 14.133/2021, comprovante da prestação de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, ou seja, **R\$** (.....), com validade para todo o período de execução da obra, podendo optar por uma das modalidades previstas no artigo 96 da referida lei.

12.2 – A garantia em apreço, quando em dinheiro, deverá ser depositada em conta bancária a ser informada pela Secretaria Municipal de Gestão Fazendária do Município de São Gabriel - BA.

12.3 – Caso faça opção pela caução em títulos da dívida pública, a **CONTRATADA** deverá transferir a posse dos títulos para a Administração até o adimplemento da obrigação contratual ou satisfação da sanção.



12.4. A garantia prestada deverá formalmente cobrir pagamentos não efetuados pela **CONTRATADA**, referentes a:

12.4. 1 – prejuízos ou danos causados ao **CONTRATANTE**;

12.4. 2 – prejuízos ou danos causados a terceiros pela **CONTRATADA**;

12.4. 3 – toda e qualquer multa contratual;

12.4. 4 – débitos da empresa para com os encargos fiscais, previdenciários e trabalhistas relacionados com o presente contrato, tais como: INSS, FGTS, impostos, salários, vales-transporte, vales-refeição, verbas rescisórias, etc;

12.4. 5 – quaisquer obrigações não cumpridas pela **CONTRATADA** em relação ao presente contrato previstas no ordenamento jurídico do país.

12.5 – A **CONTRATADA**, terá restituída a garantia acima prestada, descontados valores de eventuais débitos, quando findo o prazo de vigência deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

13.1 – O presente contrato poderá ser rescindido, bem como ser cancelada de pleno direito a nota de empenho que vier a ser emitida em decorrência deste contrato, a qualquer tempo e independente de notificação ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, com base nos motivos previstos nos arts. 137 e 138 da Lei Federal n.º 14.133/21.

13.2 – Poderá ainda o presente contrato ser rescindido, desde que motivado o ato e assegurado à **CONTRATADA** o contraditório e a ampla defesa quando esta:

a) venha a ser atingida por protesto de título, execução fiscal ou outros fatos que comprometam sua capacidade econômico-financeira;

b) for envolvida em escândalo público e notório;

c) quebrar o sigilo profissional;

d) utilizar, em benefício próprio ou de terceiras informações não divulgadas ao público e às quais tenha acesso por força de suas atribuições e que contrariem as disposições estabelecidas pelo Município de São Gabriel - BA;

e) na hipótese de ser anulada a adjudicação em função de qualquer dispositivo legal que a autorize.

13.3 – A nulidade do processo licitatório induz à do presente contrato, sem prejuízo do disposto no art. 149 da Lei Federal n.º 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI DE PROTEÇÃO DE DADOS

14.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

14.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º da LGPD.

14.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

14.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 10 (DEZ) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela **CONTRATADA**.

14.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da **CONTRATADA** eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

14.5 É dever da **CONTRATADA** orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

14.6 A **CONTRATADA** deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

14.7 O **CONTRATANTE** poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a **CONTRATADA** atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

14.8 A **CONTRATADA** deverá prestar, no prazo fixado pelo **CONTRATANTE**, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

14.9 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

14.10 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

14.11 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS

15.1 – Aplicam-se ao presente contrato as disposições legais e regulamentares contidas na legislação vigente qual seja, Lei Federal n.º 14.133/21 com suas modificações posteriores.

Parágrafo Único: Serão partes integrantes do presente contrato guardadas as necessárias conformidades, independentemente de transcrições ou referências:

- a) Todos os elementos técnicos apresentados no Edital desta Concorrência de n.º/2023 e seus anexos;
- b) As normas técnicas brasileiras e demais especificações técnicas pertinentes;
- c) A proposta comercial da **CONTRATADA**;
- d) A Lei Federal n.º 14.133/21, com suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Irecê (BA), para dirimir questões oriundas do presente contrato, renunciando as partes, desde já, a qualquer outro a que, por ventura, tenham ou possam vir a ter direito.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente documento em 1 (uma) via, na presença de duas testemunhas abaixo assinadas, que a tudo presenciaram.

São Gabriel - BA, de de 2024.

Representante Legal
CONTRATADA



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

Hipólito Rodrigues Silva Gomes
Prefeito
MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL
CONTRATANTE

Testemunhas:

1) _____

CPF:

2) _____

CPF:



ANEXO II – CD contendo Documentos Técnicos

1 – Projeto Básico

2 – Planilha de Orçamento

3 – Cronograma Físico-Financeiro

4 – Composição do BDI Adotado

5 – Composição de Preços Unitários

6 – Memorial Descritivo

7 – Projetos



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32



PROJETO BÁSICO

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa de Engenharia Civil para execução das Obras de Reforma dos PSF'S **MARIA CÂNDIDA, ANTÔNIO GOMES FERREIRA, GUILHERME SOARES DE ALMEIDA, ANTÔNIO MATEHEUS AMRIM, ANTÔNIO HONORATO DE SOUZA, FLORENTINA FRANCISCA DE JESUS, IZABEL ZUMIRA DOS SANTOS E POSTO SATELITE VALQUIRIA ALVES DE ALMEIDA** no município de São Gabriel-Bahia, com emprego de mão de obra, materiais e equipamentos, conforme especificações do Projeto Básico, especificações e quantitativos anexos do Edital.

1.2. A reforma pretendida tem como base as especificações contidas no Projeto Básico e documentos acessórios que atendem tecnicamente às informações do projeto piloto (documentação em anexo).

2. LOCAL

2.1. Os PSF's **MARIA CÂNDIDA, ANTÔNIO GOMES FERREIRA, GUILHERME SOARES DE ALMEIDA, ANTÔNIO MATEHEUS AMRIM, ANTÔNIO HONORATO DE SOUZA, FLORENTINA FRANCISCA DE JESUS, IZABEL ZUMIRA DOS SANTOS E POSTO SATELITE VALQUIRIA ALVES DE ALMEIDA** fica localizado no município de São Gabriel - Bahia.

2.2. O objeto será composto pela reforma de todo espaço físico que compõe os PSF's **MARIA CÂNDIDA, ANTÔNIO GOMES FERREIRA, GUILHERME SOARES DE ALMEIDA, ANTÔNIO MATEHEUS AMRIM, ANTÔNIO HONORATO DE SOUZA, FLORENTINA FRANCISCA DE JESUS, IZABEL ZUMIRA DOS SANTOS E POSTO SATELITE VALQUIRIA ALVES DE ALMEIDA** de São Gabriel - Bahia.

3. JUSTIFICATIVA

Os PSF's **MARIA CÂNDIDA, ANTÔNIO GOMES FERREIRA, GUILHERME SOARES DE ALMEIDA, ANTÔNIO MATEHEUS AMRIM, ANTÔNIO HONORATO DE SOUZA, FLORENTINA FRANCISCA DE JESUS, IZABEL ZUMIRA DOS SANTOS E POSTO SATELITE VALQUIRIA ALVES DE ALMEIDA** não passam por reformas há muito tempo, contudo as edificações encontram-se bastante deterioradas, assim se faz necessária manutenção a fim de garantir sua conservação.



- 2-ANTÔNIO GOMES FERREIRA R\$ 0,00;
3-GUILHERME SOARES DE ALMEIDA R\$ 0,00;
4-ANTÔNIO MATEHEUS AMRIM R\$ 0,00;
5-ANTÔNIO HONORATO DE SOUZA R\$ 0,00;
6-FLORENTINA FRANCISCA DE JESUS R\$ 0,00;
7-IZABEL ZUMIRA DOS SANTOS R\$ 0,00;
8-POSTO SATELITE VALQUIRIA ALVES DE ALMEIDA R\$ R\$ 0,00;

5. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos para o adimplemento do preço correrão por conta da seguinte dotação:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	PROJETO/ ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE DE RECURSO
02.09.02	2.042/2.044	3.3.9.0.39.00/4.4.90.51.00	1.500/1.600/1.631

6. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) Para participação deste certame, as empresas postulantes deverão apresentar Certidão de Registro da empresa do (s) responsável (s) técnico (s) junto ao CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, competente da região a que estiver vinculada a licitante, que comprove atividade relacionada com o objeto;
- b) Relação explícita e Declaração formal de que disporá, por ocasião da futura contratação, de instalações, aparelhamento e pessoal técnico, considerados essenciais para a execução contratual e cumprimento do objeto desta concorrência, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pela execução dos serviços.
- c) Declaração das condições e grau de dificuldade do objeto a ser contratado, bem como, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da concorrência.
- d) A apresentação da declaração de conhecimento das condições e grau de dificuldade do objeto a ser contratado é obrigatória, razão pela qual a alegação de seu desconhecimento não será admitida como justificativa para que a Contratada se exima das obrigações assumidas em decorrência desta Constatação.



e) A empresa deverá comprovar que possui em seu quadro técnico, na data prevista para a entrega dos envelopes, profissional (ais) de nível superior (Engenheiro Civil), detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obras ou serviços de características semelhantes ao objeto desta concorrência. Entende-se, para fins deste edital, como pertencente ao quadro técnico:

I) O empregado;

II) O sócio;

III) O detentor de contrato de prestação de serviço;

IV) O detentor de declaração futura do profissional responsável.

f) A empresa deverá comprovar através da juntada de cópia de ficha ou livro de registro de empregado; carteira de trabalho do profissional; contrato social no caso de sócio na condição de responsável técnico; contrato de prestação de serviço, celebrado de acordo com a legislação civil comum (com firma reconhecida das partes); declaração de contratação futura indicando o profissional responsável), esta acompanhada de anuência do profissional responsável.

g) Declaração DE INDICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO.

h) Declaração indicando o nome, CPF, e nº do registro na entidade profissional competente do responsável técnico (engenheiro civil) que acompanhará a execução dos serviços de que trata o objeto deste certame. Esse profissional mesmo sendo responsável técnico (engenheiro civil), indicado para ser o responsável pela obra ora licitada, deverá fazer a visita técnica.

i) O nome do responsável técnico indicado deverá constar dos atestados de responsabilidade técnica apresentados para qualificação técnica da licitante. É vedada a indicação de um mesmo profissional como Responsável Técnico por mais de uma empresa proponente, fato este que desqualificará todas as envolvidas.

j) Comprovação pela empresa de aptidão para executar obras e serviços de características semelhantes e de complexidade equivalente ou superior, pertinente e compatível com o objeto da concorrência, através da apresentação de, no mínimo, 01 (um) atestado de aptidão em nome de seu responsável técnico, relativos às atividades discriminadas a seguir, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado devidamente registrado(s) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, ou Conselho Profissional competente da respectiva região onde as obras e os serviços foram executados, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) certidão(ões)



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

de acervo técnico – CAT, em que fique demonstrado a execução da(s) obra(s) e/ou serviço(s) com compatibilidade em características, quantidades e prazos com o objeto deste Projeto Básico.

K) Definem-se como obras/serviços similares, cujas parcelas de maior relevância estão discriminadas a seguir.

SERVIÇOS	
Aplicação manual de tinta látex acrílica em parede	4.476,12m ²
Remoção, lavagem, carga e retelamento de telhas cerâmicas tipo canal	1.596,19 m ²
Massa única, para recebimento de pintura, argamassa traço 1:2:8, preparo mecânico	1.800,00 m ²

Deverão constar do (s) atestado (s) de capacidade técnica registrados no Conselho Profissional, os seguintes dados:

- I) Local de execução;
- II) Nome da contratante e da contratada;
- III) Nome (s) do (s) responsável (eis) técnico (s), seu (s) título (s) profissional (is); e número da Anotação de Responsabilidade Técnica.
- IV) A relação das obras/serviços executados com respectivos quantitativos.
 - l) O atestado só será considerado, quando devidamente certificado pelo CREA através de carimbo de vinculação do mesmo à CAT respectiva e acompanhada da referida CAT;
 - m) Atestado de Vistoria ou a Declaração de Conhecimento das Informações e Condições Locais;
 - n) Atestado de visita ao local dos serviços, fornecido por funcionário designado pela Prefeitura Municipal de São Gabriel-BA, em duas vias, que o licitante vistoriou e cientificou-se das condições locais e das informações operacionais necessárias ao cumprimento das obrigações que vier a assumir perante a Prefeitura.
 - o) A Vistoria Técnica deverá ser feita por preposto credenciado pela licitante especificamente para o ato. A visita deverá ocorrer até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data estipulada para a entrega das propostas e será agendada através da Prefeitura Municipal de São Gabriel- BA no endereço constante deste edital, que deverá ocorrer em dia útil, das 08h00min às 12h00min e 13h00min às 17h00min.



- p) A vistoria visa ao conhecimento total das especificações e das condições para realização do serviço objeto desta concorrência, pois a Prefeitura Municipal de São Gabriel não aceitará nenhuma alegação posterior.
- q) A empresa interessada que não fizer a vistoria assume a responsabilidade de executar os serviços sem direito a reclamações de reajustes de preços com base em desconhecimento das condições técnicas, logísticas ou materiais a serem empregados na execução dos serviços ou alegações de desconhecimento dos serviços ou local de execução.
- r) O atestado previsto no item acima, poderá ser substituído por declaração do licitante de que vistoriou e/ou conhece os locais dos serviços ou que dispensa a visita técnica, assumindo total responsabilidade sobre a execução do objeto em local não inspecionado.
- s) A Declaração de Conhecimento das Informações e Condições Locais deverá ser assinada pelo representante legal da empresa e pelo responsável técnico da empresa, devidamente inscrito no CREA, na condição de engenheiro civil.
- t) A realização da visita não se consubstancia em condição para a participação na concorrência, ficando, contudo, as empresas interessadas cientes de que após apresentação das propostas não serão admitidas, em hipótese alguma, alegações posteriores no sentido da inviabilidade de cumprir com as obrigações face ao desconhecimento dos serviços e de dificuldades técnicas não previstas.
- u) A visita técnica é da inteira responsabilidade da empresa interessada, que será realizada com o responsável técnico da empresa acompanhado de preposto designado pela Prefeitura Municipal de Municipal de São Gabriel. Caso a empresa entenda por não realizar a vistoria ao local da obra, deverá apresentar declaração de que conhece as condições locais para a execução do objeto, conforme recomenda o Acórdão nº 983/2008-TCU Plenário e outros em mesmo sentido.
- v) O atestado de vistoria, ou a declaração que a substitui, deverá ser anexado aos demais documentos de habilitação.

7. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da CONTRATADA, além de outras previstas neste Projeto Básico e na legislação pertinente, as seguintes:



- 7.1. Cumprir fielmente o Contrato, de modo que no prazo estabelecido, os serviços sejam inteiramente concluídos e acabados;
- 7.2. Manter durante toda a execução do projeto contratado, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no projeto básico, em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 7.3. Realizar as despesas com mão-de-obra, inclusive as decorrentes de obrigações previstas na legislação fiscal, social e trabalhista, apresentando à CONTRATANTE, quando exigida, cópia dos documentos de quitação;
- 7.4. Responder por todos os ônus referentes aos serviços ora contratados, desde os salários dos funcionários, neles empregados, como também os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, que venham a incidir sobre o presente Contrato;
- 7.5. Assumir integral responsabilidade pela cobertura de acidentes de trabalho aos seus empregados e prepostos, ademais, perdas e danos a terceiros e à CONTRATANTE, porventura resultantes de suas atividades;
- 7.6. Indicar representante aceito pela CONTRATANTE para representá-la na execução do Contrato;
- 7.7. Efetuar despesas com os serviços na forma em que estão descritos e especificados no projeto básico.
- 7.8. Dar integral cumprimento ao que foi acordado por meio de sua proposta e nos termos do edital, que passam a integrar este Instrumento, independentemente de transcrição.
- 7.9. A CONTRATADA deverá fornecer todas as informações de interesse para execução das obras que a CONTRATANTE julgar necessário conhecer ou analisar.
- 7.10. Submeter-se à fiscalização, através do setor competente, que acompanhará a entrega do material para verificação da qualidade e origem dos produtos, orientando, fiscalizando e intervindo ao seu exclusivo interesse, com a finalidade de garantir o exato cumprimento das condições pactuadas;
- 7.11. Em todas as ocasiões em que for requisitada, a CONTRATADA, através de seu representante, deverá apresentar-se às convocações da CONTRATANTE em seus escritórios ou no local das obras, de modo que nenhuma operação possa ser retardada ou suspensa devido à sua ausência.



- 7.12. A CONTRATANTE terá, a qualquer tempo, livre acesso às obras e os locais onde o trabalho estiver em andamento.
- 7.13. Procedimentos operacionais referentes às alterações técnicas no projeto e demais assuntos de interesse de ambas as partes deverão ser objeto de acordo entre as partes.
- 7.14. Comunicar imediatamente e por escrito a Prefeitura Municipal de São Gabriel, através da Fiscalização, qualquer anormalidade verificada, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;
- 7.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes no âmbito federal, estadual e municipal.
- 7.16. As penalidades ou multas impostas pelos órgãos competentes pelo descumprimento das disposições legais que regem a execução do objeto do presente Projeto Básico serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA, devendo, se for o caso, obter licenças, providenciar pagamento de impostos, taxas e serviços auxiliares;
- 7.17. Arcar com todos os ônus de transportes e fretes necessários;
- 7.18. Demais obrigações e responsabilidades previstas pela Lei Federal Nº 14.133/21 e demais legislações pertinentes.
- 7.19. A CONTRATADA deverá apresentar sempre que solicitado cópias autenticadas ou originais dos seguintes documentos de comprovação de regularidade no cumprimento de obrigações trabalhistas, em até 15 (quinze) dias corridos contados da solicitação pelo CONTRATANTE:

ITEM	DOCUMENTO
1	Cópias do livro de registro;
2	Cópias das carteiras de trabalho;
3	Certidão ou recibo do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED;
4	Comprovação do depósito bancário dos salários e folha de pagamento ou contracheques com devida comprovação de recebimento pelos empregados;
5	Guia de recolhimento do INSS;
6	Guia de recolhimento do FGTS;
7	GFIP (com discriminação dos recolhimentos INSS e FGTS por empregado);

8. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

- a) Fornecer à CONTRATADA os elementos básicos, especificações e instruções complementares, suficientes e necessários à respectiva execução;
- b). Exercer a fiscalização da execução do objeto através da Prefeitura Municipal de São Gabriel, nas formas previstas pela Lei Federal nº. 14.133/21;



- c). Fiscalizar a execução dos serviços por um representante da CONTRATANTE, determinando o que for necessário para regularizar as faltas ou defeitos observados, submetendo à autoridade competente o que ultrapassar a sua competência, em tempo hábil, para adoção das medidas convenientes.
- d). Efetuar o pagamento dos serviços nos prazos estabelecidos, mediante a apresentação dos documentos hábeis para prática de tal ato;
- e) Caberá à CONTRATANTE emitir as Ordens de Serviço à CONTRATADA para execução das obras e serviços de engenharia indicados na concorrência.
- f) As Ordens de Serviço serão emitidas com antecedência mínima de 05 (cinco) dias consecutivos da data de início.
- g). Aceitar, para fins de pagamento, os serviços bem executados e rejeitar os serviços que não estejam de acordo com o projeto, exigindo da CONTRATADA a substituição, reparo ou refazimento daquilo que for rejeitado;
- h). Conferir e atestar a exatidão das faturas correspondentes às medições de serviços executados, encaminhando-as para pagamento;
- i). Determinar o afastamento do pessoal da CONTRATADA, mobilizado para a execução dos serviços, em caso de conduta imprópria, a seu exclusivo critério.
- j). Notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA sobre irregularidades observadas nos materiais e serviços fornecidos;
- k) Representar junto à CONTRATADA no trato dos assuntos pertinentes à execução das obras e serviços de engenharia objeto do Contrato;
- l). Analisar e aprovar a programação de atividades elaborada pela CONTRATADA;
- m). Dirimir as dúvidas da CONTRATADA que porventura surjam durante a execução dos serviços, com relação a qualquer aspecto ligado ao objeto do Contrato;
- n) Acompanhar a CONTRATADA na medição dos serviços executados e aceitos, determinando os serviços a serem inseridos nos Boletins de Medição e autorizando a CONTRATADA a apresentar as faturas correspondentes para pagamento.

12. DA FISCALIZAÇÃO



12.1. A Contratante e a Contratada manterão os entendimentos necessários para a execução do Contrato, nos termos do art. 117, da Lei Federal n. 14.133/21, por meio do acompanhamento e fiscalização dos trabalhos através do Gestor, a ser constituído pela Contratante.

12.2. A execução do Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada nos termos do art. 117 da Lei nº. 14.133/21, através do Gestor.

12.3. Fica designada o (a) servidor (a) Lucas Tierri de Souza Carvalho, na função de Gestor de Contratos, para acompanhar e fiscalizar a execução deste Objeto.

12.4. Fica designada o (a) servidor (a) Ézio Vieira Dos Santos, na função de Fiscal de Contratos, para acompanhar e fiscalizar a execução deste Objeto.

12.5. Fica designada o (a) contratado (a) Ézio Vieira Dos Santos, na função de Fiscal de Obra, para acompanhar e fiscalizar a execução deste Objeto.

13. PRESERVAÇÃO DE PROPRIEDADES ALHEIAS

A Contratada é inteiramente responsável por eventuais danos a propriedades alheias, tanto da Prefeitura Municipal de São Gabriel, quanto das propriedades vizinhas. Devendo assumir financeiramente e legalmente em caso de prejuízos.

Caso ache necessário, a Contratada pode elaborar um laudo de vistoria cautelar de vizinhança, desde que solicite previamente a autorização à Prefeitura Municipal de São Gabriel e aos proprietários vizinhos.

14. ARMAZENAMENTO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS

A empresa contratada poderá utilizar as próprias instalações do local da obra para armazenar os seus materiais e equipamentos de forma organizada. Devendo manter devidamente trancado quando não estiver em uso.

15. DOS PRAZOS

O contrato terá vigência de 03 (três) meses, contados a partir da data da publicação, podendo ser prorrogado nos termos da legislação vigente, a critério da CONTRATANTE e concordância da contratada, nas mesmas condições contratuais, mediante termo aditivo.

O prazo de execução é de 90 (noventa) dias.

16. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO

16.1. BOLETIM DE MEDIÇÃO



O pagamento será feito de acordo com os prazos e condições estabelecidos no Contrato que é parte integrante deste Projeto Básico, através de crédito bancário, após cada medição realizada, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do atesto do responsável pelo recebimento nos documentos hábeis de cobrança. O pagamento da Nota Fiscal/Fatura fica condicionado ao cumprimento dos critérios de recebimento;

a. Para execução do pagamento, o licitante vencedor deverá fazer constar da Nota Fiscal correspondente, emitida, sem rasura, em letra bem legível em nome da CONTRATANTE, com as seguintes informações: o nome e o número do Banco, o nome e número da agência e número de sua conta corrente.

b. A Nota Fiscal correspondente deverá ser entregue, diretamente a Prefeitura de São Gabriel, que somente atestará a execução e liberarão a referida Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas, pelo licitante vencedor, todas as condições pactuadas.

c. Apenas os serviços aprovados pela CONTRATANTE poderão ser incluídos na medição. Se a CONTRATANTE recusar algum serviço, a CONTRATADA deverá refazê-lo às suas expensas.

d. No caso de eventual atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tal, fica convencionado que o preço ajustado será financeiramente atualizado com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor INPC/IBGE, no período compreendido entre a data de vencimento da fatura e a de seu efetivo pagamento, pro rata die.

e. A taxa de remuneração financeira devida pelo Departamento de Tesouraria Geral, entre a data de vencimento da fatura e a de seu efetivo pagamento, será de 6% (seis por cento) ao ano (art. 406 do Código Civil), mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM= Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de atualização financeira = 0,0023014 (assim apurado):

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%



16.2. PADRÃO DO BOLETIM DE MEDIÇÃO

a. O Boletim de Medição deverá conter, além das colunas da Planilha de Serviços e Preços, as seguintes colunas extras:

- ✓ Quantitativo Acumulado Até a Medição Anterior;
- ✓ Preço Total Acumulado Até a Medição Anterior;
- ✓ Saldo Contratual
- ✓ Percentual de execução

b. O Boletim de Medição deverá conter todos os serviços presentes na Planilha de Serviços e Preços, mesmo aqueles que não tenham quantidade medida no período.

✓ O Boletim de Medição deverá ser apresentado em formato A4 (210x297mm) e ter, em cada folha: Código do contrato;

- ✓ Aprovação da CONTRATANTE;
- ✓ Número da folha;
- ✓ Período de referência da Medição.

c. Junto a medição deverá ser entregue o relatório fotográfico, impresso em formato A4, colorido e com no mínimo 20 (vinte) fotos que demonstrem todas as etapas dos serviços realizados.

d. Para fins de orientação quanto à adequada elaboração do relatório fotográfico, segue as seguintes considerações, apresentadas na resolução nº 1422/2021 do Tribunal de Contas do Estado da Bahia:

- ✓ Relatório fotográfico deve apresentar informações iniciais, quais sejam: modalidade e nº da licitação, nº do contrato, objeto, contratante, contratada, período de execução e nº da medição correspondente;
- ✓ O relatório fotográfico deve apresentar registros que ilustram a situação inicial do local/ambiente (antes) e o resultado das obras (depois) no período correspondente à medição;
- ✓ O relatório fotográfico deve apresentar 4 (quatro) fotos por folha, posicionadas na seguinte ordem: situação inicial (antes) com duas (2) fotos e resultado (depois) com duas (2) fotos;
- ✓ O relatório fotográfico deve apresentar, no máximo, 4 fotos por folha, as quais deverão apresentar legendas acerca do momento a que se referem: situação inicial (antes) ou resultado



(depois), permitindo o confronto entre situação inicial e resultado final após a execução dos serviços;

- ✓ As fotos da situação inicial (antes) e do resultado (depois) preferencialmente devem ser registradas no mesmo ângulo/posição, de maneira a permitir a visualização de todo o ambiente e o confronto entre situação inicial e resultado;
 - ✓ A quantidade de registros fotográficos deve ser representativa, compatível com a natureza e o tipo das obras executadas, de modo a permitir adequadamente a visualização das intervenções realizadas no período correspondente à medição;
 - ✓ Os registros fotográficos devem ser numerados e acompanhados da identificação do local de execução (ambiente) e da descrição do serviço;
 - ✓ Os registros fotográficos devem ser datados e, se possível, apresentar coordenadas geográficas (latitude e longitude) na testada da obra a que se referem;
 - ✓ O relatório fotográfico deve apresentar registros coloridos e que permitam clara visualização das imagens;
 - ✓ O relatório fotográfico deve conter assinatura do (s) responsável (eis) pela fiscalização e execução das obras. " (NR) "
- e. Os boletins de medição e os relatórios fotográficos deverão ser apresentados em no mínimo 02 (duas) vias.

17. ACRÉSCIMO DE SERVIÇOS EXTRAS E/OU EXCEDENTES

17.1. Os eventuais serviços extras somente poderão ser executados mediante autorização prévia da CONTRATANTE e mediante a formalização de termo aditivo, devendo sua execução observar os seguintes nortes:

- a. Se tiverem sido previstos em tabelas de referência legítimas, devem ser pagos considerando-se o deságio entre o preço global orçado pela CONTRATANTE e o preço global da proposta vencedora, o chamado fator "k";
- b. A formação do preço dos aditivos contratuais contará com orçamento específico detalhado em planilhas elaboradas pelo órgão ou entidade responsável pela licitação, em que serão explicitados em colunas os acréscimos e supressões de serviços, bem como o quantitativo dos serviços originalmente contratados e os quantitativos resultantes após os acréscimos ou supressões.



c. Em relação aos serviços extras não tabelados, a proposta de preços da CONTRATADA deverá observar a mesma taxa de bonificação e de despesas indiretas (BDI) verificada na proposta de preços vencedora da licitação. Apenas quando tais propostas forem aceitas pela CONTRATANTE, os serviços poderão ser realizados. Deverá a CONTRATANTE, ainda, proceder a estudos que demonstrem a compatibilidade dos preços sugeridos com os verificados no mercado.

17.2. Eventuais serviços excedentes deverão ser pagos de acordo com os preços unitários constantes da proposta vencedora e somente poderão ser realizados após específica e circunstanciada autorização da CONTRATANTE e mediante a formalização de termo aditivo, devendo-se aferir, inclusive, se os acréscimos solicitados pela CONTRATADA redundaram ou não de eventual erro de projeto, de modo a se observarem regras protetivas do erário público.

18. PROCEDIMENTOS DE EXECUÇÃO

18.1. SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO

18.2. ADMISSÃO DE PESSOAL

18.3. Incumbe a CONTRATADA cumprir e impor a seus empregados a observância das seguintes obrigações:

- a. Contribuir para que, no local de trabalho e em toda a obra, sejam mantidos respeito, higiene, ordem e segurança;
- b. Fazer com que seus empregados se apresentem no local de trabalho em trajés adequados e em boas condições de higiene, sendo obrigatório o uso dos equipamentos de proteção individual, específicos para cada tipo de serviço, conforme disposto na CLT;
- c. Não permitir embriaguez, ingestão de bebidas alcoólicas ou utilização de qualquer substância tóxica no canteiro de obras;
- d. Proibir o porte de armas brancas ou de fogo;
- e. Não entrar nas dependências da obra, fora do horário de trabalho, sem a autorização regular;
- f. A CONTRATANTE poderá exigir a retirada de qualquer membro que esteja em serviço na obra, bem como da empreiteira responsável, que sejam considerados inconvenientes.

18.4. UNIFORMES E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI's)



A CONTRATADA deverá fornecer uniforme completo (calça comprida e camisa) e EPI's a seus integrantes e cobrar o uso correto dos mesmos durante a execução das atividades.

18.5. SINALIZAÇÃO DAS ÁREAS

A CONTRATADA utilizará fitas zebradas, cordas, sinalização ou alerta sempre que a atividade o exigir.

18.6. ISOLAMENTO DAS ÁREAS

18.6.1. É proibido acender fogareiros e estufas.

18.6.2. Em nenhum momento a obra poderá ser utilizada como dormitório para repouso dos funcionários.

18.6.3. Fica terminantemente proibida a entrada de crianças na obra, mesmo que acompanhada pelos pais.

18.7. ACIDENTES DE TRABALHO

Todo acidente de trabalho será de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, devendo ser comunicado imediatamente ao CONTRATANTE.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PENALIDADES

19.1.1. As sanções somente serão aplicadas após regular processo administrativo em que serão assegurados à CONTRATADA o contraditório e a defesa ampla e prévia, no prazo da lei;

19.2. O atraso injustificado na execução do contrato, sua inexecução parcial ou total, sujeitará as sanções previstas nos artigos 155 a 162 da lei 14.133/21 e suas alterações, quais sejam:

a) Advertência por escrito, admitida inicialmente, pela infringência de qualquer item pactuado, desde que sem consequências nos prazos e nos valores do Contrato;

b) 0,1 % (zero vírgula um por cento) sobre o valor global do contrato, por dia de atraso no início da sua execução ou no descumprimento de qualquer prazo contratual estabelecido;

c) 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato;

d) Suspensão temporária de participação da CONTRATADA em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, por prazo não superior a 2 (dois) anos:

d.1) de até 03 (três) meses quando incidir 02 (duas) vezes em atraso, por mais de 15 (quinze) dias;



- d.2) de até 02(dois) anos quando praticar ato ilícito visando frustrar os objetivos do contrato, no âmbito da Administração Pública Municipal;
- e) Suspensão de até 02 (dois) anos e multa sobre o valor do contrato, a depender do prejuízo causado à Administração Pública Municipal, quando;
- f) não atender às especificações técnicas e os quantitativos estabelecidos no contrato: multa de 10% a 20%;
- g) paralisar a execução do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à Administração: multa de 10% a 20%;
- h) prestar serviço em desacordo com os projetos básicos, executivos e termos de referência, que apresente insegurança no desenvolvimento das atividades ou que comprometa a segurança das pessoas: multa de 10% a 20%;
- i) descumprir obrigações relativas à relação de trabalho com seus empregados e prepostos, quanto a verbas previstas e orçadas nas planilhas que compõem a proposta contratada, especialmente o atraso de pagamento de salário, 13º salário, férias acrescidas de 1/3, atraso ou não fornecimento de vale transporte, vale-refeição ou auxílio alimentação, constantes das respectivas planilhas de preços: multa de até 10%.
- j) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública quando o licitante incorrer por duas vezes nas suspensões elencadas no subitem IV.
- k) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.
- l) Multa moratória, na hipótese de atraso na execução de qualquer etapa do Cronograma Físico-Financeiro equivalente a 1,0% (um por cento) ao mês, devendo ser aplicado pro rata die sobre a etapa não cumprida.
- m) A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades previstas nos artigos 155 a 162 da Lei nº 14.133/21 e suas alterações.



n) Multa específica, no valor equivalente a 0,2% (dois décimos por cento) do valor do Contrato, pelo descumprimento de qualquer outra obrigação contratual ou legal.

o) Multa especial, no valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor do Contrato, quando a CONTRATADA, sem a existência de motivo justo, rescindir ou der causa à rescisão do Contrato.

p). As multas, quando cabíveis, serão cumulativas.

19.3. Na hipótese da aplicação das penalidades previstas nas alíneas IV e V, fica A empresa sujeita a inativação de seu cadastro; Antes da aplicação de qualquer penalidade será garantido à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa. A multa será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

19.4. As sanções previstas nas alíneas I, IV e V, poderão ser aplicadas juntamente com a do subitem II e III, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da comunicação formal;

19.5. A sanção estabelecida na alínea V é de competência exclusiva do Senhor Prefeito Municipal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação;

19.6. A imposição de qualquer penalidade não exime a CONTRATADA do cumprimento de suas obrigações, nem de promover as medidas necessárias para reparar ou ressarcir eventuais danos causados ao CONTRATANTE.

19.7. Caberá ao responsável pela fiscalização, denunciar o não cumprimento das condições pactuadas, para fins de adoção das penalidades previstas neste Projeto Básico e no Edital.

São Gabriel - Bahia, 11 de Março de 2024.

Ézio Vieira dos Santos
Responsável técnico



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

MEMORIAL DESCRITIVO – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DE REFORMA DO PSF's

INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL

OBRA: REFORMA DOS PSF's
MARIA CÂNDIDA;
ANTÔNIO GOMES FERREIRA;
GUILHERME SOARES DE ALMEIDA;
ANTÔNIO MATEHEUS AMORIM;
ANTÔNIO HONORATO DE SOUZA;
FLORENTINA FRANCISCA DE JESUS;
IZABEL ZUMIRAP DOS SANTOS;
POSTO SATELITE VALQUIRIA ALVES DE ALMEIDA.

LOCAL: MUNICIPIO DE SÃO GABRIEL - BA

ENGº RESPONSÁVEL: ÉZIO VIEIRA – CREA/BA 3000064637



IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Este Memorial Descritivo tem por objetivo complementar o desenho relativo ao projeto de reforma do PSFs, localizados no município de São Gabriel – BA.

Alterações na obra (desconformidade com o projeto) só serão permitidas por meio de aviso prévio ao engenheiro responsável pelo projeto e ao fiscal da obra, qualquer item executado diverso ao projetado sem autorização incluindo defeitos (substituição, reparos ou mesmo refazer o serviço) acarretará em custos adicionais que serão de inteira responsabilidade da empresa vencedora do processo licitatório.

GENERALIDADES

A Reforma deverá ser feita rigorosamente de acordo com o projeto aprovado, sendo que toda e qualquer alteração que por ventura deva ser introduzida no projeto ou nas especificações, visando melhorias, só será admitida com autorização do Responsável Técnico pelo projeto.

Poderá a fiscalização paralisar os serviços, ou mesmo mandar refazê-los quando os mesmos não se apresentarem de acordo com as especificações, detalhes ou normas de boas técnicas.

Nos projetos apresentados, entre as medidas tomadas em escala e medidas determinadas por cotas, prevalecerão sempre as últimas.

Caberá à empreiteira proceder à instalação da obra, dentro das normas gerais de construção, com previsão de depósito de materiais, mantendo o canteiro de serviços sempre organizado e limpo. Deve também manter serviço ininterrupto de vigilância da obra, até sua entrega definitiva, responsabilizando-se por quaisquer danos decorrentes da execução da mesma.

Deverão ser observadas as normas de segurança do trabalho em todos os aspectos.

Todo material a ser empregado na obra deverá receber aprovação da fiscalização antes de começar a ser utilizado.

No caso da empreiteira querer substituir materiais ou serviços que constam nesta especificação, deverá apresentar memorial descritivo, memorial justificativo para sua utilização e a composição orçamentária completa, que permita comparação, pelo autor do projeto, com materiais e/ou serviços semelhantes, além de catálogos e informações complementares.



SERVIÇOS PRELIMINARES

DEMOLIÇÕES E RETIRADAS

Toda a estrutura da cobertura de madeira com telha cerâmica existente deverá ser revisada. Todo forro deverá ser removido, inclusive dos locais danificados pela infiltração.

Todas as portas danificadas deverão ser substituídas. Todas as válvulas de descargas danificadas deverão ser substituídas por novas de mesma marca ou similar.

REBOCO

Serão executados com paramentos perfeitamente desempenados, aprumados e alinhados, com arestas vivas e torneados perfeitos. As superfícies a revestir devem ser abundantemente molhadas antes do início da execução do revestimento.

REVESTIMENTO EM AZULEJOS

Os revestimentos com azulejos serão executados nas paredes dos sanitários e copas. Os azulejos serão de fabricação, classe A, de acordo com a NBR- 7196, cor branca. Antes do assentamento, fixar nas paredes tacos (buchas), necessários para a instalação. A colocação deverá ser feita em fiadas verticais e horizontais retas e de modo a serem deixadas juntas de espessura 1,0 a 1,5 mm entre estas fiadas. O corte dos azulejos deverá ser feito sempre à máquina e os azulejos a serem cortados para passagem de canos, torneiras e outros elementos não devem apresentar rachaduras nem emendas. O assentamento deverá ser feito com argamassa de alta aderência com junta a prumo de pelo menos 3 mm de espaçamento sobre emboço. Os azulejos serão assentados com argamassa aplicada com desempenadeira dentada.

FORRO DE GESSO

A instalação de forro de gesso deve ser de acordo com o projeto, Para o arremate de encontro entre o forro e a parede deverão ser instaladas, na parede, peças apropriadas de acabamento. O forro deverá ser pintado.

COBERTURA

Os telhados deverão apresentar inclinação compatível com as características da telha especificada, e recobrimentos adequados à inclinação adotada, de modo que sua estanqueidade as águas pluviais seja absoluta, inclusive quando da ocorrência de chuvas de vento de grande intensidade, normais e previsíveis. Todos os telhados deverão ser executados com as peças de concordância e com os acessórios de fixação, vedação, etc, recomendados pelo FABRICANTE dos elementos que os compõe, e de modo apresentarem fiadas absolutamente alinhadas e paralelas entre si. As telhas



deverão atender as dimensões e tolerâncias constantes da padronização específica, bem como às características necessárias quando submetidas aos ensaios de massa e absorção de água, de impermeabilidade e de carga de ruptura à flexão, atendendo às normas da ABNT.

ESQUADRIAS

As esquadrias danificadas deverão ser substituídas.

PINTURA NAS ESQUADRIAS

As esquadrias de madeira e metálicas deverão ser pintadas com tinta esmalte sintéticas diluída em tiner a fim de garantir melhor durabilidade no material.

PORTAS

As portas danificadas serão substituídas por novas, conforme projeto.

INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

NORMAS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS UTILIZADAS

ABNT: NBR 5410;

- Especificações de Fabricantes de Materiais Elétricos;
- NR - 10 (Norma Regulamentar de Execução de Serviços na Área Elétrica).

O CD será de embutir ou de sobrepor, deverão conter barramentos de cobre para as três fases, neutro e terra.

Os disjuntores usados deverão ser do tipo termomagnético (disparo para sobrecarga e curto-circuito), com curva característica tipo “C” (5 a 10 x In), tensão nominal máxima de 440V.

Para a alimentação dos equipamentos elétricos de uso geral foram previstas tomadas de força do tipo universal 2P+T (20/250V).

Os interruptores deverão ter as seguintes características nominais: 10A/250V e estarem de acordo com as normas brasileiras. Serão dos tipos simples.

Os eletrodutos quando embutidos serão de PVC flexível rosqueáveis a bitola mínima a ser utilizada será de 20mm (3/4”).

Serão utilizados condutores e cobre com isolamento termoplástico para 750V do tipo anti-chama (Afumex da Prisma); os sem especificação e com isolamento para 600/1000V do tipo anti-chama (Afumex da Prisma) quando sujeito a instalações na presença de umidade (enterrados), em leitos e sujeitos a esforços mecânicos na hora da enfição.



PINTURA

As pinturas só devem ser aplicadas sobre substratos perfeitamente limpos, secos, curados, impermeabilizados, livres de umidade e infiltrações e não devem iniciar antes da cura da argamassa. Devem ser realizadas com temperatura entre 10° e 40° C e com umidade relativa do ar não superior a 80%, fora destas condições poderão apresentar problemas. Precauções especiais devem ser tomadas contra o levantamento de pó durante os trabalhos, até que as tintas sequem inteiramente, cada demão de tinta somente poderá ser aplicada depois que a precedente estiver perfeitamente seca. Os escorrimentos de tintas deverão ser removidos.

FOSSA E SUMIDOURO

Deverá ser construído fossa séptica em alvenaria de tijolo maciço 1,40 x 2,80 x 1,10 m e sumidouro de paredes com blocos cerâmicos 6 furos e dimensões internas de 2,50 x 1,00 x 1,50 m

SERVIÇOS FINAIS

Durante a obra deverá ser feito periodicamente a remoção de todo entulho e detritos que venham se acumular no local da obra. Depois de concluídos todos os serviços, executados todos os arremates necessários, deverá ser feita uma limpeza geral na obra.

ENTREGA DA OBRA

Durante a reforma da edificação deverá ser adotada, pela empresa executante, as obrigações de cada parte prevista na Legislação Trabalhista e nas Normas de Segurança no Trabalho.

Ézio Vieira dos Santos
Eng. Civil – CREA – BA 3000064637



CONTRATANTE :PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL BAHIA BDI: 23,31%
ÓRGÃO SOLICITANTE :SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
OBJETO :REFORMA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE ANTONIO MATEUS AMORIM POVOADO DE GAMELEIRA DO JACARÊ MUNICIPIO DE SÃO GABRIEL BAHIA
NOME DA OBRA :REFORMA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE ANTONIO MATEUS AMORIM POVOADO DE GAMELEIRA DO JACARÊ MUNICIPIO DE SÃO GABRIEL BAHIA
LOCAL :POVOADO DE GAMELEIRA DO JACARÊ, SÃO GABRIEL BAHIA, CEP. 44915-000
REFERÊNCIA :SINAPI / ORSE NOVEMBRO 2023 (NÃO DESONERADO)
BDI : 23,31%

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL/BA

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ITEM	CÓDIGOS	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID	QUANT.	P.UNIT. S/BDI	P.UNIT. C/BDI	P. TOTAL S/BDI	P.TOTAL C/BDI
1.0		SERVIÇOS PRELIMINARES						
1.1	97641/SINAPI	Remoção de forro de gesso, de forma manual, sem reaproveitamento. af_09/2023	m2	133,62				
1.2	12375/ORSE	Remoção e reinstalação de ar condicionado tipo Split	un	10				
1.3	018/ORSE	Demolição de piso cerâmico ou ladrilho	m2	15				
1.4	017/ORSE	Demolição de reboco	m2	200				
2.0		COBERTURAS E TELHADOS						
2.1	11618/ORSE	Remoção, lavagem, carga e retelhamento de telhas cerâmicas tipo canal comum, sem uso de grampo de arame, c/ ré-aproveitamento de 80%, Itabaiana ou similar - Rev 01	m2	172,55				
3.0		REVESTIMENTOS DE PAREDES						
3.1	87530/SINAPI	Massa única, para recebimento de pintura, em argamassa traço 1:2:8, preparo manual, aplicada manualmente em faces internas de paredes, espessura de 20mm, com execução de taliscas. af_06/2014	m2	250				
3.2	87893/SINAPI	Chapisco aplicado em alvenaria (sem presença de vãos) e estruturas de concreto de fachada, com colher de pedreiro. argamassa traço 1:3 com preparo manual. af_10/2022	m2	250				
4.0		REVESTIMENTOS DE TETO						
4.1	96109/SINAPI	Forro em placas de gesso, para ambientes residenciais. af_08/2023_ps	m2	133,62				
4.2	96120/SINAPI	Acabamentos para forro (moldura de gesso). af_05/2017	m	128				
5.0		PISOS						
5.1	89046/SINAPI	(composição representativa) do serviço de revestimento cerâmico para piso com placas tipo esmaltada extra de dimensões 35x35 cm, para edificação habitacional multifamiliar (prédio). af_11/2014	m2	40				
5.2	88648/SINAPI	Rodapé cerâmico de 7cm de altura com placas tipo esmaltada extra de dimensões 35x35cm. af_02/2023	m	50				
5.3	94438/SINAPI	(composição representativa) do serviço de contrapiso em argamassa traço 1:4 (cim e areia), em betoneira 400 l, espessura 3 cm áreas secas e 3 cm áreas molhadas, para edificação habitacional unifamiliar (casa) e edificação pública padrão. af_11/2014	m2	29,88				
6.0		ESQUADRIAS DE MADEIRA						
6.1	90844/SINAPI	Kit de porta de madeira para pintura, semi-oca (leve ou média), padrão médio, 90x210cm, espessura de 3,5cm, itens inclusos: dobradiças, montagem e instalação do batente, fechadura com execução do furo - fornecimento e instalação. af_12/2019	un	7				
7.0		ESQUADRIAS METÁLICAS						
7.1	94569/SINAPI	Janela de alumínio tipo maxim-ar, com vidros, batente e ferragens. exclusive alizar, acabamento e contramarco. fornecimento e instalação. af_12/2019	m2	8,25				
8.0		INSTALAÇÕES ELÉTRICAS						
8.1	632/ORSE	Revisão de ponto de interruptor com reposição do interruptor e fiação	un	10				
8.2	628/ORSE	Revisão de ponto de tomada simples com reposição da tomada e da fiação	un	15				
8.3	624/ORSE	Revisão de ponto de luz tipo 1, em teto ou parede	un	15				
8.4	12222/ORSE	Quadro de distribuição de embutir, em chapa de aço, para até 08 disjuntores, com barramento, padrão DIN, exclusive disjuntores	un	1				
8.5	03298/ORSE	Ponto de tomada 2p+t, ABNT, de embutir, 10 A, com eletroduto de pvc flexível sanfonado embutido Ø 3/4", fio rígido 2,5mm² (fio 12), inclusive placa em pvc e aterramento	un	15				
8.6	101892/ORSE	Disjuntor bipolar tipo nema, corrente nominal de 10 até 50a - fornecimento e instalação. af_10/2020	un	6				
9.0		PINTURA						
9.1	88423/SINAPI	Aplicação manual de pintura com tinta texturizada acrílica em paredes externas de casas, uma cor. af_06/2014	m2	155,28				
9.2	02291/ORSE	Pintura para interiores, sobre paredes ou tetos, com lixamento, aplicação de 01 demão de líquido selador, 02 demãos de massa corrida e 02 demãos de tinta pva latex convencional para interiores. Rev 03_04/2022	m2	133,62				
9.3	02285/ORSE	Pintura de acabamento com aplicação de 02 demãos de tinta PVA latex para interiores - cores convencionais - Rev 03	m2	465,42				
9.4	08624/ORSE	Emassamento de superfície, com aplicação de 02 demãos de massa acrílica, lixamento e retoques - Rev 01	m2	200				
10.0		SERVIÇOS EXTERNOS E LIMPEZA						

10.1	01745/ORSE	Sumidouro paredes com blocos cerâmicos 6 furos e dimensões internas de 2,50 x 1,00 x 1,50 m	UNID	1				
10.2	13038/ORSE	Fossa em alvenaria de tijolo maciço 1,40 x 2,80 x 1,10 m	UNID	1				
10.3	02450/ORSE	Limpeza geral	m2	172,55				
TOTAL DO ORÇAMENTO								

VALOR GLOBAL:

SÃO GABRIEL BAHIA 11 DE MARÇO DE 2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL-BA

RESPONSÁVEL TÉCNICO



CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL - BA

OBJETO :REFORMA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE ANTONIO MATEUS AMORIM POVOADO DE GAMELEIRA DO JACARÉ MUNICIPIO DE SÃO GABRIEL BAHIA

NOME DA OBRA :REFORMA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE ANTONIO MATEUS AMORIM POVOADO DE GAMELEIRA DO JACARÉ MUNICIPIO DE SÃO GABRIEL BAHIA

LOCAL: POVOADO DE GAMELEIRA DO JACARÉ, SÃO GABRIEL BAHIA, CEP: 44915-000

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL/BA

BDI

TIPO DE OBRA DO EMPREENDIMENTO: CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO

Conforme legislação tributária municipal, definir estimativa de percentual da base de cálculo para o ISS: 60,00%

Sobre a base de cálculo, definir a respectiva alíquota do ISS (entre 2% e 5%): 5,00%

DESCRIÇÃO	SIGLA	% ADOTADO	VALORES DE REFERÊNCIA - %		
			1º QUARTIL	MÉDIO	3º QUARTIL
Administração Central	AC	4,00%	3,00%	4,00%	5,50%
Seguros e Garantias	SG	0,80%	0,80%	0,80%	1,00%
Risco	R	1,27%	0,97%	1,27%	1,27%
Despesas Financeiras	DF	1,23%	0,59%	1,23%	1,39%
Lucro	L	7,20%	6,16%	7,40%	8,96%
Tributos (impostos COFINS 3%, e PIS 0,65%)	CP	3,65%	3,65%	3,65%	3,65%
Tributos (ISS, variável de acordo com o município)	ISS	3,00%	0,00%	2,50%	5,00%
Tributos (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - 0% ou 4,5% - Desoneração)	CPRB	0,00%	0,00%	4,50%	4,50%
BDI SEM DESONERAÇÃO (Fórmula Acórdão TCU)	BDI PAD	23,31%	20,34%	22,12%	25,00%

Fonte da composição, valores de referência e fórmula do BDI: Acórdão 2.622/2013 - TCU - Plenário
Os valores de BDI acima foram calculados com emprego da fórmula abaixo:

$$BDI.PAD = \left[\left(\frac{(1 + AC + S + R + G) \times (1 + DF) \times (1 + L)}{1 - CP - ISS - CPRB} \right) - 1 \right]$$

Declaro para os devidos fins que, conforme legislação tributária municipal, a base de cálculo para CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO, é de 60%, com a respectiva alíquota de 5%.

Declaro para os devidos fins que o regime de Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta adotado para elaboração do orçamento foi **SEM DESONERAÇÃO**, e que esta é a alternativa mais adequada para a Administração Pública.

SÃO GABRIEL BAHIA 11 DE MARÇO DE 2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL -BA

RESPONSÁVEL TÉCNICO



CONTRATANTE :PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL BAHIA BDI: 23,31%
ORGÃO SOLICITANTE :SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
OBJETO :REFORMA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE ANTONIO MATEUS AMORIM POVOADO DE GAMELEIRA DO JACARÉ MUNICIPIO DE SÃO GABRIEL BAHIA
NOME DA OBRA :REFORMA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE ANTONIO MATEUS AMORIM POVOADO DE GAMELEIRA DO JACARÉ MUNICIPIO DE SÃO GABRIEL BAHIA
LOCAL :POVOADO DE GAMELEIRA DO JACARÉ, SÃO GABRIEL BAHIA, CEP: 44915-000
REFERÊNCIA :SINAPI / ORSE NOVEMBRO 2023(NÃO DESONERADO)
BDI : 23,31%

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL/BA

CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

ITEM	DESCRIÇÃO	% / R\$	MESES			TOTAL
			1	2	3	
1.0	SERVIÇOS PRELIMINARES	#DIV/0!	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%
		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.0	COBERTURAS E TELHADOS	#DIV/0!	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%
		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3.0	REVESTIMENTOS DE PAREDES	#DIV/0!	0,00%	50,00%	50,00%	100,00%
		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
4.0	REVESTIMENTOS DE TETO	#DIV/0!	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%
		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5.0	PISOS	#DIV/0!	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%
		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
6.0	ESQUADRIAS DE MADEIRA	#DIV/0!	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%
		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
7.0	ESQUADRIAS METÁLICAS	#DIV/0!	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%
		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
8.0	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	#DIV/0!	50,00%	50,00%	0,00%	100,00%
		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
9.0	PINTURA	#DIV/0!	0,00%	50,00%	50,00%	100,00%
		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
10.0	SERVIÇOS EXTERNOS E LIMPEZA	#DIV/0!	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%
		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL PARCIAL:		#DIV/0!	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
TOTAL ACUMULADO:		#DIV/0!	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
TOTAL GERAL:		#DIV/0!	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	

SÃO GABRIEL BAHIA 11 DE MARÇO DE 2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL-BA

RESPONSÁVEL TÉCNICO



CONTRATANTE	:PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL BAHIA	BDI: 23,31%
ORGÃO SOLICITANTE	:SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
OBJETO	:REFORMA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE POSTO SATELITE VALQUIRÍIA ALVES DE ALMEIDA SEDE DO MUNICIPIO DE SÃO GABRIEL BAHIA	
NOME DA OBRA	:REFORMA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE POSTO SATELITE VALQUIRÍIA ALVES DE ALMEIDA SEDE DO MUNICIPIO DE SÃO GABRIEL BAHIA	
LOCAL	:RUA DO PSF S/N BAIRRO GABRIELZINHO, SÃO GABRIEL BAHIA, CEP: 44915-000	
REFERÊNCIA	:SINAPI / ORSE NOVEMBRO 2023 (NÃO DESONERADO)	
BDI	:23,31%	

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL/BA

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ITEM	CÓDIGOS	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID	QUANT.	P.UNIT. S/BDI	P.UNIT. C/BDI	P. TOTAL S/BDI	P. TOTAL C/BDI
1.0		SERVIÇOS PRELIMINARES						
1.1	97641/SINAPI	Remoção de forro de gesso, de forma manual, sem reaproveitamento. af_09/2023	m2	133,62				
1.2	12375/ORSE	Remoção e reinstalação de ar condicionado tipo Split	un	10,00				
1.3	018/ORSE	Demolição de piso cerâmico ou ladrilho	m2	15,00				
1.4	017/ORSE	Demolição de reboco	m2	200,00				
2.0		COBERTURAS E TELHADOS						
2.1	11618/ORSE	Remoção, lavagem, carga e retelhamento de telhas cerâmicas tipo canal comum, sem uso de grampo de arame, c/ ré-aproveitamento de 80%, Itabaiana ou similar - Rev 01	m2	172,55				
3.0		REVESTIMENTOS DE PAREDES						
3.1	87530/SINAPI	Massa única, para recebimento de pintura, em argamassa traço 1:2:8, preparo manual, aplicada manualmente em faces internas de paredes, espessura de 20mm, com execução de taliscas. af_06/2014	m2	200,00				
3.2	87893/SINAPI	Chapisco aplicado em alvenaria (sem presença de vãos) e estruturas de concreto de fachada, com colher de pedreiro. argamassa traço 1:3 com preparo manual. af_10/2022	m2	200,00				
4.0		REVESTIMENTOS DE TETO						
4.1	96109/SINAPI	Forro em placas de gesso, para ambientes residenciais. af_08/2023_ps	m2	133,62				
4.2	96120/SINAPI	Acabamentos para forro (moldura de gesso). af_05/2017	m	128,00				
5.0		PISOS						
5.1	89046/SINAPI	(composição representativa) do serviço de revestimento cerâmico para piso com placas tipo esmaltada extra de dimensões 35x35 cm, para edificação habitacional multifamiliar (prédio). af_11/2014	m2	15,00				
5.2	88648/SINAPI	Rodapé cerâmico de 7cm de altura com placas tipo esmaltada extra de dimensões 35x35cm. af_02/2023	m	50,00				
5.3	94438/SINAPI	(composição representativa) do serviço de contrapiso em argamassa traço 1:4 (cim e areia), em betoneira 400 l, espessura 3 cm áreas secas e 3 cm áreas molhadas, para edificação habitacional unifamiliar (casa) e edificação pública padrão. af_11/2014	m2	29,88				
6.0		ESQUADRIAS DE MADEIRA						
6.1	90844/SINAPI	Kit de porta de madeira para pintura, semi-oca (leve ou média), padrão médio, 90x210cm, espessura de 3,5cm, itens inclusos: dobradiças, montagem e instalação do batente, fechadura com execução do furo - fornecimento e instalação. af_12/2019	un	6,00				
7.0		ESQUADRIAS METÁLICAS						
7.1	94569/SINAPI	Janela de alumínio tipo maxim-ar, com vidros, batente e ferragens. exclusive alizar, acabamento e contramarco. fornecimento e instalação. af_12/2019	m2	4,12				
8.0		INSTALAÇÕES ELÉTRICAS						
8.1	632/ORSE	Revisão de ponto de interruptor com reposição do interruptor e fiação	un	10,00				
8.2	628/ORSE	Revisão de ponto de tomada simples com reposição da tomada e da fiação	un	15,00				
8.3	624/ORSE	Revisão de ponto de luz tipo 1, em teto ou parede	un	10,00				
8.4	12222/ORSE	Quadro de distribuição de embutir, em chapa de aço, para até 08 disjuntores, com barramento, padrão DIN, exclusive disjuntores	un	1,00				
8.5	03298/ORSE	Ponto de tomada 2p+t, ABNT, de embutir, 10 A, com eletroduto de pvc flexível sanfonado embutido Ø 3/4", fio rígido 2,5mm² (fio 12), inclusive placa em pvc e aterramento	un	15,00				
8.6	101892/ORSE	Disjuntor bipolar tipo nema, corrente nominal de 10 até 50a - fornecimento e instalação. af_10/2020	un	6,00				
9.0		PINTURA						
9.1	88423/SINAPI	Aplicação manual de pintura com tinta texturizada acrílica em paredes externas de casas, uma cor. af_06/2014	m2	155,28				
9.2	02291/ORSE	Pintura para interiores, sobre paredes ou tetos, com lixamento, aplicação de 01 demão de líquido selador, 02 demãos de massa corrida e 02 demãos de tinta pva latex convencional para interiores. Rev 03_04/2022	m2	133,62				

9.3	02285/ORSE	Pintura de acabamento com aplicação de 02 demãos de tinta PVA latex para interiores - cores convencionais - Rev 03	m2	465,42				
9.4	08624/ORSE	Emassamento de superfície, com aplicação de 02 demãos de massa acrílica, lixamento e retoques - Rev 01	m2	200,00				
10.0		SERVIÇOS EXTERNOS E LIMPEZA						
10.1	01745/ORSE	Sumidouro paredes com blocos cerâmicos 6 furos e dimensões internas de 2,50 x 1,00 x 1,50 m	UNID	1,00				
10.2	13038/ORSE	Fossa em alvenaria de tijolo maciço 1,40 x 2,80 x 1,10 m	UNID	1,00				
10.3	02450/ORSE	Limpeza geral	m2	172,55				
TOTAL DO ORÇAMENTO								
VALOR GLOBAL:								
SÃO GABRIEL BAHIA 11 DE MARÇO DE 2024								
_____					_____			
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL-BA					RESPONSÁVEL TÉCNICO			



CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL -BA

OBJETO :REFORMA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE POSTO SATELITE VALQUIRÍA ALVES DE ALMEIDA SEDE DO MUNICIPIO DE SÃO GABRIEL BAHIA

NOME DA OBRA :REFORMA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE POSTO SATELITE VALQUIRÍA ALVES DE ALMEIDA SEDE DO MUNICIPIO DE SÃO GABRIEL BAHIA

LOCAL: RUA DO PSF S/N BAIRRO GABRIELZINHO, SÃO GABRIEL BAHIA, CEP: 44915-000

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL/BA

BDI

TIPO DE OBRA DO EMPREENDIMENTO: CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO

Conforme legislação tributária municipal, definir estimativa de percentual da base de cálculo para o ISS: 60,00%

Sobre a base de cálculo, definir a respectiva alíquota do ISS (entre 2% e 5%): 5,00%

DESCRIÇÃO	SIGLA	% ADOTADO	VALORES DE REFERÊNCIA - %		
			1º QUARTIL	MÉDIO	3º QUARTIL
Administração Central	AC	4,00%	3,00%	4,00%	5,50%
Seguros e Garantias	SG	0,80%	0,80%	0,80%	1,00%
Risco	R	1,27%	0,97%	1,27%	1,27%
Despesas Financeiras	DF	1,23%	0,59%	1,23%	1,39%
Lucro	L	7,20%	6,16%	7,40%	8,96%
Tributos (impostos COFINS 3%, e PIS 0,65%)	CP	3,65%	3,65%	3,65%	3,65%
Tributos (ISS, variável de acordo com o município)	ISS	3,00%	0,00%	2,50%	5,00%
Tributos (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - 0% ou 4,5% - Desoneração)	CPRB	0,00%	0,00%	4,50%	4,50%
BDI SEM DESONERAÇÃO (Fórmula Acórdão TCU)	BDI PAD	23,31%	20,34%	22,12%	25,00%

Fonte da composição, valores de referência e fórmula do BDI: Acórdão 2.622/2013 - TCU - Plenário
Os valores de BDI acima foram calculados com emprego da fórmula abaixo:

$$BDI.PAD = \left[\left(\frac{(1 + AC + S + R + G) \times (1 + DF) \times (1 + L)}{(1 - CP - ISS - CPRB)} \right) - 1 \right]$$

Declaro para os devidos fins que, conforme legislação tributária municipal, a base de cálculo para CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO, é de 60%, com a respectiva alíquota de 5%.

Declaro para os devidos fins que o regime de Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta adotado para elaboração do orçamento foi **SEM DESONERAÇÃO**, e que esta é a alternativa mais adequada para a Administração Pública.

SÃO GABRIEL BAHIA 11 DE MARÇO DE 2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL -BA

RESPONSÁVEL TÉCNICO



CONTRATANTE :PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL BAHIA BDI: 23,31%
ORGÃO SOLICITANTE :SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
OBJETO :REFORMA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE POSTO SATELITE VALQUIRÍA ALVES DE ALMEIDA SEDE DO MUNICIPIO DE SÃO GABRIEL BAHIA
NOME DA OBRA :REFORMA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE POSTO SATELITE VALQUIRÍA ALVES DE ALMEIDA SEDE DO MUNICIPIO DE SÃO GABRIEL BAHIA
LOCAL :RUA DO PSF S/N BAIRRO GABRIELZINHO, SÃO GABRIEL BAHIA, CEP: 44915-000
REFERÊNCIA :SINAPI / ORSE NOVEMBRO 2023 (NÃO DESONERADO)
BDI : 23,31%

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL/BA

CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

ITEM	DESCRIÇÃO	% / R\$	MESES			TOTAL
			1	2	3	
1.0	SERVIÇOS PRELIMINARES	#DIV/0!	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%
		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.0	COBERTURAS E TELHADOS	#DIV/0!	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%
		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3.0	REVESTIMENTOS DE PAREDES	#DIV/0!	0,00%	50,00%	50,00%	100,00%
		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
4.0	REVESTIMENTOS DE TETO	#DIV/0!	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%
		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5.0	PISOS	#DIV/0!	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%
		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
6.0	ESQUADRIAS DE MADEIRA	#DIV/0!	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%
		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
7.0	ESQUADRIAS METÁLICAS	#DIV/0!	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%
		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
8.0	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	#DIV/0!	50,00%	50,00%	0,00%	100,00%
		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
9.0	PINTURA	#DIV/0!	0,00%	50,00%	50,00%	100,00%
		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
10.0	SERVIÇOS EXTERNOS E LIMPEZA	#DIV/0!	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%
		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL PARCIAL:		#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	
TOTAL ACUMULADO:		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
TOTAL GERAL:		#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	
TOTAL GERAL:		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	

SÃO GABRIEL BAHIA 11 DE MARÇO DE 2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL-BA

RESPONSÁVEL TÉCNICO



CONTRATANTE	:PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL BAHIA	BDI: 23,31%
ORGÃO SOLICITANTE	:SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
OBJETO	:REFORMA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE GUILHERME SOARES DE ALMEIDA SEDE DO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL BAHIA	
NOME DA OBRA	:REFORMA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE GUILHERME SOARES DE ALMEIDA SEDE DO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL BAHIA	
LOCAL	:RUA DO PSF S/N,BAIRRO NOVA BRASÍLIA, SÃO GABRIEL BAHIA, CEP: 44915-000	
REFERÊNCIA	:SINAPI / ORSE NOVEMBRO 2023 (NÃO DESONERADO)	
BDI	: 23,31%	

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL/BA

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ITEM	CÓDIGOS	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID	QUANT.	P.UNIT. S/BDI	P.UNIT. C/BDI	P. TOTAL S/BDI	P.TOTAL C/BDI
1.0		SERVIÇOS PRELIMINARES						
1.1	97641/SINAPI	Remoção de forro de gesso, de forma manual, sem reaproveitamento. af_09/2023	m2	134,37				
1.2	12375/ORSE	Remoção e reinstalação de ar condicionado tipo Split	un	10,00				
1.3	017/ORSE	Demolição de reboco	m2	30,00				
2.0		COBERTURAS E TELHADOS						
2.1	11618/ORSE	Remoção, lavagem, carga e retelhamento de telhas cerâmicas tipo canal comum, sem uso de grampo de arame, c/ ré-aproveitamento de 80%, Itabaiana ou similar - Rev 01	m2	268,74				
3.0		REVESTIMENTOS DE PAREDES						
3.1	87530/SINAPI	Massa única, para recebimento de pintura, em argamassa traço 1:2:8, preparo manual, aplicada manualmente em faces internas de paredes, espessura de 20mm, com execução de taliscas. af_06/2014	m2	200,00				
3.2	87893/SINAPI	Chapisco aplicado em alvenaria (sem presença de vãos) e estruturas de concreto de fachada, com colher de pedreiro. argamassa traço 1:3 com preparo manual. af_10/2022	m2	200,00				
4.0		REVESTIMENTOS DE TETO						
4.1	96109/SINAPI	Forro em placas de gesso, para ambientes residenciais. af_08/2023_ps	m2	134,37				
4.2	96120/SINAPI	Acabamentos para forro (moldura de gesso). af_05/2017	m	50,00				
5.0		PISOS						
5.3	94438/SINAPI	(composição representativa) do serviço de contrapiso em argamassa traço 1:4 (cim e areia), em betoneira 400 l, espessura 3 cm áreas secas e 3 cm áreas molhadas, para edificação habitacional unifamiliar (casa) e edificação pública padrão. af_11/2014	m2	25,00				
6.0		ESQUADRIAS DE MADEIRA						
6.1	90844/SINAPI	Kit de porta de madeira para pintura, semi-oca (leve ou média), padrão médio, 90x210cm, espessura de 3,5cm, itens inclusos: dobradiças, montagem e instalação do batente, fechadura com execução do furo - fornecimento e instalação. af_12/2019	un	1,00				
7.0		ESQUADRIAS METÁLICAS						
7.1	94569/SINAPI	Janela de alumínio tipo maxim-ar, com vidros, batente e ferragens. exclusive alizar, acabamento e contramarco. fornecimento e instalação. af_12/2019	m2	2,10				
8.0		INSTALAÇÕES ELÉTRICAS						
8.1	632/ORSE	Revisão de ponto de interruptor com reposição do interruptor e fiação	un	3,00				
8.2	628/ORSE	Revisão de ponto de tomada simples com reposição da tomada e da fiação	un	5,00				
8.3	624/ORSE	Revisão de ponto de luz tipo 1, em teto ou parede	un	8,00				
8.4	12222/ORSE	Quadro de distribuição de embutir, em chapa de aço, para até 08 disjuntores, com barramento, padrão DIN, exclusive disjuntores	un	1,00				
8.5	03298/ORSE	Ponto de tomada 2p+t, ABNT, de embutir, 10 A, com eletroduto de pvc flexível sanfonado embutido Ø 3/4", fio rígido 2,5mm² (fio 12), inclusive placa em pvc e aterramento	un	7,00				
8.6	101892/ORSE	Disjuntor bipolar tipo nema, corrente nominal de 10 até 50a - fornecimento e instalação. af_10/2020	un	2,00				
9.0		PINTURA						
9.1	88423/SINAPI	Aplicação manual de pintura com tinta texturizada acrílica em paredes externas de casas, uma cor. af_06/2014	m2	690,13				
9.2	02291/ORSE	Pintura para interiores, sobre paredes ou tetos, com lixamento, aplicação de 01 demão de líquido selador, 02 demãos de massa corrida e 02 demãos de tinta pva latex convencional para interiores. Rev 03_04/2022	m2	257,40				
9.3	02285/ORSE	Pintura de acabamento com aplicação de 02 demãos de tinta PVA latex para interiores - cores convencionais - Rev 03	m2	679,86				
9.4	08624/ORSE	Emassamento de superfície, com aplicação de 02 demãos de massa acrílica, lixamento e retoques - Rev 01	m2	30,00				
10.0		SERVIÇOS EXTERNOS E LIMPEZA						
10.1	01745/ORSE	Sumidouro paredes com blocos cerâmicos 6 furos e dimensões internas de 2,50 x 1,00 x 1,50 m	UNID	1,00				

10.2	13038/ORSE	Fossa em alvenaria de tijolo maciço 1,40 x 2,80 x 1,10 m	UNID	1,00				
10.3	02450/ORSE	Limpeza geral	m2	268,74				
TOTAL DO ORÇAMENTO								
VALOR GLOBAL:								
SÃO GABRIEL BAHIA 11 DE MARÇO DE 2024								
_____					_____			
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL-BA					RESPONSÁVEL TÉCNICO			



CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL -BA

OBJETO :REFORMA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE GUILHERME SOARES DE ALMEIDA SEDE DO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL BAHIA

NOME DA OBRA: REFORMA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE GUILHERME SOARES DE ALMEIDA SEDE DO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL BAHIA

LOCAL: RUA DO PSF S/N,BAIRRO NOVA BRASÍLIA, SÃO GABRIEL BAHIA, CEP: 44915-000

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL/BA

BDI

TIPO DE OBRA DO EMPREENDIMENTO: CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO

Conforme legislação tributária municipal, definir estimativa de percentual da base de cálculo para o ISS: 60,00%

Sobre a base de cálculo, definir a respectiva alíquota do ISS (entre 2% e 5%): 5,00%

DESCRIÇÃO	SIGLA	% ADOTADO	VALORES DE REFERÊNCIA - %		
			1º QUARTIL	MÉDIO	3º QUARTIL
Administração Central	AC	4,00%	3,00%	4,00%	5,50%
Seguros e Garantias	SG	0,80%	0,80%	0,80%	1,00%
Risco	R	1,27%	0,97%	1,27%	1,27%
Despesas Financeiras	DF	1,23%	0,59%	1,23%	1,39%
Lucro	L	7,20%	6,16%	7,40%	8,96%
Tributos (impostos COFINS 3%, e PIS 0,65%)	CP	3,65%	3,65%	3,65%	3,65%
Tributos (ISS, variável de acordo com o município)	ISS	3,00%	0,00%	2,50%	5,00%
Tributos (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - 0% ou 4,5% - Desoneração)	CPRB	0,00%	0,00%	4,50%	4,50%
BDI SEM DESONERAÇÃO (Fórmula Acórdão TCU)	BDI PAD	23,31%	20,34%	22,12%	25,00%

Fonte da composição, valores de referência e fórmula do BDI: Acórdão 2.622/2013 - TCU - Plenário
Os valores de BDI acima foram calculados com emprego da fórmula abaixo:

$$BDI.PAD = \left[\left(\frac{(1 + AC + S + R + G) \times (1 + DF) \times (1 + L)}{(1 - CP - ISS - CPRB)} \right) - 1 \right]$$

Declaro para os devidos fins que, conforme legislação tributária municipal, a base de cálculo para CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO, é de 60%, com a respectiva alíquota de 5%.

Declaro para os devidos fins que o regime de Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta adotado para elaboração do orçamento foi **SEM DESONERAÇÃO**, e que esta é a alternativa mais adequada para a Administração Pública.

SÃO GABRIEL BAHIA 11 DE MARÇO DE 2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL -BA

RESPONSÁVEL TÉCNICO



CONTRATANTE :PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL BAHIA BDI: 23,31%
ORGÃO SOLICITANTE :SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
OBJETO :REFORMA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE GUILHERME SOARES DE ALMEIDA SEDE DO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL BAHIA
NOME DA OBRA :REFORMA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE GUILHERME SOARES DE ALMEIDA SEDE DO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL BAHIA
LOCAL :RUA DO PSF S/N,BAIRRO NOVA BRASÍLIA, SÃO GABRIEL BAHIA, CEP: 44915-000
REFERÊNCIA :SINAPI / ORSE NOVEMBRO 2023 (NÃO DESONERADO)
BDI : 23,31%

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL/BA

CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

ITEM	DESCRIÇÃO	% / R\$	MESES			TOTAL
			1	2	3	
1.0	SERVIÇOS PRELIMINARES	#DIV/0!	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%
		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.0	COBERTURAS E TELHADOS	#DIV/0!	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%
		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3.0	REVESTIMENTOS DE PAREDES	#DIV/0!	0,00%	50,00%	50,00%	100,00%
		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
4.0	REVESTIMENTOS DE TETO	#DIV/0!	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%
		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5.0	PISOS	#DIV/0!	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%
		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
6.0	ESQUADRIAS DE MADEIRA	#DIV/0!	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%
		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
7.0	ESQUADRIAS METÁLICAS	#DIV/0!	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%
		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
8.0	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	#DIV/0!	50,00%	50,00%	0,00%	100,00%
		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
9.0	PINTURA	#DIV/0!	0,00%	50,00%	50,00%	100,00%
		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
10.0	SERVIÇOS EXTERNOS E LIMPEZA	#DIV/0!	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%
		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL PARCIAL:		#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!		
TOTAL ACUMULADO:		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00		
TOTAL GERAL:		#DIV/0!				
TOTAL GERAL:		R\$ 0,00				

SÃO GABRIEL BAHIA 11 DE MARÇO DE 2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL-BA

RESPONSÁVEL TÉCNICO



CONTRATANTE :PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL BAHIA BDI: 23,31%
ORGÃO SOLICITANTE :SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
OBJETO : REFORMA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE ANTONIO HONORATO DE SOUZA POVOADO DE BAIXÃO DOS HONORATOS MUNICIPIO DE SÃO GABRIEL BAHIA
NOME DA OBRA : REFORMA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE ANTONIO HONORATO DE SOUZA POVOADO DE BAIXÃO DOS HONORATOS MUNICIPIO DE SÃO GABRIEL BAHIA
LOCAL : POVOADO DE BAIXÃO DOS HONORATOS, SÃO GABRIEL BAHIA, CEP: 44915-000
REFERÊNCIA :SINAPI / ORSE NOVEMBRO 2023 (NÃO DESONERADO)
BDI : 23,31%

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL/BA

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ITEM	CÓDIGOS	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID	QUANT.	P.UNIT. S/BDI	P.UNIT. C/BDI	P. TOTAL S/BDI	P.TOTAL C/BDI
1.0		SERVIÇOS PRELIMINARES						
1.1	97641/SINAPI	Remoção de forro de gesso, de forma manual, sem reaproveitamento. af_09/2023	m2	133,62				
1.2	12375/ORSE	Remoção e reinstalação de ar condicionado tipo Split	un	10,00				
1.3	018/ORSE	Demolição de piso cerâmico ou ladrilho	m2	15,00				
1.4	017/ORSE	Demolição de reboco	m2	250,00				
2.0		COBERTURAS E TELHADOS						
2.1	11618/ORSE	Remoção, lavagem, carga e retelhamento de telhas cerâmicas tipo canal comum, sem uso de grampo de arame, c/ ré-aproveitamento de 80%, Itabaiana ou similar - Rev 01	m2	172,55				
3.0		REVESTIMENTOS DE PAREDES						
3.1	87530/SINAPI	Massa única, para recebimento de pintura, em argamassa traço 1:2:8, preparo manual, aplicada manualmente em faces internas de paredes, espessura de 20mm, com execução de taliscas. af_06/2014	m2	250,00				
3.2	87893/SINAPI	Chapisco aplicado em alvenaria (sem presença de vãos) e estruturas de concreto de fachada, com colher de pedreiro. argamassa traço 1:3 com preparo manual. af_10/2022	m2	250,00				
4.0		REVESTIMENTOS DE TETO						
4.1	96109/SINAPI	Forro em placas de gesso, para ambientes residenciais. af_08/2023_ps	m2	133,62				
4.2	96120/SINAPI	Acabamentos para forro (moldura de gesso). af_05/2017	m	128,00				
5.0		PISOS						
5.1	89046/SINAPI	(composição representativa) do serviço de revestimento cerâmico para piso com placas tipo esmaltada extra de dimensões 35x35 cm, para edificação habitacional multifamiliar (prédio). af_11/2014	m2	40,00				
5.2	88648/SINAPI	Rodapé cerâmico de 7cm de altura com placas tipo esmaltada extra de dimensões 35x35cm. af_02/2023	m	50,00				
5.3	94438/SINAPI	(composição representativa) do serviço de contrapiso em argamassa traço 1:4 (cim e areia), em betoneira 400 l, espessura 3 cm áreas secas e 3 cm áreas molhadas, para edificação habitacional unifamiliar (casa) e edificação pública padrão. af_11/2014	m2	29,88				
6.0		ESQUADRIAS DE MADEIRA						
6.1	90844/SINAPI	Kit de porta de madeira para pintura, semi-oca (leve ou média), padrão médio, 90x210cm, espessura de 3,5cm, itens inclusos: dobradiças, montagem e instalação do batente, fechadura com execução do furo - fornecimento e instalação. af_12/2019	un	7,00				
7.0		ESQUADRIAS METÁLICAS						
7.1	94569/SINAPI	Janela de alumínio tipo maxim-ar, com vidros, batente e ferragens. exclusive alizar, acabamento e contramarco. fornecimento e instalação. af_12/2019	m2	8,25				
8.0		INSTALAÇÕES ELÉTRICAS						
8.1	632/ORSE	Revisão de ponto de interruptor com reposição do interruptor e fiação	un	10,00				
8.2	628/ORSE	Revisão de ponto de tomada simples com reposição da tomada e da fiação	un	15,00				
8.3	624/ORSE	Revisão de ponto de luz tipo 1, em teto ou parede	un	15,00				
8.4	12222/ORSE	Quadro de distribuição de embutir, em chapa de aço, para até 08 disjuntores, com barramento, padrão DIN, exclusive disjuntores	un	1,00				
8.5	03298/ORSE	Ponto de tomada 2p+1, ABNT, de embutir, 10 A, com eletroduto de pvc flexível sanfonado embutido Ø 3/4", fio rígido 2,5mm² (fio 12), inclusive placa em pvc e aterramento	un	15,00				
8.6	101892/ORSE	Disjuntor bipolar tipo nema, corrente nominal de 10 até 50a - fornecimento e instalação. af_10/2020	un	6,00				
9.0		PINTURA						
9.1	88423/SINAPI	Aplicação manual de pintura com tinta texturizada acrílica em paredes externas de casas, uma cor. af_06/2014	m2	155,28				

9.2	02291/ORSE	Pintura para interiores, sobre paredes ou tetos, com lixamento, aplicação de 01 demão de líquido selador, 02 demãos de massa corrida e 02 demãos de tinta pva latex convencional para interiores. Rev 03_04/2022	m2	133,62				
9.3	02285/ORSE	Pintura de acabamento com aplicação de 02 demãos de tinta PVA latex para interiores - cores convencionais - Rev 03	m2	465,42				
9.4	08624/ORSE	Emassamento de superfície, com aplicação de 02 demãos de massa acrílica, lixamento e retoques - Rev 01	m2	200,00				
10.0		SERVIÇOS EXTERNOS E LIMPEZA						
10.1	01745/ORSE	Sumidouro paredes com blocos cerâmicos 6 furos e dimensões internas de 2,50 x 1,00 x 1,50 m	UNID	1,00				
10.2	13038/ORSE	Fossa em alvenaria de tijolo maciço 1,40 x 2,80 x 1,10 m	UNID	1,00				
10.3	02450/ORSE	Limpeza geral	m2	172,55				
TOTAL DO ORÇAMENTO								
VALOR GLOBAL:								
SÃO GABRIEL BAHIA 11 DE MARÇO DE 2024								
_____					_____			
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL-BA					RESPONSÁVEL TÉCNICO			



CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL -BA

OBJETO :REFORMA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE ANTONIO HONORATO DE SOUZA POVOADO DE BAIXÃO DOS HONORATOS MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL BAHIA

NOME DA OBRA:REFORMA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE ANTONIO HONORATO DE SOUZA POVOADO DE BAIXÃO DOS HONORATOS MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL BAHIA

LOCAL: POVOADO DE BAIXÃO DOS HONORATOS, SÃO GABRIEL BAHIA, CEP: 44915-000

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL/BA

BDI

TIPO DE OBRA DO EMPREENDIMENTO: CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO

Conforme legislação tributária municipal, definir estimativa de percentual da base de cálculo para o ISS: 60,00%

Sobre a base de cálculo, definir a respectiva alíquota do ISS (entre 2% e 5%): 5,00%

DESCRIÇÃO	SIGLA	% ADOTADO	VALORES DE REFERÊNCIA - %		
			1º QUARTIL	MÉDIO	3º QUARTIL
Administração Central	AC	4,00%	3,00%	4,00%	5,50%
Seguros e Garantias	SG	0,80%	0,80%	0,80%	1,00%
Risco	R	1,27%	0,97%	1,27%	1,27%
Despesas Financeiras	DF	1,23%	0,59%	1,23%	1,39%
Lucro	L	7,20%	6,16%	7,40%	8,96%
Tributos (impostos COFINS 3%, e PIS 0,65%)	CP	3,65%	3,65%	3,65%	3,65%
Tributos (ISS, variável de acordo com o município)	ISS	3,00%	0,00%	2,50%	5,00%
Tributos (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - 0% ou 4,5% - Desoneração)	CPRB	0,00%	0,00%	4,50%	4,50%
BDI SEM DESONERAÇÃO (Fórmula Acórdão TCU)	BDI PAD	23,31%	20,34%	22,12%	25,00%

Fonte da composição, valores de referência e fórmula do BDI: Acórdão 2.622/2013 - TCU - Plenário
Os valores de BDI acima foram calculados com emprego da fórmula abaixo:

$$BDI.PAD = \left[\left(\frac{(1 + AC + S + R + G) \times (1 + DF) \times (1 + L)}{(1 - CP - ISS - CPRB)} \right) - 1 \right]$$

Declaro para os devidos fins que, conforme legislação tributária municipal, a base de cálculo para CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO, é de 60%, com a respectiva alíquota de 5%.

Declaro para os devidos fins que o regime de Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta adotado para elaboração do orçamento foi **SEM DESONERAÇÃO**, e que esta é a alternativa mais adequada para a Administração Pública.

SÃO GABRIEL BAHIA 11 DE MARÇO DE 2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL -BA

RESPONSÁVEL TÉCNICO



CONTRATANTE :PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL BAHIA BDI: 23,31%
ORGÃO SOLICITANTE :SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
OBJETO :REFORMA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE ANTONIO HONORATO DE SOUZA POVOADO DE BAIXÃO DOS HONORATOS MUNICIPIO DE SÃO GABRIEL BAHIA
NOME DA OBRA :REFORMA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE ANTONIO HONORATO DE SOUZA POVOADO DE BAIXÃO DOS HONORATOS MUNICIPIO DE SÃO GABRIEL BAHIA
LOCAL :POVOADO DE BAIXÃO DOS HONORATOS, SÃO GABRIEL BAHIA, CEP: 44915-000
REFERÊNCIA :SINAPI / ORSE NOVEMBRO 2023 (NÃO DESONERADO)
BDI : 23,31%

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL/BA

CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

ITEM	DESCRIÇÃO	% / R\$	MESES			TOTAL
			1	2	3	
1.0	SERVIÇOS PRELIMINARES	#DIV/0!	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%
		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.0	COBERTURAS E TELHADOS	#DIV/0!	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%
		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3.0	REVESTIMENTOS DE PAREDES	#DIV/0!	0,00%	50,00%	50,00%	100,00%
		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
4.0	REVESTIMENTOS DE TETO	#DIV/0!	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%
		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5.0	PISOS	#DIV/0!	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%
		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
6.0	ESQUADRIAS DE MADEIRA	#DIV/0!	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%
		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
7.0	ESQUADRIAS METÁLICAS	#DIV/0!	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%
		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
8.0	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	#DIV/0!	50,00%	50,00%	0,00%	100,00%
		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
9.0	PINTURA	#DIV/0!	0,00%	50,00%	50,00%	100,00%
		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
10.0	SERVIÇOS EXTERNOS E LIMPEZA	#DIV/0!	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%
		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL PARCIAL:		#DIV/0!	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
TOTAL ACUMULADO:		#DIV/0!	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
TOTAL GERAL:		#DIV/0!	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	

SÃO GABRIEL BAHIA 11 DE MARÇO DE 2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL-BA

RESPONSÁVEL TÉCNICO



CONTRATANTE	:PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL BAHIA	BDI: 23,31%
ORGÃO SOLICITANTE	:SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
OBJETO	:REFORMA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE FLORENTINA FRANCISCA DE JESUS POVOADO DE LAGOINHA MUNICIPIO DE SÃO GABRIEL BAHIA	
NOME DA OBRA	:REFORMA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE FLORENTINA FRANCISCA DE JESUS POVOADO DE LAGOINHA MUNICIPIO DE SÃO GABRIEL BAHIA	
LOCAL	:POVOADO DE LAGOINHA, SÃO GABRIEL BAHIA, CEP: 44915-000	
REFERÊNCIA	:SINAPI / ORSE NOVEMBRO 2023 (NÃO DESONERADO)	
BDI	:23,31%	

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL/BA

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ITEM	CÓDIGOS	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID	QUANT.	P.UNIT. S/BDI	P.UNIT. C/BDI	P. TOTAL S/BDI	P.TOTAL C/BDI
1.0		SERVIÇOS PRELIMINARES						
1.1	97641/SINAPI	Remoção de forro de gesso, de forma manual, sem reaproveitamento. af_09/2023	m2	160,79				
1.2	12375/ORSE	Remoção e reinstalação de ar condicionado tipo Split	un	8,00				
1.3	018/ORSE	Demolição de piso cerâmico ou ladrilho	m2	50,00				
1.4	017/ORSE	Demolição de reboco	m2	250,00				
2.0		COBERTURAS E TELHADOS						
2.1	11618/ORSE	Remoção, lavagem, carga e retelhamento de telhas cerâmicas tipo canal comum, sem uso de grampo de arame, c/ ré-apeitamento de 80%, Itabaiana ou similar - Rev 01	m2	202,45				
3.0		REVESTIMENTOS DE PAREDES						
3.1	87530/SINAPI	Massa única, para recebimento de pintura, em argamassa traço 1:2:8, preparo manual, aplicada manualmente em faces internas de paredes, espessura de 20mm, com execução de taliscas. af_06/2014	m2	300,00				
3.2	87893/SINAPI	Chapisco aplicado em alvenaria (sem presença de vãos) e estruturas de concreto de fachada, com colher de pedreiro. argamassa traço 1:3 com preparo manual. af_10/2022	m2	350,00				
4.0		REVESTIMENTOS DE TETO						
4.1	96109/SINAPI	Forro em placas de gesso, para ambientes residenciais. af_08/2023_ps	m2	160,79				
4.2	96120/SINAPI	Acabamentos para forro (moldura de gesso). af_05/2017	m	239,00				
5.0		PISOS						
5.1	89046/SINAPI	(composição representativa) do serviço de revestimento cerâmico para piso com placas tipo esmaltada extra de dimensões 35x35 cm, para edificação habitacional multifamiliar (prédio). af_11/2014	m2	50,00				
5.2	88648/SINAPI	Rodapé cerâmico de 7cm de altura com placas tipo esmaltada extra de dimensões 35x35cm. af_02/2023	m	100,00				
5.3	94438/SINAPI	(composição representativa) do serviço de contrapiso em argamassa traço 1:4 (cim e areia), em betoneira 400 l, espessura 3 cm áreas secas e 3 cm áreas molhadas, para edificação habitacional unifamiliar (casa) e edificação pública padrão. af_11/2014	m2	70,00				
6.0		ESQUADRIAS DE MADEIRA						
6.1	90844/SINAPI	Kit de porta de madeira para pintura, semi-oca (leve ou média), padrão médio, 90x210cm, espessura de 3,5cm, itens inclusos: dobradiças, montagem e instalação do batente, fechadura com execução do furo - fornecimento e instalação. af_12/2019	un	10,00				
7.0		ESQUADRIAS METÁLICAS						
7.1	94569/SINAPI	Janela de alumínio tipo maxim-ar, com vidros, batente e ferragens. exclusive alizar, acabamento e contramarco. fornecimento e instalação. af_12/2019	m2	9,90				
8.0		INSTALAÇÕES ELÉTRICAS						
8.1	632/ORSE	Revisão de ponto de interruptor com reposição do interruptor e fiação	un	10,00				
8.2	628/ORSE	Revisão de ponto de tomada simples com reposição da tomada e da fiação	un	15,00				
8.3	624/ORSE	Revisão de ponto de luz tipo 1, em teto ou parede	un	10,00				
8.4	12222/ORSE	Quadro de distribuição de embutir, em chapa de aço, para até 08 disjuntores, com barramento, padrão DIN, exclusive disjuntores	un	1,00				
8.5	03298/ORSE	Ponto de tomada 2p+t, ABNT, de embutir, 10 A, com eletroduto de pvc flexível sanfonado embutido Ø 3/4", fio rígido 2,5mm² (fio 12), inclusive placa em pvc e aterramento	un	15,00				
8.6	101892/ORSE	Disjuntor bipolar tipo nema, corrente nominal de 10 até 50a - fornecimento e instalação. af_10/2020	un	6,00				
9.0		PINTURA						
9.1	88423/SINAPI	Aplicação manual de pintura com tinta texturizada acrílica em paredes externas de casas, uma cor. af_06/2014	m2	181,62				
9.2	02291/ORSE	Pintura para interiores, sobre paredes ou tetos, com lixamento, aplicação de 01 demão de líquido selador, 02 demãos de massa corrida e 02 demãos de tinta pva latex convencional para interiores. Rev 03_04/2022	m2	160,79				

9.3	02285/ORSE	Pintura de acabamento com aplicação de 02 demãos de tinta PVA latex para interiores - cores convencionais - Rev 03	m2	600,00				
9.4	08624/ORSE	Emassamento de superfície, com aplicação de 02 demãos de massa acrílica, lixamento e retoques - Rev 01	m2	200,00				
10.0		SERVIÇOS EXTERNOS E LIMPEZA						
10.1	01745/ORSE	Sumidouro paredes com blocos cerâmicos 6 furos e dimensões internas de 2,50 x 1,00 x 1,50 m	UNID	1,00				
10.2	13038/ORSE	Fossa em alvenaria de tijolo maciço 1,40 x 2,80 x 1,10 m	UNID	1,00				
10.3	02450/ORSE	Limpeza geral	m2	203,00				
TOTAL DO ORÇAMENTO								
VALOR GLOBAL:								
SÃO GABRIEL BAHIA 11 DE MARÇO DE 2024								
_____					_____			
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL-BA					RESPONSÁVEL TÉCNICO			



CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL -BA

OBJETO :REFORMA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE FLORENTINA FRANCISCA DE JESUS POVOADO DE LAGOINHA MUNICIPIO DE SÃO GABRIEL BAHIA

NOME DA OBRA: REFORMA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE FLORENTINA FRANCISCA DE JESUS POVOADO DE LAGOINHA MUNICIPIO DE SÃO GABRIEL BAHIA

LOCAL: POVOADO DE LAGOINHA, SÃO GABRIEL BAHIA, CEP: 44915-000

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL/BA

BDI

TIPO DE OBRA DO EMPREENDIMENTO: CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO

Conforme legislação tributária municipal, definir estimativa de percentual da base de cálculo para o ISS: 60,00%

Sobre a base de cálculo, definir a respectiva alíquota do ISS (entre 2% e 5%): 5,00%

DESCRIÇÃO	SIGLA	% ADOTADO	VALORES DE REFERÊNCIA - %		
			1º QUARTIL	MÉDIO	3º QUARTIL
Administração Central	AC	4,00%	3,00%	4,00%	5,50%
Seguros e Garantias	SG	0,80%	0,80%	0,80%	1,00%
Risco	R	1,27%	0,97%	1,27%	1,27%
Despesas Financeiras	DF	1,23%	0,59%	1,23%	1,39%
Lucro	L	7,20%	6,16%	7,40%	8,96%
Tributos (impostos COFINS 3%, e PIS 0,65%)	CP	3,65%	3,65%	3,65%	3,65%
Tributos (ISS, variável de acordo com o município)	ISS	3,00%	0,00%	2,50%	5,00%
Tributos (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - 0% ou 4,5% - Desoneração)	CPRB	0,00%	0,00%	4,50%	4,50%
BDI SEM DESONERAÇÃO (Fórmula Acórdão TCU)	BDI PAD	23,31%	20,34%	22,12%	25,00%

Fonte da composição, valores de referência e fórmula do BDI: Acórdão 2.622/2013 - TCU - Plenário
Os valores de BDI acima foram calculados com emprego da fórmula abaixo:

$$BDI.PAD = \left[\left(\frac{(1 + AC + S + R + G) \times (1 + DF) \times (1 + L)}{(1 - CP - ISS - CPRB)} \right) - 1 \right]$$

Declaro para os devidos fins que, conforme legislação tributária municipal, a base de cálculo para CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO, é de 60%, com a respectiva alíquota de 5%.

Declaro para os devidos fins que o regime de Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta adotado para elaboração do orçamento foi **SEM DESONERAÇÃO**, e que esta é a alternativa mais adequada para a Administração Pública.

SÃO GABRIEL BAHIA 11 DE MARÇO DE 2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL -BA

RESPONSÁVEL TÉCNICO



CONTRATANTE :PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL BAHIA BDI: 23,31%
ORGÃO SOLICITANTE :SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
OBJETO :REFORMA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE FLORENTINA FRANCISCA DE JESUS POVOADO DE LAGOINHA MUNICIPIO DE SÃO GABRIEL BAHIA
NOME DA OBRA :REFORMA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE FLORENTINA FRANCISCA DE JESUS POVOADO DE LAGOINHA MUNICIPIO DE SÃO GABRIEL BAHIA
LOCAL :POVOADO DE LAGOINHA, SÃO GABRIEL BAHIA, CEP: 44915-000
REFERÊNCIA :SINAPI / ORSE NOVEMBRO 2023 (NÃO DESONERADO)
BDI :23,31%

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL/BA

CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

ITEM	DESCRIÇÃO	% / R\$	MESES			TOTAL
			1	2	3	
1.0	SERVIÇOS PRELIMINARES	#DIV/0!	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%
		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.0	COBERTURAS E TELHADOS	#DIV/0!	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%
		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3.0	REVESTIMENTOS DE PAREDES	#DIV/0!	0,00%	50,00%	50,00%	100,00%
		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
4.0	REVESTIMENTOS DE TETO	#DIV/0!	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%
		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5.0	PISOS	#DIV/0!	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%
		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
6.0	ESQUADRIAS DE MADEIRA	#DIV/0!	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%
		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
7.0	ESQUADRIAS METÁLICAS	#DIV/0!	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%
		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
8.0	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	#DIV/0!	50,00%	50,00%	0,00%	100,00%
		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
9.0	PINTURA	#DIV/0!	0,00%	50,00%	50,00%	100,00%
		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
10.0	SERVIÇOS EXTERNOS E LIMPEZA	#DIV/0!	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%
		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL PARCIAL:		#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	
TOTAL ACUMULADO:		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
TOTAL GERAL:		#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	
TOTAL GERAL:		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL-BA

RESPONSÁVEL TÉCNICO



CONTRATANTE	:PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL BAHIA	BDI: 23,31%
ORGÃO SOLICITANTE	:SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
OBJETO	: REFORMA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE MARIA CÂNDIDA SEDE DO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL BAHIA	
NOME DA OBRA	: REFORMA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE MARIA CÂNDIDA SEDE DO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL BAHIA	
LOCAL	: RUA 02 S/N BAIRRO POPULARES, SÃO GABRIEL BAHIA, CEP: 44915-000	
REFERÊNCIA	:SINAPI / ORSE JULHO 2022 (NÃO DESONERADO)	
BDI	: 23,31%	

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL/BA

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ITEM	CÓDIGOS	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID	QUANT.	P.UNIT. S/BDI	P.UNIT. C/BDI	P. TOTAL S/BDI	P.TOTAL C/BDI
1.0		SERVIÇOS PRELIMINARES						
1.1	97641/SINAPI	Remoção de forro de gesso, de forma manual, sem reaproveitamento. af_09/2023	m2	160,79				
1.2	12375/ORSE	Remoção e reinstalação de ar condicionado tipo Split	un	8,00				
1.3	018/ORSE	Demolição de piso cerâmico ou ladrilho	m2	40,00				
1.4	017/ORSE	Demolição de reboco	m2	200,00				
2.0		COBERTURAS E TELHADOS						
2.1	11618/ORSE	Remoção, lavagem, carga e retelhamento de telhas cerâmicas tipo canal comum, sem uso de grampo de arame, c/ ré-aproveitamento de 80%, Itabaiana ou similar - Rev 01	m2	202,45				
3.0		REVESTIMENTOS DE PAREDES						
3.1	87530/SINAPI	Massa única, para recebimento de pintura, em argamassa traço 1:2:8, preparo manual, aplicada manualmente em faces internas de paredes, espessura de 20mm, com execução de taliscas. af_06/2014	m2	200,00				
3.2	87893/SINAPI	Chapisco aplicado em alvenaria (sem presença de vãos) e estruturas de concreto de fachada, com colher de pedreiro. argamassa traço 1:3 com preparo manual. af_10/2022	m2	200,00				
4.0		REVESTIMENTOS DE TETO						
4.1	96109/SINAPI	Forro em placas de gesso, para ambientes residenciais. af_08/2023_ps	m2	160,79				
4.2	96120/SINAPI	Acabamentos para forro (moldura de gesso). af_05/2017	m	239,00				
5.0		PISOS						
5.1	89046/SINAPI	(composição representativa) do serviço de revestimento cerâmico para piso com placas tipo esmaltada extra de dimensões 35x35 cm, para edificação habitacional multifamiliar (prédio). af_11/2014	m2	40,00				
5.2	88648/SINAPI	Rodapé cerâmico de 7cm de altura com placas tipo esmaltada extra de dimensões 35x35cm. af_02/2023	m	100,00				
5.3	94438/SINAPI	(composição representativa) do serviço de contrapiso em argamassa traço 1:4 (cim e areia), em betoneira 400 l, espessura 3 cm áreas secas e 3 cm áreas molhadas, para edificação habitacional unifamiliar (casa) e edificação pública padrão. af_11/2014	m2	50,00				
6.0		ESQUADRIAS DE MADEIRA						
6.1	90844/SINAPI	Kit de porta de madeira para pintura, semi-oca (leve ou média), padrão médio, 90x210cm, espessura de 3,5cm, itens inclusos: dobradiças, montagem e instalação do batente, fechadura com execução do furo - fornecimento e instalação. af_12/2019	un	5,00				
7.0		ESQUADRIAS METÁLICAS						
7.1	94569/SINAPI	Janela de alumínio tipo maxim-ar, com vidros, batente e ferragens. exclusive alizar, acabamento e contramarco. fornecimento e instalação. af_12/2019	m2	9,90				
8.0		INSTALAÇÕES ELÉTRICAS						
8.1	632/ORSE	Revisão de ponto de interruptor com reposição do interruptor e fiação	un	10,00				
8.2	628/ORSE	Revisão de ponto de tomada simples com reposição da tomada e da fiação	un	15,00				
8.3	624/ORSE	Revisão de ponto de luz tipo 1, em teto ou parede	un	10,00				
8.4	12222/ORSE	Quadro de distribuição de embutir, em chapa de aço, para até 08 disjuntores, com barramento, padrão DIN, exclusive disjuntores	un	1,00				
8.5	03298/ORSE	Ponto de tomada 2p+t, ABNT, de embutir, 10 A, com eletroduto de pvc flexível sanfonado embutido Ø 3/4", fio rígido 2,5mm² (fio 12), inclusive placa em pvc e aterramento	un	15,00				
8.6	101892/ORSE	Disjuntor bipolar tipo nema, corrente nominal de 10 até 50a - fornecimento e instalação. af_10/2020	un	6,00				
9.0		PINTURA						
9.1	88423/SINAPI	Aplicação manual de pintura com tinta texturizada acrílica em paredes externas de casas, uma cor. af_06/2014	m2	181,62				
9.2	02291/ORSE	Pintura para interiores, sobre paredes ou tetos, com lixamento, aplicação de 01 demão de líquido selador, 02 demãos de massa corrida e 02 demãos de tinta pva latex convencional para interiores. Rev 03_04/2022	m2	160,79				
9.3	02285/ORSE	Pintura de acabamento com aplicação de 02 demãos de tinta PVA latex para interiores - cores convencionais - Rev 03	m2	600,00				

9.4	08624/ORSE	Emassamento de superfície, com aplicação de 02 demãos de massa acrílica, lixamento e retoques - Rev 01	m2	50,00				
10.0		SERVIÇOS EXTERNOS E LIMPEZA						
10.1	01745/ORSE	Sumidouro paredes com blocos cerâmicos 6 furos e dimensões internas de 2,50 x 1,00 x 1,50 m	UNID	1,00				
10.2	13038/ORSE	Fossa em alvenaria de tijolo maciço 1,40 x 2,80 x 1,10 m	UNID	1,00				
10.3	02450/ORSE	Limpeza geral	m2	203,00				
TOTAL DO ORÇAMENTO								
VALOR GLOBAL:								
SÃO GABRIEL BAHIA 11 DE MARÇO DE 2024								
_____					_____			
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO GABRIEL-BA					RESPONSAVEL TECNICO			



CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL -BA

OBJETO :REFORMA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE MARIA CÂNDIDA SEDE DO MUNICIPIO DE SÃO GABRIEL BAHIA

NOME DA OBRA :REFORMA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE MARIA CÂNDIDA SEDE DO MUNICIPIO DE SÃO GABRIEL BAHIA

LOCAL: RUA 02 S/N BAIRRO POPULARES, SÃO GABRIEL BAHIA, CEP: 44915-000

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL/BA

BDI

TIPO DE OBRA DO EMPREENDIMENTO: CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO

Conforme legislação tributária municipal, definir estimativa de percentual da base de cálculo para o ISS: 60,00%

Sobre a base de cálculo, definir a respectiva alíquota do ISS (entre 2% e 5%): 5,00%

DESCRIÇÃO	SIGLA	% ADOTADO	VALORES DE REFERÊNCIA - %		
			1º QUARTIL	MÉDIO	3º QUARTIL
Administração Central	AC	4,00%	3,00%	4,00%	5,50%
Seguros e Garantias	SG	0,80%	0,80%	0,80%	1,00%
Risco	R	1,27%	0,97%	1,27%	1,27%
Despesas Financeiras	DF	1,23%	0,59%	1,23%	1,39%
Lucro	L	7,20%	6,16%	7,40%	8,96%
Tributos (impostos COFINS 3%, e PIS 0,65%)	CP	3,65%	3,65%	3,65%	3,65%
Tributos (ISS, variável de acordo com o município)	ISS	3,00%	0,00%	2,50%	5,00%
Tributos (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - 0% ou 4,5% - Desoneração)	CPRB	0,00%	0,00%	4,50%	4,50%
BDI SEM DESONERAÇÃO (Fórmula Acórdão TCU)	BDI PAD	23,31%	20,34%	22,12%	25,00%

Fonte da composição, valores de referência e fórmula do BDI: Acórdão 2.622/2013 - TCU - Plenário
Os valores de BDI acima foram calculados com emprego da fórmula abaixo:

$$BDI.PAD = \left[\left(\frac{(1 + AC + S + R + G) \times (1 + DF) \times (1 + L)}{(1 - CP - ISS - CPRB)} \right) - 1 \right]$$

Declaro para os devidos fins que, conforme legislação tributária municipal, a base de cálculo para CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO, é de 60%, com a respectiva alíquota de 5%.

Declaro para os devidos fins que o regime de Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta adotado para elaboração do orçamento foi **SEM DESONERAÇÃO**, e que esta é a alternativa mais adequada para a Administração Pública.

SÃO GABRIEL BAHIA 11 DE MARÇO DE 2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL -BA

RESPONSÁVEL TÉCNICO



CONTRATANTE :PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL BAHIA BDI: 23,31%
ORGÃO SOLICITANTE :SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
OBJETO :REFORMA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE MARIA CÂNDIDA SEDE DO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL BAHIA
NOME DA OBRA :REFORMA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE MARIA CÂNDIDA SEDE DO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL BAHIA
LOCAL :RUA 02 S/N BAIRRO POPULARES, SÃO GABRIEL BAHIA, CEP: 44915-000
REFERÊNCIA :SINAPI / ORSE JULHO 2022 (NÃO DESONERADO)
BDI :23,31%

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL/BA

CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

ITEM	DESCRIÇÃO	% / R\$	MESES			TOTAL
			1	2	3	
1.0	SERVIÇOS PRELIMINARES	#DIV/0!	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%
		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.0	COBERTURAS E TELHADOS	#DIV/0!	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%
		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3.0	REVESTIMENTOS DE PAREDES	#DIV/0!	0,00%	50,00%	50,00%	100,00%
		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
4.0	REVESTIMENTOS DE TETO	#DIV/0!	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%
		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5.0	PISOS	#DIV/0!	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%
		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
6.0	ESQUADRIAS DE MADEIRA	#DIV/0!	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%
		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
7.0	ESQUADRIAS METÁLICAS	#DIV/0!	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%
		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
8.0	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	#DIV/0!	50,00%	50,00%	0,00%	100,00%
		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
9.0	PINTURA	#DIV/0!	0,00%	50,00%	50,00%	100,00%
		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
10.0	SERVIÇOS EXTERNOS E LIMPEZA	#DIV/0!	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%
		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL PARCIAL:		#DIV/0!	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
TOTAL ACUMULADO:		#DIV/0!	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
TOTAL GERAL:		#DIV/0!	R\$ 0,00			

SÃO GABRIEL BAHIA 11 DE MARÇO DE 2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL-BA RESPONSÁVEL TÉCNICO



CONTRATANTE :PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL BAHIA BDI: 23,31%
ORGAO SOLICITANTE :SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
OBJETO : REFORMA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE ANTONIO GOMES FERREIRA SEDE DO MUNICIPIO DE SÃO GABRIEL BAHIA
NOME DA OBRA : REFORMA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE ANTONIO GOMES FERREIRA SEDE DO MUNICIPIO DE SÃO GABRIEL BAHIA
LOCAL : RUA GETULIO VARGAS S/N BAIRRO MANÇAMBÃO, SÃO GABRIEL BAHIA, CEP: 44915-000
REFERÊNCIA :SINAPI / ORSE NOVEMBRO 2023 (NÃO DESONERADO)
BDI : 23,31%

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL/BA

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ITEM	CÓDIGOS	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID	QUANT.	P.UNIT. S/BDI	P.UNIT. C/BDI	P. TOTAL S/BDI	P.TOTAL C/BDI
1.0		SERVIÇOS PRELIMINARES						
1.1	97641/SINAPI	Remoção de forro de gesso, de forma manual, sem reaproveitamento. af_09/2023	m2	160,79				
1.2	12375/ORSE	Remoção e reinstalação de ar condicionado tipo Split	un	8,00				
1.3	018/ORSE	Demolição de piso cerâmico ou ladrilho	m2	40,00				
1.4	017/ORSE	Demolição de reboco	m2	200,00				
2.0		COBERTURAS E TELHADOS						
2.1	11618/ORSE	Remoção, lavagem, carga e retelhamento de telhas cerâmicas tipo canal comum, sem uso de grampo de arame, c/ ré-aproveitamento de 80%, Itabaiana ou similar - Rev 01	m2	202,45				
3.0		REVESTIMENTOS DE PAREDES						
3.1	87530/SINAPI	Massa única, para recebimento de pintura, em argamassa traço 1:2:8, preparo manual, aplicada manualmente em faces internas de paredes, espessura de 20mm, com execução de taliscas. af_06/2014	m2	200,00				
3.2	87893/SINAPI	Chapisco aplicado em alvenaria (sem presença de vãos) e estruturas de concreto de fachada, com colher de pedreiro. argamassa traço 1:3 com preparo manual. af_10/2022	m2	200,00				
4.0		REVESTIMENTOS DE TETO						
4.1	96109/SINAPI	Forro em placas de gesso, para ambientes residenciais. af_08/2023_ps	m2	160,79				
4.2	96120/SINAPI	Acabamentos para forro (moldura de gesso). af_05/2017	m	239,00				
5.0		PISOS						
5.1	89046/SINAPI	(composição representativa) do serviço de revestimento cerâmico para piso com placas tipo esmaltada extra de dimensões 35x35 cm, para edificação habitacional multifamiliar (prédio). af_11/2014	m2	40,00				
5.2	88648/SINAPI	Rodapé cerâmico de 7cm de altura com placas tipo esmaltada extra de dimensões 35x35cm. af_02/2023	m	100,00				
5.3	94438/SINAPI	(composição representativa) do serviço de contrapiso em argamassa traço 1:4 (cim e areia), em betoneira 400 l, espessura 3 cm áreas secas e 3 cm áreas molhadas, para edificação habitacional unifamiliar (casa) e edificação pública padrão. af_11/2014	m2	50,00				
6.0		ESQUADRIAS DE MADEIRA						
6.1	90844/SINAPI	Kit de porta de madeira para pintura, semi-oca (leve ou média), padrão médio, 90x210cm, espessura de 3,5cm, itens inclusos: dobradiças, montagem e instalação do batente, fechadura com execução do furo - fornecimento e instalação. af_12/2019	un	5,00				
7.0		ESQUADRIAS METÁLICAS						
7.1	94569/SINAPI	Janela de alumínio tipo maxim-ar, com vidros, batente e ferragens. exclusive alizar, acabamento e contramarco. fornecimento e instalação. af_12/2019	m2	9,90				
8.0		INSTALAÇÕES ELÉTRICAS						
8.1	632/ORSE	Revisão de ponto de interruptor com reposição do interruptor e fiação	un	10,00				
8.2	628/ORSE	Revisão de ponto de tomada simples com reposição da tomada e da fiação	un	15,00				
8.3	624/ORSE	Revisão de ponto de luz tipo 1, em teto ou parede	un	10,00				
8.4	12222/ORSE	Quadro de distribuição de embutir, em chapa de aço, para até 08 disjuntores, com barramento, padrão DIN, exclusive disjuntores	un	1,00				
8.5	03298/ORSE	Ponto de tomada 2p+t, ABNT, de embutir, 10 A, com eletroduto de pvc flexível sanfonado embutido Ø 3/4", fio rígido 2,5mm² (fio 12), inclusive placa em pvc e aterramento	un	15,00				
8.6	101892/ORSE	Disjuntor bipolar tipo nema, corrente nominal de 10 até 50a - fornecimento e instalação. af_10/2020	un	6,00				
9.0		PINTURA						
9.1	88423/SINAPI	Aplicação manual de pintura com tinta texturizada acrílica em paredes externas de casas, uma cor. af_06/2014	m2	181,62				
9.2	02291/ORSE	Pintura para interiores, sobre paredes ou tetos, com lixamento, aplicação de 01 demão de líquido selador, 02 demãos de massa corrida e 02 demãos de tinta pva latex convencional para interiores. Rev 03_04/2022	m2	160,79				

9.3	02285/ORSE	Pintura de acabamento com aplicação de 02 demãos de tinta PVA latex para interiores - cores convencionais - Rev 03	m2	600,00				
9.4	08624/ORSE	Emassamento de superfície, com aplicação de 02 demãos de massa acrílica, lixamento e retoques - Rev 01	m2	50,00				
10.0		SERVIÇOS EXTERNOS E LIMPEZA						
10.1	01745/ORSE	Sumidouro paredes com blocos cerâmicos 6 furos e dimensões internas de 2,50 x 1,00 x 1,50 m	UNID	1,00				
10.2	13038/ORSE	Fossa em alvenaria de tijolo maciço 1,40 x 2,80 x 1,10 m	UNID	1,00				
10.3	02450/ORSE	Limpeza geral	m2	203,00				
TOTAL DO ORÇAMENTO								
VALOR GLOBAL:								
SÃO GABRIEL BAHIA 11 DE MARÇO DE 2024								
_____					_____			
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL-BA					RESPONSÁVEL TÉCNICO			



CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL -BA

OBJETO :REFORMA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE ANTONIO GOMES FERREIRA SEDE DO MUNICIPIO DE SÃO GABRIEL BAHIA

NOME DA OBRA :REFORMA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE ANTONIO GOMES FERREIRA SEDE DO MUNICIPIO DE SÃO GABRIEL BAHIA

LOCAL: RUA GETULIO VARGAS S/N BAIRRO MANÇAMBÃO, SÃO GABRIEL BAHIA, CEP: 44915-000

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL/BA

BDI

TIPO DE OBRA DO EMPREENDIMENTO: CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO

Conforme legislação tributária municipal, definir estimativa de percentual da base de cálculo para o ISS: 60,00%

Sobre a base de cálculo, definir a respectiva alíquota do ISS (entre 2% e 5%): 5,00%

DESCRIÇÃO	SIGLA	% ADOTADO	VALORES DE REFERÊNCIA - %		
			1º QUARTIL	MÉDIO	3º QUARTIL
Administração Central	AC	4,00%	3,00%	4,00%	5,50%
Seguros e Garantias	SG	0,80%	0,80%	0,80%	1,00%
Risco	R	1,27%	0,97%	1,27%	1,27%
Despesas Financeiras	DF	1,23%	0,59%	1,23%	1,39%
Lucro	L	7,20%	6,16%	7,40%	8,96%
Tributos (impostos COFINS 3%, e PIS 0,65%)	CP	3,65%	3,65%	3,65%	3,65%
Tributos (ISS, variável de acordo com o município)	ISS	3,00%	0,00%	2,50%	5,00%
Tributos (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - 0% ou 4,5% - Desoneração)	CPRB	0,00%	0,00%	4,50%	4,50%
BDI SEM DESONERAÇÃO (Fórmula Acórdão TCU)	BDI PAD	23,31%	20,34%	22,12%	25,00%

Fonte da composição, valores de referência e fórmula do BDI: Acórdão 2.622/2013 - TCU - Plenário
Os valores de BDI acima foram calculados com emprego da fórmula abaixo:

$$BDI.PAD = \left[\left(\frac{(1 + AC + S + R + G) \times (1 + DF) \times (1 + L)}{(1 - CP - ISS - CPRB)} \right) - 1 \right]$$

Declaro para os devidos fins que, conforme legislação tributária municipal, a base de cálculo para CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO, é de 60%, com a respectiva alíquota de 5%.

Declaro para os devidos fins que o regime de Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta adotado para elaboração do orçamento foi **SEM DESONERAÇÃO**, e que esta é a alternativa mais adequada para a Administração Pública.

SÃO GABRIEL BAHIA 11 DE MARÇO DE 2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL -BA

RESPONSÁVEL TÉCNICO



CONTRATANTE :PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL BAHIA BDI: 23,31%
ORGÃO SOLICITANTE :SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
OBJETO :REFORMA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE ANTONIO GOMES FERREIRA SEDE DO MUNICIPIO DE SÃO GABRIEL BAHIA
NOME DA OBRA :REFORMA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE ANTONIO GOMES FERREIRA SEDE DO MUNICIPIO DE SÃO GABRIEL BAHIA
LOCAL :RUA GETULIO VARGAS S/N BAIRRO MANÇAMBÃO, SÃO GABRIEL BAHIA, CEP: 44915-000
REFERÊNCIA :SINAPI / ORSE NOVEMBRO 2023 (NÃO DESONERADO)
BDI :23,31%

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL/BA

CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

ITEM	DESCRIÇÃO	% / R\$	MESES			TOTAL
			1	2	3	
1.0	SERVIÇOS PRELIMINARES	#DIV/0!	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%
		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.0	COBERTURAS E TELHADOS	#DIV/0!	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%
		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3.0	REVESTIMENTOS DE PAREDES	#DIV/0!	0,00%	50,00%	50,00%	100,00%
		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
4.0	REVESTIMENTOS DE TETO	#DIV/0!	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%
		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5.0	PISOS	#DIV/0!	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%
		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
6.0	ESQUADRIAS DE MADEIRA	#DIV/0!	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%
		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
7.0	ESQUADRIAS METÁLICAS	#DIV/0!	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%
		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
8.0	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	#DIV/0!	50,00%	50,00%	0,00%	100,00%
		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
9.0	PINTURA	#DIV/0!	0,00%	50,00%	50,00%	100,00%
		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
10.0	SERVIÇOS EXTERNOS E LIMPEZA	#DIV/0!	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%
		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL PARCIAL:		#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!		
TOTAL ACUMULADO:		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00		
TOTAL GERAL:		#DIV/0!				
		R\$ 0,00				

SÃO GABRIEL BAHIA 11 DE MARÇO DE 2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL-BA

RESPONSÁVEL TÉCNICO



CONTRATANTE	:PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL BAHIA	BDI: 23,31%
ORGÃO SOLICITANTE	:SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
OBJETO	:REFORMA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE IZABEL ZULMIRIA DOS SANTOS POVOADO DE BESOURO MUNICIPIO DE SÃO GABRIEL BAHIA	
NOME DA OBRA	:REFORMA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE IZABEL ZULMIRIA DOS SANTOS POVOADO DE BESOURO MUNICIPIO DE SÃO GABRIEL BAHIA	
LOCAL	:POVOADO DE BESOURO, SÃO GABRIEL BAHIA, CEP: 44915-000	
REFERÊNCIA	:SINAPI / ORSE NOVEMBRO 2023 (NÃO DESONERADO)	
BDI	:23,31%	

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL/BA

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ITEM	CÓDIGOS	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID	QUANT.	P.UNIT. S/BDI	P.UNIT. C/BDI	P. TOTAL S/BDI	P.TOTAL C/BDI
1.0		SERVIÇOS PRELIMINARES						
1.1	97641/SINAPI	Remoção de forro de gesso, de forma manual, sem reaproveitamento. af_09/2023	m2	160,79				
1.2	12375/ORSE	Remoção e reinstalação de ar condicionado tipo Split	un	8,00				
1.3	018/ORSE	Demolição de piso cerâmico ou ladrilho	m2	40,00				
1.4	017/ORSE	Demolição de reboco	m2	200,00				
2.0		COBERTURAS E TELHADOS						
2.1	11618/ORSE	Remoção, lavagem, carga e retelhamento de telhas cerâmicas tipo canal comum, sem uso de grampo de arame, c/ ré-aproveitamento de 80%, Itabaiana ou similar - Rev 01	m2	202,45				
3.0		REVESTIMENTOS DE PAREDES						
3.1	87530/SINAPI	Massa única, para recebimento de pintura, em argamassa traço 1:2:8, preparo manual, aplicada manualmente em faces internas de paredes, espessura de 20mm, com execução de taliscas. af_06/2014	m2	200,00				
3.2	87893/SINAPI	Chapisco aplicado em alvenaria (sem presença de vãos) e estruturas de concreto de fachada, com colher de pedreiro. argamassa traço 1:3 com preparo manual. af_10/2022	m2	200,00				
4.0		REVESTIMENTOS DE TETO						
4.1	96109/SINAPI	Forro em placas de gesso, para ambientes residenciais. af_08/2023_ps	m2	160,79				
4.2	96120/SINAPI	Acabamentos para forro (moldura de gesso). af_05/2017	m	239,00				
5.0		PISOS						
5.1	89046/SINAPI	(composição representativa) do serviço de revestimento cerâmico para piso com placas tipo esmaltada extra de dimensões 35x35 cm, para edificação habitacional multifamiliar (prédio). af_11/2014	m2	50,00				
5.2	88648/SINAPI	Rodapé cerâmico de 7cm de altura com placas tipo esmaltada extra de dimensões 35x35cm. af_02/2023	m	100,00				
5.3	94438/SINAPI	(composição representativa) do serviço de contrapiso em argamassa traço 1:4 (cim e areia), em betoneira 400 l, espessura 3 cm áreas secas e 3 cm áreas molhadas, para edificação habitacional unifamiliar (casa) e edificação pública padrão. af_11/2014	m2	70,00				
6.0		ESQUADRIAS DE MADEIRA						
6.1	90844/SINAPI	Kit de porta de madeira para pintura, semi-oca (leve ou média), padrão médio, 90x210cm, espessura de 3,5cm, itens inclusos: dobradiças, montagem e instalação do batente, fechadura com execução do furo - fornecimento e instalação. af_12/2019	un	5,00				
7.0		ESQUADRIAS METÁLICAS						
7.1	94569/SINAPI	Janela de alumínio tipo maxim-ar, com vidros, batente e ferragens. exclusive alizar, acabamento e contramarco. fornecimento e instalação. af_12/2019	m2	9,90				
8.0		INSTALAÇÕES ELÉTRICAS						
8.1	632/ORSE	Revisão de ponto de interruptor com reposição do interruptor e fiação	un	10,00				
8.2	628/ORSE	Revisão de ponto de tomada simples com reposição da tomada e da fiação	un	15,00				
8.3	624/ORSE	Revisão de ponto de luz tipo 1, em teto ou parede	un	10,00				
8.4	12222/ORSE	Quadro de distribuição de embutir, em chapa de aço, para até 08 disjuntores, com barramento, padrão DIN, exclusive disjuntores	un	1,00				
8.5	03298/ORSE	Ponto de tomada 2p+1, ABNT, de embutir, 10 A, com eletroduto de pvc flexível sanfonado embutido Ø 3/4", fio rígido 2,5mm² (fio 12), inclusive placa em pvc e aterramento	un	15,00				
8.6	101892/ORSE	Disjuntor bipolar tipo nema, corrente nominal de 10 até 50a - fornecimento e instalação. af_10/2020	un	6,00				
9.0		PINTURA						
9.1	88423/SINAPI	Aplicação manual de pintura com tinta texturizada acrílica em paredes externas de casas, uma cor. af_06/2014	m2	181,62				

9.2	02291/ORSE	Pintura para interiores, sobre paredes ou tetos, com lixamento, aplicação de 01 demão de líquido selador, 02 demãos de massa corrida e 02 demãos de tinta pva latex convencional para interiores. Rev 03_04/2022	m2	160,79					
9.3	02285/ORSE	Pintura de acabamento com aplicação de 02 demãos de tinta PVA latex para interiores - cores convencionais - Rev 03	m2	600,00					
9.4	08624/ORSE	Emassamento de superfície, com aplicação de 02 demãos de massa acrílica, lixamento e retoques - Rev 01	m2	50,00					
10.0		SERVIÇOS EXTERNOS E LIMPEZA							
10.1	01745/ORSE	Sumidouro paredes com blocos cerâmicos 6 furos e dimensões internas de 2,50 x 1,00 x 1,50 m	UNID	1,00					
10.2	13038/ORSE	Fossa em alvenaria de tijolo maciço 1,40 x 2,80 x 1,10 m	UNID	1,00					
10.3	02450/ORSE	Limpeza geral	m2	203,00					
TOTAL DO ORÇAMENTO									
VALOR GLOBAL:									
SÃO GABRIEL BAHIA 11 DE MARÇO DE 2024									
_____					_____				
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO GABRIEL-BA					RESPONSÁVEL TÉCNICO				



CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL -BA

OBJETO :REFORMA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE IZABEL ZULMIRIA DOS SANTOS POVOADO DE BESOURO MUNICIPIO DE SÃO GABRIEL BAHIA

NOME DA OBRA: REFORMA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE IZABEL ZULMIRIA DOS SANTOS POVOADO DE BESOURO MUNICIPIO DE SÃO GABRIEL BAHIA

LOCAL: POVOADO DE BESOURO, SÃO GABRIEL BAHIA, CEP: 44915-000

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL/BA

BDI

TIPO DE OBRA DO EMPREENDIMENTO: CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO

Conforme legislação tributária municipal, definir estimativa de percentual da base de cálculo para o ISS: 60,00%

Sobre a base de cálculo, definir a respectiva alíquota do ISS (entre 2% e 5%): 5,00%

DESCRIÇÃO	SIGLA	% ADOTADO	VALORES DE REFERÊNCIA - %		
			1º QUARTIL	MÉDIO	3º QUARTIL
Administração Central	AC	4,00%	3,00%	4,00%	5,50%
Seguros e Garantias	SG	0,80%	0,80%	0,80%	1,00%
Risco	R	1,27%	0,97%	1,27%	1,27%
Despesas Financeiras	DF	1,23%	0,59%	1,23%	1,39%
Lucro	L	7,20%	6,16%	7,40%	8,96%
Tributos (impostos COFINS 3%, e PIS 0,65%)	CP	3,65%	3,65%	3,65%	3,65%
Tributos (ISS, variável de acordo com o município)	ISS	3,00%	0,00%	2,50%	5,00%
Tributos (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - 0% ou 4,5% - Desoneração)	CPRB	0,00%	0,00%	4,50%	4,50%
BDI SEM DESONERAÇÃO (Fórmula Acórdão TCU)	BDI PAD	23,31%	20,34%	22,12%	25,00%

Fonte da composição, valores de referência e fórmula do BDI: Acórdão 2.622/2013 - TCU - Plenário
Os valores de BDI acima foram calculados com emprego da fórmula abaixo:

$$BDI.PAD = \left[\left(\frac{(1 + AC + S + R + G) \times (1 + DF) \times (1 + L)}{(1 - CP - ISS - CPRB)} \right) - 1 \right]$$

Declaro para os devidos fins que, conforme legislação tributária municipal, a base de cálculo para CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO, é de 60%, com a respectiva alíquota de 5%.

Declaro para os devidos fins que o regime de Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta adotado para elaboração do orçamento foi **SEM DESONERAÇÃO**, e que esta é a alternativa mais adequada para a Administração Pública.

SÃO GABRIEL BAHIA 11 DE MARÇO DE 2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL -BA

RESPONSÁVEL TÉCNICO



CONTRATANTE :PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL BAHIA BDI: 23,31%
ORGÃO SOLICITANTE :SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
OBJETO :REFORMA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE IZABEL ZULMIRIA DOS SANTOS POVOADO DE BESOURO MUNICIPIO DE SÃO GABRIEL BAHIA
NOME DA OBRA :REFORMA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE IZABEL ZULMIRIA DOS SANTOS POVOADO DE BESOURO MUNICIPIO DE SÃO GABRIEL BAHIA
LOCAL :POVOADO DE BESOURO, SÃO GABRIEL BAHIA, CEP: 44915-000
REFERÊNCIA :SINAPI / ORSE NOVEMBRO 2023 (NÃO DESONERADO)
BDI :23,31%

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL/BA

CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

ITEM	DESCRIÇÃO	% / R\$	MESES			TOTAL
			1	2	3	
1.0	SERVIÇOS PRELIMINARES	#DIV/0!	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%
		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.0	COBERTURAS E TELHADOS	#DIV/0!	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%
		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3.0	REVESTIMENTOS DE PAREDES	#DIV/0!	0,00%	50,00%	50,00%	100,00%
		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
4.0	REVESTIMENTOS DE TETO	#DIV/0!	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%
		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5.0	PISOS	#DIV/0!	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%
		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
6.0	ESQUADRIAS DE MADEIRA	#DIV/0!	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%
		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
7.0	ESQUADRIAS METÁLICAS	#DIV/0!	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%
		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
8.0	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	#DIV/0!	50,00%	50,00%	0,00%	100,00%
		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
9.0	PINTURA	#DIV/0!	0,00%	50,00%	50,00%	100,00%
		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
10.0	SERVIÇOS EXTERNOS E LIMPEZA	#DIV/0!	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%
		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL PARCIAL:		#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!		
		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00		
TOTAL ACUMULADO:		#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!		
		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00		
TOTAL GERAL:		#DIV/0!				
		R\$ 0,00				

SÃO GABRIEL BAHIA 11 DE MARÇO DE 2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL-BA

RESPONSÁVEL TÉCNICO



ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÕES

REF.: CONCORRÊNCIA N.º 002/2024
PROCESSO LICITATÓRIO PRC Nº 0260/2024

_____, inscrito no CNPJ sob o n.º _____,
_____, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a) _____,
_____, portador (a) da Carteira de
Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____, DECLARA, para os devidos fins e sob as
penas da lei, que:

- 1 cumpre plenamente os requisitos de habilitação;
- 2 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada está em conformidade com o edital e que o valor ofertado compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;
- 3 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- 4 não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- 5 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, sobretudo no artigo 93 da Lei Federal n.º 8.213/1991.

_____/_____/_____
Local Data

Representante Legal



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

ANEXO V

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL-BA

REF.: CONCORRÊNCIA N.º 002/2024
PROCESSO LICITATÓRIO PRC N.º 0260/2024

_____ (Razão Social da Licitante),
inscrito no CNPJ sob o n.º _____, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a)
_____, propõe a execução completa da obra (ou serviços) licitada
pelo valor global de R\$ _____
(_____). **Esta proposta é**
válida por 60 (sessenta) dias.

_____, ____ de _____ de _____.

(Local)

.....
(Representante Legal)



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.8.544/0001-3291



EDITAL DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 001/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 0259/2024

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE PAVIMENTAÇÃO EM TSD
NO MUNICÍPIO SÃO GABRIEL/BA.

ABRIL/2024



CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 001/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 0259/2024
EDITAL N.º 001/2024

PREÂMBULO

1.1. O Município de São Gabriel, torna público, para o conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma **ELETRÔNICA**, sob critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, com regime de execução de **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**, nos termos da Lei n.º 14.133/2021 e demais legislação aplicável, para, de acordo com as condições estabelecidas neste edital, selecionar proposta mais vantajosa à Administração visando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE PAVIMENTAÇÃO EM TSD NO MUNICÍPIO SÃO GABRIEL/BA**.

Recebimento das Propostas Iniciais: Até as 13horas do dia **25/04/2024**.

Data da Abertura da Sessão Pública: 25/04/2024 às 14H30MIN.

Início da Sessão de Disputa de Preços (fase competitiva): 25/04/2024 às 14H30MIN. A etapa de lances será iniciada e encerrada pelo Agente de Contratações nos termos do item V deste edital. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF e, desta forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

Critério de Julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL.

VALOR ESTIMADO: A estimativa orçamentária da presente licitação é sigilosa, em conformidade com o disposto no Art. 24 da Lei 14.133/2021.

Modo de Disputa: FECHADO E ABERTO: os licitantes apresentarão lances privados e públicos e sucessivos, com prorrogações.

Local de Realização: Endereço eletrônico do site: <https://bnc.org.br/>. A sessão pública será realizada de forma eletrônica, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases através do Sistema de Licitações <https://bnc.org.br/>

O instrumento convocatório encontra-se disponível na íntegra por meio do sítio eletrônico oficial deste Município, no endereço <http://www.docgedsistemas.com.br/portalmunicipio/ba/pmsaogabriel/diario>, na plataforma eletrônica destinada à realização do certame <https://bnc.org.br/>, ou no portal da Prefeitura Municipal de São Gabriel <https://saogabriel.ba.gov.br/>, localizada no Largo da Pátria, nº 132, centro, São Gabriel, Estado da Bahia, com divulgação complementar no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

O procedimento licitatório reger-se-á pelas disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e pelas normas complementares estabelecidas no presente instrumento convocatório.

Eventuais alterações do presente edital serão objeto de divulgação nos mesmos sítios eletrônicos mencionados, competindo aos interessados o acompanhamento do trâmite procedimental até a data designada para a sessão pública de abertura das propostas.

valor estimado do objeto da licitação é sigiloso, conforme previsão do art. 24 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

1. DO OBJETO E ESTIMATIVA DE CUSTOS

1.1. A estimativa de custos para a contratação será tornada pública imediatamente após o encerramento da fase de análise de conformidade de proposta, observada a publicidade dos quantitativos e das informações indispensáveis à formulação das propostas, assegurado o acesso aos órgãos de Controle Interno e Externo para consulta.

1.2. A presente licitação tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE PAVIMENTAÇÃO EM TSD NO MUNICÍPIO SÃO GABRIEL/BA**, de acordo com as especificações constantes no Projeto Básico e demais anexos do Edital, conforme especificações, quantitativos e requisitos estabelecidos neste Edital e seus



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.8.544/0001-3291

anexos, em consonância com o Projeto Básico, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro, Composição do BDI Adotado, Composição de Preços, Memorial Descritivo e Projetos, relacionados no subitem 15.11 deste instrumento convocatório.

1.3. O certame será realizado em lote único, destinado à ampla participação, composto conforme a Planilha Orçamentária anexa.

1.4. O endereço e os dados geográficos da obra encontram-se descritos no item 2 do Projeto Básico.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar do presente certame pessoas físicas ou jurídicas que atendam aos requisitos de habilitação previstos neste Edital e seus anexos.

2.2. O licitante assume plena responsabilidade pelas transações efetuadas em seu nome, pelas propostas e lances apresentados, bem como pelos atos praticados diretamente ou por intermédio de seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes do uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É ônus do cadastrado conferir a exatidão de seus dados cadastrais no sistema e mantê-los atualizados perante os órgãos responsáveis pela informação, procedendo à imediata correção ou alteração dos registros em caso de incorreção ou desatualização.

2.4. O descumprimento do disposto no subitem anterior poderá ensejar a desclassificação do licitante na fase de habilitação.

2.5. Estão impedidos de participar da presente licitação:

2.5.1. aqueles que não atenderem às condições estabelecidas neste Edital e seus anexos;

2.5.2. o autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a eles relacionados;

2.5.3. a empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.5.4. a pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.5.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.5.7. a pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.5.8. o agente público do órgão ou entidade licitante;

2.5.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio, conforme justificativa constante no item 5.1 do Projeto Básico;

2.5.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.5.11. o agente público do órgão ou entidade contratante, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato,



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.8.544/0001-3291

devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.6. O impedimento de que trata o subitem 2.5 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os subitens 2.5.2 e 2.5.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.9. O disposto nos subitens 2.5.2 e 2.5.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.11. A vedação de que trata o subitem 2.5.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DO CREDENCIAMENTO DO LICITANTE, DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. O início dos procedimentos para credenciamento e obtenção de chave e senha de acesso deverá ser efetuado diretamente no sítio eletrônico de licitações, acessível pelo endereço <https://bnc.org.br/>.

3.2. Esclarecimentos acerca do processo de credenciamento no sistema eletrônico serão providenciados pela central de atendimento aos licitantes, cujas informações encontram-se disponíveis no endereço eletrônico <https://bnc.org.br/>.

3.3. Dúvidas referentes ao acesso ao sistema poderão ser sanadas mediante contato com os canais de atendimento disponibilizados, operantes de segunda a sexta-feira, das 8h às 16h, horário de Brasília, conforme informações detalhadas no site <https://saogabriel.ba.gov.br/>.

3.3.1. O processo de credenciamento será consumado mediante a atribuição de uma chave de identificação e senha, ambas de caráter pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

3.4. O credenciamento da licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico acarreta responsabilidade legal sobre as ações executadas e pressupõe capacidade técnica para a execução das operações ligadas ao processo licitatório.

3.5. A licitante assume total e formal responsabilidade pelas transações realizadas em seu nome, garantindo a autenticidade de suas propostas e ofertas.

3.5.1. Incumbe ao fornecedor monitorar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da licitação, responsabilizando-se pelos prejuízos advindos da não observância de notificações emitidas pelo sistema ou por sua desconexão.

3.6. A participação no certame processar-se-á mediante inserção da senha pessoal e intransferível do representante credenciado, seguida do envio da proposta de preços e dos documentos de habilitação previstos no item 7 deste edital, por meio do sistema eletrônico disponibilizado em <https://bnc.org.br/>.

3.7. A fase de habilitação ocorrerá subsequentemente às fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.8.544/0001-3291

- 3.8.** As propostas serão encaminhadas exclusivamente por via eletrônica, de acordo com o critério de julgamento estabelecido neste edital, dentro do prazo e horário limites definidos no preâmbulo do edital, devendo os licitantes, de maneira concomitante, submeter os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou percentual de desconto, em consonância com as disposições editalícias.
- 3.9.** Ao registrar a proposta inicial, o licitante declarará explicitamente no sistema que:
- 3.9.1.** atende integralmente aos requisitos de habilitação;
- 3.9.2.** reconhece e aceita as condições estipuladas no edital e seus anexos, assegurando que a proposta apresentada está alinhada ao edital e que o valor ofertado engloba todos os custos necessários para o cumprimento dos direitos trabalhistas previstos na Constituição Federal, nas legislações trabalhistas vigentes, nas normativas infralegais, nas convenções coletivas e nos termos de ajustamento de conduta aplicáveis à data de entrega definitiva;
- 3.9.3.** não emprega menor de 18 anos em atividades noturnas, perigosas ou insalubres e não admite menor de 16 anos, exceto na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos, conforme o artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 3.9.4.** assegura a ausência de trabalho degradante ou forçado em sua cadeia produtiva, observando os princípios constitucionais pertinentes;
- 3.9.5.** observa as normas de reserva de vagas para pessoas com deficiência e para reabilitados da Previdência Social, conforme legislação e regulamentações específicas, notadamente o artigo 93 da Lei nº 8.213/1991.
- 3.10.** Licitantes constituídos sob a forma de cooperativa deverão declarar o cumprimento aos requisitos do artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.11.** Declarações inverídicas sujeitarão o licitante às penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste edital.
- 3.12.** Será permitido aos licitantes retirar ou substituir a proposta inserida no sistema até o momento final para cadastramento das propostas, conforme indicado no preâmbulo deste edital.
- 3.13.** Não se aplicará ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, procedimento que ocorrerá apenas após a abertura da sessão pública e a fase de envio de lances.
- 3.14.** Os documentos que integram a proposta dos licitantes convocados serão disponibilizados para acesso público após a fase de envio de lances.
- 3.15.** Em caso de necessidade de suspensão da sessão, será designada nova data e horário para continuação do certame pelo Agente de Contratações.
- 3.16.** Compete ao licitante interessado no processo licitatório acompanhar as operações no sistema eletrônico e assumir os riscos decorrentes de não atentar para as comunicações da Administração ou de desconexões, mantendo-se atualizado sobre o andamento do procedimento licitatório por meio dos portais <https://bnc.org.br/> ou <http://www.docgedsistemas.com.br/portalmunicipio/ba/pmsaogabriel/diario>.
- 3.17.** O envio de proposta implica conhecimento e concordância com todas as exigências contidas no edital e seus anexos, sendo o fornecedor responsável por todas as transações realizadas em seu nome no sistema eletrônico, as quais considera-se autênticas e verdadeiras.
- 3.18.** O licitante deve notificar imediatamente o provedor do sistema sobre qualquer evento que possa afetar a confidencialidade ou a segurança das operações, visando ao bloqueio imediato do acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 4.1.** Submissão de Proposta pelo Licitante: O licitante é obrigado a submeter sua proposta exclusivamente por meio do preenchimento dos campos designados no sistema eletrônico, declarando o montante total ofertado.
- 4.2.** Configuração do Sistema para Propostas: O sistema aceitará propostas que contenham valores expressos com até duas



casas decimais.

4.3. Responsabilidade sobre o Valor Ofertado: Incumbe ao licitante a inteira responsabilidade pelo valor total ofertado, sendo-lhe vedado solicitar revisão ou modificação sob pretextos de erro, omissão ou qualquer outra justificativa, definindo tal valor como a oferta final para contratação.

4.3.1. Despesas Omissas: Despesas não explicitadas pelo licitante na formulação de sua proposta serão consideradas como inexistentes ou presumidamente incluídas no preço ofertado, não sendo admitido pleito de acréscimo subsequente à abertura das propostas.

4.3.2. Inalterabilidade dos Valores Ofertados: Os montantes propostos, seja na proposta inicial ou durante a fase de lances, vinculam o licitante, o qual não poderá reivindicar ajustes, invocando erro, omissão ou qualquer outra razão.

4.4. Inclusão de Custos na Proposta: Os valores apresentados deverão englobar todos os custos operacionais, encargos sociais, fiscais, comerciais e quaisquer outros incidentes, direta ou indiretamente, sobre a execução do objeto contratual.

4.5. Regime Tributário e Recolhimento de Tributos: Caso o regime tributário da proponente preveja a arrecadação de tributos em alíquotas variáveis, a proposta deverá refletir a média dos recolhimentos efetivos realizados nos últimos doze meses.

4.6. Retenção de Tributos na Fonte: Independente da alíquota de tributo indicada na proposta, os pagamentos estarão sujeitos à retenção de tributos na fonte, conforme percentuais previstos na legislação aplicável.

4.7. Anonimato do Licitante: É imperativo que o licitante não revele sua identidade em qualquer seção ou anexo da proposta eletrônica, sob risco de desclassificação imediata.

4.8. Validade das Propostas: As propostas submetidas terão validade de sessenta dias consecutivos, a contar da data de sua apresentação.

4.9. Obrigatoriedade das Disposições Editalícias: A apresentação de propostas pressupõe a aceitação irrestrita de todas as cláusulas deste Edital e seus anexos, comprometendo-se o licitante a realizar o objeto licitado conforme especificado, e a fornecer os insumos necessários à sua perfeita execução.

4.10. Observância dos Preços Máximos: O preço proposto deverá respeitar os limites máximos estabelecidos.

Consequências do Descumprimento Contratual: A inobservância das normativas estipuladas poderá acarretar na responsabilização dos contratados perante o órgão competente e, mediante processo legal, resultar em: determinação de prazo para correção das irregularidades, conforme o artigo 71, inciso IX, da Constituição; ou na imposição de sanções aos agentes públicos envolvidos e à empresa contratada, incluindo a reparação dos danos ao erário em casos de execução contratual com sobrepreço.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A instauração do processo licitatório ocorrerá mediante sessão pública eletrônica, na data, horário e local previamente definidos no presente Edital. As propostas submetidas serão publicamente divulgadas através do portal eletrônico designado, prosseguindo-se com a análise de sua admissibilidade pelo Agente de Contratação.

5.2. Faculta-se aos proponentes a possibilidade de retirada ou alteração da proposta comercial e dos documentos de habilitação, se aplicável, inseridos no sistema até o momento da abertura da sessão pública.

5.2.1. Propostas que revelarem a identidade do licitante serão objeto de desclassificação.

5.2.2. A desclassificação mencionada será devidamente motivada e registrada no sistema, assegurando-se a transparência e o acompanhamento em tempo real por parte de todos os interessados.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não obsta a sua avaliação negativa em etapas subsequentes do julgamento.

5.3. O sistema classificará automaticamente as propostas elegíveis, admitindo apenas estas à fase subsequente de lances.

5.4. Será disponibilizada na plataforma eletrônica funcionalidade específica para comunicação entre o Agente de Contratação



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.8.544/0001-3291

e os licitantes.

5.5. Com o início da fase competitiva, os lances deverão ser apresentados exclusivamente por meio eletrônico, garantindo-se a imediata confirmação de seu recebimento e o valor proposto.

5.6. Os lances devem considerar o valor total do objeto licitado.

5.7. Os licitantes estão autorizados a submeter lances sucessivos, respeitando-se o cronograma estabelecido para início da sessão e as normativas contidas neste Edital.

5.8. O licitante somente poderá propor lance inferior ao seu último lance válido e registrado pelo sistema.

5.8.1. É permitido ao licitante apresentar lance inferior ao menor preço global já registrado, desde que este também seja inferior ao seu último lance.

5.9. O procedimento licitatório adotará modalidades de disputa **fechada e aberta**, permitindo-se a oferta de lances privados e públicos de forma sucessiva, incluindo-se prorrogações de tempo conforme necessário.

5.9.1. Apenas os licitantes que oferecerem a proposta de menor valor ou maior desconto, e aqueles cujas propostas não excedam em 10% (dez por cento) o valor da proposta mais vantajosa, participarão da fase de lances abertos.

5.9.2. Na ausência de, no mínimo, três propostas nas condições estipuladas, os proponentes das três melhores propostas, considerando-se as propostas com valores idênticos, serão convocados a apresentar novos lances.

5.9.3. A sessão pública de lances terá duração inicial de dez minutos, sendo automaticamente prorrogada pelo sistema ao se registrar lances nos últimos dois minutos do período estabelecido.

5.9.4. A prorrogação automática mencionada ocorrerá por um período de dois minutos e se repetirá sempre que novos lances forem registrados durante essa extensão temporal.

5.9.5. Findo o prazo sem novas ofertas, a sessão pública será encerrada automaticamente, procedendo-se à ordenação e divulgação dos lances conforme classificação final.

5.9.6. Apurada a proposta mais vantajosa, se a diferença para a segunda colocada for igual ou superior a 5% (cinco por cento), poder-se-á reiniciar a disputa aberta visando a definição das demais colocações.

5.9.7. Após o reinício, os licitantes serão convocados a ofertar lances intermediários.

5.10. Concluídos os prazos supracitados, o sistema procederá à ordenação e divulgação dos lances em ordem decrescente de valor.

5.11. Não se admitirá a apresentação de lances de mesmo valor, prevalecendo o primeiro que for registrado.

5.12. Durante a sessão pública, será fornecida aos licitantes a informação do valor do melhor lance, sem divulgação da identidade do ofertante.

5.13. Em caso de desconexão com a entidade promotora do certame, a plataforma eletrônica manter-se-á acessível para recebimento de lances.

5.14. Persistindo a desconexão por período superior a dez minutos, a sessão será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, decorridas vinte e quatro horas, mediante reagendamento no sistema.

5.15. Licitantes que não apresentarem lances concorrerão com o valor originalmente proposto.

5.16. Empates entre propostas ou lances serão resolvidos conforme critérios estabelecidos no artigo 60 da Lei nº 14.133, de 2021, observando-se a seguinte ordem:

I- Realização de disputa final, possibilitando aos empatados a submissão de nova proposta imediatamente após a



classificação;

- II- Avaliação do histórico de desempenho contratual dos licitantes, utilizando-se, preferencialmente, registros cadastrais;
- III- Valorização de ações voltadas à promoção da equidade de gênero no ambiente de trabalho;
- IV- Implementação de programa de integridade conforme diretrizes de órgãos controladores.

5.16.2. Permanecendo o empate, conceder-se-á preferência sucessiva a produtos e serviços que atendam aos seguintes critérios:

- I- Origem em território estadual ou distrital conforme o ente licitante;
- II- Produção ou prestação por empresas nacionais;
- III- Investimento em pesquisa e desenvolvimento tecnológico no país;
- IV- Comprovação de práticas de mitigação ambiental, nos termos da Lei nº 12.187, de 2009.

5.17. Finalizada a etapa de lances, caso a proposta mais vantajosa exceda o valor máximo estabelecido para contratação, facultar-se-á ao Agente de Contratações a negociação por condições mais favoráveis.

5.17.1. A negociação poderá estender-se aos demais licitantes, conforme classificação inicial, caso o primeiro colocado seja desclassificado por não atender ao limite de preço fixado pela Administração.

5.17.2. O procedimento negociatório será conduzido por meio da plataforma eletrônica, assegurando-se a transparência e o acompanhamento pelos demais proponentes.

5.17.3. Os resultados das negociações serão divulgados a todos os licitantes e devidamente documentados no processo licitatório.

5.17.4. Solicitar-se-á ao licitante mais bem classificado que, no prazo máximo de quatro horas, remeta proposta reajustada conforme último lance ofertado após a negociação, juntamente com os documentos complementares necessários à confirmação das exigências editalícias.

5.17.5. O Agente de Contratações poderá, mediante justificativa apresentada no chat pelo licitante, prorrogar o prazo estipulado.

5.18. O licitante líder deverá, junto à proposta final, encaminhar comprovante de garantia da oferta, conforme item 4.1 do Projeto Básico, equivalente a 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação, admitindo-se as modalidades previstas no § 1º do artigo 96 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.19. A inobservância da comprovação de garantia, no prazo determinado, implicará na desclassificação do proponente.

5.20. Concluída a fase de negociação, o Agente de Contratações prosseguirá com a aceitação e julgamento da proposta final.

6. DA FASE DE JULGAMENTO - ANÁLISE DE CONFORMIDADE DAS PROPOSTAS

6.1. Cadastramento das Propostas:

- a) As empresas licitantes deverão cadastrar suas propostas no sistema eletrônico até a data e horário limite estabelecidos neste Edital, conforme item X.X.
- b) O cadastramento da proposta implica na aceitação plena e irrevogável das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

6.2. Conteúdo da Proposta:

- a) A proposta inicial deverá conter obrigatoriamente os seguintes documentos, devidamente preenchidos e assinados eletronicamente:
- b) Planilha Orçamentária: Detalhando os custos unitários e totais de todos os itens que compõem o objeto da licitação.
- c) Composição de Custos Unitários: Discriminando a composição de custos de cada item, incluindo materiais, mão de obra, equipamentos e outros insumos.
- d) Cronograma Físico-Financeiro: Apresentando o cronograma de execução do objeto, com a previsão de desembolso financeiro ao longo do tempo.
- e) BDI (Benefícios e Despesas Indiretas) e Encargos Sociais: Detalhando a composição do BDI e dos encargos sociais incidentes sobre a mão de obra.
- f) Anexos (se aplicável): Quaisquer outros documentos exigidos no Edital para a composição da proposta.



- g) É vedada a identificação da empresa licitante em qualquer parte da proposta, incluindo nome empresarial, logotipo, marcas ou qualquer outro elemento que possa permitir a identificação.
- h) O princípio do sigilo das propostas será rigorosamente observado. Qualquer proposta que contenha elementos identificadores da empresa licitante será desclassificada de ofício.

6.3. Análise de Conformidade:

- a) Análise de conformidade após o encerramento do prazo para cadastramento das propostas:
- b) Após o encerramento do prazo para cadastramento das propostas, o sistema eletrônico será aberto para a análise de conformidade.
- c) Após o término do prazo estabelecido para que os licitantes submetam suas propostas, inicia-se a fase de abertura do sistema eletrônico para verificação de conformidade. Esta etapa visa assegurar que todas as propostas atendam aos requisitos estipulados no edital. A análise é feita comparando cada proposta com as condições estabelecidas, tais como especificações técnicas, prazos, e condições comerciais. Propostas que não estejam de acordo com o edital são desclassificadas. Este processo é crucial para manter a isonomia e a objetividade, sendo a transparência alcançada através da publicidade dos critérios de julgamento.

6.4. Encaminhamento ao setor técnico de engenharia para análise e emissão de parecer técnico:

- a) As propostas serão encaminhadas ao setor técnico de engenharia para análise e emissão de parecer técnico, considerando os requisitos do Edital e as normas técnicas vigentes.
- b) As propostas selecionadas na fase anterior são enviadas para o setor técnico responsável, no caso de licitações que envolvem obras ou serviços de engenharia. Os técnicos utilizam sua expertise para avaliar se as propostas estão em conformidade com os requisitos técnicos e normas vigentes, considerando aspectos como viabilidade, qualidade dos materiais, e metodologia de execução proposta. O parecer técnico é um documento detalhado que destaca pontos críticos das propostas e recomenda a aceitação ou rejeição baseando-se em critérios técnicos objetivos.

6.5. Emissão de parecer técnico conclusivo:

- a) O parecer técnico deverá ser conclusivo, indicando se a proposta atende ou não aos requisitos técnicos estabelecidos.
- b) O parecer técnico emitido ao final da análise é conclusivo, ou seja, ele deve estabelecer claramente se a proposta atende ou não aos requisitos técnicos do edital. Um parecer conclusivo é fundamental para que a decisão de aceitar ou rejeitar uma proposta não seja apenas discricionária, mas sim baseada em fundamentos técnicos sólidos. Isso garante que a empresa escolhida para realizar a obra ou serviço tenha não só a proposta mais vantajosa economicamente, mas também a competência técnica necessária para a execução do contrato.
- c) A importância dessas etapas é evidenciada na garantia de que a administração contrate serviços e obras que cumpram com as expectativas de qualidade e durabilidade, assegurando a aplicação eficiente dos recursos públicos e a conformidade com a legislação vigente, incluindo a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei n. 14.133/2021).

6.6. Divulgação do Resultado da Análise:

- a) Após meticulosa verificação de todas as propostas em face dos critérios estabelecidos pelo edital, procede-se à convocação de nova sessão pública eletrônica para divulgação dos resultados dessa análise.
- b) A convocação será efetuada com antecedência mínima de 24 horas úteis, assegurando-se, assim, tempo hábil para que os licitantes se preparem para a próxima etapa do certame.
- c) Na respectiva Ata da sessão, constará a relação das propostas que foram reconhecidas como conformes e aquelas que, porventura, foram desclassificadas. Importa destacar que para cada decisão de desclassificação, a Administração Pública deve expor as justificativas pertinentes, demonstrando a devida motivação de seus atos, conforme o princípio da motivação dos atos administrativos.
- d) Os licitantes terão a possibilidade de acessar, via sistema eletrônico, os resultados da análise, incluindo os pareceres técnicos que embasaram as decisões administrativas. Essa medida visa garantir a transparência e permitir que as empresas compreendam plenamente as razões que conduziram às classificações realizadas.

6.7. É imperativo ressaltar que a análise das propostas será conduzida sob o manto da objetividade e da imparcialidade, sempre em estrito alinhamento com os termos do Edital e as normas técnicas pertinentes. O processo analítico será balizado pela busca incessante da conformidade com as especificações técnicas demandadas, zelando-se pela mais correta aplicação dos recursos públicos.

6.8. A Administração Pública reserva-se o direito de requerer esclarecimentos adicionais ou documentos complementares, caso tais medidas se façam necessárias para a cabal compreensão das propostas apresentadas. Tal prerrogativa insere-se no



contexto de assegurar que a proposta mais vantajosa seja, de fato, selecionada.

6.9. Ademais, a decisão de classificação ou desclassificação das propostas repousará sobre fundamentação sólida e será devidamente registrada no sistema eletrônico, consolidando a garantia da motivação dos atos administrativos.

6.10. Cumpre às empresas licitantes o dever de garantir a veracidade e a exatidão das informações e dos documentos submetidos no âmbito de suas propostas. Inverdades ou omissões podem conduzir a sanções administrativas, civis e até mesmo penais.

6.11. Este protocolo é essencial para que se mantenha a equidade e a clareza no processo licitatório, assegurando que somente propostas tecnicamente aptas e alinhadas aos interesses públicos sejam avançadas para a fase subsequente, onde se realizará a disputa por meio de lances.

6.12. Finalizada a etapa de negociações, incumbe-se ao Agente de Contratações a obrigação de verificar a conformidade do proponente, preliminarmente designado como prioritário, com as condições de habilitação previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133/2021, bem como nas disposições relevantes da legislação vigente e no subitem 2.6 do edital de convocação. Esta verificação deve ser realizada com especial zelo na identificação de quaisquer penalidades que possam restringir sua participação no procedimento licitatório ou em futuras contratações, por meio da análise dos registros nos seguintes cadastros:

- a) Cadastro de Processos Administrativos Disciplinares do Município de São Gabriel – BA;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), ambos sob responsabilidade da Controladoria-Geral da União, disponíveis em (<https://certidoes.cgu.gov.br>).

6.13. As diligências nos registros indicados deverão ser conduzidas tanto em relação à pessoa jurídica participante quanto ao seu sócio majoritário, em conformidade com o disposto no artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que versa sobre a proibição de participação nestas circunstâncias.

6.14. Identificada a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas durante a Consulta de Situação do licitante, proceder-se-á ao detalhamento investigativo para verificar a presença de potenciais fraudes imputáveis às empresas listadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas, de acordo com o estabelecido pelo artigo 29, caput, da Instrução Normativa nº 3/2018.

6.15. A apuração de fraude considerará elementos indicativos, tais como vínculos societários e similaridade em cadeias de fornecimento, conforme previsto no §1º do artigo 29 da referida Instrução Normativa.

6.16. Antes de proceder à desqualificação, será concedida ao proponente a oportunidade de manifestação, respeitando o §2º do artigo 29 da Instrução Normativa nº 3/2018.

6.17. Confirmada a penalidade, o licitante será declarado inapto por não satisfazer as condições necessárias para a participação.

6.18. No caso de o proponente inicialmente à frente no processo licitatório ter se beneficiado de tratamentos diferenciados previstos para microempresas ou empresas de pequeno porte, o Agente de Contratações deverá verificar sua elegibilidade ao benefício, conforme os itens 2.5.1 e 3.12 do edital.

6.19. Após constatação das condições de participação e adequação ao regime favorecido, avaliar-se-á a proposta em destaque quanto à sua aderência ao objeto da licitação e à compatibilidade do preço em face do limite máximo definido, segundo os artigos 29 a 35 da IN SEGES nº 73/2022.

6.20. O critério de seleção será o de MENOR PREÇO GLOBAL.

6.21. Concluída a fase de competição, as propostas serão classificadas exclusivamente pelo critério de MENOR PREÇO.

6.22. Serão desqualificadas as propostas que apresentarem falhas irrecuperáveis, descumprimento das especificações técnicas, preços acima do máximo estipulado, infeasibilidade de execução ou discrepâncias irremediáveis em relação ao edital. Frente a sinais de inexequibilidade da oferta ou necessidade de esclarecimentos adicionais, diligências serão realizadas para assegurar a exequibilidade da proposta.

6.23. Em contratações de obras, considerar-se-ão inexequíveis as propostas com valores abaixo de 75% do estimado, e garantia adicional será exigida para ofertas abaixo de 85% do valor estimado.

6.24. O proponente com a proposta vencedora deverá apresentar Planilha Orçamentária ajustada ao valor final proposto, além de Cronograma Físico-Financeiro e Composição de BDI ajustados, sob pena de desclassificação.

6.25. Erros na planilha poderão ser corrigidos, desde que não alterem a essência da proposta ou resultem em aumento do preço.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos abaixo elencados, bem como aqueles previstos no Projeto Básico, quando houver, são necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação e serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, devendo ser encaminhados exclusivamente por meio do sistema eletrônico de realização da licitação, posterior a fase de lances, quando convocados pelo agente de contratação, no prazo de 02(duas) horas.



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.8.544/0001-3291

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral (CRC) emitido pelo município de São Gabriel - BA, em situação válida, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.1.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação, que não estejam contemplados no registro cadastral (CRC) emitido pelo Município de São Gabriel - BA, deverão ser encaminhados pelo licitante, via sistema eletrônico, posterior a fase de lances, quando convocados pelo agente de contratação.

7.2. Habilitação Jurídica:

7.2.1. O proponente deverá apresentar seu Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social atualizado e registrado conforme a natureza jurídica da entidade: sociedades empresárias deverão providenciar o registro em Junta Comercial, enquanto sociedades simples submetem o registro em Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas. No caso de sociedades anônimas, é necessária a junção dos documentos comprobatórios da eleição de seus atuais administradores. Tal documentação é imprescindível para a comprovação da legalidade e regularidade da estrutura organizacional da sociedade licitante, bem como para a verificação da legitimidade de seus representantes legais no exercício de suas funções.

7.3. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ). A exigência de comprovação de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) no âmbito dos procedimentos licitatórios, conforme estabelecido pela Lei nº 14.133/2021, representa uma medida de fundamental importância para o aprimoramento da transparência, da moralidade e da eficiência nas contratações públicas. Esta normativa, ao estipular tal requisito, assegura a participação exclusiva de entidades juridicamente constituídas e regularmente inscritas perante a administração tributária federal, corroborando com os esforços de modernização e de otimização dos processos licitatórios.

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual. A exigência de apresentação de prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, referente à sede da licitante, que seja pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, consubstancia uma medida de rigoroso controle e diligência no âmbito das licitações públicas, conforme previsto na legislação vigente, notadamente sob a égide da Lei nº 14.133/2021. Tal requisito tem por finalidade assegurar que as empresas participantes dos procedimentos licitatórios estejam devidamente regularizadas perante as fazendas estaduais e/ou municipais, o que se revela essencial para aferir a aptidão para a execução do objeto contratado.

c) Atestado de Quitação de Débitos e Regularidade Fiscal perante as Fazendas Públicas Federal, Estadual (ou do Distrito Federal) e Municipal, evidenciando a inexistência de débitos em aberto ou irregularidades fiscais no âmbito do domicílio fiscal da entidade licitante, conforme exigido para a participação em procedimentos licitatórios e para a efetivação de contratos administrativos. Este documento é fundamental para assegurar a conformidade da empresa com as obrigações tributárias vigentes, representando um requisito indispensável para a habilitação em processos de licitação pública.

d) A regularidade quanto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) é comprovada pelo Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal. A obrigatoriedade da apresentação desse certificado em licitações públicas está prevista na Lei nº 8.036/1990, que dispõe sobre o FGTS. O artigo 27 da Lei nº 8.036/1990 estabelece que é condição para a empresa contratar com o Poder Público a apresentação de prova de estar em dia com o FGTS. As empresas devem apresentar Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre o cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

e) Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei. As empresas devem apresentar Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, através da Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.

7.4. Habilitação Econômico-Financeira:



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.8.544/0001-3291

7.4.1. Para fins de participação neste processo de licitação, é mandatório que os licitantes providenciem e apresentem uma certidão negativa de falências, a qual deverá ser emitida pelo órgão distribuidor competente, situado na jurisdição em que se encontra a sede do licitante. Esta documentação é crucial para comprovar a regularidade fiscal e econômica da empresa, assegurando sua aptidão para engajar-se nas obrigações contratuais propostas.

7.4.2. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

7.4.3. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos neste edital, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:

7.4.4. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.

7.4.5. JUSTIFICATIVA: A imposição da apresentação do balanço patrimonial dos últimos dois exercícios financeiros aos licitantes em processos de concorrência eletrônica, especialmente para contratos de reforma predial na esfera da engenharia, encontra sua fundamentação jurídica no princípio da segurança jurídica, essencial para a administração pública. Este princípio, intrinsecamente relacionado à previsibilidade e à estabilidade das relações jurídicas, visa assegurar que os procedimentos administrativos sejam efetuados de maneira objetiva e padronizada, garantindo a igualdade de condições a todos os participantes do certame, conforme preceitua a Constituição Federal e a Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei n. 14.133/2021). A exigência dos balanços patrimoniais propicia à administração uma metodologia confiável para a aferição da capacidade econômico-financeira dos concorrentes, garantindo que a execução do contrato seja confiada a empresas com solidez financeira comprovada, em consonância com os princípios da isonomia, eficácia e eficiência na gestão de recursos públicos.

7.4.6. A solicitação desses documentos financeiros coaduna-se com os objetivos da Lei n. 14.133/2021, promovendo uma análise criteriosa que permite à administração pública identificar riscos potenciais que possam comprometer a adequada execução do objeto contratual. Desta forma, tal prática assegura uma seleção mais rigorosa e objetiva dos licitantes, reforçando a transparência e a equidade do processo licitatório. Ademais, estabelece-se um ambiente de concorrência mais justo e balanceado, onde os critérios de habilitação são claros e acessíveis a todos os participantes, mitigando a possibilidade de contestações judiciais posteriores. Em suma, a exigência do balanço patrimonial alinha-se ao princípio da segurança jurídica, fundamentando-se na necessidade de promover processos licitatórios íntegros, transparentes e eficazes, em prol do interesse público e da correta aplicação dos recursos públicos.

a) Tipos de empresas obrigadas a apresentar balanço patrimonial nesta concorrências eletrônica:

a.1) Sociedades Empresárias:

a.1.1) Limitadas (Ltda.)

a.1.2) Anônimos (SA)

a.1.3) Simples (Ltda. Simples)

a.1.4) Eireli



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.8.544/0001-3291

a.1.5) Sociedade Unipessoal

a.2) Empresários Individuais:

a.2.1) Empresário Individual (EI)

a.2.2) Microempreendedor Individual (MEI)

7.4.7. As Sociedades Anônimas (SA), deverão apresentar no balanço patrimonial, os seguintes documentos:

a) Demonstrações Contábeis:

b) Balanço Patrimonial: Apresentando o ativo (bens e direitos), o passivo (obrigações) e o patrimônio líquido da empresa, de forma estruturada e classificada conforme as normas contábeis.

c) Demonstração do Resultado do Exercício (DRE): Evidenciando as receitas, custos e despesas do período, culminando no lucro ou prejuízo líquido do exercício.

d) Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC): Demonstrando as entradas e saídas de caixa e equivalentes de caixa, segregadas por atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

e) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL): Exibindo as alterações ocorridas no patrimônio líquido durante o exercício, incluindo integralização de capital, lucros ou prejuízos acumulados, reservas e ajustes de avaliação patrimonial.

f) Notas Explicativas: Fornecendo informações adicionais e esclarecimentos sobre as demonstrações contábeis, de forma a facilitar a compreensão das informações apresentadas.

g) A assinatura do profissional contábil no balanço patrimonial é uma garantia de que as demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as normas contábeis vigentes e que as informações apresentadas são fidedignas. A prova de regularidade assegura que o profissional está habilitado e em situação regular para assumir essa responsabilidade, devendo ser apresentada juntamente com cada Balanço Patrimonial, sob pena de inabilitação.

h) Documentos Societários:

i) Ata da Assembleia Geral Ordinária (AGO): Registrando a aprovação das demonstrações contábeis pelos acionistas.

j) Estatuto Social Atualizado: Documento que rege o funcionamento da empresa, incluindo objeto social, estrutura de capital, direitos e deveres dos acionistas, entre outros.

k) Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral no CNPJ: Confirmando a regularidade da empresa perante a Receita Federal.

7.4.8. As Sociedades Limitadas (Ltda.), deverão apresentar no balanço patrimonial, os seguintes documentos:

a) Balanço Patrimonial: Apresentando o ativo (bens e direitos), o passivo (obrigações) e o patrimônio líquido da empresa, de forma estruturada e classificada conforme as normas contábeis.



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.8.544/0001-3291

- b) Termo de Abertura e encerramento.
- c) Demonstração do Resultado do Exercício (DRE): Evidenciando as receitas, custos e despesas do período, culminando no lucro ou prejuízo líquido do exercício.
- d) Livro Diário (opcional para microempresa e empresa de pequeno porte): Registro contábil das transações da empresa em ordem cronológica.
- e) Livro Razão (opcional para microempresa e empresa de pequeno porte): Registro contábil por conta contábil, demonstrando os saldos e movimentações.
- f) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL): Exibindo as alterações ocorridas no patrimônio líquido durante o exercício, incluindo integralização de capital, lucros ou prejuízos acumulados, reservas e ajustes de avaliação patrimonial.
- g) Notas Explicativas: Fornecendo informações adicionais e esclarecimentos sobre as demonstrações contábeis, de forma a facilitar a compreensão das informações apresentadas.
- h) A assinatura do profissional contábil no balanço patrimonial é uma garantia de que as demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as normas contábeis vigentes e que as informações apresentadas são fidedignas. A prova de regularidade assegura que o profissional está habilitado e em situação regular para assumir essa responsabilidade, devendo ser apresentada juntamente com cada Balanço Patrimonial, sob pena de inabilitação.
- i) Observações:
- j) A apresentação dos documentos deve observar a legislação societária e as normas contábeis vigentes, incluindo as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC TG).
- k) Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) possuem algumas dispensas legais na escrituração contábil, conforme a Lei Complementar 123/2006.
- l) A empresa deve manter os documentos organizados e disponíveis para consulta e fiscalização, pelo período previsto em lei.
- m) A não apresentação dos documentos ou a apresentação de informações inverídicas pode acarretar em penalidades legais e administrativas.

7.4.9. As Sociedades Simples (Ltda. Simples), deverão apresentar no balanço patrimonial, os seguintes documentos:

- a) Balanço Patrimonial: Apresentando o ativo (bens e direitos), o passivo (obrigações) e o patrimônio líquido da empresa, de forma estruturada e classificada conforme as normas contábeis.
- b) Termo de Abertura e encerramento.
- c) Demonstração do Resultado do Exercício (DRE): Evidenciando as receitas, custos e despesas do período, culminando no lucro ou prejuízo líquido do exercício.



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.8.544/0001-3291

d) Livro Diário (opcional para microempresa e empresa de pequeno porte): Registro contábil das transações da empresa em ordem cronológica.

e) Livro Razão (opcional para microempresa e empresa de pequeno porte): Registro contábil por conta contábil, demonstrando os saldos e movimentações.

f) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL): Exibindo as alterações ocorridas no patrimônio líquido durante o exercício, incluindo integralização de capital, lucros ou prejuízos acumulados, reservas e ajustes de avaliação patrimonial.

g) Notas Explicativas: Fornecendo informações adicionais e esclarecimentos sobre as demonstrações contábeis, de forma a facilitar a compreensão das informações apresentadas.

h) A assinatura do profissional contábil no balanço patrimonial é uma garantia de que as demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as normas contábeis vigentes e que as informações apresentadas são fidedignas. A prova de regularidade assegura que o profissional está habilitado e em situação regular para assumir essa responsabilidade, devendo ser apresentada juntamente com cada Balanço Patrimonial, sob pena de inabilitação.

i) Observações:

j) As Sociedades Simples Limitadas possuem algumas simplificações contábeis em relação às demais sociedades empresárias, como a dispensa do Livro Diário e do Livro Razão.

k) A escrituração do Livro Caixa é obrigatória para as empresas do Simples Nacional, com algumas exceções previstas em lei.

l) A apresentação dos documentos deve observar a legislação societária e as normas contábeis vigentes, incluindo as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC TG).

m) A empresa deve manter os documentos organizados e disponíveis para consulta e fiscalização, pelo período previsto em lei.

n) A não apresentação dos documentos ou a apresentação de informações inverídicas pode acarretar em penalidades legais e administrativas.

7.4.10. As Sociedades Eireli, deverão apresentar no balanço patrimonial, os seguintes documentos:

a) Balanço Patrimonial: Apresentando o ativo (bens e direitos), o passivo (obrigações) e o patrimônio líquido da empresa, de forma estruturada e classificada conforme as normas contábeis.

b) Termo de Abertura e encerramento.

c) Demonstração do Resultado do Exercício (DRE): Evidenciando as receitas, custos e despesas do período, culminando no lucro ou prejuízo líquido do exercício.

d) Livro Diário (opcional para microempresa e empresa de pequeno porte): Registro contábil das transações da empresa em ordem cronológica.



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.8.544/0001-3291

e) Livro Razão (opcional para microempresa e empresa de pequeno porte): Registro contábil por conta contábil, demonstrando os saldos e movimentações.

f) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL): Exibindo as alterações ocorridas no patrimônio líquido durante o exercício, incluindo integralização de capital, lucros ou prejuízos acumulados, reservas e ajustes de avaliação patrimonial.

g) Notas Explicativas: Fornecendo informações adicionais e esclarecimentos sobre as demonstrações contábeis, de forma a facilitar a compreensão das informações apresentadas.

h) A assinatura do profissional contábil no balanço patrimonial é uma garantia de que as demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as normas contábeis vigentes e que as informações apresentadas são fidedignas. A prova de regularidade assegura que o profissional está habilitado e em situação regular para assumir essa responsabilidade, devendo ser apresentada juntamente com cada Balanço Patrimonial, sob pena de inabilitação.

i) Observações:

j) A EIRELI é constituída por um único titular, que responde de forma limitada pelas dívidas da empresa, até o limite do capital social integralizado.

k) A apresentação dos documentos deve observar a legislação societária e as normas contábeis vigentes, incluindo as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC TG).

l) Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) possuem algumas dispensas legais na escrituração contábil, conforme a Lei Complementar 123/2006.

m) A empresa deve manter os documentos organizados e disponíveis para consulta e fiscalização, pelo período previsto em lei.

n) A não apresentação dos documentos ou a apresentação de informações inverídicas pode acarretar em penalidades legais e administrativas.

7.4.11. As Sociedades, Sociedade Unipessoal, deverão apresentar no balanço patrimonial, os seguintes documentos:

a) Balanço Patrimonial: Apresentando o ativo (bens e direitos), o passivo (obrigações) e o patrimônio líquido da empresa, de forma estruturada e classificada conforme as normas contábeis.

b) Termo de Abertura e encerramento.

c) Demonstração do Resultado do Exercício (DRE): Evidenciando as receitas, custos e despesas do período, culminando no lucro ou prejuízo líquido do exercício.

d) Livro Diário (opcional para microempresa e empresa de pequeno porte): Registro contábil das transações da empresa em ordem cronológica.

e) Livro Razão (opcional para microempresa e empresa de pequeno porte): Registro contábil por conta contábil, demonstrando os saldos e movimentações.



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.8.544/0001-3291

f) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL): Exibindo as alterações ocorridas no patrimônio líquido durante o exercício, incluindo integralização de capital, lucros ou prejuízos acumulados, reservas e ajustes de avaliação patrimonial.

g) Notas Explicativas: Fornecendo informações adicionais e esclarecimentos sobre as demonstrações contábeis, de forma a facilitar a compreensão das informações apresentadas.

h) A assinatura do profissional contábil no balanço patrimonial é uma garantia de que as demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as normas contábeis vigentes e que as informações apresentadas são fidedignas. A prova de regularidade assegura que o profissional está habilitado e em situação regular para assumir essa responsabilidade, devendo ser apresentada juntamente com cada Balanço Patrimonial, sob pena de inabilitação.

i) Observações:

j) A apresentação dos documentos deve observar a legislação societária e as normas contábeis vigentes, incluindo as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC TG).

k) Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) possuem algumas dispensas legais na escrituração contábil.

l) A empresa deve manter os documentos organizados e disponíveis para consulta e fiscalização, pelo período previsto em lei.

m) A não apresentação dos documentos ou a apresentação de informações inverídicas pode acarretar em penalidades legais e administrativas.

7.4.12. Os Empresários Individuais, Empresário Individual (EI), deverão apresentar no balanço patrimonial, os seguintes documentos:

a) Balanço Patrimonial: Apresentando o ativo (bens e direitos), o passivo (obrigações) e o patrimônio líquido da empresa, de forma estruturada e classificada conforme as normas contábeis.

b) Termo de Abertura e encerramento.

c) Demonstração do Resultado do Exercício (DRE): Evidenciando as receitas, custos e despesas do período, culminando no lucro ou prejuízo líquido do exercício.

d) Livro Diário: Registro contábil das transações da empresa em ordem cronológica.

e) Livro Razão: Registro contábil por conta contábil, demonstrando os saldos e movimentações.

f) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL): Exibindo as alterações ocorridas no patrimônio líquido durante o exercício, incluindo integralização de capital, lucros ou prejuízos acumulados, reservas e ajustes de avaliação patrimonial.

g) Notas Explicativas: Fornecendo informações adicionais e esclarecimentos sobre as demonstrações contábeis, de forma a facilitar a compreensão das informações apresentadas.

h) A assinatura do profissional contábil no balanço patrimonial é uma garantia de que as demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as normas contábeis vigentes e que as informações apresentadas são fidedignas. A prova de



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.8.544/0001-3291

regularidade assegura que o profissional está habilitado e em situação regular para assumir essa responsabilidade, devendo ser apresentada juntamente com cada Balanço Patrimonial, sob pena de inabilitação.

i) Observações:

j) O Empresário Individual é uma pessoa física que exerce atividade empresarial em nome próprio, respondendo de forma ilimitada pelas dívidas da empresa.

k) A escrituração do Livro Caixa é obrigatória para o Empresário Individual, exceto em casos específicos previstos em lei.

l) A apresentação dos documentos deve observar a legislação e as normas contábeis vigentes, incluindo as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC TG).

m) O Empresário Individual deve manter os documentos organizados e disponíveis para consulta e fiscalização, pelo período previsto em lei.

n) A não apresentação dos documentos ou a apresentação de informações inverídicas pode acarretar em penalidades legais e administrativas.

7.4.13. Os Empresários Individuais, Microempreendedor Individual (MEI), deverão apresentar no balanço patrimonial, os seguintes documentos:

a) Demonstrações Contábeis:

b) Balanço Patrimonial: Apresentando o ativo (bens e direitos), o passivo (obrigações) e o patrimônio líquido da empresa, de forma estruturada e classificada conforme as normas contábeis.

c) Demonstração do Resultado do Exercício (DRE): Evidenciando as receitas, custos e despesas do período, culminando no lucro ou prejuízo líquido do exercício.

d) A assinatura do profissional contábil no balanço patrimonial é uma garantia de que as demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as normas contábeis vigentes e que as informações apresentadas são fidedignas. A prova de regularidade assegura que o profissional está habilitado e em situação regular para assumir essa responsabilidade, devendo ser apresentada juntamente com cada Balanço Patrimonial, sob pena de inabilitação.

e) Relatório Mensal das Receitas Brutas: Registro mensal das receitas auferidas pelo MEI, discriminando valores e datas.

f) O MEI é dispensado da escrituração contábil tradicional (Livro Diário e Razão) e da elaboração de demonstrações contábeis complexas.

g) O Relatório Mensal das Receitas Brutas é o principal documento contábil do MEI, servindo como base para o cálculo dos tributos e para a comprovação da receita bruta anual.

h) A apresentação dos documentos deve observar a legislação e as normas contábeis vigentes, incluindo as resoluções do Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN).

i) O MEI deve manter os documentos organizados e disponíveis para consulta e fiscalização, pelo período previsto em lei.

Largo da Pátria, 132 – Centro - São Gabriel – BA - CEP: 44915-000

e-mail: compras.saogabriel@gmail.com



j) A não apresentação dos documentos ou a apresentação de informações inverídicas pode acarretar em penalidades legais e administrativas.

7.4.14. Os balanços patrimoniais deverão ser apresentados devidamente registrados: na Junta Comercial do Estado sede da empresa; ou no cartório competente, sob pena de inabilitação.

7.4.15. As empresas que apresentarem o Balanço no formato de escrituração contábil digital, estarão dispensadas de apresentar o registro na Junta Comercial do Estado sede da empresa, contudo, deverá apresentar o recibo de entrega de escrituração contábil digital, sob pena de inabilitação.

7.4.16. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada apresentação de declaração, emitida por contador devidamente habilitado, devendo acostadas a Certidão de Regularidade Profissional na declaração, de que a empresa obtém de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

7.4.16.1. Índice de Liquidez Geral igual ou superior a 1,00:

$$LG = (\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE})$$

O Índice de Liquidez Geral é outro indicador financeiro crucial, que mede a capacidade de uma empresa pagar suas obrigações de curto e longo prazo com todos os seus ativos disponíveis, tanto os de curto quanto os de longo prazo. É calculado pela divisão do total de ativos circulantes e realizáveis a longo prazo pelo total de passivos circulantes e exigíveis a longo prazo. Esse índice é super importante porque oferece uma visão mais abrangente da saúde financeira da empresa, não se limitando apenas às obrigações de curto prazo (como faz o Índice de Liquidez Corrente). Um índice maior que 1 sugere que a empresa tem recursos suficientes para cobrir todas as suas dívidas no curto e no longo prazo, indicando uma posição financeira mais estável. Já um índice abaixo de 1 pode indicar potenciais dificuldades financeiras, pois sugere que a empresa pode não ter ativos suficientes para cumprir com suas obrigações. A importância desse índice reside na sua capacidade de fornecer uma análise mais completa da liquidez de uma empresa, considerando todos os seus compromissos financeiros.

7.4.16.2. Índice de Liquidez Corrente igual ou superior a 1,00:

$$LC = (\text{ATIVO CIRCULANTE}) / (\text{PASSIVO CIRCULANTE})$$

O Índice de Liquidez Corrente é um dos indicadores financeiros mais utilizados para avaliar a capacidade de uma empresa de cumprir suas obrigações de curto prazo, utilizando seus ativos mais líquidos. É calculado pela divisão do total de ativos circulantes (como caixa, estoques e contas a receber) pelo total de passivos circulantes (como contas a pagar e dívidas de curto prazo).

Este índice é extremamente importante porque oferece uma visão instantânea sobre a saúde financeira da empresa no curto prazo. Um índice maior que 1 indica que a empresa possui mais ativos circulantes do que passivos circulantes, sugerindo uma maior facilidade em honrar suas dívidas de curto prazo sem precisar liquidar ativos de longo prazo ou buscar financiamentos adicionais. Por outro lado, um índice menor que 1 pode ser um sinal de alerta, indicando que a empresa pode enfrentar dificuldades para pagar suas dívidas de curto prazo.

A importância do Índice de Liquidez Corrente reside na sua capacidade de oferecer um diagnóstico rápido da liquidez de uma empresa, sendo crucial para gestores, investidores e credores na avaliação do risco associado à capacidade da empresa de continuar operando sem problemas financeiros imediatos. Embora não esteja diretamente vinculado a um CPC específico, o



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.8.544/0001-3291

conceito por trás do Índice de Liquidez Corrente é fundamental para a análise financeira e contábil, ajudando a interpretar a saúde financeira da empresa sob a ótica dos padrões contábeis brasileiros.

7.4.16.3. Índice de Solvência Geral igual ou superior a 1,00:

ISG = ATIVO TOTAL / (PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO)

O Índice de Solvência Geral é uma medida financeira que ajuda a avaliar a capacidade de uma empresa em cumprir suas obrigações de longo prazo. É calculado dividindo-se o total de ativos pelo total de passivos. Este índice mostra quantos reais em ativos a empresa possui para cobrir cada real de suas dívidas, considerando todos os seus recursos e obrigações, independentemente do prazo. Sua importância é gigantesca no mundo dos negócios, pois fornece uma visão ampla da saúde financeira da empresa. Um índice maior que 1 indica que a empresa tem mais ativos do que passivos, sugerindo uma posição financeira mais sólida e, teoricamente, uma menor probabilidade de enfrentar problemas financeiros. Por outro lado, um índice menor que 1 pode ser um sinal de alerta, indicando que a empresa pode não ter recursos suficientes para cobrir suas dívidas no longo prazo.

7.4.17. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

7.4.18. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

7.4.19. Capital social mínimo no valor de 10% por cento do valor global indicado na proposta.

7.4.20. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

7.4.21. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pela licitante.

7.5. Habilitação Técnico-profissional e Técnico-operacional:

7.6. Apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;

7.7. A licitante deverá indicar para fins de habilitação um profissional como Responsável Técnico da obra, sendo este um Engenheiro Civil, e, contendo o que segue:

7.8. Indicação constante no item anterior deve constar os seguintes dados:

7.9. nome completo do profissional;

7.10. número do registro do profissional junto ao Conselho Profissional competente;

7.11. título do profissional, que deverá ser de nível superior com formação em Engenharia Civil ou outro curso equivalente e reconhecido pelo Conselho Profissional competente;



7.12. natureza da relação do profissional com a licitante;

7.13. Certidão de Registro da empresa e dos seus responsáveis técnicos na entidade profissional competente CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU, conforme as áreas de atuação, em plena validade. Para os Responsáveis Técnicos as empresas licitantes devem apresentar em sua Certidão de Registro da empresa, como responsáveis técnicos pela empresa proponente, sob pena de inabilitação, no mínimo: 01 (um) Engenheiro Civil.

7.14. a natureza da relação do profissional com a licitante prevista na letra "d.1" supra deverá ser comprovada para fins de habilitação por meio da apresentação, pela licitante, de um dos seguintes documentos:

7.15. Contrato ou estatuto social da empresa, no caso de sócio, administrador ou diretor da empresa; Carteira de Trabalho e Previdência Social, no caso de empregado; e contrato, no caso de profissional prestador de serviços;

7.16. **CAPACIDADE TÉCNICA PROFISSIONAL:**

7.16.1. Comprovação da Capacidade Técnico profissional: A capacitação técnica profissional, será comprovada por meio da apresentação de certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, que demonstrem capacidade operacional e profissional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

7.16.2. Para comprovação da capacidade técnica anteriormente exigida, nos moldes previstos no art. 67, §§1º e 2º da Lei nº 14.1333/2021, será habilitada as empresas que comprovarem as parcelas de maior relevância técnica.

7.16.3. Intro Técnicas de relevancia

7.16.4. **RELAÇÃO DAS TÉCNICAS DE MAIOR RELEVÂNCIA:**

7.16.4.1. Tratamento Superficial Duplo (TSD):

1. Adequação Técnica: O TSD, com aplicação de emulsão asfáltica e brita comercial, conforme descrito no item SICRO 4011372, é uma técnica amplamente reconhecida e recomendada para pavimentação de vias urbanas de baixo tráfego. Sua capacidade de proporcionar uma superfície resistente, durável e com boa aderência a veículos torna-a adequada às características e necessidades do projeto em questão.

2. Custo-Benefício: O TSD apresenta um excelente custo-benefício quando comparado a outras técnicas de pavimentação, como o Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ). Sua execução requer menor investimento em equipamentos e mão de obra especializada, além de utilizar materiais de fácil obtenção e menor custo.

3. Durabilidade e Manutenção: O TSD, quando executado com materiais de qualidade e em conformidade com as normas técnicas, apresenta boa durabilidade e resistência às intempéries. A manutenção também é facilitada, podendo ser realizada com técnicas simples e baixo custo.

4. Drenagem: A estrutura do TSD, com camadas de emulsão asfáltica e brita, permite a infiltração da água da chuva, contribuindo para a drenagem superficial e evitando a formação de poças e alagamentos.



5. Segurança Viária: A superfície rugosa proporcionada pelo TSD aumenta a aderência dos pneus, contribuindo para a segurança viária e a redução do risco de acidentes.

Percentual de Relevância:

Ao analisar a planilha orçamentária, verifica-se que os itens relacionados ao TSD (SICRO 4011372 e aquisição da emulsão asfáltica RR-2C) representam aproximadamente 25% do valor total do orçamento. Esse percentual demonstra a importância e a representatividade dessa técnica no contexto geral do projeto.

O Tratamento Superficial Duplo (TSD) apresenta-se como a técnica de maior relevância para o projeto de pavimentação de vias urbanas em São Gabriel-BA, devido à sua adequação técnica, custo-benefício, durabilidade, capacidade de drenagem e contribuição para a segurança viária. O investimento significativo nessa técnica reflete sua importância para o sucesso e a qualidade do projeto.

7.16.4.2. Emulsão Asfáltica RR-2C:

1. Material Essencial para o TSD: A Emulsão Asfáltica RR-2C é um material específico e indispensável para a execução do Tratamento Superficial Duplo (TSD), técnica escolhida para a pavimentação das vias urbanas no projeto em questão. Sua composição e propriedades garantem a aderência adequada entre os agregados (brita) e a superfície da via, formando um pavimento resistente e durável.

2. Conformidade com as Normas Técnicas: A Emulsão Asfáltica RR-2C atende às especificações das normas técnicas vigentes para pavimentação, garantindo a qualidade e a adequação do material às características do projeto.

3. Desempenho e Durabilidade: A Emulsão Asfáltica RR-2C apresenta excelente desempenho em termos de aderência, impermeabilização e resistência às intempéries. Sua utilização contribui para a durabilidade do pavimento, reduzindo a necessidade de manutenção e reparos.

4. Segurança Viária: A aplicação da Emulsão Asfáltica RR-2C no TSD proporciona uma superfície rugosa que aumenta a aderência dos pneus, contribuindo para a segurança viária e a redução do risco de acidentes.

7.4. Percentual de Relevância:

7.5. Embora o item específico da Emulsão Asfáltica RR-2C represente um percentual menor do orçamento total (aproximadamente 7%), sua importância é fundamental para a execução do TSD, que, como demonstrado anteriormente, representa cerca de 25% do valor total do projeto. Portanto, a aquisição deste material é crucial para a viabilização da técnica de pavimentação escolhida e para a qualidade final da obra.

7.6. A aquisição da Emulsão Asfáltica RR-2C é de extrema relevância técnica para o projeto de pavimentação, pois se trata de um material essencial para a execução do Tratamento Superficial Duplo (TSD), garantindo a qualidade, durabilidade e segurança do pavimento. Sua conformidade com as normas técnicas e seu desempenho comprovado justificam o investimento neste material para a viabilização da obra.

7.16.4.3. Execução da Base e Sub-base com Solo Brita:



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.8.544/0001-3291

7.7. execução da base e sub-base com solo brita, representada pelo item SINAPI 100572, destaca-se como uma das técnicas de maior relevância no projeto de pavimentação. Essa etapa é fundamental para a qualidade e durabilidade do pavimento, atuando como uma fundação que suporta as cargas do tráfego e distribui as tensões de forma eficiente.

7.8. Justificativa da Relevância:

7.9. 1. Adequação ao Tipo de Solo: A planilha orçamentária indica a presença de solo predominantemente argiloso no local da obra. Solos argilosos possuem baixa capacidade de suporte e drenagem, sendo suscetíveis a deformações e problemas de estabilidade. A utilização de solo brita como base e sub-base é uma solução técnica adequada para melhorar as características do solo, proporcionando maior resistência e capacidade de drenagem ao pavimento.

7.10. 2. Conformidade com as Normas Técnicas: A execução da base e sub-base com solo brita segue as especificações das normas técnicas vigentes para pavimentação, garantindo a qualidade e a adequação do material e do processo construtivo. A granulometria da brita ("40/60") e a compactação do material são aspectos essenciais para o desempenho e a durabilidade da base/sub-base.

7.11. 3. Durabilidade e Estabilidade: A base e sub-base em solo brita contribuem para a durabilidade e a estabilidade do pavimento, reduzindo a ocorrência de trincas, deformações e outros problemas estruturais. A capacidade de drenagem do solo brita também evita o acúmulo de água, que pode comprometer a integridade do pavimento ao longo do tempo.

7.12. 4. Suporte de Cargas: A base e sub-base são responsáveis por distribuir as cargas do tráfego de forma eficiente, evitando a concentração de tensões que podem danificar o pavimento. A utilização de solo brita, com sua alta resistência e capacidade de suporte, garante a capacidade do pavimento de suportar as cargas previstas para o projeto.

7.13. Percentual de Relevância:

7.14. O item SINAPI 100572, referente à execução da base e sub-base com solo brita, representa aproximadamente 18% do valor total do orçamento. Esse percentual demonstra a importância e o investimento significativo nessa etapa da obra, reconhecendo sua influência na qualidade e durabilidade do pavimento.

7.15. A execução da base e sub-base com solo brita é uma técnica de grande relevância para o projeto de pavimentação, devido à sua adequação ao tipo de solo, conformidade com as normas técnicas, contribuição para a durabilidade e estabilidade do pavimento, e capacidade de suporte de cargas. O investimento nessa etapa demonstra a preocupação com a qualidade e a longevidade da obra, garantindo um pavimento resistente e seguro para o tráfego de veículos.

7.16. Apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes.

7.17. Certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, que demonstrem capacidade profissional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

7.18. Para comprovação da capacidade técnica anteriormente exigida, nos moldes previstos no art. 67, §§1º e 2º da Lei nº 14.1333/2021, será habilitada as empresas que comprovarem as parcelas de maior relevância técnica:



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.8.544/0001-3291

7.19. O percentual mínimo a ser comprovado é de 50%:

7.20. Tratamento Superficial Duplo (TSD):

- a) SICRO 4011372 - TRATAMENTO SUPERFICIAL DUPLO COM BANHO DILUÍDO - BRITA COMERCIAL (m²).
- b) Este item representa a execução do TSD com a aplicação de emulsão asfáltica e brita, conforme as especificações técnicas. A unidade de medida em metros quadrados indica a área a ser pavimentada com essa técnica.
- c) TRATAMENTO SUPERFICIAL DUPLO RR 2C (t)
- d) Este item se refere à aquisição da emulsão asfáltica RR-2C, específica para o tratamento superficial duplo, em toneladas. A quantidade reflete o volume de emulsão asfáltica necessário para a área de pavimentação.

7.20.2. Execução da Base e Sub-base com Solo Brita:

- a) SINAPI 100572 - EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE BASE E OU SUB-BASE PARA PAVIMENTAÇÃO DE SOLO (PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO) BRITA - 40/60 - EXCLUSIVE SOLO, ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE. AF_11/2019 (m³).
- b) Este item representa a execução da base e sub-base com solo brita, incluindo a compactação do material. A unidade em metros cúbicos indica o volume de solo brita a ser utilizado na obra.

7.21. Será permitido o somatório dos atestados.

7.22. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

7.23. Indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

7.24. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

7.25. Comprovação do registro da licitante: a licitante deverá comprovar para fins de habilitação o seu registro junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU da região a que estiver vinculada, conforme enquadramento respectivo.

7.26. Relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição da disponibilidade do pessoal técnico. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.26.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.8.544/0001-3291

- 7.27. No caso de necessidade de prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante o Agente de Contratação ou membro de sua Equipe de Apoio, nomeados por Portaria, mediante apresentação do original ou cópia autenticada em cartório ou por declaração em conformidade com o artigo 12, inciso IV, da Lei Federal n.º 14.133/2023.
- 7.28. Será verificado, sob pena de inabilitação, se o licitante apresentou, em campo próprio do sistema eletrônico, todas as declarações mencionadas neste edital.
- 7.29. A verificação pelo Agente de Contratações, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 7.30. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):
- 7.30.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 7.30.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 7.31. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 7.32. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratações examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.
- 7.33. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 7.34. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida como condição para participação na licitação.
- 7.35. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas ou empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da Administração, após declarado vencedor, para fins de contratação, em conformidade com a Lei Complementar 123/2006 e suas alterações, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 7.36. A apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, será para fins de contratação, ou seja, para o devido cumprimento, as empresas licitantes poderão apresentar como prova de vínculo para efeitos de habilitação a declaração de indicação de contratação futura, com a respectiva anuência do profissional autorizando a inclusão do seu nome para o cumprimento do objeto da presente licitação, caso a licitante sagre vencedora desta concorrência, conforme prevê o inciso I do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.37. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão observar o seguinte:



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.8.544/0001-3291

- 7.37.1. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
- 7.37.2. Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;
- 7.37.3. Se a licitante for a matriz e a prestadora dos serviços/fornecedora for a filial, todos os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz e da filial;
- 7.37.4. Serão dispensados da filial aqueles documentos que, por sua própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 7.21.** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 7.21.1.** Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 7.22.** No caso de necessidade de prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante o Agente de Contratação ou membro de sua Equipe de Apoio, nomeados por Portaria, mediante apresentação do original ou cópia autenticada em cartório ou por declaração em conformidade com o artigo 12, inciso IV, da Lei Federal n.º 14.133/2023.
- 7.23.** Será verificado, sob pena de inabilitação, se o licitante apresentou, em campo próprio do sistema eletrônico, todas as declarações mencionadas neste edital.
- 7.24.** A verificação pelo Agente de Contratações, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 7.25.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):
- 7.25.1.** complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 7.25.2.** atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 7.26.** Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 7.27.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratações examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.
- 7.28.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.8.544/0001-3291

7.29. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida como condição para participação na licitação.

7.30. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas ou empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da Administração, após declarado vencedor, para fins de contratação, em conformidade com a Lei Complementar 123/2006 e suas alterações, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.31. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão observar o seguinte:

7.31.1. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

7.31.2. Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;

7.31.3. Se a licitante for a matriz e a prestadora dos serviços/fornecedora for a filial, todos os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz e da filial;

7.31.4. Serão dispensados da filial aqueles documentos que, por sua própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata. A interposição do recurso será comunicada aos demais licitantes, os quais poderão apresentar contrarrazões em igual prazo, contado da interposição do recurso, sendo assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.3. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente após a declaração de vencedor, sob pena de preclusão.

8.3.1. O tempo mínimo para manifestação da intenção de recurso será concedido na sessão pública e não será inferior a 10 (dez) minutos, podendo o Agente de Contratações dar provimento ou negar o mesmo.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.



8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

9.1. Examinada a aceitabilidade da proposta, a regularidade e a habilitação do licitante vencedor, inexistindo manifestação recursal, incumbe à autoridade competente adjudicar o objeto e homologar o procedimento licitatório.

9.2. Decididos os recursos porventura interpostos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, caberá à autoridade competente adjudicar o objeto ao licitante vencedor e homologar o procedimento licitatório.

10. DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

10.1. Findo o procedimento licitatório, o licitante vencedor será convocado para firmar contrato ou instrumento equivalente com a Administração nos moldes da minuta constante do Anexo I deste edital, quando assim a lei o exigir.

10.2. Caso o licitante vencedor tenha apresentado declaração de estar enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual para poder usufruir das prerrogativas concedidas pela Lei Federal 123/2006, como condição para assinatura do contrato, deverá apresentar a Certidão expedida pela Junta Comercial de seu domicílio, comprobatória de seu enquadramento.

10.3. Se o licitante vencedor não comparecer dentro do prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocado para assinatura do termo de contrato ou instrumento equivalente, sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas.

10.4. Não assinando o licitante vencedor a nota de empenho, contrato ou documento equivalente no prazo estabelecido no item anterior, reservar-se-á ao Município de São Gabriel – BA, o direito de convocar os licitantes remanescentes, aplicando-se o disposto no artigo 90 da Lei n.º 14.133/2021.

10.5. O contrato a ser firmado em decorrência desta licitação poderá ser rescindido antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

10.6. A vigência do contrato será de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, mediante a celebração de termo aditivo.

10.6.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

10.7. Previsão contratual de reajuste de preços, repactuação e reequilíbrio:



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.8.544/0001-3291

10.7.1. Os valores poderão ser reajustados, decorridos 12 (doze) meses da data do orçamento estimado, quando a CONTRATADA poderá, através de requerimento específico, antes da assinatura do Termo Aditivo de prorrogação de vigência, solicitar a correção das bases contratuais.

10.7.2. O pedido de reajuste será recebido e analisado pela Administração que, e sendo acolhido, autorizará a correção pelo índice INCC ou IPCA devendo ser utilizado o menor entre eles desde que em conformidade com a realidade do mercado.

10.7.3. A repactuação, quando cabível, conforme conceitua o art. 6, LIX da Lei nº 14.133/2021 deverá ser precedida de solicitação do contratado, acompanhada de demonstração analítica da variação dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços, ou do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

10.7.4. O reequilíbrio de preço somente será concedido quanto comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro nas situações de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis – observando que reajuste no preço dos insumos, folha de pagamento e demais despesas dentro dos índices padrões (inflação, previsão em convenção) não serão considerados para concessão de reequilíbrio.

10.7.5. No pedido de reequilíbrio não serão considerados como comprovantes de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis documentos tais como folha de pagamento e demais despesas dentro dos índices padrões (inflação, previsão em convenção).

10.8. Em garantia à execução, a licitante vencedora deverá apresentar, em consonância com o artigo 98 da Lei nº 14.133/2021, comprovante da prestação de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, com validade para todo o período de execução da obra, podendo optar por uma das modalidades previstas no artigo 96 da referida lei.

10.8.1. No caso do licitante optar pela prestação de garantia na modalidade prevista no inciso II do § 1º do artigo 96 da Lei nº 14.133/2021, lhe será concedido o prazo máximo de 1 (um) mês a contar da data de homologação da presente licitação.

10.9. Será permitida a subcontratação parcial do objeto até o limite de 40% (quarenta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

10.9.1. Em qualquer caso de subcontratação na presente licitação, para que seja efetivada, a Contratada deverá observar os seguintes procedimentos:

10.9.1.1. informar, previamente e por escrito à Contratante, por meio da **XXXXXXXXXX**, em pedido direcionado ao fiscal ou gestor do contrato com a relação dos serviços que pretende subcontratar, além das empresas e profissionais que irão executá-los, com razão social, CNPJ, endereços completos e demais informações dos Responsáveis Técnicos destas, e/ou outras informações, a critério da Contratante, conforme o caso;

10.9.1.2. além dos documentos acima, também deverão ser apresentados à Contratante, documentos relativos à habilitação jurídica, regularidade fiscal, e qualificações técnica e econômico-financeiras das empresas que serão subcontratadas, na forma exigida da Contratada por este edital, exceto no que se refere ao Acervo Técnico, que deverá contemplar serviços compatíveis com os subcontratados;

10.9.2. Caberá exclusivamente à Contratante decidir quanto às propostas de subcontratações, considerando as características do mercado, a conveniência, oportunidade, possibilidade e viabilidade técnica;



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.8.544/0001-3291

10.9.3. Caberá à Contratada exigir de seus subcontratados, se for o caso, cópia da ART ou RRT, dos serviços a serem realizados, apresentando-a à fiscalização da Secretaria Municipal de Infraestrutura, quando solicitado;

10.9.4. Caberá à Contratada incluir em todos os contratos que vier a celebrar com as empresas subcontratadas, dispositivo que permita à Contratante exercer amplo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto subcontratado, nos termos estabelecidos no Contrato;

10.9.5. Caberá às empresas subcontratadas, o cumprimento juntamente com a Contratada, de todas as demais atribuições dispostas no presente edital;

10.9.6. Eventuais infrações dispostas na legislação vigente ocorridas durante a execução do objeto contratado, e que venham a dar causa a contratada e/ou as empresas subcontratadas, não serão imputadas à Contratante, quer por acidentes de trabalho dos empregados da Contratada e/ou das empresas subcontratadas, quer por danos a terceiros, resultantes de ação, omissão ou negligência por parte destas;

10.9.7. Caberá à Contratada a responsabilidade por todos os atos praticados pelas subcontratadas, inclusive, quanto ao não atendimento das solicitações da Contratante, continuando a Contratada a responder direta e exclusivamente pela fiel observância das obrigações contratuais e legais;

10.9.8. Quaisquer irregularidades na execução ou decorrentes das subcontratações serão imputadas exclusivamente à Contratada, e poderão sujeitá-la às sanções previstas no presente edital licitatório;

10.9.9. É vedada a subcontratação de microempresas e empresas de pequeno porte e microempreendedor individual que tenham participado da licitação;

10.9.10. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

11. DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

11.1. O prazo máximo para a execução dos serviços será de **08 (oito) meses** e o prazo máximo para iniciar a execução é de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da Ordem de Serviço.

11.2. Os atrasos na execução dos serviços, tanto nos prazos parciais, como nos prazos de início e conclusão, somente serão justificáveis quando decorrerem de casos fortuitos ou de força maior, conforme disposições contidas no Código Civil Brasileiro.

12. DO PAGAMENTO

12.1. Os pagamentos serão realizados pelo sistema de empenho com a emissão pela Contratada, das faturas mensais correspondentes ao serviço efetivamente executado, sob a forma de medições e verificações a serem realizadas pela Contratante, em até 30 (trinta) dias contados da apresentação, liquidação e encaminhamento dos documentos hábeis de cobrança pela Secretaria Municipal de Infraestrutura acompanhada das folhas de pagamento, guias de recolhimento do INSS e FGTS, devidamente quitadas, relativos ao mês anterior ao do pagamento, ou documento equivalente que comprove referido recolhimento,



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.8.544/0001-3291

laudo técnico e autorização de pagamento emitidos pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, podendo ser feitos por cheque ou por crédito bancário.

12.2. Para a presente obra, não se aplicará a retenção de Contribuição Previdenciária, conforme enquadramento no inciso II do artigo 114 da Instrução Normativa RFB n.º 2110/2022 e indicação constante no item 19.8 do Projeto Básico.

12.3. Para a execução do pagamento de que trata o item anterior, a licitante vencedora deverá fazer constar na nota fiscal correspondente, emitida sem rasura e em letra bem legível o nome do Município de São Gabriel - BA e o número do CNPJ n.º 13.891.544/0001-32.

12.4. O Município de São Gabriel – BA, efetuará os pagamentos quando se tratar de verba federal (convênios), obrigatoriamente por meio dos Bancos Oficiais, quais sejam, Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil S/A.

12.5. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida à contratada, pelo responsável pelo recebimento, e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a Administração Pública Municipal.

12.6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento por parte do Município de São Gabriel - BA, desde que o licitante vencedor não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pela Administração Pública Municipal, entre a data em que o pagamento é devido e a data do efetivo pagamento, será de 6% (seis por cento) ao ano, calculada *pro rata die*.

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quais sejam:

13.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

13.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

13.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

13.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

13.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

13.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

13.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

13.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

13.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

13.1.11. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação,



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.8.544/0001-3291

quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

13.1.12. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;

13.1.13. praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846/2013.

13.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

13.2.1. Advertência pela falta do subitem 13.1.1 do Edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

13.2.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 13.1.1 a 13.1.12 do Edital;

13.2.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 13.1.2 a 13.1.4 e subitens 13.1.6 a 13.1.7 do Edital quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e

13.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 13.1.8 a 13.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.

13.3. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante, conforme previsto no artigo 156, § 9º da Lei nº 14.133/2021.

13.4. Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, conforme dispõe o artigo 156, § 7º da Lei nº 14.133/21.

13.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, conforme previsto no artigo 156, § 8º da Lei nº 14.133/2021, se for o caso.

13.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do artigo 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.7. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.7.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

13.7.2. as peculiaridades do caso concreto;

13.7.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.7.4. os danos que dela provierem para o Contratante;



13.7.5. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do artigo 163 da Lei nº 14.133/2021.

13.7.6. As penalidades acima descritas poderão ser aplicadas sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

14.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios:

14.3.1. Os pedidos de esclarecimentos ou providências deverão ser dirigidos ao Agente de Contratações, podendo, para tanto, ser utilizado o site oficial do município, <http://www.docgedsistemas.com.br/portalmunicipio/ba/pmsaogabriel/diario>, ou serem feitos por meio dos campos disponíveis no sistema eletrônico <https://bnc.org.br/>.

14.3.2. As impugnações cabíveis, decorrentes dos atos oriundos da presente licitação, deverão ser fundamentadas e dirigidas ao Agente de Contratações, podendo ser protocolizadas junto à Equipe de Apoio, situada na no Largo da Pátria, 132, centro, São Gabriel, Estado da Bahia, CEP 44.915-000, no horário das 08 às 16 horas, ou enviadas via postagem, ou ainda, por meio do site oficial do município, <http://www.docgedsistemas.com.br/portalmunicipio/ba/pmsaogabriel/diario>, ou ainda, serem feitos por meio dos campos disponíveis no sistema eletrônico <https://bnc.org.br/>.

14.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

14.5. As respostas aos pedidos de esclarecimento e às impugnações serão publicadas no site oficial deste município, <http://www.docgedsistemas.com.br/portalmunicipio/ba/pmsaogabriel/diario>, bem como, no site de realização deste certame, <https://bnc.org.br/> para conhecimento de todos os interessados, cabendo a estes acessá-los para a obtenção das informações prestadas.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratações.

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.8.544/0001-3291

- 15.4.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 15.5.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 15.6.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 15.7.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 15.8.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 15.9.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 15.10.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no site oficial deste município, <http://www.docgedsistemas.com.br/portalmunicipio/ba/pmsaogabriel/diario>, bem como no site de realização do certame, <https://bnc.org.br/>.
- 15.11.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 15.11.1.** ANEXO I – Minuta de Contrato;
 - 15.11.2.** ANEXO II – Projeto Básico, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro, Composição do BDI, Composição de Preços, Memorial Descritivo e Projetos;
 - 15.11.3.** ANEXO III – Modelo de Declarações;
 - 15.11.4.** ANEXO IV – Declaração de Enquadramento como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte;
 - 15.11.5.** ANEXO VI – Modelo de Proposta Comercial.

São Gabriel - BA, 10 de abril de 2024.

Hipólito Rodrigues Silva Gomes.
Prefeito Municipal



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.8.544/0001-3291

ANEXO I

MINUTA DE CONTRATO N.º .../2023
CONCORRÊNCIA N.º 001/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0259/2024

O **MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL - BA**, entidade de direito público, com sede administrativa localizada na Praça Largo da Pátria n.º 132, Centro, CEP: 44.915-000, na Cidade de São Gabriel - Bahia, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o n.º 13.891.544/0001-32, neste ato representado pelo Prefeito, **Sr. Hipólito Rodrigues Silva Gomes**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a sociedade empresária, com sede na, n.º ..., bairro, na cidade de, CEP n.º, inscrita no CNPJ sob o n.º, neste ato representada pelo **Sr.**, portador do CPF n.ºxxx.xxx-..., doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

OBSERVAÇÃO:

a) Caso o licitante vencedor tenha apresentado declaração de estar enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual para poder usufruir das prerrogativas concedidas pela Lei Federal 123/2006, como condição para assinatura do contrato, deverá apresentar a Certidão expedida pela Junta Comercial de seu domicílio, comprobatória de seu enquadramento.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Este contrato tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE PAVIMENTAÇÃO EM TSD NO MUNICIPIO SÃO GABRIEL/BA**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos, incluindo fornecimento de materiais, conforme planilha de orçamentos, cronograma físico-financeiro, projeto básico e Projetos integrantes do Edital e Anexo I deste contrato.

1.2 O regime de execução é o de empreitada por preço unitário.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA CONTRATUAL E PRORROGAÇÃO

2.1 – A vigência deste contrato será de .../.../... à .../.../... podendo ser prorrogado, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, mediante a celebração de termo aditivo.

2.2 – A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a **CONTRATADA**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO E PRORROGAÇÃO

3.1 – O prazo máximo para execução dos serviços é de **XX (XX) meses**, e o prazo máximo para iniciar a execução dos serviços é de **XX (XX) dias**, sendo que ambos os prazos serão contados a partir da data de recebimento da Ordem de Serviço.

3.2 – A **CONTRATADA** deverá cumprir rigorosamente o prazo contratual, sendo que os atrasos na execução dos serviços, tanto nos prazos parciais, como no início e conclusão, somente serão justificáveis, quando decorrentes de casos fortuitos ou de força maior, devidamente comprovados.

CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

4.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Projeto Básico (Anexo II) do Edital.

CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO

5.1 Será permitida a subcontratação parcial do objeto até o limite de xx% (xxxxxxxxxx) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

5.2 Em qualquer caso de subcontratação na presente licitação, para que seja efetivada, a Contratada deverá observar os seguintes procedimentos:



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.8.544/0001-3291

5.3 informar, previamente e por escrito à Contratante, por meio da Secretaria Municipal de Infraestrutura, em pedido direcionado ao fiscal ou gestor do contrato com a relação dos serviços que pretende subcontratar, além das empresas e profissionais que irão executá-los, com razão social, CNPJ, endereços completos e demais informações dos Responsáveis Técnicos destas, e/ou outras informações, a critério da Contratante, conforme o caso;

5.4 além dos documentos acima, também deverão ser apresentados à Contratante, documentos relativos à habilitação jurídica, regularidade fiscal, e qualificações técnica e econômico-financeiras das empresas que serão subcontratadas, na forma exigida da Contratada por este edital, exceto no que se refere ao Acervo Técnico, que deverá contemplar serviços compatíveis com os subcontratados;

5.5 Caberá exclusivamente à Contratante decidir quanto às propostas de subcontratações, considerando as características do mercado, a conveniência, oportunidade, possibilidade e viabilidade técnica;

5.6 Caberá à Contratada exigir de seus subcontratados, se for o caso, cópia da ART ou RRT, dos serviços a serem realizados, apresentando-a à fiscalização da Secretaria Municipal de Infraestrutura, quando solicitado;

5.7 Caberá à Contratada incluir em todos os contratos que vier a celebrar com as empresas subcontratadas, dispositivo que permita à Contratante exercer amplo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto subcontratado, nos termos estabelecidos no Contrato;

5.8 Caberá às empresas subcontratadas, o cumprimento juntamente com a Contratada, de todas as demais atribuições dispostas no presente edital;

5.9 Eventuais infrações dispostas na legislação vigente ocorridas durante a execução do objeto contratado, e que venham a dar causa a Contratada e/ou as empresas subcontratadas, não serão imputadas à Contratante, quer por acidentes de trabalho dos empregados da Contratada e/ou das empresas subcontratadas, quer por danos a terceiros, resultantes de ação, omissão ou negligência por parte destas;

5.10 Caberá à Contratada a responsabilidade por todos os atos praticados pelas subcontratadas, inclusive, quanto ao não atendimento das solicitações da Contratante, continuando a Contratada a responder direta e exclusivamente pela fiel observância das obrigações contratuais e legais;

5.11 Quaisquer irregularidades na execução ou decorrentes das subcontratações serão imputadas exclusivamente à Contratada, e poderão sujeitá-la às sanções previstas no presente edital licitatório;

5.12 É vedada a subcontratação de microempresas e empresas de pequeno porte e microempreendedor individual que tenham participado da licitação;

5.13 É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

6.1 Pela execução dos serviços a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA**, nas condições e prazos estabelecidos pela **CONTRATANTE** e integrantes desse contrato, o valor de **R\$** (.....); que correrão por conta da(s) seguinte(s)



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.8.544/0001-3291

dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão/Unidade: 02.08.01 Atividade: 1.003/1.028/2.033 Elemento de Despesa: 4.4.9.0.51.00 Fonte: 1.500 / 1.703

6.3 – Todos os encargos sociais e fiscais, taxas e emolumentos, que recaírem sobre o contrato, correrão à conta da **CONTRATADA**.

6.4 – Os pagamentos serão realizados pelo sistema de empenho, com a emissão, pela **CONTRATADA**, das faturas mensais correspondentes ao serviço efetivamente executado, sob forma de medições e verificações a serem realizadas pela **CONTRATANTE**, em até XX (XXXX) dias contados da apresentação, liquidação e encaminhamento dos documentos hábeis de cobrança pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, acompanhada das folhas de pagamento, guias de recolhimento do INSS e FGTS, devidamente quitadas, e demais documentos exigidos, relativos ao mês anterior ao do pagamento, ou documento equivalente que comprove o referido recolhimento, laudo técnico e autorização de Pagamento emitidos pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, através de crédito bancário.

6.5 – O Município de São Gabriel - BA efetuará o(s) pagamento(s) quando se tratar de verba federal (convênios), obrigatoriamente por meio dos Bancos Oficiais, quais sejam, Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil S/A.

6.5.1 – A **CONTRATADA** deverá, no ato de assinatura do contrato, apresentar um documento contendo o número da conta bancária para pagamento das notas fiscais.

6.6 – Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida à **CONTRATADA**, pelo responsável pelo recebimento, e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a Administração Pública Municipal.

6.7 – Nos casos de eventuais atrasos de pagamento por parte do Município de São Gabriel - BA, desde que a licitante vencedora não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pela Administração Pública Municipal, entre a data em que o pagamento é devido e a data do efetivo pagamento, será de 6% (seis por cento) ao ano, calculada *pro-rata die*.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES

7.1 – Caberá à **CONTRATANTE**:

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, de acordo com o Edital e seus anexos e com este Contrato.
- b) Receber o objeto no prazo, condições e em estrita conformidade com as especificações estabelecidas no Projeto Básico (Anexo II) do Edital e Memorial Descritivo.
- c) Proporcionar todos os meios necessários ao bom andamento do serviço contratado.
- d) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA** com relação ao objeto deste contrato.
- e) Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados.
- f) A publicação resumida do instrumento do Contrato, resultante do presente contrato ou de seus aditamentos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia.
- g) Concluída a instrução do requerimento, decidir dentro do prazo de **30 (trinta) dias** sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, admitida a prorrogação motivada por igual período.
- h) Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- i) Notificar a **CONTRATADA** por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.8.544/0001-3291

adequadas.

j) Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

l) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela **CONTRATADA**.

m) Comunicar a **CONTRATADA** para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o Art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.

n) Aplicar à **CONTRATADA** as sanções previstas na lei e neste Contrato.

7.2 – Caberá à **CONTRATADA**:

a) Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, outrossim, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento do presente contrato.

b) Responder por quaisquer danos causados diretamente à Prefeitura Municipal de São Gabriel - BA ou a Terceiros durante a prestação dos serviços ou mesmo após o seu término, neste caso, quando o dano causado for reflexo dos serviços prestados durante a vigência do contrato, em qualquer dos dois casos decorrentes de dolo ou culpa na prestação dos serviços, independentemente de fiscalização e acompanhamento por parte da Secretaria Municipal de Infraestrutura, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.

c) Arcar pontualmente com o pagamento de todos os tributos que incidirem sobre a contratação ou sobre as atividades que constituam o objeto da **CONTRATADA**, responsabilizando-se, pelo cumprimento e quitação de todas as obrigações impostas pela legislação trabalhista e de previdência social pertinentes ao pessoal contratado para a execução dos serviços, objeto do presente contrato, bem como as despesas decorrentes dos encargos fiscais, comerciais e tributários, inclusive Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU.

d) Prestar esclarecimentos à Administração Pública Municipal sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolva independente de solicitação.

e) Conceder livre acesso aos documentos e registros contábeis da empresa, referente ao objeto contratado, para os servidores do órgão ou entidade pública concedente e dos órgãos de controle interno e externo.

f) Manter no local da prestação dos serviços o livro “Relatório Diário de Obras” RDO. A cada 10 (dez) dias corridos, desde o início da obra, as 1^{as} vias destes documentos deverão ser entregues à **XXXXXX** (Secretaria Municipal de Infraestrutura), devidamente assinadas pelo Engenheiro/Arquiteto da **CONTRATADA** e pela Fiscalização. A não observância dos prazos estipulados acima, impedirá a tramitação das medições. No RDO devem ser anotados o efetivo de pessoal alocado na Obra, os equipamentos utilizados, a descrição e quantidade dos serviços executados no dia. A comunicação entre Supervisão e a **CONTRATADA** se fará por meio desse expediente. Atas de reuniões, solicitações de serviços, documentos e providências, bem como advertências, nome dos visitantes às obras ou ainda observações relevantes de qualquer natureza, deverão ser registrados neste caderno. Qualquer pleito ou reivindicação, proposição ou mesmo reclamação, sequer serão analisados sem o histórico do caso devidamente documentado no RDO.

g) Instalar no local da obra uma placa em estrita conformidade com o Memorial Descritivo (Anexo II) do Edital, em atendimento à Lei Municipal nº 6.429/2020.

7.3 – A **CONTRATADA** obriga-se a executar os serviços de acordo com o estipulado neste instrumento.

7.4 – A **CONTRATADA** obriga-se a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.5 – A **CONTRATADA** deverá apresentar, no ato de recebimento da ordem de serviço, a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) e/ou o RRT (Registro de Responsabilidade Técnica) dos projetos a serem executados.



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.8.544/0001-3291

7.6 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

7.7 – A **CONTRATADA** é obrigada a refazer, de imediato e às suas expensas, serviços em que se verificarem irregularidades.

7.8 – As despesas decorrentes do fornecimento e transporte dos materiais necessários à execução dos serviços correrão por conta exclusiva da **CONTRATADA**.

7.9 – A **CONTRATADA** providenciará, às suas custas, a aprovação pelos poderes competentes ou companhias concessionárias de serviços públicos, quando for o caso, de todos componentes do projeto, bem como alvarás e licenças necessários à execução dos projetos.

7.10 – A **CONTRATADA** assumirá integral responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços prestados que ela efetuar, pelo fornecimento de equipamentos, materiais, mão de obra e instalações para os serviços, assim como pelo cumprimento dos elementos técnicos fornecidos pelo **CONTRATANTE** ou por terceiros.

7.11 – A **CONTRATADA** obriga-se a não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do **CONTRATANTE** ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12 – A **CONTRATADA** obriga-se a cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação.

7.13 – A **CONTRATADA** obriga-se a comprovar a reserva de cargos prevista na Cláusula 7.12, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas conforme o Art. 116, parágrafo único da Lei 14.133/2021.

7.14 – A **CONTRATADA** obriga-se a alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

7.15 – A **CONTRATADA** obriga-se a efetuar comunicação ao **CONTRATANTE**, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

7.16 – A **CONTRATADA** obriga-se a comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

7.17 – A **CONTRATADA** obriga-se a paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

7.18 – A **CONTRATADA** obriga-se a submeter previamente, por escrito, ao **CONTRATANTE**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

7.19 – A **CONTRATADA** obriga-se a não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

7.20 – A **CONTRATADA** obriga-se a guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

7.21 – A **CONTRATADA** obriga-se a arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.22 – A **CONTRATADA** obriga-se a cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO

Largo da Pátria, 132 – Centro - São Gabriel – BA – CEP: 44915-000

e-mail: compras.saogabriel@gmail.com



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.8.544/0001-3291

8.1 – A Fiscalização e a Gestão deste contrato serão realizadas por servidores deste município, conforme designado pela Portaria nº XXXX/2023.

8.2 – A fiscalização dos serviços executados será exercida pelo **CONTRATANTE**, através da Secretaria Municipal de Infraestrutura, que será exercida através de seus técnicos ou de órgãos que ela designar, não impedindo, no entanto, a ação complementar por assessoria de profissionais ou empresas especializadas, expressamente contratadas para tal fim.

8.3 – Aos responsáveis pela fiscalização, por parte da **CONTRATANTE**, caberá a autorização da emissão de faturas, alterações de projetos, substituição de materiais, bem como a prática de todos os atos que se fizerem necessários para a fiel execução dos serviços contratados.

8.4 – Abaixo, segue tabela referente aos fiscais e gestores deste contrato:

	Nome	Secretaria
Gestor		Secretaria Municipal de Infraestrutura
Fiscal		Secretaria Municipal de Infraestrutura

CLÁUSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO

9.1 – Incumbirá ao **CONTRATANTE** providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1 – Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quais sejam:

10.1.1 – dar causa à inexecução parcial do contrato;

10.1.2 – dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.1.3 – dar causa à inexecução total do contrato;

10.1.4 – deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

10.1.5 – não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

10.1.6 – não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.7 – ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

10.1.8 – apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

10.1.9 – fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

10.1.10 – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

10.1.11 – Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

10.1.12 – praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame.

10.1.13 – praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846/2013.



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.8.544/0001-3291

10.2 – O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência pela falta do subitem 10.1.1 deste Contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 10.1.1 a 10.1.13;
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 10.1.2 a 10.1.4 e subitens 10.1.6 a 10.1.7 deste Contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 10.1.8 a 10.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

10.3 – A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à **CONTRATANTE**, conforme previsto no artigo 156, § 9º da Lei nº 14.133/2021.

10.4 – Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, conforme dispõe o artigo 156, § 7º da Lei nº 14.133/21.

10.5 – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, conforme previsto no artigo 156, § 8º da Lei nº 14.133/2021, se for o caso.

10.6 – A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do artigo 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.7 – Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o **CONTRATANTE**;
- e) As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do artigo 163 da Lei nº 14.133/2021.

10.8 – A aplicação das penalidades acima descritas poderão ser aplicadas sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTE DE PREÇOS E REEQUILÍBRIO

11.1 – Os valores poderão ser reajustados, decorridos 12 (doze) meses da data do orçamento estimado da Administração, quando a **CONTRATADA** poderá, através de requerimento específico, antes da assinatura do Termo Aditivo de prorrogação de vigência, solicitar a correção das bases contratuais.

11.1.1 – O pedido de reajuste será recebido e analisado pela Administração que, e sendo acolhido, autorizará a correção pelo índice INCC ou IPCA devendo ser utilizado o menor entre eles desde que em conformidade com a realidade do mercado.

11.2 – A repactuação, quando cabível, conforme conceitua o art. 6, LIX da Lei nº 14.133/2021 deverá ser precedida de solicitação do contratado, acompanhada de demonstração analítica da variação dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços, ou do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.



11.3 - O reequilíbrio de preço somente será concedido quanto comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro nas situações de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis – observando que reajuste no preço dos insumos, folha de pagamento e demais despesas dentro dos índices padrões (inflação, previsão em convenção) não serão considerados para concessão de reequilíbrio.

11.4 - No pedido de reequilíbrio não serão considerados como comprovantes de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis documentos tais como folha de pagamento e demais despesas dentro dos índices padrões (inflação, previsão em convenção).

11.5 - Em garantia à execução, a licitante vencedora deverá apresentar, em consonância com o artigo 98 da Lei n.º 14.133/2021, comprovante da prestação de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, com validade para todo o período de execução da obra, podendo optar por uma das modalidades previstas no artigo 96 da referida lei.

11.6 - No caso do licitante optar pela prestação de garantia na modalidade prevista no inciso II do § 1º do artigo 96 da Lei n.º 14.133/2021, lhe será concedido o prazo máximo de 1 (um) mês a contar da data de homologação da presente licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GARANTIA

12.1 – Em garantia à execução dos serviços, prevista no item 10.8 do Edital, a **CONTRATADA** deverá apresentar, em consonância com o artigo 98 da Lei n.º 14.133/2021, comprovante da prestação de garantia correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor global do contrato, ou seja, **R\$** (.....), com validade para todo o período de execução da obra, podendo optar por uma das modalidades previstas no artigo 96 da referida lei.

12.2 – A garantia em apreço, quando em dinheiro, deverá ser depositada em conta bancária a ser informada pela Secretaria Municipal de Gestão Fazendária do Município de São Gabriel - BA.

12.3 – Caso faça opção pela caução em títulos da dívida pública, a **CONTRATADA** deverá transferir a posse dos títulos para a Administração até o adimplemento da obrigação contratual ou satisfação da sanção.

12.4. A garantia prestada deverá formalmente cobrir pagamentos não efetuados pela **CONTRATADA**, referentes a:

12.4. 1 – prejuízos ou danos causados ao **CONTRATANTE**;

12.4. 2 – prejuízos ou danos causados a terceiros pela **CONTRATADA**;

12.4. 3 – toda e qualquer multa contratual;

12.4. 4 – débitos da empresa para com os encargos fiscais, previdenciários e trabalhistas relacionados com o presente contrato, tais como: INSS, FGTS, impostos, salários, vales-transporte, vales-refeição, verbas rescisórias, etc;

12.4. 5 – quaisquer obrigações não cumpridas pela **CONTRATADA** em relação ao presente contrato previstas no ordenamento jurídico do país.

12.5 – A **CONTRATADA**, terá restituída a garantia acima prestada, descontados valores de eventuais débitos, quando findo o prazo de vigência deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

13.1 – O presente contrato poderá ser rescindido, bem como ser cancelada de pleno direito a nota de empenho que vier a ser emitida em decorrência deste contrato, a qualquer tempo e independente de notificação ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, com base nos motivos previstos nos arts. 137 e 138 da Lei Federal n.º 14.133/21.

13.2 – Poderá ainda o presente contrato ser rescindido, desde que motivado o ato e assegurado à **CONTRATADA** o contraditório e a ampla defesa quando esta:

a) venha a ser atingida por protesto de título, execução fiscal ou outros fatos que comprometam sua capacidade econômico-financeira;

b) for envolvida em escândalo público e notório;

c) quebrar o sigilo profissional;

d) utilizar, em benefício próprio ou de terceiras informações não divulgadas ao público e às quais tenha acesso por força de suas atribuições e que contrariem as disposições estabelecidas pelo Município de São Gabriel - BA;

e) na hipótese de ser anulada a adjudicação em função de qualquer dispositivo legal que a autorize.



13.3 – A nulidade do processo licitatório induz à do presente contrato, sem prejuízo do disposto no art. 149 da Lei Federal n.º 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI DE PROTEÇÃO DE DADOS

14.1 As partes deverão cumprir a Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

14.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º da LGPD.

14.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

14.4 A Administração deverá ser informada no prazo de **XX (XXX)** dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela **CONTRATADA**.

14.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da **CONTRATADA** eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

14.5 É dever da **CONTRATADA** orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

14.6 A **CONTRATADA** deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

14.7 O **CONTRATANTE** poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a **CONTRATADA** atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

14.8 A **CONTRATADA** deverá prestar, no prazo fixado pelo **CONTRATANTE**, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

14.9 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

14.10 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

14.11 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS

15.1 – Aplicam-se ao presente contrato as disposições legais e regulamentares contidas na legislação vigente qual seja, Lei Federal n.º 14.133/21 com suas modificações posteriores.

Parágrafo Único: Serão partes integrantes do presente contrato guardadas as necessárias conformidades, independentemente de transcrições ou referências:

- a) Todos os elementos técnicos apresentados no Edital desta Concorrência de n.º/2023 e seus anexos;
- b) As normas técnicas brasileiras e demais especificações técnicas pertinentes;
- c) A proposta comercial da **CONTRATADA**;
- d) A Lei Federal n.º 14.133/21, com suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.8.544/0001-3291

16.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Irecê (BA), para dirimir questões oriundas do presente contrato, renunciando as partes, desde já, a qualquer outro a que, por ventura, tenham ou possam vir a ter direito.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente documento em 1 (uma) via, na presença de duas testemunhas abaixo assinadas, que a tudo presenciaram.

São Gabriel - BA, de de 2023.

Representante Legal
CONTRATADA

Hipólito Rodrigues Silva Gomes
Prefeito
MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL
CONTRATANTE

Testemunhas:

1) _____

CPF:

2) _____

CPF:



ANEXO II – CD contendo Documentos Técnicos

1 – Projeto Básico

2 – Planilha de Orçamento

3 – Cronograma Físico-Financeiro

4 – Composição do BDI Adotado

5 – Composição de Preços Unitários

6 – Memorial Descritivo

7 – Projetos



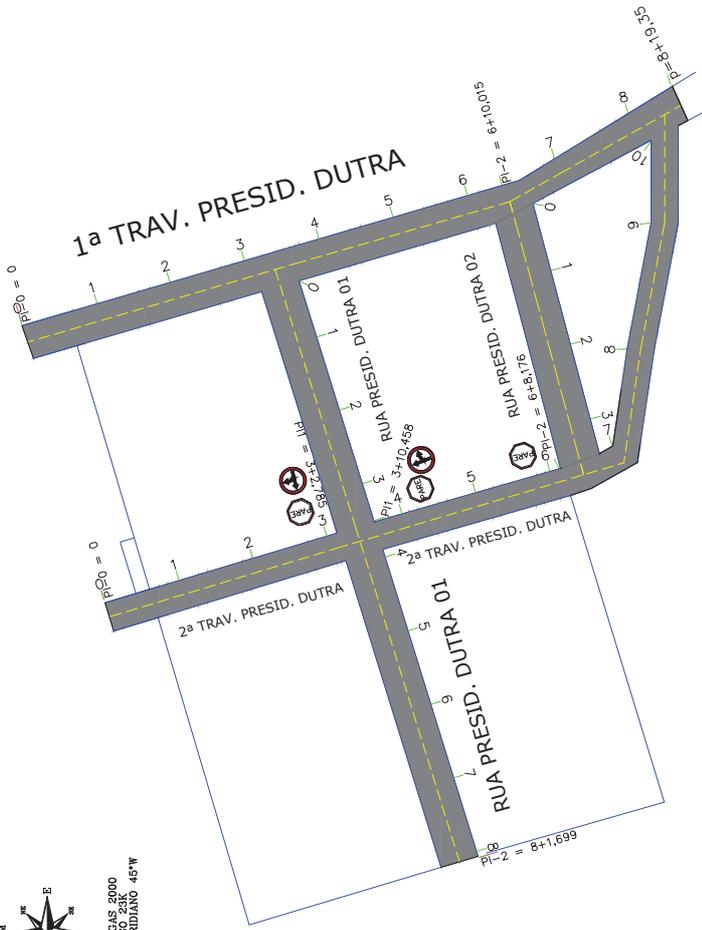
COORDENADAS DOS TRECHOS

1º TRAV.PRES.DUTRA
 Início do trecho Latitude: 11°13'49.90"S Longitude: 41°52'57.49"O
 Final do trecho Latitude: 11°13'55.23"S Longitude: 41°52'55.73"O

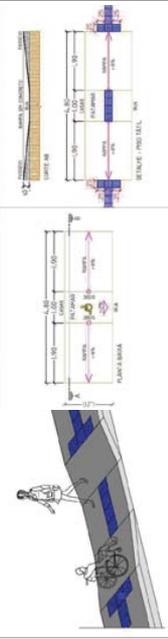
2º TRAV.PRES.DUTRA
 Início do trecho Latitude: 11°13'50.50"S Longitude: 41°52'59.89"O
 Final do trecho Latitude: 11°13'54.59"S Longitude: 41°52'56.65"O

RUA PRESIDENTE DUTRA 01
 Início do trecho Latitude: 11°13'53.46"S Longitude: 41°53'2.19"O
 Final do trecho Latitude: 11°13'52.04"S Longitude: 41°52'56.99"O

RUA PRESIDENTE DUTRA 02
 Início do trecho Latitude: 11°13'54.52"S Longitude: 41°52'58.72"O
 Final do trecho Latitude: 11°13'53.89"S Longitude: 41°52'56.41"O



DETALHAMENTO RAMPA

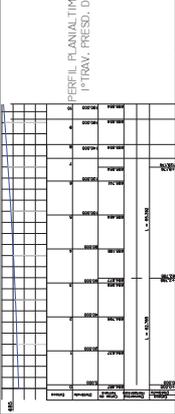
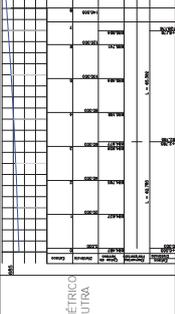
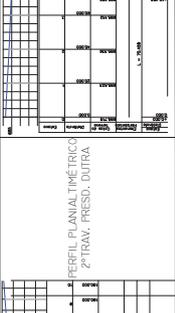
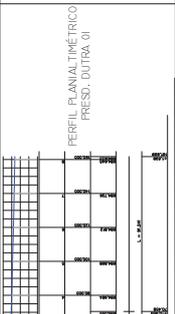
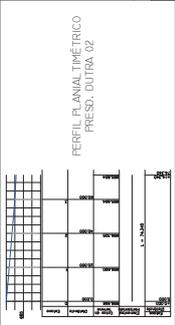
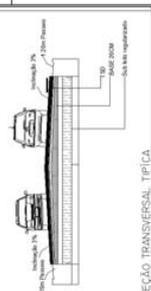


LEGENDA

	TRECHO A INTERSEÇÃO
	AVISOS
	DEBIDO
	INSTALAÇÃO DE NOVOS CARRIS

SINALIZAÇÃO VERTICAL

SÍMBOLO	DESCRIÇÃO	QUANT.
	PLACA OBRIGATORIA	03
	SIGA P/ FRENTE OU A DREITA	02
	SIGA P/ FRENTE OU A ESQUERDA	00
	DUBLÔ SENTIDO DE CIRCULAÇÃO	00
	SENTIDO DE CIRCULAÇÃO	00*
	PASSAGEM OBRIGATORIA	00
	PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DE RUAS	00
TOTAL DE PLACAS		05



ESTADO DA BAHIA
 Prefeitura Municipal de São Gabriel
 CNPJ (ME) 13.891.544/0001-32

PROJETO: PAVIMENTAÇÃO RUPETICA
LOCAL: RUA DE SÃO GABRIEL-BA
MUNICÍPIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL-BA

PROFESSOR RESPONSÁVEL:
 (Signature)
 (Signature)
 (Signature)

PROFESSOR RESPONSÁVEL:
 (Signature)
 (Signature)
 (Signature)

PROFESSOR RESPONSÁVEL:
 (Signature)
 (Signature)
 (Signature)

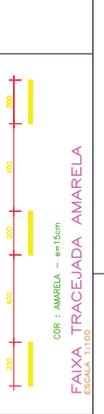
LEGENDA

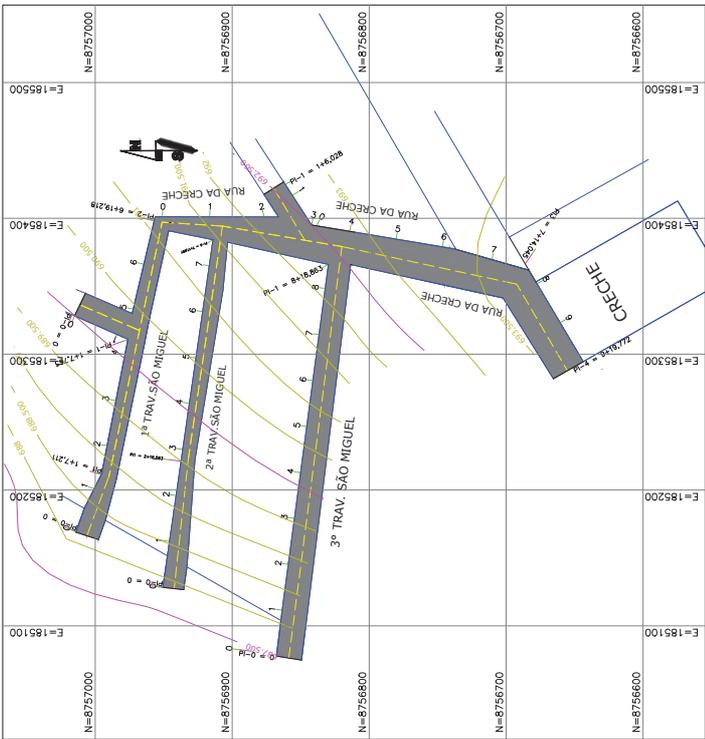
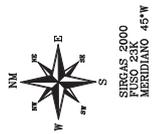
EIXO DA VIA ESTRAQUEADA

TIPO	ES	E1	E2
1ª TRAV. PRESID. DUTRA	8,00m		
2ª TRAV. PRESID. DUTRA	200,00m	8,00m	
R. PRESID. DUTRA 01	161,79m	7,50m	
R. PRESID. DUTRA 02	74,34m	7,50m	

QUADRO DE PAVIMENTAÇÃO

TIPO	ESPES.S	ESPES.E	ESPES.B	ESPES.C	ESPES.D	ESPES.F	ESPES.G	ESPES.H	ESPES.I	ESPES.J	ESPES.K	ESPES.L	ESPES.M	ESPES.N	ESPES.O	ESPES.P	ESPES.Q	ESPES.R	ESPES.S	ESPES.T	ESPES.U	ESPES.V	ESPES.W	ESPES.X	ESPES.Y	ESPES.Z
1ª TRAV. PRESID. DUTRA	178,35m	8,00m																								
2ª TRAV. PRESID. DUTRA	200,00m	8,00m																								
R. PRESID. DUTRA 01	161,79m	7,50m																								
R. PRESID. DUTRA 02	74,34m	7,50m																								



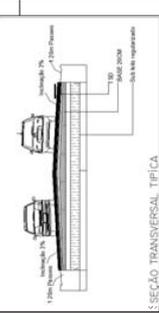


LEGENDA

- TECNICA APLICADA
- AVISOS
- PROIBIDO
- CONTINUAÇÃO DE NOTAS CATEGORIAS

SINALIZAÇÃO VERTICAL

SÍMBOLO	DESCRIÇÃO	QUANT.
R-1	PARAÇÁ OBRIGATORIA	03
R-2	SIG. PDI FRENTE OU A DREITA	02
R-3	SIG. PDI FRENTE OU A ESQUERDA	00
R-28	DUPL. SENTIDO DE CIRCULAÇÃO	00
R-24A	SENTIDO DE CIRCULAÇÃO	00*
R-24B	PASSAGEM OBRIGATORIA	00
	PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DE RUAS	00
TOTAL DE PLACAS		05

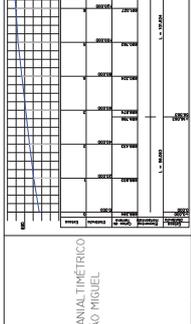
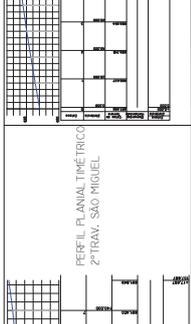
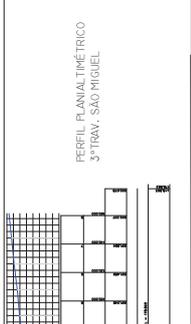
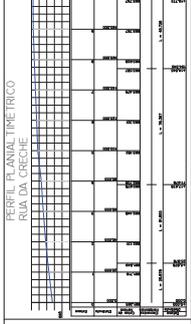


ESTADO DA BAHIA
 Prefeitura Municipal de São Gabriel
 CNPJ (ME) 13.891.544/0001-32

PROJETO: PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA EM RUA TIETICÓ
 LOCAL: RUA DE SÃO GABRIEL-BA
 MUNICÍPIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL-BA

PROFESSOR: *David da Mota*
 TÉCNICO: *David da Mota*

PROJETO: PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA EM RUA TIETICÓ
 LOCAL: RUA DE SÃO GABRIEL-BA
 MUNICÍPIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL-BA



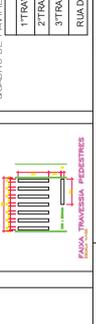
LEGENDA

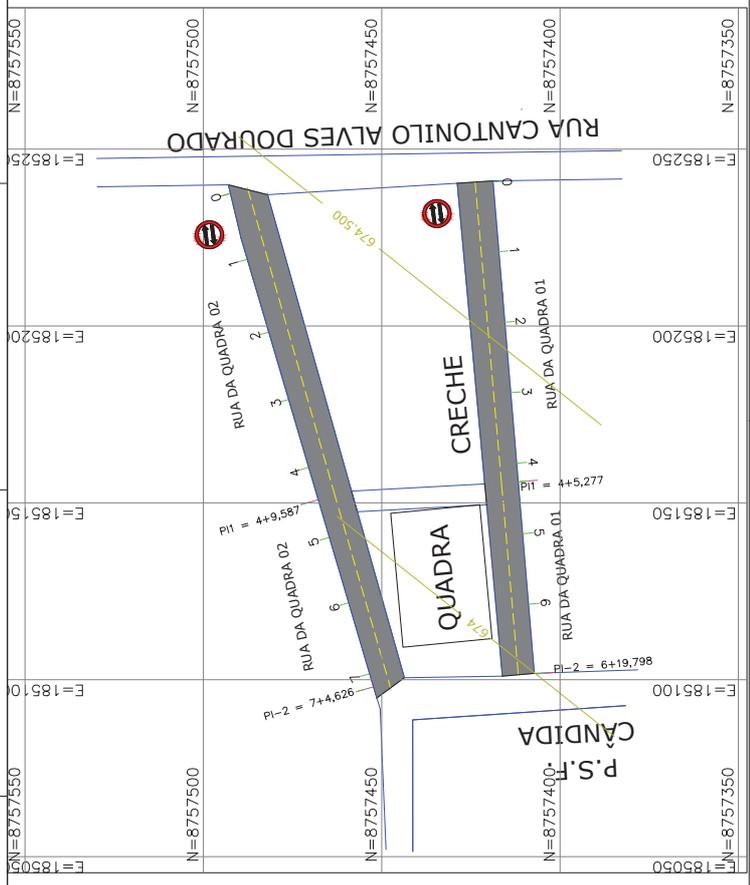
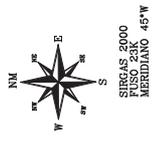
EIXO DA VIA ESTAQUEADA

E0 E1 E2

QUADRO DE PAVIMENTAÇÃO

TRAVESSA	ESTRELA	ESPESURA
1º TRAV. SÃO MIGUEL	60x60x100mm	166,97m
2º TRAV. SÃO MIGUEL	60x60x100mm	157,68m
3º TRAV. SÃO MIGUEL	60x60x100mm	176,86m
RUA DA CRECHE	60x60x100mm	197,22m



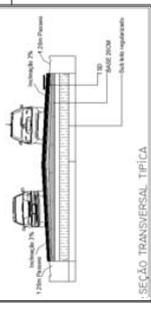


LEGENDA

- TECHNICAL SIGNAGE
- AVISOS
- PROIBIÇÕES
- CONTAS

SINALIZAÇÃO VERTICAL

SÍMBOLO	DESCRIÇÃO	QUANT.
	PARAQUADA OBLIGATORIA	00
	SIGLA P/FRENTE OU A DREITA	00
	SIGLA P/FRENTE OU A ESQUERDA	00
	DAPLO SENTIDO DE CIRCULAÇÃO	02
	SENTIDO DE CIRCULAÇÃO	00*
	PASSAGEM OBLIGATORIA	00
	PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DE RUAS	00
TOTAL DE PLACAS		02

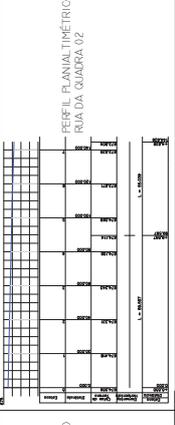


ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
 CNPJ (ME) 13.891.544/0001-32

PROJETO: PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA EM CANTÃO
 LOCAL: RUA DE SÃO GABRIEL-BA
 MUNICÍPIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL-BA

PROFESSOR: *[Signature]*
 TÉCNICO: *[Signature]*

PROJETO: PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA EM CANTÃO
 LOCAL: RUA DE SÃO GABRIEL-BA
 MUNICÍPIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL-BA

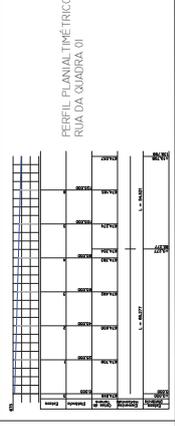


LEGENDA

EIXO DA VIA ESTAQUEADA

ED E1 E2

NOTAS SIMPLIFICADAS:
 CONEQUIPAMENTOS SIMILARES
 CONFORME A NECESSIDADE



QUADRO DE PAVIMENTAÇÃO

LOCAL	PERÍMETRO (m)	ÁREA (m²)	ESTRUTURA
RUA DA QUADRA 01	ED-E1(19,79m)	139,78m²	7,50cm
RUA DA QUADRA 02	ED-E2(14,62m)	144,62m²	8,00cm



FAIXA CONTINUA BRANCA
 ESCALA: 1:100
 COR: BRANCA - e=15cm

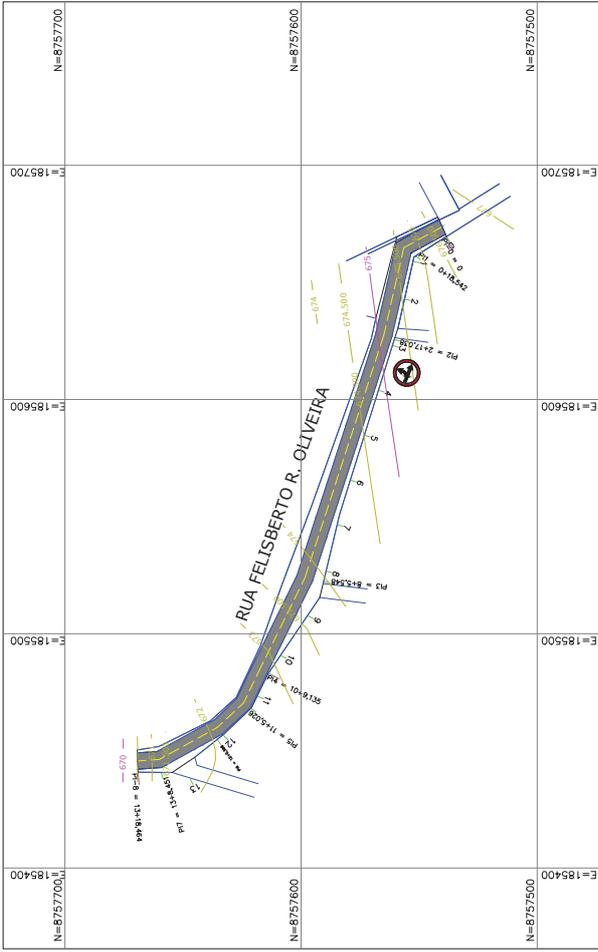
FAIXA TRACEJADA AMARELA
 ESCALA: 1:100
 COR: AMARELA - e=15cm

FAIXA CONTINUA BRANCA
 ESCALA: 1:100
 COR: BRANCA - e=15cm

FAIXA TRACEJADA AMARELA
 ESCALA: 1:100
 COR: AMARELA - e=15cm



COORDENADAS DO TRECHO
 INICIO DO TRECHO DO TRECHO
 LATITUDE: 13°26.57'S, LONGITUDE: 41°52.49,77'W
 FIM DO TRECHO DO TRECHO
 LATITUDE: 13°31.19'S, LONGITUDE: 41°52.42,19'W

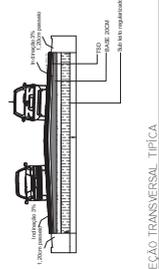


LEGENDA

	TRECHO A PAVIMENTAR
	ÁRVORES
	TUFO DE CIMENTO
	INSTALAÇÃO DE NOVOS CARRIÕES

SINALIZAÇÃO VERTICAL

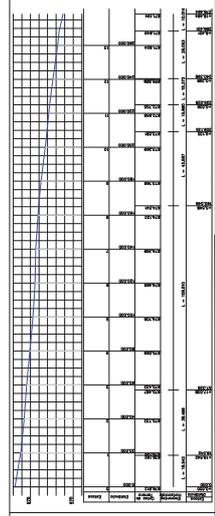
SÍMBOLO	DESCRIÇÃO	QUANT.
	PLACA OBRIGATORIA	00
	SIGA P/ FRENTE OU A DREITA	00
	SIGA P/ FRENTE OU A ESQUERDA	01
	DUPLA SENTIDO DE CIRCULAÇÃO	00
	SENTIDO DE CIRCULAÇÃO	00*
	PASSAGEM OBRIGATORIA	00
	PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DE RUAS	00
TOTAL DE PLACAS		01



SEÇÃO TRANSVERSAL TÍPICA

ESTADO DA BAHIA
 Prefeitura Municipal de São Gabriel
 CNPJ (ME) 13.891.544/0001-32

PROJETO:	PAVIMENTAÇÃO ESPECÍFICA
LOCAL:	SÍTIO DE SÃO GABRIEL-BA
PROPOSTOR:	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL-BA
PROJETADEIRO:	INGENHEIRO: <i>[Signature]</i>
PROJETO:	PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO ESPECÍFICA
PROJETO:	PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO ESPECÍFICA
PROJETO:	PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO ESPECÍFICA

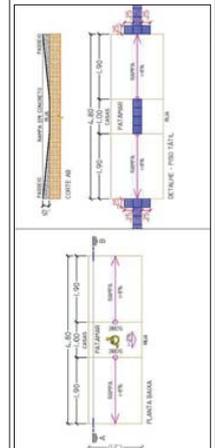


PERFIL PLANALTIMÉTRICO
 RUA FELISBERTO R. OLIVEIRA

NOTAS SIMPLIFICADAS...
 CONFERIR AS NECESSIDADES...
 CONFORME A NECESSIDADE



DETALHAMENTO RAMPA



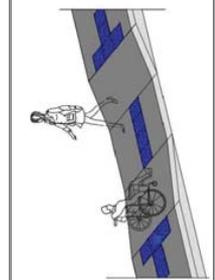
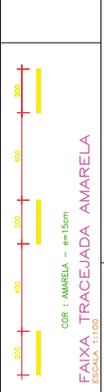
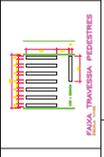
LEGENDA

EIXO DA VIA ESTAQUEADA

LOCAL	RUA SEBASTIÃO BATISTA	TRECHO ESPECÍFICO	ED-E13+(18,46)	TOTAL (m)	278,46m	LARGURA (m)	7,50m
-------	-----------------------	-------------------	----------------	-----------	---------	-------------	-------

QUADRO DE PAVIMENTAÇÃO

LOCAL	RUA SEBASTIÃO BATISTA	TRECHO ESPECÍFICO	ED-E13+(18,46)	TOTAL (m)	278,46m	LARGURA (m)	7,50m
-------	-----------------------	-------------------	----------------	-----------	---------	-------------	-------



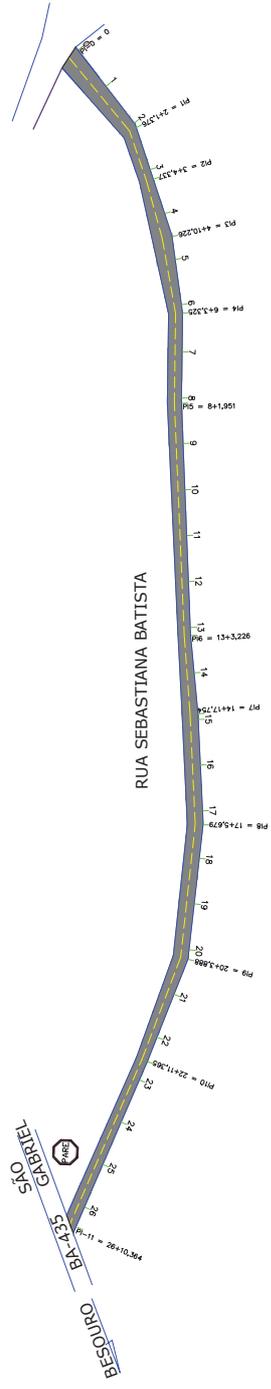
FAIXA TRACELADA AMARELA
 COR: AMARELA - e=15cm
 ESCALA: 1:100

FAIXA CONTINUA BRANCA
 COR: BRANCA - e=15cm
 ESCALA: 1:100

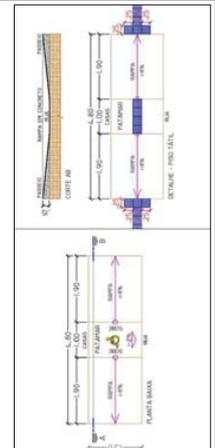
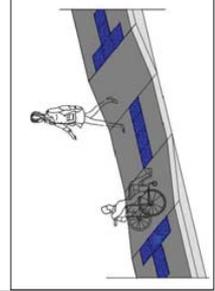


SIRGAS 2000
PROJEÇÃO UTM
MERIDIANO 45°W

COORDENADAS DO TRECHO
INICIO DO TRECHO DO TRECHO
LATITUDE: 13°16'12"S, LONGITUDE: 41°52'29,82"W
FIM DO TRECHO
LATITUDE: 13°16'12"S, LONGITUDE: 41°52'29,82"W

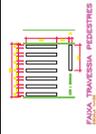


DETALHAMENTO RAMPA



FAIXA TRACEJADA AMARELA
COR: AMARELA - e=15cm
ESCALA: 1:100

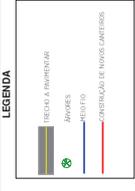
FAIXA CONTINUA BRANCA
COR: BRANCA - e=15cm
ESCALA: 1:100



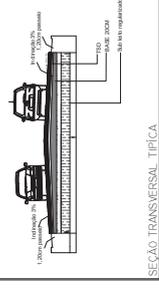
QUADRO DE PAVIMENTAÇÃO	
LOCAL	RUA SEBASTIANA BATISTA
TRECHO ESPECÍFICO	ED-E28+(10,36)
TOTAL (m)	530,36m
LARGURA (m)	7,00m

EIXO DA VIA ESTAQUEADA
E0 E1 E2

LEGENDA
TODAS SIMPLIFICAÇÕES
CONFORME NECESSIDADE
CONFORME A NECESSIDADE



SINALIZAÇÃO VERTICAL		
SÍMBOLO	DESCRIÇÃO	QUANT.
	PLACA OBRIGATORIA	01
	SIGA P/ FRENTE OU A DREITA	00
	SIGA P/ FRENTE OU A ESQUERDA	00
	DUPLA SENTIDO DE CIRCULAÇÃO	00
	SENTIDO DE CIRCULAÇÃO	00*
	PASSAGEM OBRIGATORIA	00
	PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DE RUAS	00
TOTAL DE PLACAS		01



SEÇÃO TRANSVERSAL TÍPICA

ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (ME) 13.891.544/0001-32

PROJETO: PAVIMENTAÇÃO ESPECÍFICA
LOCAL: RUA SEBASTIANA BATISTA
MUNICÍPIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL-BA

PROJETADEIRO: [Signature]

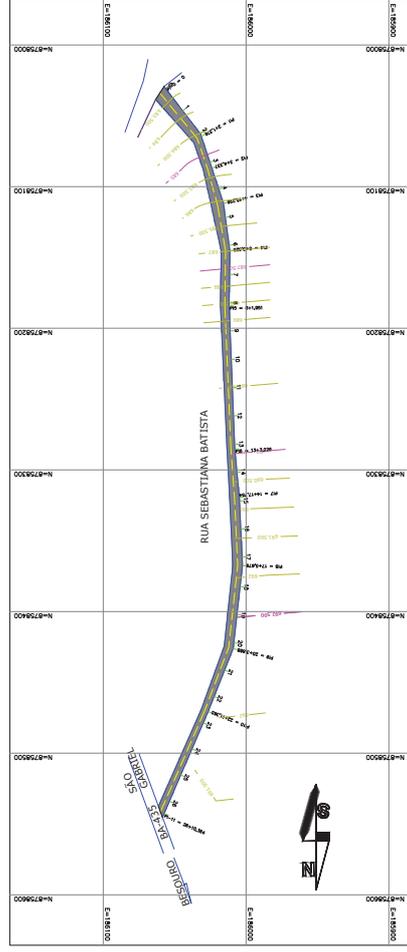
PROJETO: PAVIMENTAÇÃO ESPECÍFICA
LOCAL: RUA SEBASTIANA BATISTA
MUNICÍPIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL-BA



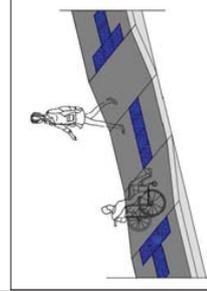
SIRGAS 2000
 UTM 23SN
 MERCATOR 487W

COORDENADAS DO TRECHO

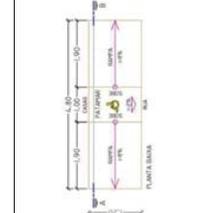
INICIO DO TRECHO DO TRECHO
 LATITUDE: 13° 16' 12" S, LONGITUDE: 48° 52' 29" W
 FIM DO TRECHO
 LATITUDE: 13° 16' 15" S, LONGITUDE: 48° 52' 29" W



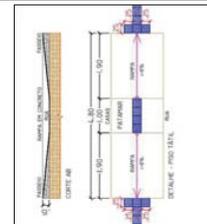
DETALHAMENTO RAMPA



FAIXA TRACEJADA AMARELA
 COR: AMARELA - e=15cm
 ESCALA: 1:100

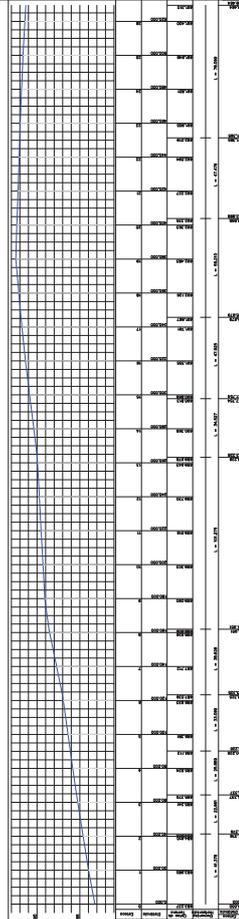


FAIXA CONTINUA BRANCA
 COR: BRANCA - e=15cm
 ESCALA: 1:100



FAIXA TRAVESSIA PEDESTRES

PERFIL PLANALIMÉTRICO
 RUA SEBASTIANA BATISTA



EIXO DA VIA ESTAQUEADA
 E0 E1 E2

LOCAL	TRECHO/ESPECIFICAÇÃO	TOTAL (m)	LARGURA (m)
RUA SEBASTIANA BATISTA	E0-E28+(10,36)	530,36m	7,00m

QUADRO DE PAVIMENTAÇÃO

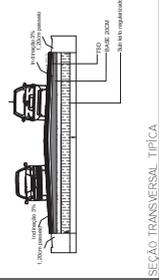
LEGENDA
 TIPO DE PAVIMENTAÇÃO
 CONDIÇÃO DE NECESSIDADE
 CONFORME A NECESSIDADE

LEGENDA

	TRECHO A PAVIMENTAR
	AVENIDA
	VIUÍTO
	INSTALAÇÃO DE NOVOS CARRIÓTIPOS

SINALIZAÇÃO VERTICAL

SÍMBOLO	DESCRIÇÃO	QUANT.
	PLACA OBLIGATORIA	01
	SIGA P/ FRENTE OU A DREITA	00
	SIGA P/ FRENTE OU A ESQUERDA	00
	DAPLO SENTIDO DE CIRCULAÇÃO	00
	SENTIDO DE CIRCULAÇÃO	00*
	PASSAGEM OBLIGATORIA	00
	PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DE RUAS	00
TOTAL DE PLACAS		01



SEÇÃO TRANSVERSAL TÍPICA

ESTADO DA BAHIA
 Prefeitura Municipal de São Gabriel
 CNPJ (ME) 13.891.544/0001-32

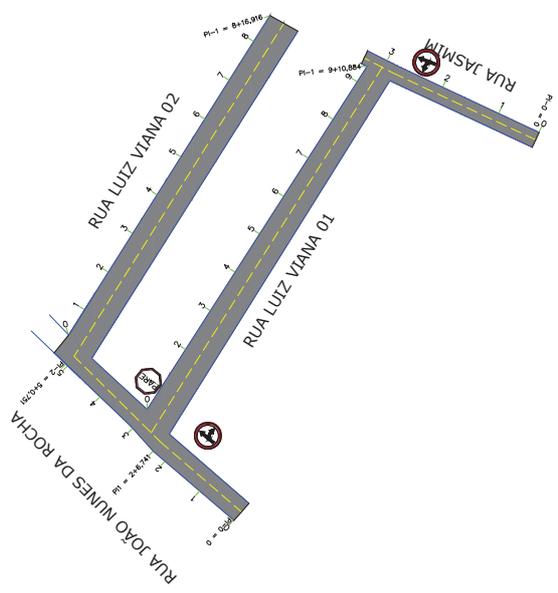
PROJETO: PAVIMENTAÇÃO ESPECÍFICA
 LOCAL: RUA SEBASTIANA BATISTA
 MUNICÍPIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL-BA

PROJETADEIRO: [Assinatura]

PROJETO: PAVIMENTAÇÃO ESPECÍFICA
 LOCAL: RUA SEBASTIANA BATISTA
 MUNICÍPIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL-BA



SIRGAS 2000
 UTM
 MERCATOR 48°W

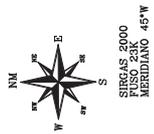


COORDENADAS DO TRECHO

RUA JOÃO NUNES DA ROCHA
 INICIO DO TRECHO
 LATITUDE: 11°32,27'S LONGITUDE: 41°52'16,82"O
 RUA LUIZ VIANA 01
 INICIO DO TRECHO
 LATITUDE: 11°32,81'S LONGITUDE: 41°52'14,43"O
 RUA LUIZ VIANA 02
 INICIO DO TRECHO
 LATITUDE: 11°32,96'S LONGITUDE: 41°52'15,48"O
 RUA LUIZ VIANA 02
 INICIO DO TRECHO
 LATITUDE: 11°33,37'S LONGITUDE: 41°52'14,36"O
 RUA JASMIN
 INICIO DO TRECHO
 LATITUDE: 11°33,60'S LONGITUDE: 41°52'19,52"O
 FINAL DO TRECHO
 LATITUDE: 11°32,97'S LONGITUDE: 41°52'19,59"O
 RUA JASMIN
 FINAL DO TRECHO
 LATITUDE: 11°33,59'S LONGITUDE: 41°52'14,99"O

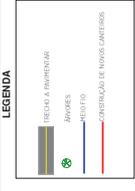
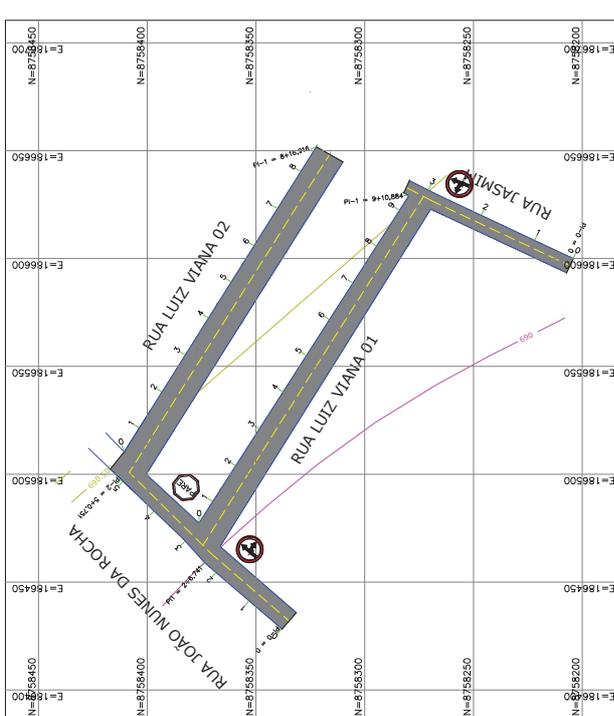
LEGENDA

SÍMBOLO	DESCRIÇÃO	QUANT.
	PAV 01	01
	PAV 02	01
	PAV 03	01
	PAV 04	00
	PAV 05	00
	PAV 06	00
	PAV 07	00
	PAV 08	00
	PAV 09	00
	PAV 10	00
	PAV 11	00
	PAV 12	00
	PAV 13	00
	PAV 14	00
	PAV 15	00
	PAV 16	00
	PAV 17	00
	PAV 18	00
	PAV 19	00
	PAV 20	00
	PAV 21	00
	PAV 22	00
	PAV 23	00
	PAV 24	00
	PAV 25	00
	PAV 26	00
	PAV 27	00
	PAV 28	00
	PAV 29	00
	PAV 30	00
	PAV 31	00
	PAV 32	00
	PAV 33	00
	PAV 34	00
	PAV 35	00
	PAV 36	00
	PAV 37	00
	PAV 38	00
	PAV 39	00
	PAV 40	00
	PAV 41	00
	PAV 42	00
	PAV 43	00
	PAV 44	00
	PAV 45	00
	PAV 46	00
	PAV 47	00
	PAV 48	00
	PAV 49	00
	PAV 50	00
	PAV 51	00
	PAV 52	00
	PAV 53	00
	PAV 54	00
	PAV 55	00
	PAV 56	00
	PAV 57	00
	PAV 58	00
	PAV 59	00
	PAV 60	00
	PAV 61	00
	PAV 62	00
	PAV 63	00
	PAV 64	00
	PAV 65	00
	PAV 66	00
	PAV 67	00
	PAV 68	00
	PAV 69	00
	PAV 70	00
	PAV 71	00
	PAV 72	00
	PAV 73	00
	PAV 74	00
	PAV 75	00
	PAV 76	00
	PAV 77	00
	PAV 78	00
	PAV 79	00
	PAV 80	00
	PAV 81	00
	PAV 82	00
	PAV 83	00
	PAV 84	00
	PAV 85	00
	PAV 86	00
	PAV 87	00
	PAV 88	00
	PAV 89	00
	PAV 90	00
	PAV 91	00
	PAV 92	00
	PAV 93	00
	PAV 94	00
	PAV 95	00
	PAV 96	00
	PAV 97	00
	PAV 98	00
	PAV 99	00
	PAV 100	00
	PAV 101	00
	PAV 102	00
	PAV 103	00
	PAV 104	00
	PAV 105	00
	PAV 106	00
	PAV 107	00
	PAV 108	00
	PAV 109	00
	PAV 110	00
	PAV 111	00
	PAV 112	00
	PAV 113	00
	PAV 114	00
	PAV 115	00
	PAV 116	00
	PAV 117	00
	PAV 118	00
	PAV 119	00
	PAV 120	00
	PAV 121	00
	PAV 122	00
	PAV 123	00
	PAV 124	00
	PAV 125	00
	PAV 126	00
	PAV 127	00
	PAV 128	00
	PAV 129	00
	PAV 130	00
	PAV 131	00
	PAV 132	00
	PAV 133	00
	PAV 134	00
	PAV 135	00
	PAV 136	00
	PAV 137	00
	PAV 138	00
	PAV 139	00
	PAV 140	00
	PAV 141	00
	PAV 142	00
	PAV 143	00
	PAV 144	00
	PAV 145	00
	PAV 146	00
	PAV 147	00
	PAV 148	00
	PAV 149	00
	PAV 150	00
	PAV 151	00
	PAV 152	00
	PAV 153	00
	PAV 154	00
	PAV 155	00
	PAV 156	00
	PAV 157	00
	PAV 158	00
	PAV 159	00
	PAV 160	00
	PAV 161	00
	PAV 162	00
	PAV 163	00
	PAV 164	00
	PAV 165	00
	PAV 166	00
	PAV 167	00
	PAV 168	00
	PAV 169	00
	PAV 170	00
	PAV 171	00
	PAV 172	00
	PAV 173	00
	PAV 174	00
	PAV 175	00
	PAV 176	00
	PAV 177	00
	PAV 178	00
	PAV 179	00
	PAV 180	00
	PAV 181	00
	PAV 182	00
	PAV 183	00
	PAV 184	00
	PAV 185	00
	PAV 186	00
	PAV 187	00
	PAV 188	00
	PAV 189	00
	PAV 190	00
	PAV 191	00
	PAV 192	00
	PAV 193	00
	PAV 194	00
	PAV 195	00
	PAV 196	00
	PAV 197	00
	PAV 198	00
	PAV 199	00
	PAV 200	00
	PAV 201	00
	PAV 202	00
	PAV 203	00
	PAV 204	00
	PAV 205	00
	PAV 206	00
	PAV 207	00
	PAV 208	00
	PAV 209	00
	PAV 210	00
	PAV 211	00
	PAV 212	00
	PAV 213	00
	PAV 214	00
	PAV 215	00
	PAV 216	00
	PAV 217	00
	PAV 218	00
	PAV 219	00
	PAV 220	00
	PAV 221	00
	PAV 222	00
	PAV 223	00
	PAV 224	00
	PAV 225	00
	PAV 226	00
	PAV 227	00
	PAV 228	00
	PAV 229	00
	PAV 230	00
	PAV 231	00
	PAV 232	00
	PAV 233	00
	PAV 234	00
	PAV 235	00
	PAV 236	00
	PAV 237	00
	PAV 238	00
	PAV 239	00
	PAV 240	00
	PAV 241	00
	PAV 242	00
	PAV 243	00
	PAV 244	00
	PAV 245	00
	PAV 246	00
	PAV 247	00
	PAV 248	00
	PAV 249	00
	PAV 250	00
	PAV 251	00
	PAV 252	00
	PAV 253	00
	PAV	

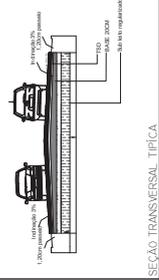


COORDENADAS DO TRECHO

RUA JOÃO NUNES DA ROCHA
 INICIO DO TRECHO
 LATITUDE: 13° 26' 27" S, LONGITUDE: 41° 52' 16,82" O
 LATITUDE: 13° 23' 51" S, LONGITUDE: 41° 52' 14,43" O
 RUA LUIS VIANA 01
 INICIO DO TRECHO
 LATITUDE: 13° 27' 36" S, LONGITUDE: 41° 52' 15,48" O
 LATITUDE: 13° 28' 23" S, LONGITUDE: 41° 52' 16,39" O
 RUA LUIS VIANA 02
 INICIO DO TRECHO
 LATITUDE: 13° 23' 37" S, LONGITUDE: 41° 52' 14,36" O
 LATITUDE: 13° 25' 05" S, LONGITUDE: 41° 52' 9,52" O
 RUA JASHMIM
 INICIO DO TRECHO
 LATITUDE: 13° 26' 07" S, LONGITUDE: 41° 52' 9,59" O
 LATITUDE: 13° 26' 59" S, LONGITUDE: 41° 52' 11,49" O

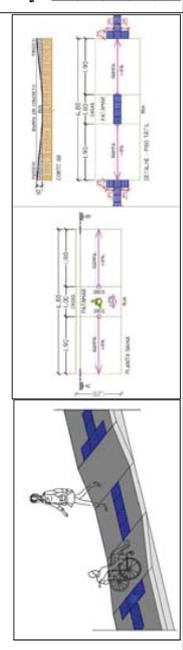


SÍMBOLO	DESCRIÇÃO	QUANT.
	PLACA OBRIGATORIA	01
	SIG. DE FRENTE O/A DREITA	01
	SIG. DE FRENTE O/A ESQUERDA	01
	DUPL. SENTIDO DE CIRCULAÇÃO	00
	R-24A	00*
	SENTIDO DE CIRCULAÇÃO	00
	PASSAGEM OBRIGATORIA	00
	PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DE RUAS	00
TOTAL DE PLACAS		03



SEÇÃO TRANSVERSAL TÍPICA

DETALHAMENTO RAMPA



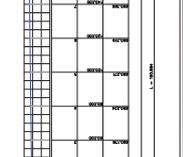
FAIXA TRACEJADA AMARELA
 ESCALA: 1:100
 COR: AMARELA - e = 15cm

FAIXA CONTINUA BRANCA
 ESCALA: 1:100
 COR: BRANCA - e = 15cm

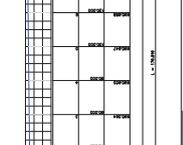
PERFIL PLANIMÉTRICO RUA JASHMIM



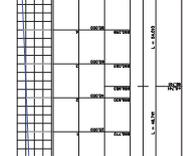
PERFIL PLANIMÉTRICO RUA LUIS VIANA 01



PERFIL PLANIMÉTRICO RUA LUIS VIANA 02



PERFIL PLANIMÉTRICO RUA JOÃO NUNES DA ROCHA



QUADRO DE PAVIMENTAÇÃO

RUA	ESTRUTURA	ESPES.	ESPES.	ESPES.	ESPES.	ESPES.
RUA JOÃO NUNES DA ROCHA	E-10 (0,8m)	100,8m	7,50m			
RUA LUIS VIANA 01	E-8 (0,8m)	190,8m	7,50m			
RUA LUIS VIANA 02	E-8 (0,8m)	176,81m	7,50m			
RUA JASHMIM	E-8 (0,8m)	80,00m	7,50m			

LEGENDA
 EIXO DA VIA ESTAQUEADA
 E0 E1 E2

NOTAS: SIMILITÃO, CONELOS E NECESSIDADE, CONFORME A NECESSIDADE

ESTADO DA BAHIA
 Prefeitura Municipal de São Gabriel
 CNPJ (ME) 13.891.544/0001-32

PROJETO: PAVIMENTAÇÃO ESPECÍFICA
 LOCAL: RUA JOÃO NUNES DA ROCHA
 MUNICÍPIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL-BA

PROJETADEIRO: *David de Mello*
 EMPRESA: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO URBANO
 DATA: 2024

PROJETO: PAVIMENTAÇÃO ESPECÍFICA
 LOCAL: RUA JOÃO NUNES DA ROCHA
 MUNICÍPIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL-BA



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

PROJETO DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

SUMÁRIO

1.	APRESENTAÇÃO -----	3
2.	ORIENTAÇÃO GERAL E FISCALIZAÇÃO -----	3
3.	RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA -----	3
4.	SEGURANÇA -----	4
5.	INFORMAÇÃO/ORIENTAÇÃO DO PROJETO -----	5
6.	SINALIZAÇÃO PREVENTIVA E INDICATIVA DE EXECUÇÃO DE OBRA5	
7.	SINALIZAÇÃO VERTICAL -----	6
7.1.	DE REGULAMENTAÇÃO -----	6
7.2.	DE ADVERTÊNCIA -----	8
7.3.	DE INDICAÇÃO -----	9
8.	DISPOSITIVOS AUXILIARES -----	10
9.	LIMPEZA DA OBRA -----	12
10.	ENTREGA DA OBRA -----	12



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

1. APRESENTAÇÃO

Este memorial tem por objetivo descrever os elementos para execução da sinalização referente à pavimentação Asfáltica (município de Canarana-Bahia), tratando da descrição dos processos construtivos materiais utilizáveis e qualidade mínima exigida para os serviços em questão.

2. ORIENTAÇÃO GERAL E FISCALIZAÇÃO

À Fiscalização, é assegurado o direito de ordenar a suspensão das obras e serviços sem prejuízo das penalidades a que ficar sujeito a Contratada e sem que esta tenha direito a qualquer indenização, no caso de não ser atendida dentro de 48h, a contar da entrega da Ordem de Serviço correspondente, qualquer reclamação sobre defeito essencial em serviço executado ou material posto na obra.

É a Contratada obrigada a retirar da obra, imediatamente após o recebimento da Ordem de Serviço correspondente, qualquer empregado, tarefeiro, operário ou subordinado seu que, a critério da Fiscalização, venha a demonstrar conduta nociva ou incapacidade técnica.

3. RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

A Contratada assumirá integral responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuar, bem como pelos danos decorrentes da realização de ditos trabalhos.

O andamento da obra e todas as ocorrências deverão ser registrados no Diário de Obras – DO. A elaboração e a manutenção do Diário de Obras são de responsabilidade da Contratada. Nele, deverão ser anotadas diariamente, pelo responsável técnico, informações sobre o andamento da obra, tais como: número de funcionários, equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como, comunicados a Fiscalização sobre a situação da obra em relação ao cronograma proposto. Cabe a



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

Fiscalização verificar em todas as visitas, as informações contidas no Diário de Obras e solicitar providências no que couber.

Todas as etapas da obra deverão ocorrer normalmente sem que venha a interromper totalmente o tráfego em uma determinada região, o acesso às propriedades será garantido por caminho alternativo ou por interdição parcial da via. Todas as fases devem ser programadas em conjunto com a coordenação da unidade e a Fiscalização.

É a Contratada obrigada a facilitar meticulosa fiscalização dos materiais e execução das obras e serviços contratados, facultando à Fiscalização, o acesso a todas as partes da obra.

4. SEGURANÇA

Antes do início dos trabalhos, a Contratada deverá apresentar à Fiscalização as medidas de segurança a serem adotadas durante a execução dos serviços e obras, em atendimento aos princípios e disposições da NR 18 - Condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria da Construção.

A Contratada fornecerá aos funcionários todos os equipamentos de proteção individual exigidos pela NR 6 - Equipamentos de Proteção Individual (EPI), tais como: capacetes e óculos especiais de segurança, protetores faciais, luvas e mangas de proteção, botas de borracha e cintos de segurança, de conformidade com a natureza dos serviços e obras em execução.

A Contratada manterá organizada, limpa e em bom estado de higiene as instalações do canteiro de serviço, especialmente as vias de circulação, passagens, refeitórios e alojamentos, coletando e removendo regularmente as sobras de materiais, entulhos e detritos em geral.

Caberá à Contratada comunicar à Fiscalização e, nos casos de acidentes fatais, à autoridade competente, da maneira mais detalhada possível. Caberá a Contratada também a comunicação por escrito de todo tipo de acidente que ocorrer durante a execução dos serviços e obras, inclusive, caso ocorra, princípios de incêndio.

Cumprirá à Contratada manter no canteiro de serviço medicamentos básicos e pessoais orientados para os primeiros socorros nos acidentes que ocorram durante a execução dos trabalhos, nos termos da NR18.



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

5. INFORMAÇÃO/ORIENTAÇÃO DO PROJETO

A pavimentação do trecho corresponde ao presente projeto será executada em Paralelepípedo, conforme pode ser observado em planilha orçamentária, memorial descritivo específico, peças gráficas e detalhes específicos. E, em complementação aos documentos mencionados, a Contratada deverá seguir o projeto de sinalização horizontal, vertical de regulamentação, de advertência e indicação, o qual terá como referência a velocidade máxima de operação igual a 80km/h, visto o trecho foi enquadrado como pista simples e com sentido de circulação duplo, possuindo uma faixa de trânsito por sentido.

Toda sinalização deverá atender as especificações contidas nos manuais do CONTRAN e do DNIT.

Todos os materiais e serviços a serem empregados deverão satisfazer as exigências da ABNT. Junto à obra deverá ficar uma via deste Memorial Descritivo, dos projetos executivos e Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e/ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) do ENGENHEIRO/ARQUITETO responsáveis.

6. SINALIZAÇÃO PREVENTIVA E INDICATIVA DE EXECUÇÃO DE OBRA

A empresa Contratada para a execução da obra será responsável pela sinalização preventiva e indicativa do início ao fim da obra, adequando-a e mantendo-a nos locais de risco e nos previstos, definidos pela fiscalização.

A Contratada também será responsável pelo bom estado de conservação das placas, incluindo a integridade do padrão de cores, durante todo o período de execução da obra, devendo fazer a recuperação e/ou substituição das mesmas quando desgastadas, danificadas ou quando solicitado pela fiscalização.

Toda sinalização preventiva e indicativa deverá seguir, rigorosamente, os padrões da legislação vigente. Todo e qualquer incidente que ocorrer no decorrer da obra e constatado que foi ocasionado pelo não cumprimento da sinalização de obra, os danos ocorridos serão de inteira responsabilidade da empresa executora contratada.

Antes de iniciar a execução do empreendimento, a Contratada realizará a instalação da placa de obra (ver memorial/especificações técnicas) em conformidade com o



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

padrão contido no Manual de Uso da Marca do Governo Federal. O local de instalação deverá ser visível e previamente estabelecido com a Fiscalização.

7. SINALIZAÇÃO VERTICAL

Sendo um subsistema de sinalização viária, tem a finalidade de fornecer informações e orientações para que os usuários adotem comportamentos adequados aumentando a segurança no tráfego da via. De acordo com o Manual de Sinalização de Trânsito do CONTRAN (volume I), pode ser classificada da seguinte forma:

- Regulamentar as obrigações, limitações, proibições ou restrições;
- Advertir os condutores sobre condições com potencial risco existentes na via ou nas suas proximidades;
- Indicar direções, localizações, pontos de interesse turístico ou de serviços e transmitir mensagens educativas;
- Todas as placas serão posicionadas conforme estaqueamento da via.

7.1. DE REGULAMENTAÇÃO

De acordo com o Manual, este tipo de sinalização terá como objetivo transmitir aos usuários as proibições, obrigações, condições ou restrições necessárias para garantir a segurança na via. Tendo como referência o trecho que liga a sede do município de Ourolândia ao povoado de Casa Nova (município de Ourolândia). Sendo assim, pode ser verificado em peça gráfica específica do projeto de sinalização a utilização dos seguintes sinais:

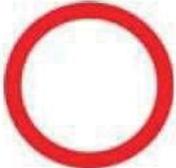
- R1 – Parada obrigatória;
- R7 – Proibido ultrapassar;
- R19 – Velocidade máxima permitida;

A confecção das placas obedecerá às cores prescritas no Manual de Sinalização do CONTRAN, podendo ser verificado na imagem abaixo:





Características dos Sinais de Regulamentação

Forma		Cor	
 OBRIGAÇÃO/ RESTRIÇÃO	 PROIBIÇÃO	Fundo	Branca
		Símbolo	Preta
		Tarja	Vermelha
		Orla	Vermelha
		Letras	Preta

Características dos Sinais R-1 e R-2

Sinal		Cor	
Forma	Código		
	R-1	Fundo	Vermelha
		Orla interna	Branca
		Orla externa	Vermelha
		Letras	Branca

Imagem 01. Características das placas de regulamentação/proibição (Manual de Sinalização. Vol. I. CONTRAN).

Conforme o manual supracitado, sendo „R“ a cor vermelha e „N“ as cores absolutas, a utilização das cores nos sinais de regulamentação deve ser feita obedecendo-se aos critérios abaixo e ao padrão Munsell indicado:

- Vermelho: 7,5 R 4/14 – Fundo do sinal R-1; Orla e tarja dos sinais de regulamentação em

geral;

- Preto: N 0,5 – Sinais e legendas dos sinais de regulamentação;
- Branco: N 9,5 – Fundo dos sinais de regulamentação; Letras do sinal R-1.

As dimensões das placas de regulamentação obedecerão as seguintes prescrições recomendadas:

- Placa circular: Diâmetro = 1,00m / Tarja = 0,10m / Orla = 0,10m;
- Placa octogonal – R-1: Lado = 0,50m / Orla interna branca = 0,04m / Orla externa vermelha = 0,02m;

As placas poderão ser confeccionadas em chapa de aço, alumínio, plástico reforçado. Já a execução dos sinais será em tinta (esmalte sintético, fosco ou semifosco ou pintura eletrostática) e películas, sendo retro refletivas.



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

Os suportes deverão ser fixados de modo a garantir a estabilidade da sinalização sob ação do peso próprio assim como cargas acidentais, por exemplo, a ação do vento. Para tanto, pode ser executado com madeira de lei imunizada ou aço galvanizado.

De modo geral, as placas serão posicionadas na lateral direita da via formando um ângulo de 93° a 95° em relação sentido do fluxo do tráfego.

7.2. DE ADVERTÊNCIA

As placas com a finalidade de alertar aos usuários da via serão instaladas em locais que necessitam de mais atenção para garantir a segurança de modo haja tempo necessário para compreender a mensagem e reagir de maneira adequada à situação. De acordo com o Manual de Sinalização de Trânsito (volume II), a forma padrão dos sinais de advertência é a quadrada, devendo uma das diagonais ficar na posição vertical, e as cores são: amarela e preta.

A execução das placas obedecerá as seguintes dimensões para placa com geometria quadrada: Lado = 0,60m; Orla externa = 0,012m; Orla interna = 0,024. Já para a geometria retangular será de: Lado maior = 1,00m; Lado menor = 0,50m; Orla externa = 0,01m; Orla interna = 0,02m.

As cores seguirão o Padrão Munsell – PM de acordo com seguinte descrição das cores:

- Amarela – 10YR 7,5/14 – Fundo e orla externa dos sinais de advertência („Y” = Amarelo);
- Preta – N 0,5 – Símbolos, tarjas, orlas internas e legendas dos sinais de advertência („N” = cores absolutas);
- O verso da placa será em cor preta, fosca ou semi-fosca.

De acordo com a peça gráfica específica do projeto de sinalização serão utilizados os seguintes sinais:

- A-2a – Curva à esquerda;
- A-2b – Curva à direita;
- A-3a – Curva sinuosa à esquerda;
- A-3b – Curva sinuosa à direita;
- A-18 – Saliência ou lombada.

Os materiais para confecção das placas e suportes das mesmas seguirão o mesmo



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

padrão das placas de regulamentação mencionado anteriormente. De modo geral, as placas serão posicionadas na lateral direita da via formando um ângulo de 93° a 95° em relação sentido do fluxo do tráfego.

Todas as placas serão posicionadas conforme estaqueamento da via.

7.3. DE INDICAÇÃO

Segundo o Manual de Trânsito (volume III) essas placas tem a finalidade de indicar direções, localizações, pontos de interesse turístico ou de serviços, e transmitir mensagens educativas, dentre outras, de maneira a ajudar o condutor em seu deslocamento. Sendo assim, para confecção destas placas serão utilizados os materiais conforme o padrão das placas de regulamentação mencionado anteriormente. Entretanto, não deve ser utilizada tinta brilhante ou películas retrorrefletivas do tipo “esferas expostas”, devido ao efeito de espelhamento. E, de modo geral, as placas serão posicionadas na lateral direita da via formando um ângulo de 93° a 95° em relação sentido do fluxo do tráfego.

A distância de posicionamento na via, como pode ser verificada no detalhe da seção tipo constante em peça gráfica, será de, no mínimo, 1,20m da borda lateral externa da placa para o limite da via. Assim como da borda inferior para o nível da via. As cores utilizarão o Padrão Munsell - PM, conforme a tabela abaixo:

Cor	Padrão	Código
Branca	Munsell	N 9,5
Preta	Munsell	N 0,5
Verde	Munsell	10 G 3/8
Azul	Munsell	5 PB 2/8
Amarela	Munsell	10 YR 7,5/14
Marrom	Munsell	5 YR 6/14

Imagem 02. Características das cores (Manual de Sinalização. Vol. III. CONTRAN).

Será utilizada placa de identificação via e orientação de destino, conforme peça gráfica. Para orientação sobre sua confecção, o Manual de Sinalização de Trânsito (volume III), deverá ser consultado. Para tanto, as legendas escritas com letras maiúsculas e minúsculas ou somente minúsculas (unidades de medida) deve ser



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

utilizada a Série E(M) – espessura do traço de 40mm. Para legenda escrita somente com letras maiúsculas deve ser utilizada a Série D – espessura do traço de 32mm.

- A altura da letra maiúscula será de 200mm;
- O espaçamento entre as legendas e bordas será de 150mm;
- Consultar a tabela 7.15 – Dimensões de orlas e tarjas (mm) do referido

manual para confecção das orlas e tarjas. A seguir, encontra-se uma imagem para uma melhor compreensão.

A via também fará uso do sistema de lombadas para redução de velocidade. Sendo assim, a lombada possuirá a largura da via por 3,70m e sua altura máxima será de 0,10m.

10. LIMPEZA DA OBRA

As condições de limpeza deverão ser mantidas em todas as etapas da obra. A retirada de entulhos será feita sempre que o volume dos mesmos possam atrapalhar as atividades desenvolvidas em canteiro.

Durante o período da pavimentação, a Contratada será responsável por manter a obra e o canteiro livres de obstáculos, entulhos e materiais inutilizados. Após o término dos serviços, a Contratada removerá as sobras de material, ferramentas e equipamentos da propriedade, deixando o local completamente limpo.

11. ENTREGA DA OBRA

A obra será entregue em perfeito estado de limpeza e conservação. Deverão apresentar funcionamento perfeito de todos os equipamentos e aparelhos, que eventualmente possa ter sofrido danos na execução da pavimentação, estes devem ser definitivamente ligadas às redes de serviços públicos (água, esgoto, luz e força,



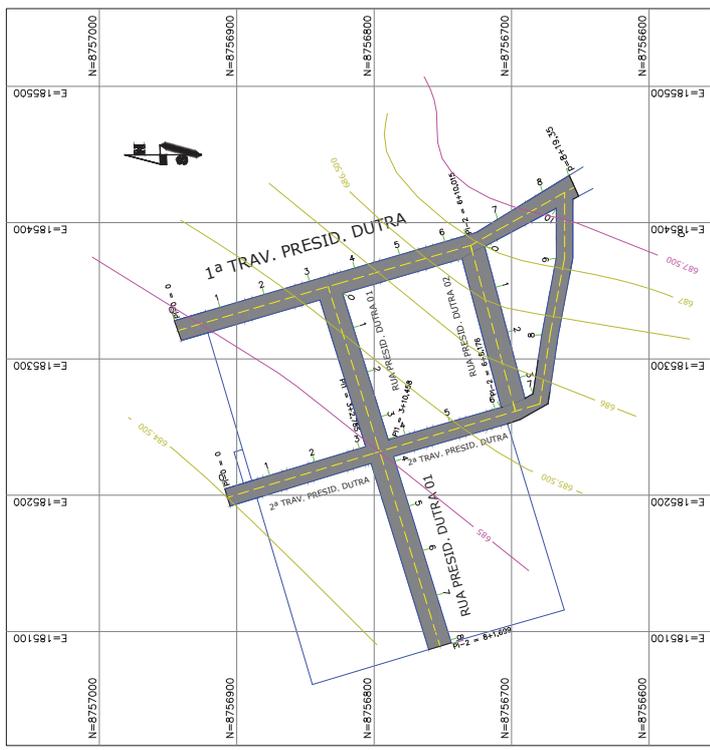
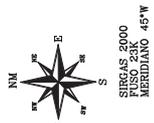
ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

telefone, etc.).

Todo o entulho deverá ser removido da via pela Contratada.

A Contratada deverá avisar a Fiscalização sobre a finalização dos serviços bem como a verificação do funcionamento e o estado do pavimento que será conferido e liberado pela Fiscalização.


David Edson Martins Rocha
Engenheira Civil
CREA-BA: 300057529

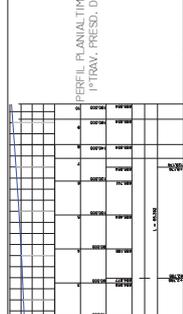
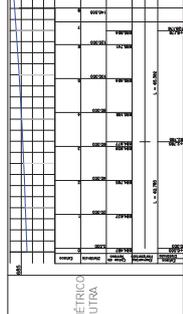
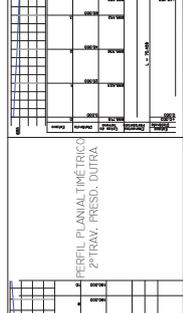
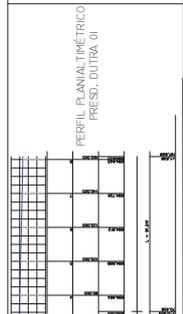
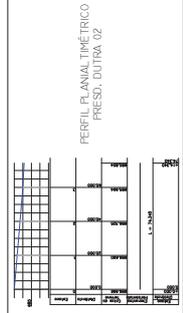
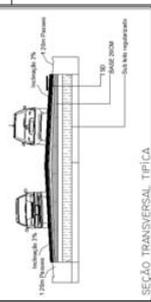


LEGENDA

- TECHAS A INDETERMINAR
- AVANÇES
- TRAFEGO
- CONTROLE DE VELOCIDADES

SINALIZAÇÃO VERTICAL

SÍMBOLO	DESCRIÇÃO	QUANT.
R-1	PARADA OBRIGATORIA	03
R-2	SIGLA PDI FRENTE OU A DREITA	02
R-3	SIGLA PDI FRENTE OU A ESQUERDA	00
R-28	DAPLO SENTIDO DE CIRCULAÇÃO	00
R-24A	SENTIDO DE CIRCULAÇÃO	00*
R-24B	PASSAGEM OBRIGATORIA	00
	PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DE RUAS	00
TOTAL DE PLACAS		05



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
 CNPJ (ME) 13.891.544/0001-32

PROJETO: PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA EM CIMENTADO
 LOCAL: RUA PRESID. DUTRA 01
 MUNICÍPIO: PEFREITA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL-BA

PROJETADE
 [Signature]

PROJETO
 [Signature]

PROJETO: PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA EM CIMENTADO
 LOCAL: RUA PRESID. DUTRA 01
 MUNICÍPIO: PEFREITA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL-BA

LEGENDA

NOTAS SIMPLIFICADAS...
 CONEQUIPAMENTOS...
 CONFORME A NECESSIDADE

TIPO DE PAVIMENTO	ESPESURA (CM)	PROFUNDIDADE (CM)
1ª TRAV. PRESID. DUTRA	178,35m	8,00m
2ª TRAV. PRESID. DUTRA	200,00m	8,00m
R. PRESID. DUTRA 01	161,79m	7,50m
R. PRESID. DUTRA 02	145,34m	7,50m

LEGENDA

EIXO DA VIA ESTRAQUEADA

TIPO DE PAVIMENTO	ESPESURA (CM)	PROFUNDIDADE (CM)
1ª TRAV. PRESID. DUTRA	178,35m	8,00m
2ª TRAV. PRESID. DUTRA	200,00m	8,00m
R. PRESID. DUTRA 01	161,79m	7,50m
R. PRESID. DUTRA 02	145,34m	7,50m

LEGENDA

FAIXA CONTINUA BRANCA

COR: BRANCA - e=15cm

ESCALA: 1:100

LEGENDA

FAIXA TRACEJADA AMARELA

COR: AMARELA - e=15cm

ESCALA: 1:100

LEGENDA

FAIXA TRACEJADA AMARELA

COR: AMARELA - e=15cm

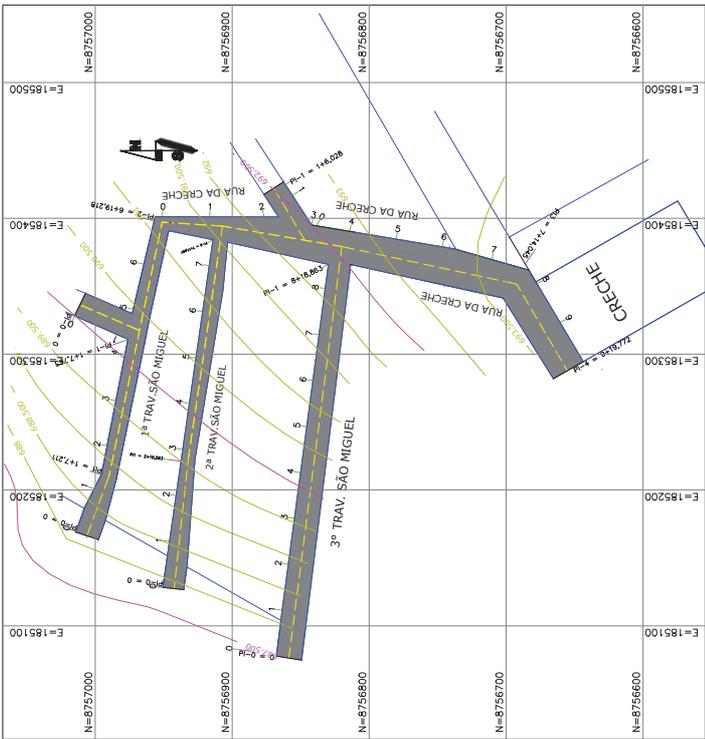
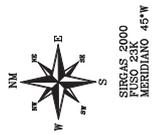
ESCALA: 1:100

LEGENDA

FAIXA TRACEJADA AMARELA

COR: AMARELA - e=15cm

ESCALA: 1:100

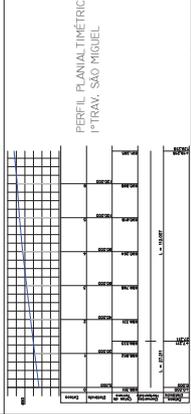
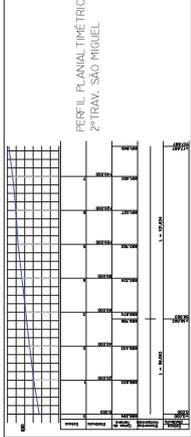
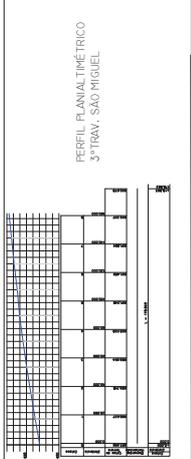
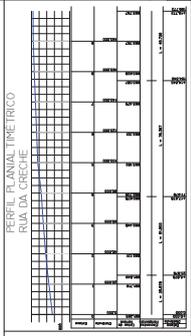
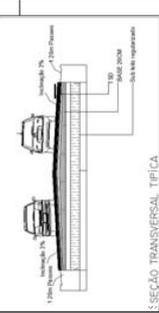


LEGENDA

- TECNICA APLICADA
- AVISOS
- PROIBIÇÃO
- CONTINUAÇÃO DE NOTAS CATEGÓRICAS

SINALIZAÇÃO VERTICAL

SÍMBOLO	DESCRIÇÃO	QUANT.
R-1	PLACA OBRIGATORIA	03
R-2	SIGA P/ FRENTE OU A DREITA	02
R-3	SIGA P/ FRENTE OU A ESQUERDA	00
R-28	DUPLA SENTIDO DE CIRCULAÇÃO	00
R-24A	SENTIDO DE CIRCULAÇÃO	00
R-24B	PASSAGEM OBRIGATORIA	00
	PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DE RUAS	00
TOTAL DE PLACAS		05



ESTADO DA BAHIA
 Prefeitura Municipal de São Gabriel
 CNPJ (ME) 13.891.544/0001-32

PROJETO: PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA EM RUA DA CRECHE
 LOCAL: RUA DA CRECHE - SÃO GABRIEL-BA
 MUNICÍPIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL-BA
 DATA: 10/05/2024
 ESCALA: 1:1000
 FOLHA: 01 DE 01

LEGENDA
 EIXO DA VIA ESTAQUEADA
 E0 E1 E2

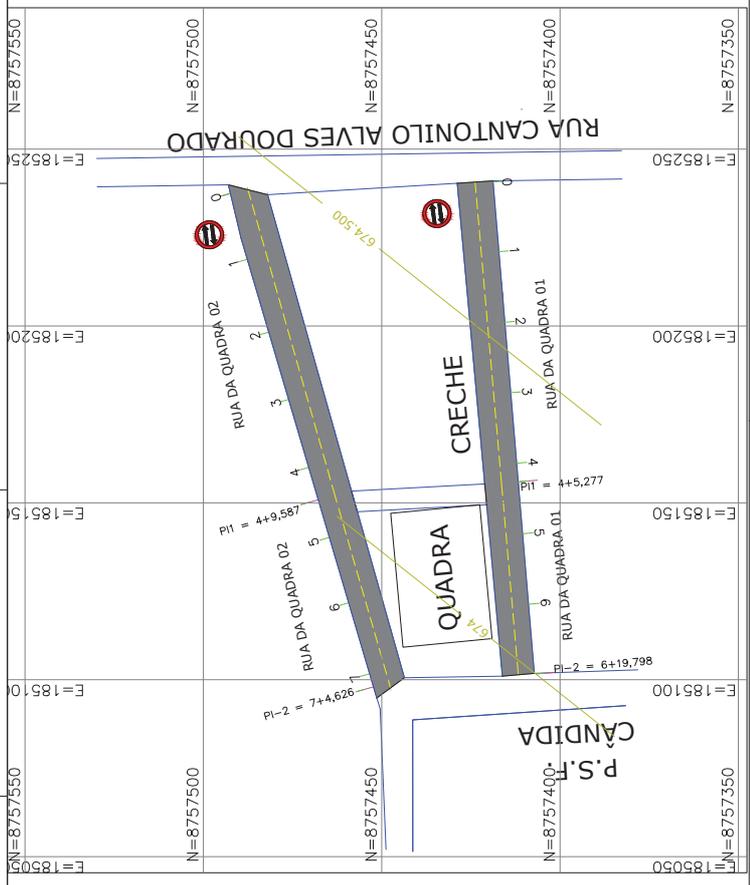
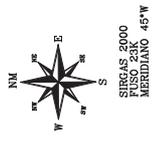
QUADRO DE PAVIMENTAÇÃO

CLASSIFICAÇÃO	ESTRUTURA	ESPESURA	ESPESURA
1º TRAV. SÃO MIGUEL	E0-E1-E2	166,97m	7,50m
2º TRAV. SÃO MIGUEL	E0-E1-E2	157,68m	7,50m
3º TRAV. SÃO MIGUEL	E0-E1-E2	176,86m	8,00m
RUA DA CRECHE	E0-E1-E2	197,22m	8,00m

FAIXA CONTINUA BRANCA
 COR: BRANCA - e=15cm
 ESCALA: 1:100

FAIXA TRACEJADA AMARELA
 COR: AMARELA - e=15cm
 ESCALA: 1:100

NOTAS SIMPLIFICADAS
 CONEQUIPAMENTOS E SINALIZAÇÕES
 CONFORME A NECESSIDADE

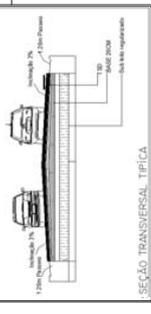


LEGENDA

- TECHNICAL SIGNAGE
- AVISOS
- PROIBIÇÃO
- CONTAS

SINALIZAÇÃO VERTICAL

SÍMBOLO	DESCRIÇÃO	QUANT.
	R-1 - PARADA OBLIGATORIA	00
	R-2 - SINAL DE FRENTE OU À DIREITA	00
	R-3 - SINAL DE FRENTE OU À ESQUERDA	00
	R-28 - DAPLO SENTIDO DE CIRCULAÇÃO	02
	R-24A - SENTIDO DE CIRCULAÇÃO	00*
	R-24B - PASSAGEM OBLIGATORIA	00
	P-1 - PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DE RUAS	00
TOTAL DE PLACAS		02

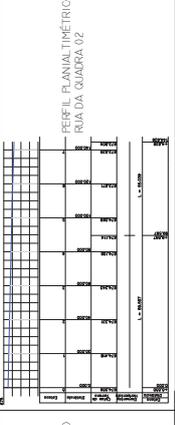


ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
 CNPJ (ME) 13.891.544/0001-32

PROJETO: PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA EM CANTÃO
 LOCAL: RUA DE SÃO GABRIEL-BA
 MUNICÍPIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL-BA

PROFESSOR: *[Signature]*
 TÉCNICO: *[Signature]*

PROJETO: PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA EM CANTÃO
 LOCAL: RUA DE SÃO GABRIEL-BA
 MUNICÍPIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL-BA

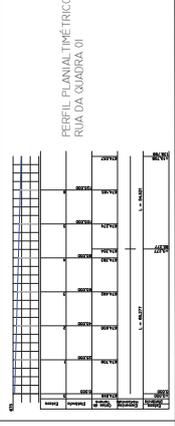


LEGENDA

EIXO DA VIA ESTAGUEADA

ED E1 E2

NOTAS SIMPLIFICADAS:
 CONEQUIPAMENTOS SINALIZACIONAIS
 CONFORME A NECESSIDADE



QUADRO DE PAVIMENTAÇÃO

LOCAL	TIPO DE PAVIMENTAÇÃO	ESTRUTURA	ESPESURA (cm)	QUANTIDADE
RUA DA QUADRA 01	ED-E1	19.79cm	139.78m	7.50m³
RUA DA QUADRA 02	ED-E2	14.62cm	144.62m	8.00m³

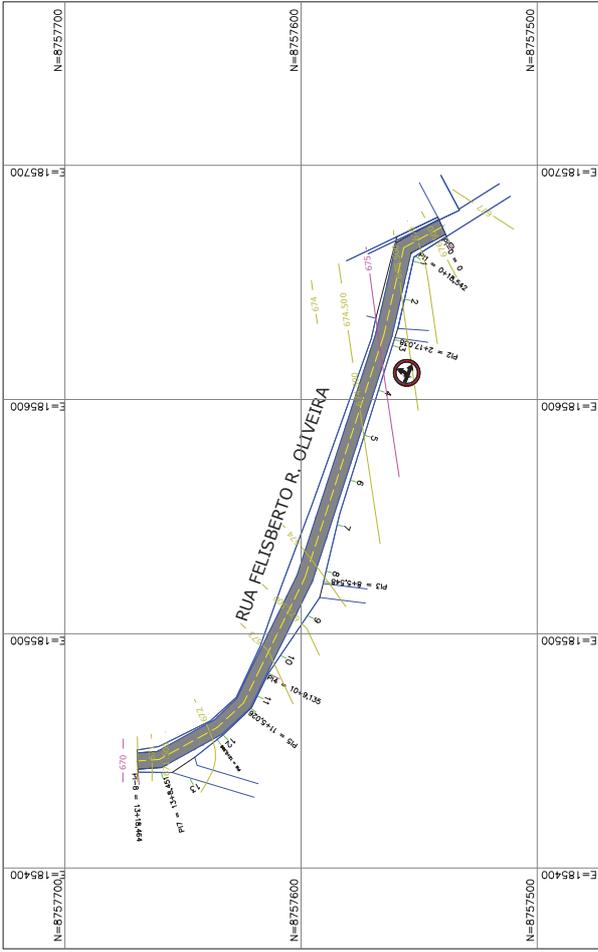


FAIXA CONTINUA BRANCA
 ESCALA: 1:100
 COR: BRANCA - e=15cm

FAIXA TRACEJADA AMARELA
 ESCALA: 1:100
 COR: AMARELA - e=15cm



COORDENADAS DO TRECHO
 INICIO DO TRECHO DO TRECHO
 LATITUDE: 13°26.57'S, LONGITUDE: 41°52.49,77'W
 FIM DO TRECHO DO TRECHO
 LATITUDE: 13°31.19'S, LONGITUDE: 41°52.42,19'W

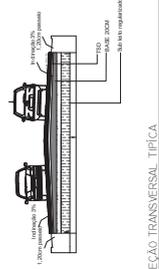


LEGENDA

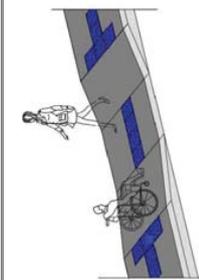
	TRECHO A PAVIMENTAR
	AVISOS
	TRATAMENTO
	INSTALAÇÃO DE NOVOS CARRIÓTIPOS

SINALIZAÇÃO VERTICAL

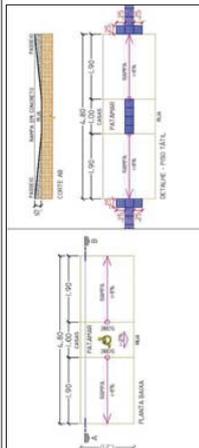
SÍMBOLO	DESCRIÇÃO	QUANT.
	PLACA OBRIGATORIA	00
	SIGA P/ FRENTE OU A DREITA	00
	SIGA P/ FRENTE OU A ESQUERDA	01
	DUPLA SENTIDO DE CIRCULAÇÃO	00
	SENTIDO DE CIRCULAÇÃO	00*
	PASSAGEM OBRIGATORIA	00
	PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DE RUAS	00
TOTAL DE PLACAS		01



SEÇÃO TRANSVERSAL TÍPICA



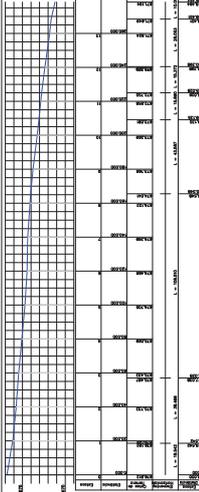
FAIXA TRACEJADA AMARELA
 COR: AMARELA - e=15cm
 ESCALA: 1:100



FAIXA CONTINUA BRANCA
 COR: BRANCA - e=15cm
 ESCALA: 1:100



DETALHAMENTO RAMPA



PERFIL PLANALIMÉTRICO
 RUA FELISBERTO R. OLIVEIRA

QUADRO DE PAVIMENTAÇÃO

LOCAL	TRECHO/ESPECIFICAÇÃO	TOTAL (m)	LARGURA (m)
RUA SEBASTIÃO BATISTA	E0-E1+(18,46)	278,46m	7,50m

LEGENDA
 EIXO DA VIA ESTAQUEADA
 E0 E1 E2

NOTAS SIMPLIFICADAS...
 CONFERIR AS NECESSIDADES
 CONFORME A NECESSIDADE

ESTADO DA BAHIA
 Prefeitura Municipal de São Gabriel
 CNPJ (ME) 13.891.544/0001-32

PROJETO: PAVIMENTAÇÃO ESPECÍFICA
 LOCAL: RUA FELISBERTO R. OLIVEIRA
 MUNICÍPIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL-BA

PROJETADEIRO: [Assinatura]

PROJETO: PAVIMENTAÇÃO ESPECÍFICA
 LOCAL: RUA FELISBERTO R. OLIVEIRA
 MUNICÍPIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL-BA

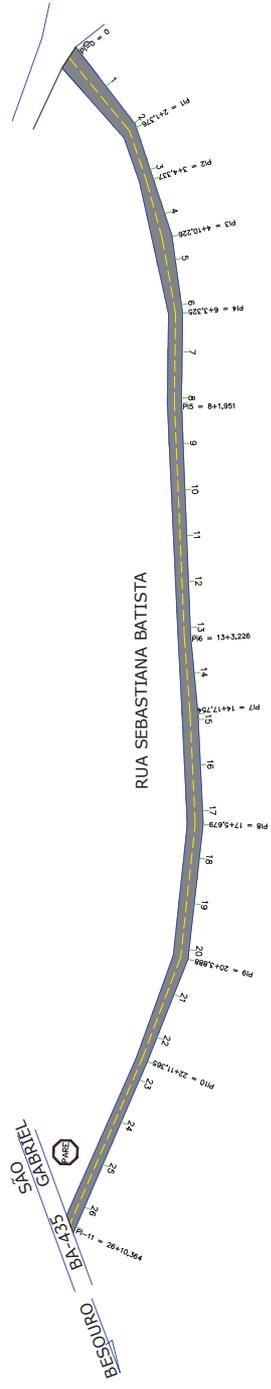
PROJETADEIRO: [Assinatura]



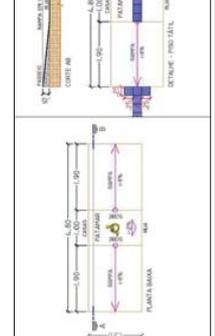
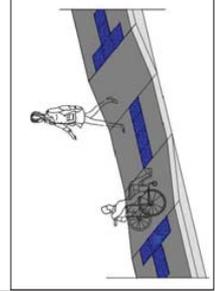
SIRGAS 2000
 UTM ZONA 18S
 MERIDIANO 45°W

COORDENADAS DO TRECHO

INICIO DO TRECHO DO TRECHO
 LATITUDE: 13°16'12"S, LONGITUDE: 41°52'29,82"W
 FIM DO TRECHO
 LATITUDE: 13°16'15"S, LONGITUDE: 41°52'29,24"W



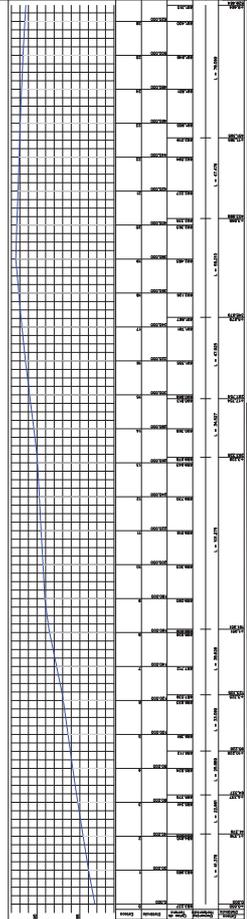
DETALHAMENTO RAMPA



FAIXA TRACEJADA AMARELA
 COR: AMARELA - e=15cm
 ESCALA: 1:100

FAIXA CONTINUA BRANCA
 COR: BRANCA - e=15cm
 ESCALA: 1:100

PERFIL PLANALTIMETRICO
 RUA SEBASTIANA BATISTA



QUADRO DE PAVIMENTAÇÃO	
LOCAL	RUA SEBASTIANA BATISTA
TRECHO ESPECÍFICO	ED-E28+(10,36)
TOTAL (m)	530,36m
LARGURA (m)	7,00m

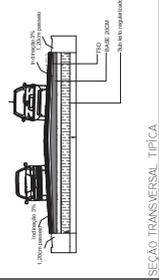
EIXO DA VIA ESTAQUEADA
 E0 E1 E2

LEGENDA
 TUDO AS SIMPLIFICAÇÕES
 CONFORME AS NECESSIDADES
 CONFORME A NECESSIDADE

LEGENDA

- TRECHO A PAVIMENTAR
- AVISOS
- TIPO DE
- CONDIÇÃO DE NOVO CAMIÃO

SÍMBOLO	SINALIZAÇÃO VERTICAL	QUANT.
	R-11 PLACA OBRIGATORIA	01
	R-32 SINAL DE FRENTE OU À DIREITA	00
	R-31 SINAL DE FRENTE OU À ESQUERDA	00
	R-28 DAPLO SENTIDO DE CIRCULAÇÃO	00
	R-24A SENTIDO DE CIRCULAÇÃO	00
	R-24B PASSARELA OBRIGATORIA	00
	R-24C PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DE RUAS	00
TOTAL DE PLACAS		01



SEÇÃO TRANSVERSAL TÍPICA

ESTADO DA BAHIA
 Prefeitura Municipal de São Gabriel
 CNPJ (ME) 13.891.544/0001-32

PROJETO: PAVIMENTAÇÃO ESPECÍFICA
 LOCAL: RUA SEBASTIANA BATISTA
 MUNICÍPIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL-BA

PROJETADEIRO: [Assinatura]

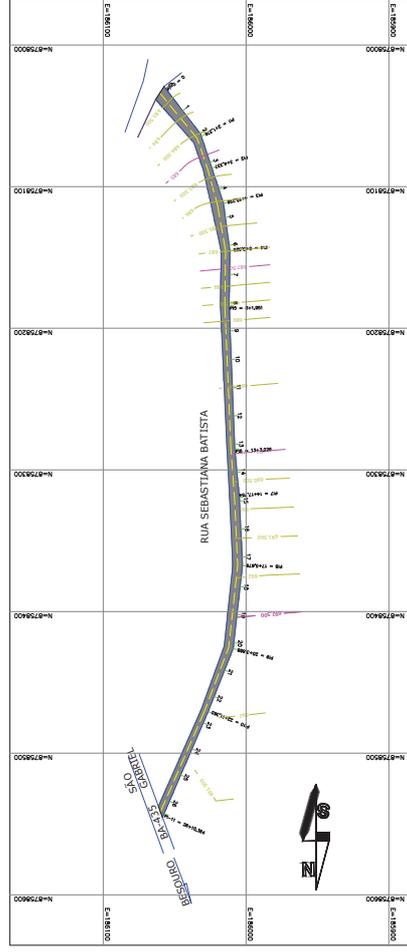
PROJETO: PAVIMENTAÇÃO ESPECÍFICA
 LOCAL: RUA SEBASTIANA BATISTA
 MUNICÍPIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL-BA



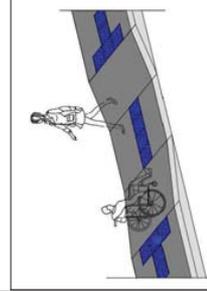
SIRGAS 2000
 UTM 23SN
 MERCATOR 487W

COORDENADAS DO TRECHO

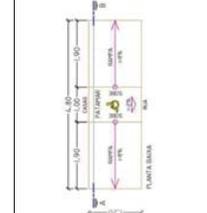
INICIO DO TRECHO DO TRECHO
 LATITUDE: 13° 16' 12" S, LONGITUDE: 48° 52' 29" W
 FIM DO TRECHO
 LATITUDE: 13° 16' 15" S, LONGITUDE: 48° 52' 29" W



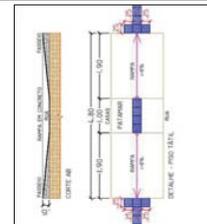
DETALHAMENTO RAMPA



FAIXA TRACEJADA AMARELA
 COR: AMARELA - e = 15cm
 ESCALA: 1:100

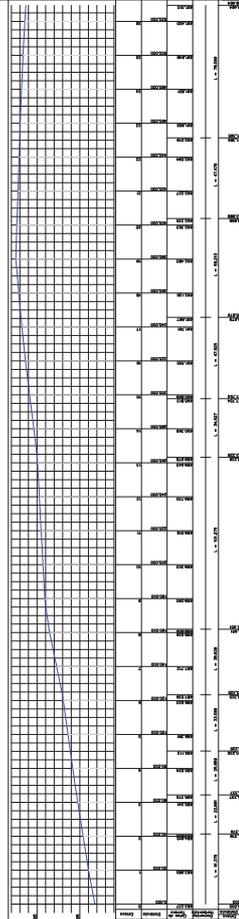


FAIXA CONTINUA BRANCA
 COR: BRANCA - e = 15cm
 ESCALA: 1:100



FAIXA INDETERMINADA PULVERISADA

PERFIL PLANALTIMÉTRICO
 RUA SEBASTIANA BATISTA



QUADRO DE PAVIMENTAÇÃO
 LOCAL: RUA SEBASTIANA BATISTA
 TRENDEGRAFIA: ED-E28+(10,36)
 TOTAL (m): 530,36m
 LARGURAÇÃO: 7,00m

EIXO DA VIA ESTAQUEADA
 E0 E1 E2

LEGENDA
 NOTAS SIMILITÁRIAS
 CONDIÇÕES NECESSÁRIAS
 CONFORME A NECESSIDADE

LEGENDA

- TRECHO A PAVIMENTAR
- AVISOS
- TRÉFALO
- INSTALAÇÃO DE NOVOS CARRIÓTIPOS

SINALIZAÇÃO VERTICAL		QUANT.
	RESERVAÇÃO	01
	PLACA OBRIGATORIA	00
	SIGA P/ FRENTE OU A DREITA	00
	SIGA P/ FRENTE OU A ESQUERDA	00
	DAPLO SENTIDO DE CIRCULAÇÃO	00
	SENTIDO DE CIRCULAÇÃO	00*
	SENTIDO DE CIRCULAÇÃO	00
	PASSAGEM OBRIGATORIA	00
	PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DE RUAS	00
TOTAL DE PLACAS		01

ESTADO DA BAHIA
 Prefeitura Municipal de São Gabriel
 CNPJ (ME) 13.891.544/0001-32

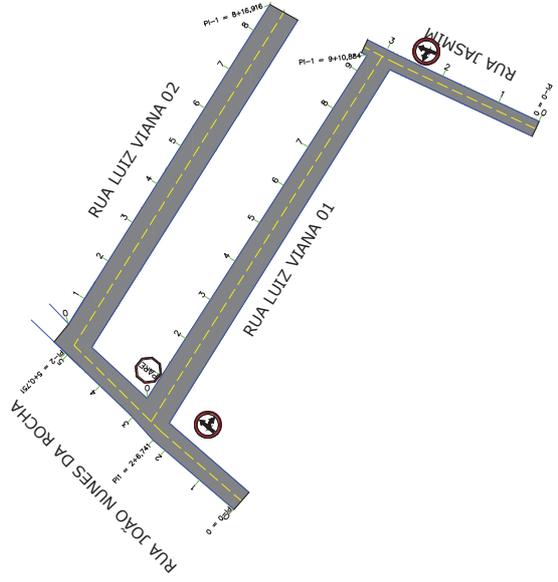
PROJETO: PAVIMENTAÇÃO ESPECÍFICA
 LOCAL: RUA SEBASTIANA BATISTA
 MUNICÍPIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL-BA

PROJETO: PAVIMENTAÇÃO ESPECÍFICA
 LOCAL: RUA SEBASTIANA BATISTA
 MUNICÍPIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL-BA

PROJETO: PAVIMENTAÇÃO ESPECÍFICA
 LOCAL: RUA SEBASTIANA BATISTA
 MUNICÍPIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL-BA



SIRGAS 2000
PROJEÇÃO
MERCATOR 487W

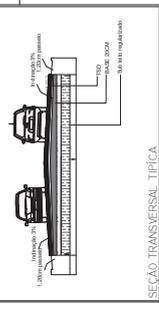


COORDENADAS DO TRECHO

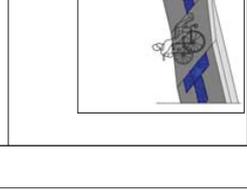
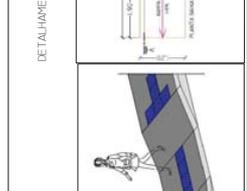
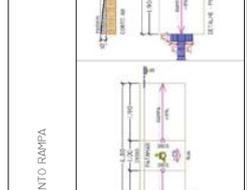
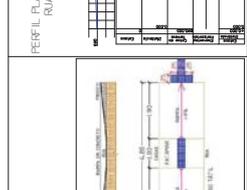
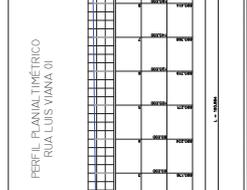
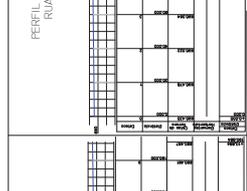
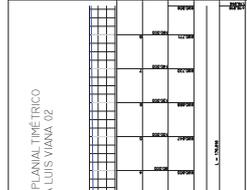
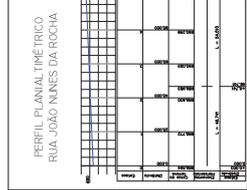
RUA JOÃO NUNES DA ROCHA
 INICIO DO TRECHO
 LATITUDE: 11°32,27'S LONGITUDE: 41°52'16,82"O
 RUA LUIZ VIANA 01
 LATITUDE: 11°33,81'S LONGITUDE: 41°52'14,43"O
 INICIO DO TRECHO
 LATITUDE: 11°32,96'S LONGITUDE: 41°52'15,48"O
 RUA LUIZ VIANA 02
 LATITUDE: 11°32,23'S LONGITUDE: 41°52'16,39"O
 INICIO DO TRECHO
 LATITUDE: 11°33,87'S LONGITUDE: 41°52'14,36"O
 RUA JASMIN
 LATITUDE: 11°33,60'S LONGITUDE: 41°52'19,52"O
 INICIO DO TRECHO
 LATITUDE: 11°32,67'S LONGITUDE: 41°52'19,59"O
 FINAL DO TRECHO
 LATITUDE: 11°31,59'S LONGITUDE: 41°52'11,49"O

LEGENDA

SÍMBOLO	DESCRIÇÃO	QUANT.
	PARADA OBRIGATORIA	01
	SUA PR. FRENTE OU A. DIREITA	01
	SUA PR. FRENTE OU A. ESQUERDA	01
	DUPL. SENTIDO DE CIRCULAÇÃO	00
	SENTIDO DE CIRCULAÇÃO	00*
	PASSAGEM OBRIGATORIA	00
	PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DE RUAS	00
TOTAL DE PLACAS		03



SEÇÃO TRANSVERSAL TÍPICA

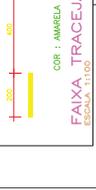
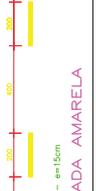
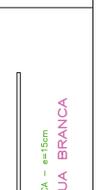
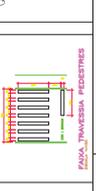
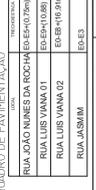


NOTAS: SIMULACÃO
 CONDIÇÕES REAIS
 CONFORME A NECESSIDADE

LEGENDA
 E0 E1 E2

QUADRO DE PAVIMENTAÇÃO

LOCALIZAÇÃO	RECOMENDADA	PROPOSTA
RUA JOÃO NUNES DA ROCHA (E=10,9m)	100,8m 7,50m	100,8m 7,50m
RUA LUIZ VIANA 01 (E=10,8m)	190,8m 7,50m	190,8m 7,50m
RUA LUIZ VIANA 02 (E=10,8m)	176,81m 7,50m	176,81m 7,50m
RUA JASMIN	80,00m	80,00m

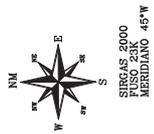


ESTADO DA BAHIA
 Prefeitura Municipal de São Gabriel
 CNPJ (ME) 13.891.544/0001-32

PROJETO: PAVIMENTAÇÃO DE RUA
 LOCAL: RUA JOÃO NUNES DA ROCHA
 MUNICÍPIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL-BA

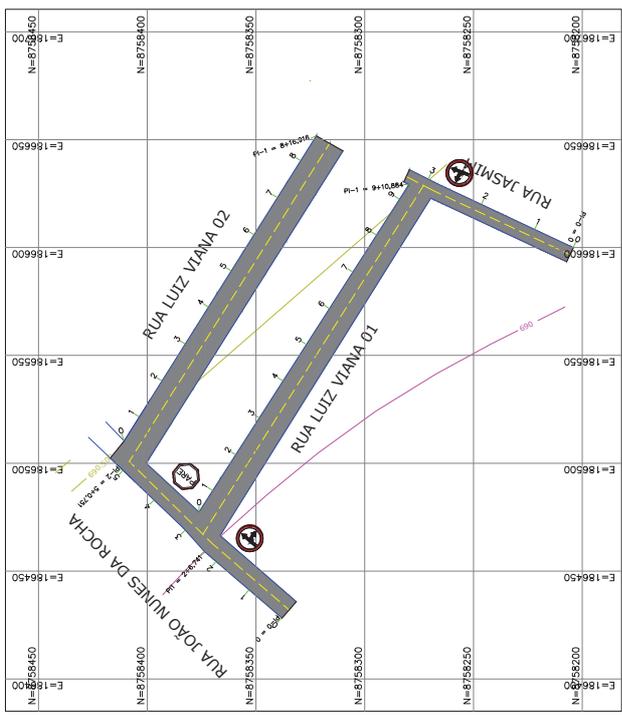
PROJETADEIRO: [Assinatura]

PROJETO Nº: PAV-01



COORDENADAS DO TRECHO

RUA JOÃO NUNES DA ROCHA
 INICIO DO TRECHO
 LATITUDE: 13° 26' 27" S, LONGITUDE: 41° 52' 16,82" O
 LATITUDE: 13° 23' 49" S, LONGITUDE: 41° 52' 14,43" O
 RUA LUIS VIANA 01
 INICIO DO TRECHO
 LATITUDE: 13° 27' 36" S, LONGITUDE: 41° 52' 15,48" O
 LATITUDE: 13° 28' 23" S, LONGITUDE: 41° 52' 16,39" O
 RUA LUIS VIANA 02
 INICIO DO TRECHO
 LATITUDE: 13° 33' 37" S, LONGITUDE: 41° 52' 14,36" O
 LATITUDE: 13° 34' 50" S, LONGITUDE: 41° 52' 9,52" O
 RUA JASHMIM
 INICIO DO TRECHO
 LATITUDE: 13° 36' 07" S, LONGITUDE: 41° 52' 9,59" O
 LATITUDE: 13° 36' 59" S, LONGITUDE: 41° 52' 11,49" O

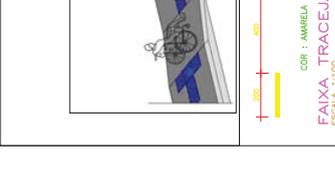
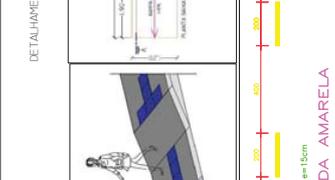
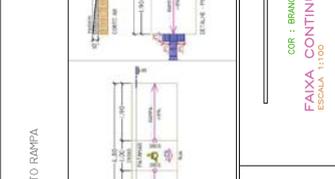
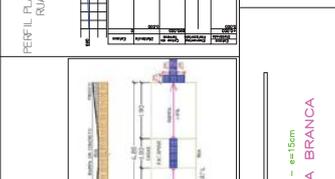
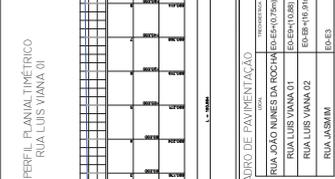
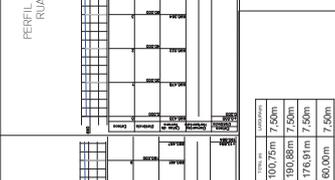
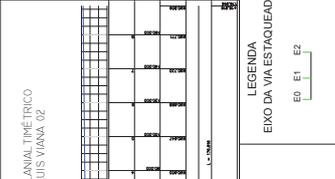
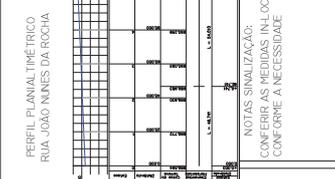
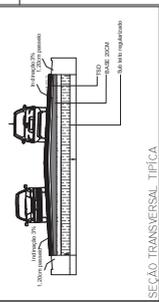


LEGENDA

	TRECHO A PAVIMENTAR
	ÁRVORES
	MEIO TITO
	INSTALAÇÃO DE NOVO CARRIÃO

SINALIZAÇÃO VERTICAL

SÍMBOLO	DESCRIÇÃO	QUANT.
	PARADA OBRIGATORIA	01
	SUA DIR FRENTE OU A DREITA	01
	SUA DIR FRENTE OU A ESQUERDA	01
	DUPLA SENTIDO DE CIRCULAÇÃO	00
	SENTIDO DE CIRCULAÇÃO	00*
	PASSAGEM OBRIGATORIA	00
	PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DE RUAS	00
TOTAL DE PLACAS		03



QUADRO DE PAVIMENTAÇÃO

AVIAÇÃO	RECOMENDADA	COM. DE	RECOMENDADA	COM. DE
RUA JOÃO NUNES DA ROCHA (E=10,39m)	E1-E2 (10,39m)	100,81m	7,50m	7,50m
RUA LUIS VIANA 01	E1-E2 (10,39m)	190,81m	7,50m	7,50m
RUA LUIS VIANA 02	E1-E2 (10,39m)	176,51m	7,50m	7,50m
RUA JASHMIM	E1-E2	80,00m	7,50m	7,50m

LEGENDA

EIXO DA VIA ESTRAQUEADA

E1 E2

LEGENDA

NOTAS: SIMPLIFICAÇÃO DE CORTES E NECESSIDADE CONFORME A NECESSIDADE

LEGENDA

FAIXA CONTINUA BRANCA

ESCALA 1:100

COR: BRANCA - e=15cm

LEGENDA

FAIXA TRACEJADA AMARELA

ESCALA 1:100

COR: AMARELA - e=15cm

LEGENDA

FAIXA CONTINUA BRANCA

ESCALA 1:100

COR: BRANCA - e=15cm

LEGENDA

FAIXA CONTINUA BRANCA

ESCALA 1:100

COR: BRANCA - e=15cm

LEGENDA

FAIXA CONTINUA BRANCA

ESCALA 1:100

COR: BRANCA - e=15cm

LEGENDA

FAIXA CONTINUA BRANCA

ESCALA 1:100

COR: BRANCA - e=15cm

ESTADO DA BAHIA
 Prefeitura Municipal de São Gabriel
 CNPJ (ME) 13.891.544/0001-32

PROJETO: PAVIMENTAÇÃO ESPECÍFICA
 LOCAL: RUA JOÃO NUNES DA ROCHA
 MUNICÍPIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL-BA

PROJETADEIRO: *Daniel Martins*
 EMPRESA: CONSULTORIA E PROJETOS S/A

PROJETO: PAVIMENTAÇÃO ESPECÍFICA
 LOCAL: RUA JOÃO NUNES DA ROCHA
 MUNICÍPIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL-BA

PROJETADEIRO: *Daniel Martins*
 EMPRESA: CONSULTORIA E PROJETOS S/A

PROJETO: PAVIMENTAÇÃO ESPECÍFICA
 LOCAL: RUA JOÃO NUNES DA ROCHA
 MUNICÍPIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL-BA

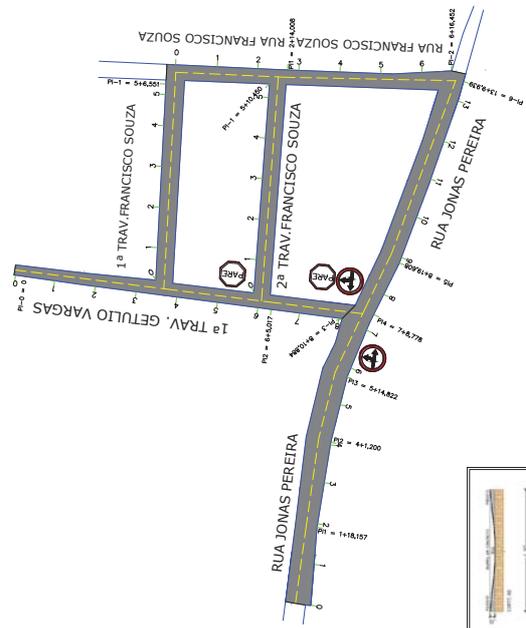
PROJETADEIRO: *Daniel Martins*
 EMPRESA: CONSULTORIA E PROJETOS S/A



SIRGAS 2000
MERCATOR
MERCATOR 485°W

COORDENADAS DO TRECHO

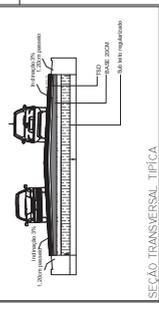
RUA JONAS PEREIRA
 INICIO DO TRECHO
 LATITUDE: 13° 34' 46" S LONGITUDE: 41° 52' 27" W
 LATITUDE: 13° 34' 46" S LONGITUDE: 41° 59' 08" W
 1ª TRAV. GETULIO VARGAS
 INICIO DO TRECHO
 LATITUDE: 13° 39' 87" S LONGITUDE: 41° 52' 28" W
 LATITUDE: 13° 34' 15" S LONGITUDE: 41° 52' 28" W
 1ª TRAV. FRANCISCO SOUZA
 INICIO DO TRECHO
 LATITUDE: 13° 36' 82" S LONGITUDE: 41° 52' 28" W
 LATITUDE: 13° 37' 07" S LONGITUDE: 41° 58' 89" W
 2ª TRAV. FRANCISCO SOUZA
 INICIO DO TRECHO
 LATITUDE: 13° 38' 30" S LONGITUDE: 41° 52' 24" W
 LATITUDE: 13° 34' 15" S LONGITUDE: 41° 58' 94" W
 RUA FRANCISCO SOUZA
 INICIO DO TRECHO
 LATITUDE: 13° 36' 96" S LONGITUDE: 41° 58' 89" W
 LATITUDE: 13° 34' 31" S LONGITUDE: 41° 59' 09" W



LEGENDA

	TRECHO A PAVIMENTAR
	AVISOS
	PROIBIDO
	INSTALAÇÃO DE NOVAS CAMELEIRAS

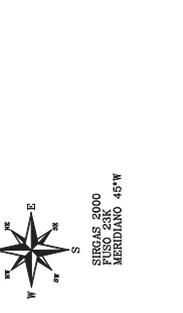
SÍMBOLO	DESCRIÇÃO	QUANT.
	PARADA OBRIGATORIA	02
	SIG. DE FRENTE OU À DREITA	01
	SIG. DE FRENTE OU À ESQUERDA	01
	DUBLÔ SENTIDO DE CIRCULAÇÃO	00
	SENTIDO DE CIRCULAÇÃO	00
	PASSAGEM OBRIGATORIA	00
	PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DE RUAS	00
TOTAL DE PLACAS		04



ESTADO DA BAHIA
 Prefeitura Municipal de São Gabriel
 CNPJ (ME) 13.891.544/0001-32

PROJETO: PAVIMENTAÇÃO DE RUA
 LOCAL: RUA JONAS PEREIRA
 MUNICÍPIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL-BA
 REVISOR: [Signature]
 DATA: [Date]

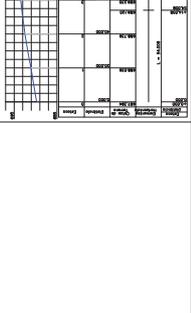
DETALHAMENTO RAMPA



QUADRO DE PAVIMENTAÇÃO

TRAVESSA	ESTRADA	ESTRADA	ESTRADA	ESTRADA	ESTRADA	ESTRADA
1ª TRAV. GETULIO VARGAS	100,00m	100,00m	100,00m	100,00m	100,00m	100,00m
1ª TRAV. FRANCISCO SOUZA	100,00m	100,00m	100,00m	100,00m	100,00m	100,00m
2ª TRAV. FRANCISCO SOUZA	100,00m	100,00m	100,00m	100,00m	100,00m	100,00m
RUA FRANCISCO SOUZA	100,00m	100,00m	100,00m	100,00m	100,00m	100,00m

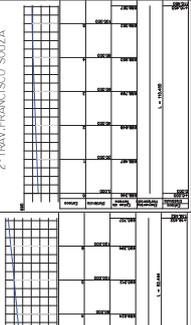
PERFIL PLANIMÉTRICO



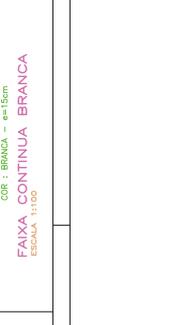
PERFIL PLANIMÉTRICO



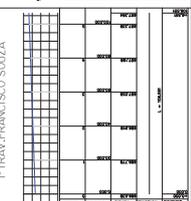
PERFIL PLANIMÉTRICO



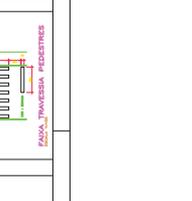
PERFIL PLANIMÉTRICO



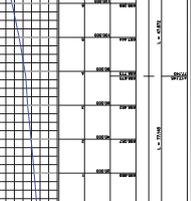
PERFIL PLANIMÉTRICO



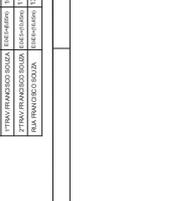
PERFIL PLANIMÉTRICO



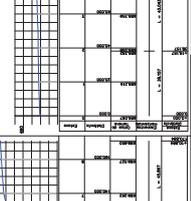
PERFIL PLANIMÉTRICO



PERFIL PLANIMÉTRICO



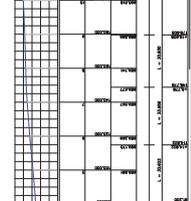
PERFIL PLANIMÉTRICO



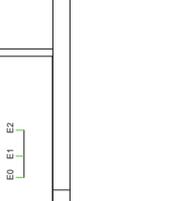
PERFIL PLANIMÉTRICO



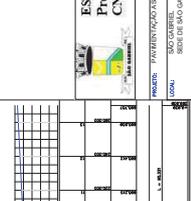
PERFIL PLANIMÉTRICO



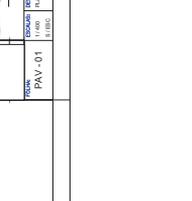
PERFIL PLANIMÉTRICO



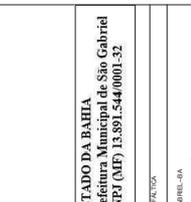
PERFIL PLANIMÉTRICO



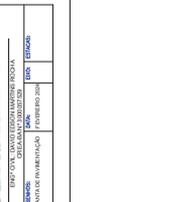
PERFIL PLANIMÉTRICO



PERFIL PLANIMÉTRICO



PERFIL PLANIMÉTRICO



PERFIL PLANIMÉTRICO



PERFIL PLANIMÉTRICO



PERFIL PLANIMÉTRICO



PERFIL PLANIMÉTRICO



PERFIL PLANIMÉTRICO



PERFIL PLANIMÉTRICO



PERFIL PLANIMÉTRICO



PERFIL PLANIMÉTRICO



PERFIL PLANIMÉTRICO



PERFIL PLANIMÉTRICO



FAIXA TRACEJADA AMARELA
 ESCALA: 1:100
 COR: AMARELA - e=15cm

FAIXA CONTINUA BRANCA
 ESCALA: 1:100
 COR: BRANCA - e=15cm

FAIXA TRAVESSA AMARELA
 ESCALA: 1:100
 COR: AMARELA - e=15cm

FAIXA TRAVESSA AMARELA
 ESCALA: 1:100
 COR: AMARELA - e=15cm

FAIXA TRAVESSA AMARELA
 ESCALA: 1:100
 COR: AMARELA - e=15cm

FAIXA TRAVESSA AMARELA
 ESCALA: 1:100
 COR: AMARELA - e=15cm

FAIXA TRAVESSA AMARELA
 ESCALA: 1:100
 COR: AMARELA - e=15cm

FAIXA TRAVESSA AMARELA
 ESCALA: 1:100
 COR: AMARELA - e=15cm

FAIXA TRAVESSA AMARELA
 ESCALA: 1:100
 COR: AMARELA - e=15cm

FAIXA TRAVESSA AMARELA
 ESCALA: 1:100
 COR: AMARELA - e=15cm

FAIXA TRAVESSA AMARELA
 ESCALA: 1:100
 COR: AMARELA - e=15cm

FAIXA TRAVESSA AMARELA
 ESCALA: 1:100
 COR: AMARELA - e=15cm

FAIXA TRAVESSA AMARELA
 ESCALA: 1:100
 COR: AMARELA - e=15cm

FAIXA TRAVESSA AMARELA
 ESCALA: 1:100
 COR: AMARELA - e=15cm

NOTAS PARA A EXECUÇÃO
 CONFEZINHO DE PLACAS
 CONFORME A NECESSIDADE

NOTAS PARA A EXECUÇÃO
 CONFEZINHO DE PLACAS
 CONFORME A NECESSIDADE

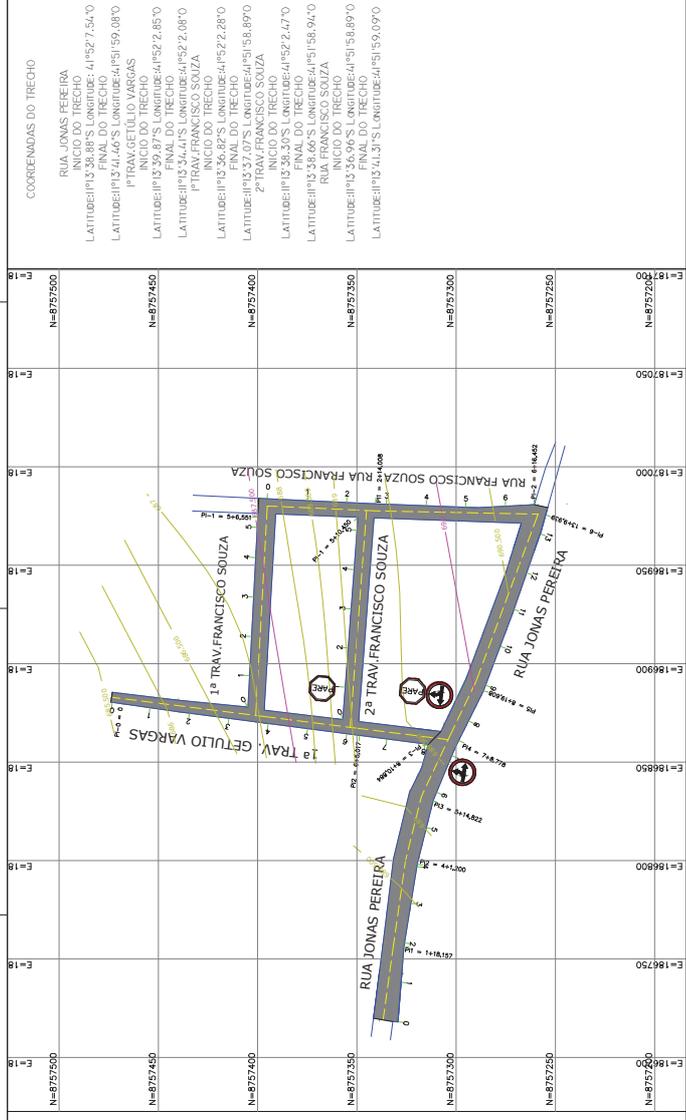
NOTAS PARA A EXECUÇÃO
 CONFEZINHO DE PLACAS
 CONFORME A NECESSIDADE

NOTAS PARA A EXECUÇÃO
 CONFEZINHO DE PLACAS
 CONFORME A NECESSIDADE

NOTAS PARA A EXECUÇÃO
 CONFEZINHO DE PLACAS
 CONFORME A NECESSIDADE

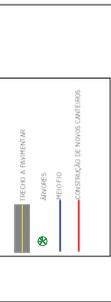


SIRGAS 2000
MERCATOR
MAGNÉTICO 45°W

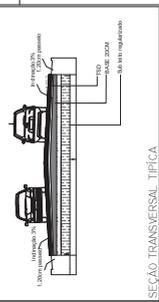


COORDENADAS DO TRECHO
RUA JONAS PEREIRA
INÍCIO DO TRECHO: 34.88° S, 152° 27' 54" O
FINAL DO TRECHO: 34.88° S, 152° 27' 54" O
LATITUDE: 1° 3' 41.46" S, LONGITUDE: 47° 59' 08" O
RUA GETÚLIO VARGAS
INÍCIO DO TRECHO: 33.99° S, 152° 27' 28" O
FINAL DO TRECHO: 33.99° S, 152° 27' 28" O
LATITUDE: 1° 3' 39.87" S, LONGITUDE: 47° 58' 89" O
RUA FRANCISCO SOUZA
INÍCIO DO TRECHO: 33.36° S, 152° 27' 28" O
FINAL DO TRECHO: 33.36° S, 152° 27' 28" O
LATITUDE: 1° 3' 26.82" S, LONGITUDE: 47° 58' 89" O
RUA FRANCISCO SOUZA
INÍCIO DO TRECHO: 33.30° S, 152° 27' 28" O
FINAL DO TRECHO: 33.30° S, 152° 27' 28" O
LATITUDE: 1° 3' 28.30" S, LONGITUDE: 47° 58' 89" O
RUA FRANCISCO SOUZA
INÍCIO DO TRECHO: 33.36° S, 152° 27' 28" O
FINAL DO TRECHO: 33.36° S, 152° 27' 28" O
LATITUDE: 1° 3' 36.96" S, LONGITUDE: 47° 58' 89" O

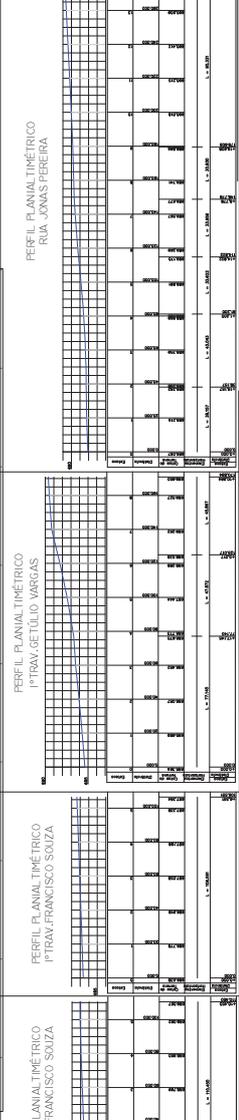
LEGENDA



SÍMBOLO	DESCRIÇÃO	QUANT.
	PLACA OBRIGATORIA	02
	SINAL DE FRENTE OU À DREITA	01
	SINAL DE FRENTE OU À ESQUERDA	01
	DUBLÔ SENTIDO DE CIRCULAÇÃO	00
	SENTIDO DE CIRCULAÇÃO	00
	PASSAGEM OBRIGATORIA	00
	PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DE RUAS	00
TOTAL DE PLACAS		04



SEÇÃO TRANSVERSAL TÍPICA



PERFIL PLANIMÉTRICO RUA FRANCISCO SOUZA
PERFIL PLANIMÉTRICO RUA JONAS PEREIRA
PERFIL PLANIMÉTRICO RUA GETÚLIO VARGAS
PERFIL PLANIMÉTRICO RUA FRANCISCO SOUZA

NOTAS SIMPLIFICADAS
CONFORME AS NECESSIDADES
CONFORME A NECESSIDADE

LEGENDA
E0 E1 E2

QUADRO DE PAVIMENTAÇÃO

PROJ. JONAS PEREIRA	PROJ. FRANCISCO SOUZA	PROJ. GETÚLIO VARGAS	PROJ. FRANCISCO SOUZA
100.00m	100.00m	100.00m	100.00m
100.00m	100.00m	100.00m	100.00m
100.00m	100.00m	100.00m	100.00m
100.00m	100.00m	100.00m	100.00m
100.00m	100.00m	100.00m	100.00m

ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (ME) 13.891.544/0001-32

PROJETO: PAVIMENTAÇÃO DE RUA
LOCAL: RUA JONAS PEREIRA
MUNICÍPIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL-BA

PROJETO: PAVIMENTAÇÃO DE RUA
LOCAL: RUA JONAS PEREIRA
MUNICÍPIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL-BA

PROJETO: PAVIMENTAÇÃO DE RUA
LOCAL: RUA JONAS PEREIRA
MUNICÍPIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL-BA

PROJETO: PAVIMENTAÇÃO DE RUA
LOCAL: RUA JONAS PEREIRA
MUNICÍPIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL-BA

PROJETO: PAVIMENTAÇÃO DE RUA
LOCAL: RUA JONAS PEREIRA
MUNICÍPIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL-BA

PROJETO: PAVIMENTAÇÃO DE RUA
LOCAL: RUA JONAS PEREIRA
MUNICÍPIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL-BA

PROJETO: PAVIMENTAÇÃO DE RUA
LOCAL: RUA JONAS PEREIRA
MUNICÍPIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL-BA

PROJETO: PAVIMENTAÇÃO DE RUA
LOCAL: RUA JONAS PEREIRA
MUNICÍPIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL-BA

PROJETO: PAVIMENTAÇÃO DE RUA
LOCAL: RUA JONAS PEREIRA
MUNICÍPIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL-BA

PROJETO: PAVIMENTAÇÃO DE RUA
LOCAL: RUA JONAS PEREIRA
MUNICÍPIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL-BA

PROJETO: PAVIMENTAÇÃO DE RUA
LOCAL: RUA JONAS PEREIRA
MUNICÍPIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL-BA

PROJETO: PAVIMENTAÇÃO DE RUA
LOCAL: RUA JONAS PEREIRA
MUNICÍPIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL-BA

PROJETO: PAVIMENTAÇÃO DE RUA
LOCAL: RUA JONAS PEREIRA
MUNICÍPIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL-BA

PROJETO: PAVIMENTAÇÃO DE RUA
LOCAL: RUA JONAS PEREIRA
MUNICÍPIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL-BA

PROJETO: PAVIMENTAÇÃO DE RUA
LOCAL: RUA JONAS PEREIRA
MUNICÍPIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL-BA

PROJETO: PAVIMENTAÇÃO DE RUA
LOCAL: RUA JONAS PEREIRA
MUNICÍPIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL-BA

PROJETO: PAVIMENTAÇÃO DE RUA
LOCAL: RUA JONAS PEREIRA
MUNICÍPIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL-BA

PROJETO: PAVIMENTAÇÃO DE RUA
LOCAL: RUA JONAS PEREIRA
MUNICÍPIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL-BA

PROJETO: PAVIMENTAÇÃO DE RUA
LOCAL: RUA JONAS PEREIRA
MUNICÍPIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL-BA

PROJETO: PAVIMENTAÇÃO DE RUA
LOCAL: RUA JONAS PEREIRA
MUNICÍPIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL-BA

PROJETO: PAVIMENTAÇÃO DE RUA
LOCAL: RUA JONAS PEREIRA
MUNICÍPIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL-BA

PROJETO: PAVIMENTAÇÃO DE RUA
LOCAL: RUA JONAS PEREIRA
MUNICÍPIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL-BA

PROJETO: PAVIMENTAÇÃO DE RUA
LOCAL: RUA JONAS PEREIRA
MUNICÍPIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL-BA

PROJETO: PAVIMENTAÇÃO DE RUA
LOCAL: RUA JONAS PEREIRA
MUNICÍPIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL-BA

PROJETO: PAVIMENTAÇÃO DE RUA
LOCAL: RUA JONAS PEREIRA
MUNICÍPIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL-BA

PROJETO: PAVIMENTAÇÃO DE RUA
LOCAL: RUA JONAS PEREIRA
MUNICÍPIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL-BA

PROJETO: PAVIMENTAÇÃO DE RUA
LOCAL: RUA JONAS PEREIRA
MUNICÍPIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL-BA

PROJETO: PAVIMENTAÇÃO DE RUA
LOCAL: RUA JONAS PEREIRA
MUNICÍPIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL-BA

PROJETO: PAVIMENTAÇÃO DE RUA
LOCAL: RUA JONAS PEREIRA
MUNICÍPIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL-BA

PROJETO: PAVIMENTAÇÃO DE RUA
LOCAL: RUA JONAS PEREIRA
MUNICÍPIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL-BA

PROJETO: PAVIMENTAÇÃO DE RUA
LOCAL: RUA JONAS PEREIRA
MUNICÍPIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL-BA

PROJETO: PAVIMENTAÇÃO DE RUA
LOCAL: RUA JONAS PEREIRA
MUNICÍPIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL-BA

PROJETO: PAVIMENTAÇÃO DE RUA
LOCAL: RUA JONAS PEREIRA
MUNICÍPIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL-BA

PROJETO: PAVIMENTAÇÃO DE RUA
LOCAL: RUA JONAS PEREIRA
MUNICÍPIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL-BA

PROJETO: PAVIMENTAÇÃO DE RUA
LOCAL: RUA JONAS PEREIRA
MUNICÍPIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL-BA

PROJETO: PAVIMENTAÇÃO DE RUA
LOCAL: RUA JONAS PEREIRA
MUNICÍPIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL-BA

PROJETO: PAVIMENTAÇÃO DE RUA
LOCAL: RUA JONAS PEREIRA
MUNICÍPIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL-BA

Nº OPERAÇÃO	Nº SICOMV	PROPRONTE / TOMADOR	APELIDO DO EMPREENDIMENTO
0	0	Ministério das Cidades	Pavimentação de Vias Urbanas no Município de São Gabriel-BA
LOCALIDADE SINAPI (ND: Referência 12-2023.xls)	DATA BASE 12-23 (N.DES.)	DESCRIÇÃO DO LOTE SINAPI 12-23 / SICRO 10-23	MUNICÍPIO / UF São Gabriel- BA
			BDI 1 24,22%
			BDI 2 16,80%
			BDI 3 0,00%

RECURSO ↓

Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)
SINAPI 12-23 / SICRO 10-23									
7. SERVIÇOS PRELIMINARES									
7.1. SERVIÇOS PRELIMINARES									
-	SICRO	5914637	TRANSPORTE COM CAVALO MECANICO COM SEMI REBOQUE 22t - RODOVIA PAVIMENTADA	lkm	79.906,50		BDI 1	-	-
-	Composição	01.01	Instalação de canteiro de obras	und	1,00		BDI 1	-	-
-	Composição	01.02	Administração local e manutenção do canteiro	mês	6,00		BDI 1	-	-
-	Composição	01.03	Controle Geométrico / Tecnológico	dia	56,00		BDI 1	-	-
-	SINAPI-I	4813	PLACA DE OBRA (PARA CONSTRUÇÃO CIVIL) EM CHAPA GALVANIZADA *N. 22*. ADESIVADADE *2,4 X 1,20* M	m²	2,88		BDI 1	-	-
8. PAVIMENTAÇÃO EM VIAS URBANAS SÃO GABRIEL-BA									
8.1. Limpeza mecanizada da camada vegetal									
-	SICRO	5502985	Destacamento de árvores com diâmetro de 0,15 a 0,30 m	m²	7.407,86		BDI 1	-	-
-	SICRO	5501701	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO. AF_11/2019	und	41,00		BDI 1	-	-
-	SINAPI	100576	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE BASE E OU SUB-BASE PARA PAVIMENTAÇÃO DE SOLO (PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO) BRITA - 40/60 - EXCLUSIVE SOLO, ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE. AF_11/2019	m²	27.951,76		BDI 1	-	-
-	SINAPI	100572	ESCAVAÇÃO HORIZONTAL EM SOLO DE 1A CATEGORIA COM TRATOR DE ESTEIRAS (170HP/LÂMINA: 5,20M3). AF_07/2020	m³	5.590,38		BDI 1	-	-
-	SINAPI	101116	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, ADICIONAL PARA DMT EXCEDENTE A 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020 (SOLO 60% BASE SOLO BRITA)	m³	3.354,23		BDI 1	-	-
-	SINAPI	93593	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, ADICIONAL PARA DMT EXCEDENTE A 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020 (Brita 40% BASE SOLO BRITA)	m³xkm	63.142,91		BDI 1	-	-
-	SINAPI	93594	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, ADICIONAL PARA DMT EXCEDENTE A 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020 (Brita 40% BASE SOLO BRITA)	m³xkm	40.720,05		BDI 1	-	-
-	SICRO	4011352	IMPRIMAÇÃO COM EMULSÃO ASFALTICA	m²	27.951,76		BDI 1	-	-
-	SICRO	4011372	TRATAMENTO SUPERFICIAL DUPLO COM BANHO DILUÍDO - BRITA COMERCIAL	m²	27.951,76		BDI 1	-	-
-	SICRO	4011353	Pintura de ligação	m²	27.951,76		BDI 1	-	-
-	SICRO	4915637	CAPA SELANTE - AREA COMERCIAL	m²	27.951,76		BDI 1	-	-
-	SINAPI	93593	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, ADICIONAL PARA DMT EXCEDENTE A 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020 (BRITA TSD)	m³xkm	5.649,04		BDI 1	-	-
-	SINAPI	93594	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, ADICIONAL PARA DMT EXCEDENTE A 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020 (BRITA CAPA SELANTE)	m³xkm	5.090,01		BDI 1	-	-
9. AQUISIÇÃO E TRANSPORTE DE INSUMOS ASFALTICOS									
9.1. AQUISIÇÃO E TRANSPORTE DE INSUMOS ASFALTICOS									
-	Cotação	01	EMULSÃO ASFALTICA PARA SERVIÇO DE IMPRIMAÇÃO CM 30	t	30,74		BDI 2	-	-
-	Cotação	02	EMULSÃO ASFALTICA PARA PINTURA DE LIGAÇÃO RR 2C	t	12,57		BDI 2	-	-



PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Base para Licitação - OGU

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO	Nº SICONV	PROPRONTE / TOMADOR	APELIDO DO EMPREENDIMENTO
0	0	Ministério das Cidades	Pavimentação de Vias Urbanas no Município de São Gabriel-BA
LOCALIDADE SINAPI (ND: Referência 12-2023.xls)	DATA BASE 12-23 (N.DES.)	DESCRIÇÃO DO LOTE SINAPI 12-23 / SICRO 10-23	MUNICÍPIO / UF São Gabriel- BA
			BDI 1 24,22%
			BDI 2 16,80%
			BDI 3 0,00%

RECURSO ↓

Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)
SINAPI 12-23 / SICRO 10-23									
-	Cotação	02	TRATAMENTO SUPERFICIAL DUPLO RR ZC	t	104,27		BDI 2	-	RA
-	Cotação	02	CAPA SELANTE - RR ZC	t	13,99		BDI 2	-	RA
-	SINAPI	102330	TRANSPORTE COM CAMINHÃO TANQUE DE TRANSPORTE DE MATERIAL ASFÁLTICO DE 30000 L, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30KM (UNIDADE: TKKM). AF_07/2020 (CM30)	tx km	13.037,91		BDI 1	-	RA
-	SINAPI	102330	TRANSPORTE COM CAMINHÃO TANQUE DE TRANSPORTE DE MATERIAL ASFÁLTICO DE 30000 L, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30KM (UNIDADE: TKKM). AF_07/2020 RRZC	tx km	55.470,38		BDI 1	-	RA
10.			SINALIZAÇÃO						
10.1.			SINALIZAÇÃO						
-	SICRO	5213401	SINALIZACAO HORIZONTAL - PINTURA DE FAIXAS	m²	666,68		BDI 1	-	RA
-	SICRO	5213465	PLACA DE SINALIZAÇÃO VERTICAL	und	29,00		BDI 1	-	RA
11.			CALÇADAS E DRENAGEM SUPERFICIAL						
11.1.			CALÇADAS E DRENAGEM SUPERFICIAL						
-	SINAPI	94273	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRE-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA VIAS URBANAS (USO VIÁRIO). AF_06/2016	m	7.407,86		BDI 1	-	RA
-	SINAPI	100948	TRANSPORTE COM CAMINHÃO CARROCERIA 9T, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, ADICIONAL PARA DMT EXCEDENTE A 30 KM (UNIDADE: TKKM). AF_07/2020	txkm	9.360,56		BDI 1	-	RA
-	SINAPI	104789	DEMOLIÇÃO DE PISO DE CONCRETO SIMPLES, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	m³	26,67		BDI 1	-	RA
-	SINAPI	94990	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_08/2022	m³	533,38		BDI 1	-	RA
-	Composição	02.01	RAMPA DE ACESSIBILIDADE EM CALÇADA DE CONCRETO NBR 9050	und	138,00		BDI 1	-	RA
12.			PROTEÇÃO AMBIENTAL						
12.1.			PROTEÇÃO AMBIENTAL						
-	Composição	03.01	Conformação de jazidas e Áreas Degradadas	m²	2.050,00		BDI 1	-	RA

Encargos sociais:

[Para elaboração deste orçamento, foram utilizados os encargos sociais do SINAPI para a Unidade da Federação indicada.]

Observações:

Foi considerado arredondamento de duas casas decimais para Quantidade; Custo Unitário; BDI; Preço Unitário; Preço Total.



CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO
OGU

Grau de Sigilo
#PÚBLICO

Nº OPERAÇÃO 0
Nº SICONV 0
PROPOSTANTE TOMADOR
Ministerio das Cidades

APELIDO EMPREENDIMENTO
Pavimentação de Vias Urbanas no Município de São Gabriel-BA

Item	Descrição	Valor (R\$)	Parcelas:	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
1.	SERVIÇOS PRELIMINARES	-	% Período:	03/24	04/24	05/24	06/24	07/24	08/24	09/24	10/24	11/24	12/24	01/25	02/25
2.	PAVIMENTAÇÃO EM VIAS URBANAS SÃO	-	% Período:	10,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	10,00%						
3.	AQUISIÇÃO E TRANSPORTE DE INSUMOS A	-	% Período:	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	10,00%	10,00%						
4.	SINALIZAÇÃO	-	% Período:	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	10,00%	10,00%						
5.	CALÇADAS E DRENAGEM SUPERFICIAL	-	% Período:	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	10,00%	10,00%						
6.	PROTEÇÃO AMBIENTAL	-	% Período:						100,00%						

Total: R\$ 0,00

Período:	%:	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
Repasso:	Contrapartida:														
Outros:	Investimento:														
Repasso:	Contrapartida:														
Outros:	Investimento:														

São Gabriel- BA

Local

sábado, 13 de abril de 2024

Data

Responsável Técnico
Nome: David Edson Martins Rocha
CREA/CAU: 3000057529
ART/RRT: BA20240680085

FUNTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	COEFIC.	CUSTO UNIT DESONERADO	CUSTO UNIT NÃO DESONER.
SINAPI	01.01	INSTALAÇÃO DE CANTEIRO DE OBRAS (UND)			16.094,04	16.551,36
SINAPI	93208	EXECUÇÃO DE ALMOXARIFADO EM CANTEIRO DE OBRA EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA, INCLUSO PRATELEIRAS. AF_02/2016	M2	8	898,55	920,91
SINAPI	93212	EXECUÇÃO DE SANITÁRIO E VESTIÁRIO EM CANTEIRO DE OBRA EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA, NÃO INCLUSO MOBILIÁRIO. AF_02/2016	M2	4	1.007,27	1.038,70
SINAPI	93210	EXECUÇÃO DE REFEITÓRIO EM CANTEIRO DE OBRA EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA, NÃO INCLUSO MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS. AF_02/2016	M2	8	609,57	628,66
					0,00	0,00
SINAPI	01.02	ADMINISTRAÇÃO LOCAL E MANUTENÇÃO DE CANTEIRO DE OBRAS (MES)			10.483,02	11.973,08
SINAPI	90777	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	40	98,82	114,48
SINAPI	90780	MESTRE DE OBRAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	40	44,20	50,92
SINAPI	90767	APONTADOR OU APROPRIADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	40	27,75	31,89
SINAPI	88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	40	20,39	22,30
SINAPI	88264	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	4	28,48	31,67
SINAPI	88275	MECÂNICO DE EQUIPAMENTOS PESADOS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	40	40,58	45,92
SINAPI	90776	ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	20	32,52	37,34
SINAPI	92139	CAMINHONETE COM MOTOR A DIESEL, POTÊNCIA 180 CV, CABINE DUPLA, 4X4 - CHI DIURNO. AF_11/2015	CHI	10	44,91	47,92
SINAPI	01.03	CONTROLE GEOMÉTRICO / TECNOLÓGICO (DIA)			387,88	446,48
SINAPI	90781	TOPOGRAFO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	8	39,10	45,08
SINAPI	88253	AUXILIAR DE TOPÓGRAFO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	4	18,77	21,46
SINAPI	02.01	RAMPA DE ACESSIBILIDADE NBR 9050			370,84	384,62
SINAPI	94990	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_08/2022	M3	0,3456	803,90	833,77
SINAPI	104658	PISO PODOTÁTIL DE ALERTA OU DIRECIONAL, DE CONCRETO, ASSENTADO SOBRE ARGAMASSA. AF_05/2023	M2	0,625	128,87	133,32
SINAPI	102491	PINTURA DE PISO COM TINTA ACRÍLICA, APLICAÇÃO MANUAL, 2 DEMÃOS, INCLUSO FUNDO PREPARADOR. AF_05/2021	M2	0,625	19,98	21,05
SINAPI	03.01	CONFORMAÇÃO DE JAZIDAS E AREAS DESMATADAS			2,63	2,94
SINAPI	88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,129	20,39	22,30
SICRO	4413986	Regularização de superfície com motoniveladora	m²	1	0,00	0,07
					0,00	0,00

06/02/2024

Data

 Responsável Técnico: David Edson Martins Rocha
 CREA/CAU: 3000057529

Nº OPERAÇÃO 0	Nº SICONV 0	PROponente / TOMADOR Ministerio das Cidades
------------------	----------------	--

APELIDO DO EMPREENDIMENTO / DESCRIÇÃO DO LOTE
Pavimentação de Vias Urbanas no Município de São Gabriel-BA / SINAPI 12-23 / SICRO 10-23

Conforme legislação tributária municipal, definir estimativa de percentual da base de cálculo para o ISS:	60,00%
Sobre a base de cálculo, definir a respectiva alíquota do ISS (entre 2% e 5%):	5,00%

BDI 1

TIPO DE OBRA
Construção de Praças Urbanas, Rodovias, Ferrovias e recapeamento e pavimentação de vias urbanas

Itens	Siglas	% Adotado
Administração Central	AC	3,88%
Seguro e Garantia	SG	0,75%
Risco	R	0,97%
Despesas Financeiras	DF	1,21%
Lucro	L	8,50%
Tributos (impostos COFINS 3%, e PIS 0,65%)	CP	3,65%
Tributos (ISS, variável de acordo com o município)	ISS	3,00%
Tributos (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - 0% ou 4,5% - Desoneração)	CPRB	0,00%
BDI SEM desoneração (Fórmula Acórdão TCU)	BDI PAD	24,22%

Os valores de BDI foram calculados com o emprego da fórmula:

$$BDI = \frac{(1+AC + S + R + G) * (1 + DF) * (1+L)}{(1-CP-ISS-CRPB)} - 1$$

Declaro para os devidos fins que, conforme legislação tributária municipal, a base de cálculo deste tipo de obra corresponde à 60%, com a respectiva alíquota de 5%.

Declaro para os devidos fins que o regime de Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta adotado para elaboração do orçamento foi SEM Desoneração, e que esta é a alternativa mais adequada para a Administração Pública.

Observações:

São Gabriel- BA
Local

sábado, 13 de abril de 2024
Data

Responsável Técnico

Nome: David Edson Martins Rocha

CREA/CAU: 3000057529

ART/RRT: BA20240680085

Nº OPERAÇÃO 0	Nº SICONV 0	PROPONENTE / TOMADOR Ministerio das Cidades
------------------	----------------	--

APELIDO DO EMPREENDIMENTO / DESCRIÇÃO DO LOTE
Pavimentação de Vias Urbanas no Município de São Gabriel-BA / SINAPI 12-23 / SICRO 10-23

Conforme legislação tributária municipal, definir estimativa de percentual da base de cálculo para o ISS:	60,00%
Sobre a base de cálculo, definir a respectiva alíquota do ISS (entre 2% e 5%):	5,00%

BDI 2

TIPO DE OBRA
Fornecimento de Materiais e Equipamentos (aquisição indireta - em conjunto com licitação de obras)

Itens	Siglas	% Adotado
Administração Central	AC	1,50%
Seguro e Garantia	SG	0,30%
Risco	R	0,50%
Despesas Financeiras	DF	1,21%
Lucro	L	5,31%
Tributos (impostos COFINS 3%, e PIS 0,65%)	CP	3,65%
Tributos (ISS, variável de acordo com o município)	ISS	3,00%
Tributos (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - 0% ou 4,5% - Desoneração)	CPRB	0,00%
BDI SEM desoneração (Fórmula Acórdão TCU)	BDI PAD	16,80%

Os valores de BDI foram calculados com o emprego da fórmula:

$$BDI = \frac{(1+AC + S + R + G)*(1 + DF)*(1+L)}{(1-CP-ISS-CRPB)} - 1$$

Declaro para os devidos fins que, conforme legislação tributária municipal, a base de cálculo deste tipo de obra corresponde à 60%, com a respectiva alíquota de 5%.

Declaro para os devidos fins que o regime de Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta adotado para elaboração do orçamento foi SEM Desoneração, e que esta é a alternativa mais adequada para a Administração Pública.

Observações:

São Gabriel- BA
Local

sábado, 13 de abril de 2024
Data

Responsável Técnico
Nome: David Edson Martins Rocha
CREA/CAU: 3000057529
ART/RRT: BA20240680085



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

MEMORIAL DESCRITIVO

SÃO GABRIEL - BA

- **Localização**
- **Levantamento Planialtimétrico**
- **Projeto Geométrico e Terraplenagem**
- **Projeto de Drenagem**
- **Projeto de Pavimentação**



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL -BA



APRESENTAÇÃO

Este relatório apresenta o memorial descritivo e as especificações técnicas referentes ao projeto de Pavimentação em Áreas Urbanas no Município de São Gabriel-BA, o projeto proposto contempla a pavimentação em TSD(tratamento superficial duplo) com capa selante, para 27.951,76 m², drenagem superficial com meios fios de concreto e construção de 8.889,67 m² de calçadas de concreto, com piso tátil direcional e alerta e rampas de acessibilidade conforme NBR 9050. Nesse sentido os serviços descritos aqui englobam Localização, Levantamento Planialtimétrico Cadastral, Projeto Geométrico, de Terraplenagem, de Drenagem, e de Pavimentação, o projeto de sinalização segue em anexo a parte, assim como material orçamentario e de calculo dos quantitativos de projeto condicionados às exigências do Contrato.

Estas especificações têm por objetivo estabelecer as condições e requisitos técnicos para a execução do projeto de pavimentação asfáltica no município de São Gabriel:

- 1- Foram designados para o projeto 23 trechos em Bairros na sede do Município de São Gabriel.
- 2- Os trechos em questão apresentam base de solo brita.
- 3- Os trechos em questão apresentam calçadas de 1,20 m de Concreto dos dois lados da vias projetadas.
- 4- Pavimentação (TSD com CAPA SELANTE) nos trechos projetados.
- 5- Escamento superficial com meios fios de concreto e inclinação de projeto.
- 6- Placas de sinalização em todas as vias.



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	2
SUMÁRIO	3
INDICE E NORMAS.....	4
LISTA DE FIGURAS.....	7
LISTA DE TABELAS	8
1. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES	9
1.1. TERMOS E DEFINIÇÕES	10
1.2. PROJETO E ESPECIFICAÇÕES	12
Discrepâncias e Interpretações	12
Revisões e Complementações no Projeto.....	13
Especificações Complementares.....	13
Alterações de Pormenores Construtivos	13
Quantidades de Trabalho	14
1.3. CONSIDERAÇÕES DE EXECUÇÃO	14
1.4. TRABALHOS EXTRAS	14
1.5. ANDAMENTO DOS TRABALHOS.....	15
Início dos Trabalhos	15
Prazos de Construção e Indenização por Atrasos.....	15
2. LOCALIZAÇÃO	16
2.1. DESCRIÇÃO.....	17
2.2. CONSIDERAÇÕES GERAIS	17
2.2.1. Objetivos	17
2.3. Pavimentação asfáltica 27.951,76 m ²	18
2.3.1. Trechos de ruas na sede do município de São Gabriel.....	18
3. PROJETO GEOMÉTRICO E TERRAPLENAGEM	20
3.1. ELEMENTOS BÁSICOS PARA O PROJETO.....	21
3.2. OBJETIVOS.....	21
4. PROJETO DE DRENAGEM.....	24



4.1. INTRODUÇÃO	25
4.2. ESTUDOS HIDROLÓGICOS	25
Parâmetros Hidrológicos	26
Equação de Chuvas	27
Caracterização Climática	30
Temperatura	31
Umidade Relativa	32
Insolação	33
Nebulosidade	33
Ventos	34
Pluviometria	34
Coeficiente de deflúvio	37
Tempo de concentração	38
Período de Retorno	38
Áreas Contribuintes de Drenagem	39
Cálculo das Vazões de Projeto	39
Equação do Método Racional	39
Dimensionamento Hidráulico	40
4.3. CONCEPÇÃO DO SISTEMA	41
O Sistema Proposto	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES	42
5. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DE DRENAGEM	44
5.1. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	45
5.2. ESCOAMENTO SUPERFICIAL MEIOS FIOS DE CONCRETO	45
Normas	46
Equipamentos	46
Execução	46
Controle	46
5.3. ESCOAMENTO SUPERFICIAL MEIOS FIOS DE CONCRETO	47
Materiais	47
Equipamentos	47
Controle	47



Execução.....	48
6. PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO	50
6.1. OBJETIVOS.....	54
6.2. SUBLEITO	54
6.3. SUB-BASE.....	57
6.4. BASE	59
6.5. PAVIMENTAÇÃO	60
6.5.1. Imprimação	60
6.5.2. Tratamento superficial duplo.....	62
6.5.3. Capa selante.....	62
7. DIMENSIONAMENTO DO PAVIMENTO.....	64
7.1. INTRODUÇÃO.....	65
7.2. ESTUDOS GEOTÉCNICOS DO SUBLEITO	66
7.3. INVESTIGAÇÕES GEOTÉCNICAS.....	66
7.4. CONCEITUAÇÃO DAS CAMADAS COMPONENTES DO PAVIMENTO.....	67
7.5. PARÂMETROS DE PROJETO ADOTADOS	68
7.5.1. Capacidade de Suporte do Subleito.....	68
7.5.2. Classificação das Vias e Definição do Número “N”.....	69
7.5.3. Vida Útil do Projeto	72
7.6. ESTUDOS DO SUBLEITO.....	73
7.7. ESTUDOS DE TRÁFEGO	74
7.8. SERVIÇOS DE CAMPO E LABORATÓRIO	74
7.9. ÍNDICE DE SUPORTE CARACTERÍSTICO DO SUBLEITO	76
7.10 DIMENSIONAMENTO DO PAVIMENTO DAS VIAS	78
7.9.1. Dados da Entrada	78
7.9.2. Dados da Saída	80
7.11.0 METODOLOGIA UTILIZADA PARA O PAVIMENTO DA VIA.....	84
7.12.0 REQUISITOS DE CONCEPÇÃO.....	84
7.12.1 Variáveis de Concepção	81
Restrições de Tempo	81
Confiabilidade.....	81



Efeitos Ambientais.....	82
7.13.1 Critérios de Desempenho.....	82
Facilidade de Manutenção	83
Módulo Resiliente de Solo.....	84
Coeficientes de Drenagem.....	85
8.0 CALÇADAS DE CONCRETO	86
8.1 Rampa de Acessibilidade NBR 9050.....	87
9.0 RECOMENDAÇÕES.....	88
10.0 ESPECIFICAÇÕES DE SERVIÇO.....	88
11.0 CRITERIOS DE FISCALIZAÇÃO.....	89

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de Localização do Município de São Gabriel - BA.	17
Figura 2: Mapa do Município de São Gabriel - BA	18
Figura 3: Trechos de pavimentação em São Gabriel.....	19
Figura 25: Espessura de Camadas de Pavimento Flexível.	81
Figura 26: Espessuras de camadas de pavimento flexível – Baixos níveis de ESAL.	82
Figura 27: Tráfego total W18 versus Número Estrutural SN.....	83
Figura 28: Esquema do cálculo do tempo de drenagem	92



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Descrição do Eixo	23
Tabela 3: Coeficientes de deflúvio para uso no método racional (C).	38
Tabela 4: Classificação das Vias e Parâmetros de tráfego correspondentes.	72
Tabela 5: Vida útil do projeto de acordo com a tipologia da via.	73
Tabela 6: Períodos de Análise	85
Tabela 7: Valores sugeridos de confiabilidade	86
Tabela 8: Desvio padrão normal em função do nível de confiabilidade	86
Tabela 9: Valores sugeridos para po – pt.....	88
Tabela 10: Coeficientes de camadas.....	89
Tabela 11: Definições dos níveis de drenagem.....	90
Tabela 12: Valores recomendados de mi em função da qualidade da drenagem	92
Tabela 13: Pavimentação projetada para a via.....	93



INDICE DE NORMAS

As normas citadas nesse documento são partes constituintes dessa especificação técnica.

NORMA DNIT 106-ES: Terraplenagem – Cortes – especificação de serviço

NORMA DNIT 107-ES: Terraplenagem – Empréstimos – Especificação de serviço.

NORMA DNIT 137/2010-ES “Pavimentação – Regularização do subleito

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS do DER- SP, CODIGO ET-DE-P00/006 SUB-BASE OU BASE DE SOLO BRITA.

NORMA DNIT PROJETO DE NORMA – ES Pavimentação – Sub-base ou Base de Brita Graduada Simples. Especificação de serviço.

NORMA DNIT 144/2014-ES Pavimentação - Imprimação com ligante asfáltico - Especificação de serviço.

NORMA DNIT 147/2012 - ES Pavimentação asfáltica - Tratamento Superficial Duplo - Especificação de serviço.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DER/PR ES-P 19/17
PAVIMENTAÇÃO: CAPA SELANTE.

NORMA DNIT 031/2006 – ES Pavimentos flexíveis - Concreto asfáltico - Especificação de serviço

ALBUM DE PROJETOS – TIPOS DE DISPOSITIVOS DE DRENAGEM- DNIT

MANUAL DE DRENAGEM DE RODOVIAS- DNIT- 2006 PAVIMENTO SEMI FLEXIVEL

MANUAL DE MANUTENÇÃO E RESTAURAÇÃO DE PAVIMENTOS ASFALTICOS- DNIT-2006.

NBR 9050 Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

1. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES



1.1. TERMOS E DEFINIÇÕES

Quando nas presentes ESPECIFICAÇÕES e em outros documentos do Contrato figurarem as palavras, expressões ou abreviaturas abaixo, as mesmas deverão ser interpretadas como a seguir:

- CONCORRENTE OU PROPONENTE - Pessoas ou firmas que apresentarem propostas à Concorrência para execução das obras;
- FISCALIZAÇÃO - CONTRATANTE ou Pessoas ou firmas designadas e credenciadas por esta para examinar, verificar e fiscalizar, nos termos do Contrato, a execução das obras de que tratam estas ESPECIFICAÇÕES;
- PROJETISTA – PREFEITURA MUNICIPAL DE OUROLANDIA
- EMPREITEIRA - Pessoas ou firmas que subscreverem o Contrato para execução e fornecimento de todos os trabalhos, materiais e equipamentos permanentes, indicados no Projeto e nas ESPECIFICAÇÕES;
- CONTRATO - Documento subscrito pela CONTRATANTE e pela EMPREITEIRA, de acordo com a legislação em vigor, e que define as obrigações de ambas as partes, com relação a execução das obras a que se referem estas ESPECIFICAÇÕES;
- CONTRATANTE - Entidade contratante dos serviços e que subscreverá o Contrato para a execução das obras a que se referem estas ESPECIFICAÇÕES e de outros Documentos de Contratos;
- SUB-EMPREITEIRA e/ou FORNECEDOR - Pessoa, pessoas, firma ou firmas, (Consórcio) que podem subscrever, com prévia autorização de CONTRATANTE um contrato com a EMPREITEIRA para o fornecimento de materiais ou serviços, em ambos, destinados à execução de obras e/ou serviços previstos no Contrato;
- FABRICANTE - O construtor dos equipamentos, aparelhos e instalações que a EMPREITEIRA terá de fornecer ou usar, de acordo com o Contrato;
- RESIDENTE DA EMPREITEIRA - O representante credenciado da EMPREITEIRA, com função executiva no canteiro das obras, durante todo o



decorrer dos trabalhos, e autorização para receber e cumprir as decisões da FISCALIZAÇÃO;

- DOCUMENTOS DE CONTRATO - Conjunto de todos os documentos que definem e regulam a execução da obra, compreendendo as ESPECIFICAÇÕES, os desenhos de projeto, a proposta da EMPREITEIRA, o cronograma de obras, ou quaisquer outros documentos suplementares que se façam necessários a execução da obra de acordo com as condições contratuais;
- ESPECIFICAÇÕES - As instruções, diretrizes, exigências, métodos e disposições detalhadas quanto à maneira de execução dos trabalhos;
- DESENHOS - Todas as plantas, perfis, seções, vistas, perspectivas, esquemas, diagramas ou reproduções que indiquem as características, dimensões e disposições das obras a executar;
- CRONOGRAMA - Organização e distribuição dos diversos prazos para execução das obras e que está proposto pela EMPREITEIRA e submetido à aprovação da CONTRATANTE;
- OBRA - Conjunto de estruturas de caráter permanente que a EMPREITEIRA terá de executar de acordo com o Contrato;
- ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas;
- NB - Norma Brasileira;
- MB - Método Brasileiro;
- EB - Especificação Brasileira;
- EB-R - Especificação Brasileira Recomendada;
- NB-R - Norma Brasileira Recomendada;
- ASTM - American Society for Testing Materials;
- AWWA - American Water Works Association;
- AWS - American Welding Society;
- ANSI - American National Standards Institute;
- USBR - United States Bureau of Reclamation;
- CESP - Centrais Elétricas São Paulo;
- AISI - American Iron Society Institute;
- ASME - American Society Mechanical Engineers;



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

- IPT - Instituto de Pesquisa Tecnológica de São Paulo;
- CAUSAS IMPREVISÍVEIS - São os cataclismos, tais como: inundações, incêndios e transformações geológicas bruscas de grande amplitude; desastres e perturbações graves na ordem social, tais como: motins, greves e epidemias;
- DNER - Departamento Nacional de Estradas e Rodagem.

1.2. PROJETO E ESPECIFICAÇÕES

A Execução da Obra seguirá em todos os seus pormenores os desenhos do Projeto anexos bem como as presentes ESPECIFICAÇÕES. Tais elementos, que serão fornecidos em cópias a EMPREITEIRA, farão parte integrante do Contrato.

Discrepâncias e Interpretações

Em caso de eventuais divergências entre elementos do projeto serão seguidos os seguintes critérios:

- Divergências entre as cotas assinaladas e as dimensões medidas em escala - prevalecerão as primeiras;
- Divergências entre desenhos de escalas diferentes - prevalecerão os de maior escala (denominador menor da relação modular);
- Divergências entre elementos não incluídos nos dois parágrafos anteriores, prevalecerão o critério e a interpretação da FISCALIZAÇÃO, para cada caso.

No canteiro de trabalho, deverão ser mantidos em bom estado pela EMPREITEIRA, tantos jogos de plantas quantos forem necessários para os serviços da obra.



Revisões e Complementações no Projeto

A CONTRATANTE se reserva ao direito de revisar e complementar o Projeto, sem que tais revisões, entretanto, introduzam alterações sensíveis quanto à natureza dos serviços durante a construção, devendo a EMPREITEIRA obedecer a essas revisões e complementações que serão apresentadas por meio de desenhos e instruções escritas. Essas revisões e complementações não poderão servir como justificativa de acréscimos nos preços unitários ou para atrasos no CRONOGRAMA.

Especificações Complementares

A FISCALIZAÇÃO, em face dos dados colhidos nos diversos setores das obras, durante sua execução, poderá emitir ESPECIFICAÇÕES complementares, de modo a ajustar as presentes a novas condições que porventura se apresentem no decorrer dos trabalhos.

Essas ESPECIFICAÇÕES complementares passarão a integrar as presentes ESPECIFICAÇÕES como se delas fizessem parte, e serão entregues por escrito a EMPREITEIRA. Caso estas não modifiquem substancialmente, a critério da CONTRATANTE, a natureza dos serviços a executar, não caberá a EMPREITEIRA qualquer reivindicação ou reclamação.

Alterações de Pormenores Construtivos

A EMPREITEIRA poderá, por seu lado, propor as alterações de pormenores construtivos do Projeto que entender convenientes, só podendo estas serem executadas depois da aprovação escrita da Fiscalização. A demora na aprovação, ou mesmo a não aprovação das alterações propostas, não poderá servir de justificativa para atrasos no cumprimento dos prazos estabelecidos, ou para qualquer outra reivindicação por parte da EMPREITEIRA.



Quantidades de Trabalho

Toda e qualquer modificação que acarrete aumento ou diminuição de quantitativos ou despesas, será previamente outorgada por escrito pela CONTRATANTE, após o pronunciamento da FISCALIZAÇÃO e só assim tomada em consideração no ajuste final de contas.

Essas modificações serão medidas e pagas ou deduzidas, com base nos preços unitários de contrato.

1.3. CONSIDERAÇÕES DE EXECUÇÃO

Todos os aspectos particulares do Projeto, os omissos e ainda os de obras complementares não consideradas no Projeto serão, em ocasião oportuna, especificados e detalhados pela FISCALIZAÇÃO. Deverão ser obrigatoriamente executados, desde que sejam necessários à complementação técnica do projeto.

1.4. TRABALHOS EXTRAS

Se durante o cumprimento do contrato vier a ser necessário ou conveniente, na opinião da FISCALIZAÇÃO, a execução de trabalhos extras para a devida execução dos serviços constantes do contrato, a EMPREITEIRA deverá executá-los desde que solicitados por escrito pela FISCALIZAÇÃO. Não será efetuado nenhum pagamento por trabalho extra feito pela EMPREITEIRA sem a autorização da FISCALIZAÇÃO.

Todos os serviços que sejam de mesma natureza e susceptíveis de serem classificados como iguais aos existentes nas planilhas de orçamento, anexas ao contrato, deverão ser pagos pelo preço unitário indicado na referida planilha.



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

Qualquer trabalho extra autorizado estará sujeito aos termos e determinação do contrato.

1.5. ANDAMENTO DOS TRABALHOS

Início dos Trabalhos

O EMPREITEIRO deverá começar os trabalhos dentro de 10 (dez) dias após o recebimento da Ordem de Serviço emitida pela CONTRATANTE e deverá prosseguir diligentemente com os mesmos até o término das Obras.

Prazos de Construção e Indenização por Atrasos

O EMPREITEIRO deverá terminar todos os trabalhos referentes às Obras dentro do prazo final de construção, previsto no Cronograma físico financeiro que para a referida obra é de 12 meses.

Se algum retardamento ocorrer, devido a Causas Imprevisíveis, sem que haja negligência do EMPREITEIRO, o prazo de construção poderá ser estendido por um período julgado plausível pela FISCALIZAÇÃO, desde que a mesma considere procedentes as alegações do EMPREITEIRO.

O EMPREITEIRO poderá, em sua proposta ou mesmo durante a construção, propor alterações nos prazos parciais do Cronograma, os quais só poderão ser levados a efeito quando aprovados pela FISCALIZAÇÃO.



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

2. LOCALIZAÇÃO

Largo da Pátria, 132 – Centro. São Gabriel – BA. CEP: 44915- 000
Fone/Fax: (74) 3620 2122



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

2.1. DESCRIÇÃO

O Município de São Gabriel é um município do estado da Bahia/Brasil. Situa-se a 486,8 quilômetros da capital estadual, Salvador. O Município faz parte da Chapada Diamantina, uma região no nordeste do Estado da Bahia, cujo principal polo econômico é Irecê. Um dos setores econômicos mais importantes é a produção de grãos como milho e mamona. Possui uma área de 1.146,05 quilômetros quadrados, com uma população de 18.600,00 habitantes. Está inserido na região do semiárido Baiano.

2.2. CONSIDERAÇÕES GERAIS

2.2.1. Objetivos

Este projeto de pavimentação asfáltica tem como objetivo garantir a trafegabilidade em qualquer época do ano e condições climáticas, e proporcionar aos usuários conforto ao rolamento e segurança.



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32



Figura 1: Mapa de Localização do Município de Barro Alto- BA.

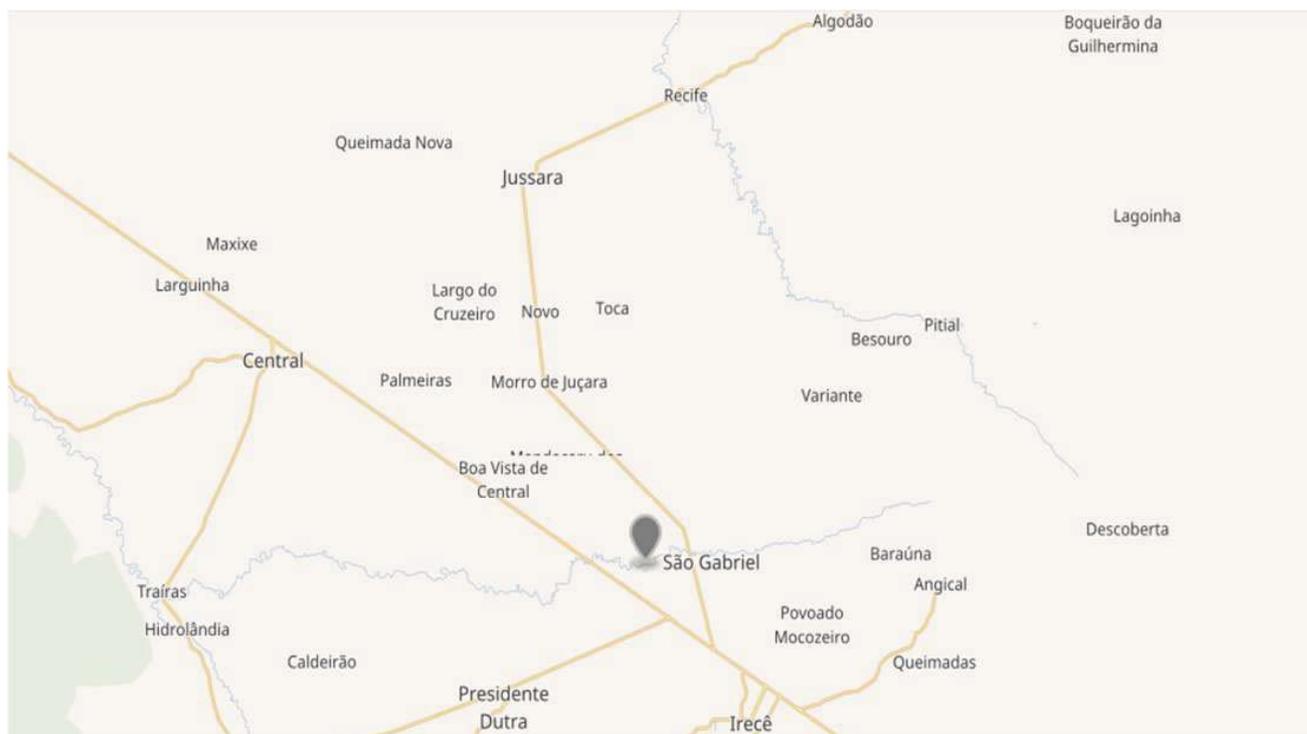


Figura 2: Mapa do Município de Barro Alto-BA.

Largo da Pátria, 132 – Centro. São Gabriel – BA. CEP: 44915- 000
Fone/Fax: (74) 3620 2122

2.3. TRAÇADO PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA



Figura 3: Trecho – Sede do Município de São Gabriel - BA.



Figura 4: Trecho – Sede do Município de São Gabriel - BA.



Figura 5: Trecho – Sede do Município de São Gabriel - BA.



Figura 6: Trecho – Sede do Município de São Gabriel - BA.



Figura 7: Trecho – Sede do Município de São Gabriel - BA.



Figura 8: Trecho – Sede do Município de São Gabriel - BA.



Figura 9: Trecho – Sede do Município de São Gabriel - BA.



Figura 10: Trecho – Sede do Município de São Gabriel - BA.



Figura 11: Trecho – Sede do Município de São Gabriel - BA.



Figura 12: Trecho – Sede do Município de São Gabriel - BA.

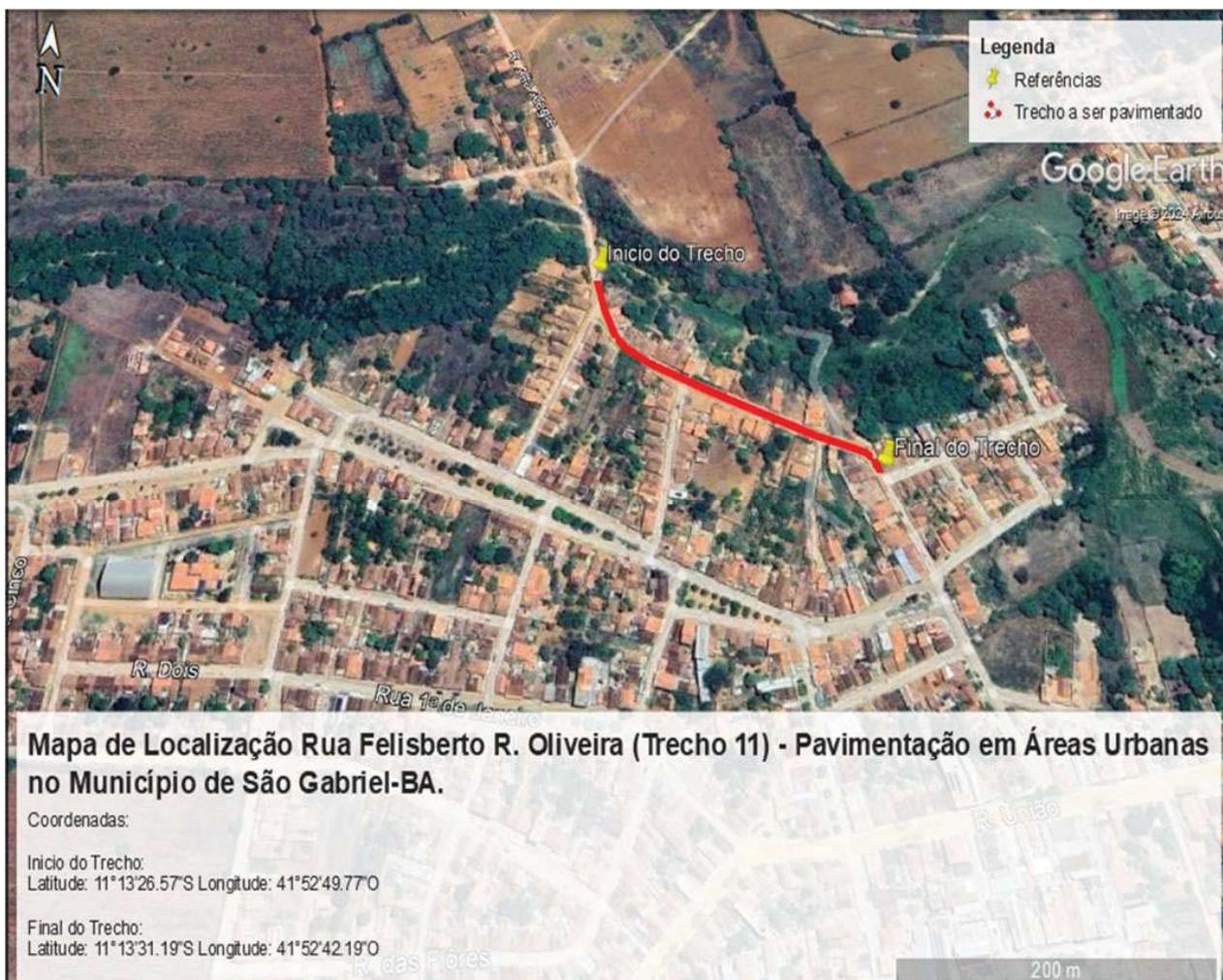


Figura 13: Trecho – Sede do Município de São Gabriel - BA.

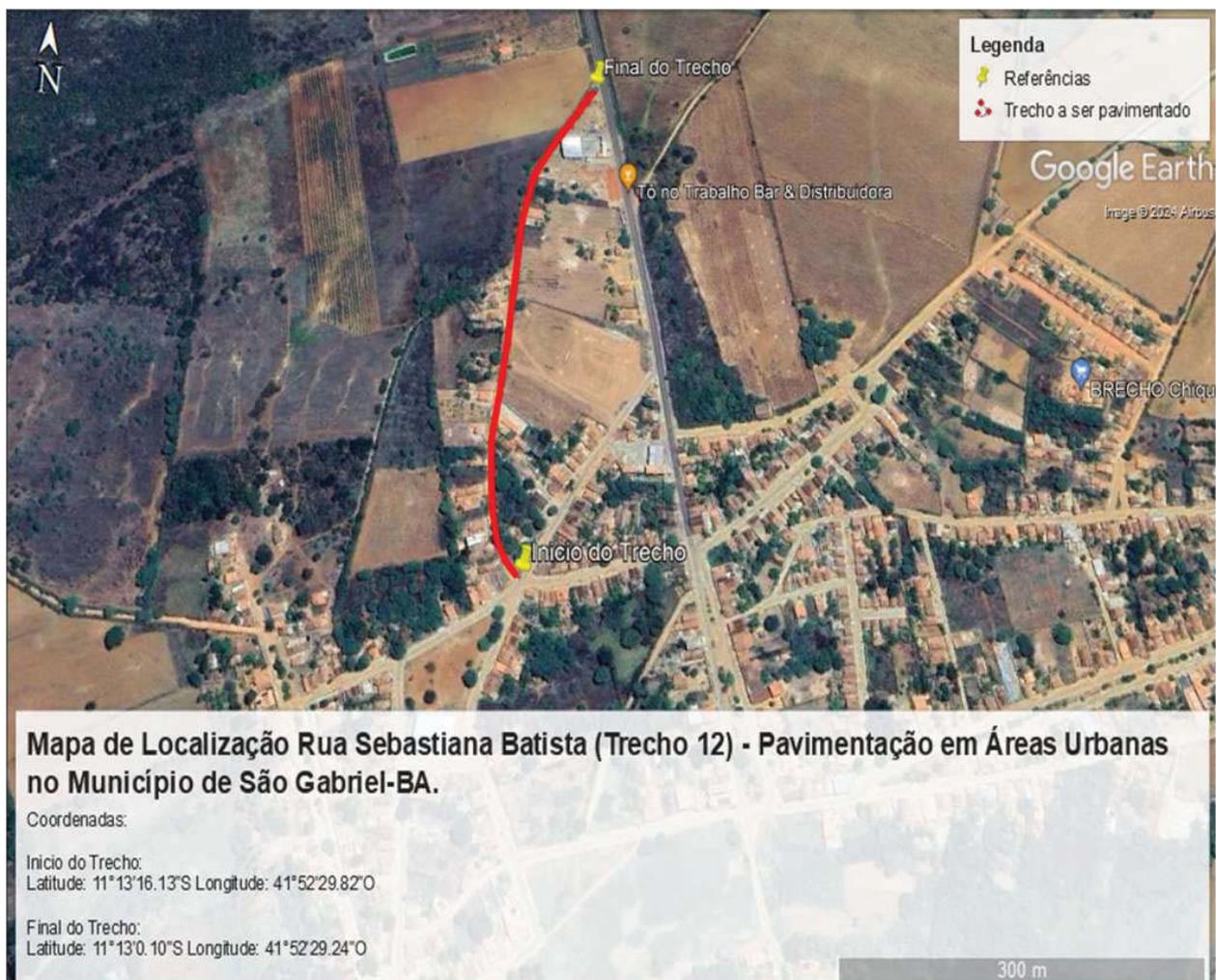


Figura 14: Trecho – Sede do Município de São Gabriel - BA.



Figura 15: Trecho – Sede do Município de São Gabriel - BA.



Figura 16: Trecho – Sede do Município de São Gabriel - BA.



Figura 17: Trecho – Sede do Município de São Gabriel - BA.



Figura 18: Trecho – Sede do Município de São Gabriel - BA.



Figura 19: Trecho – Sede do Município de São Gabriel - BA.

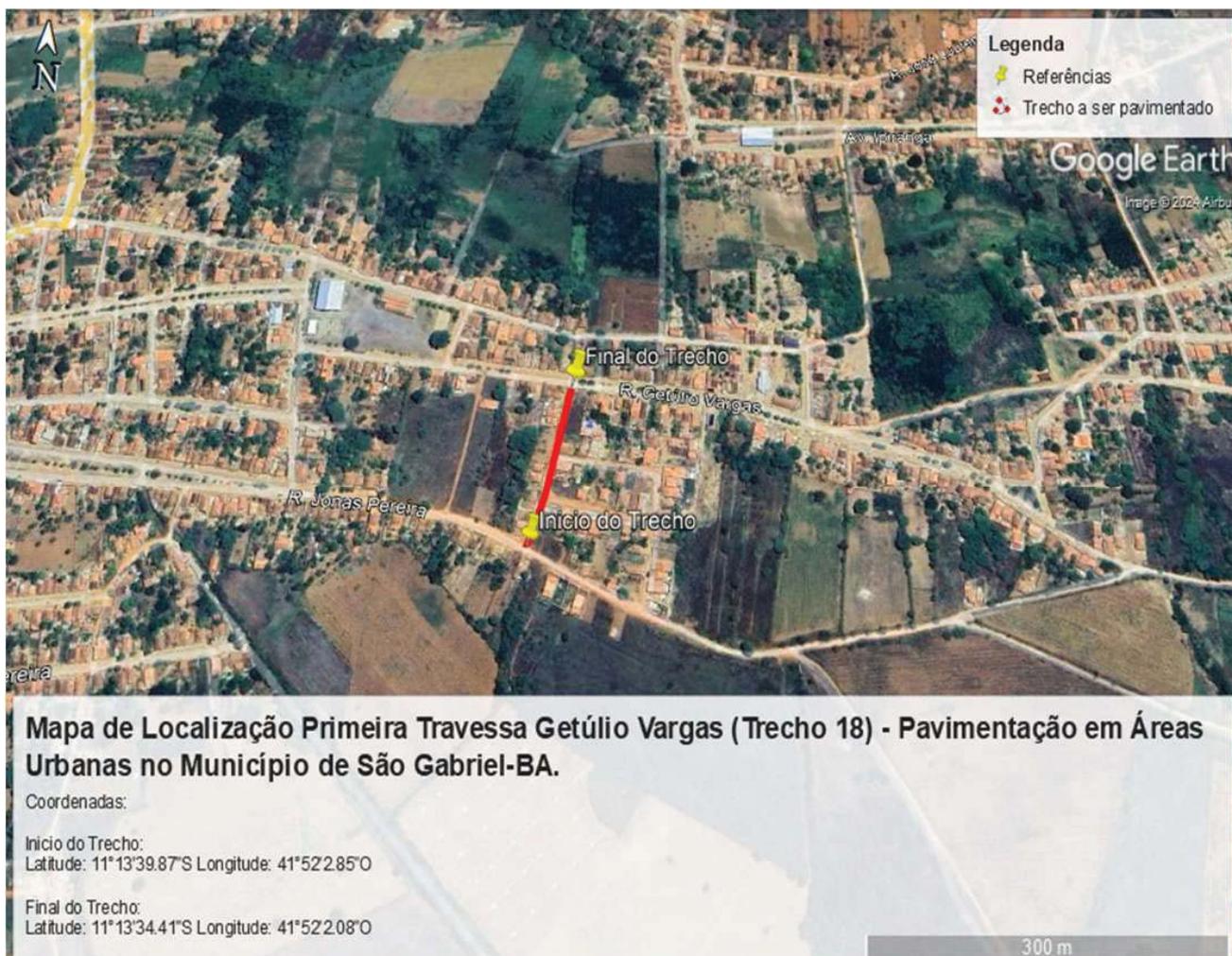


Figura 20: Trecho – Sede do Município de São Gabriel - BA.

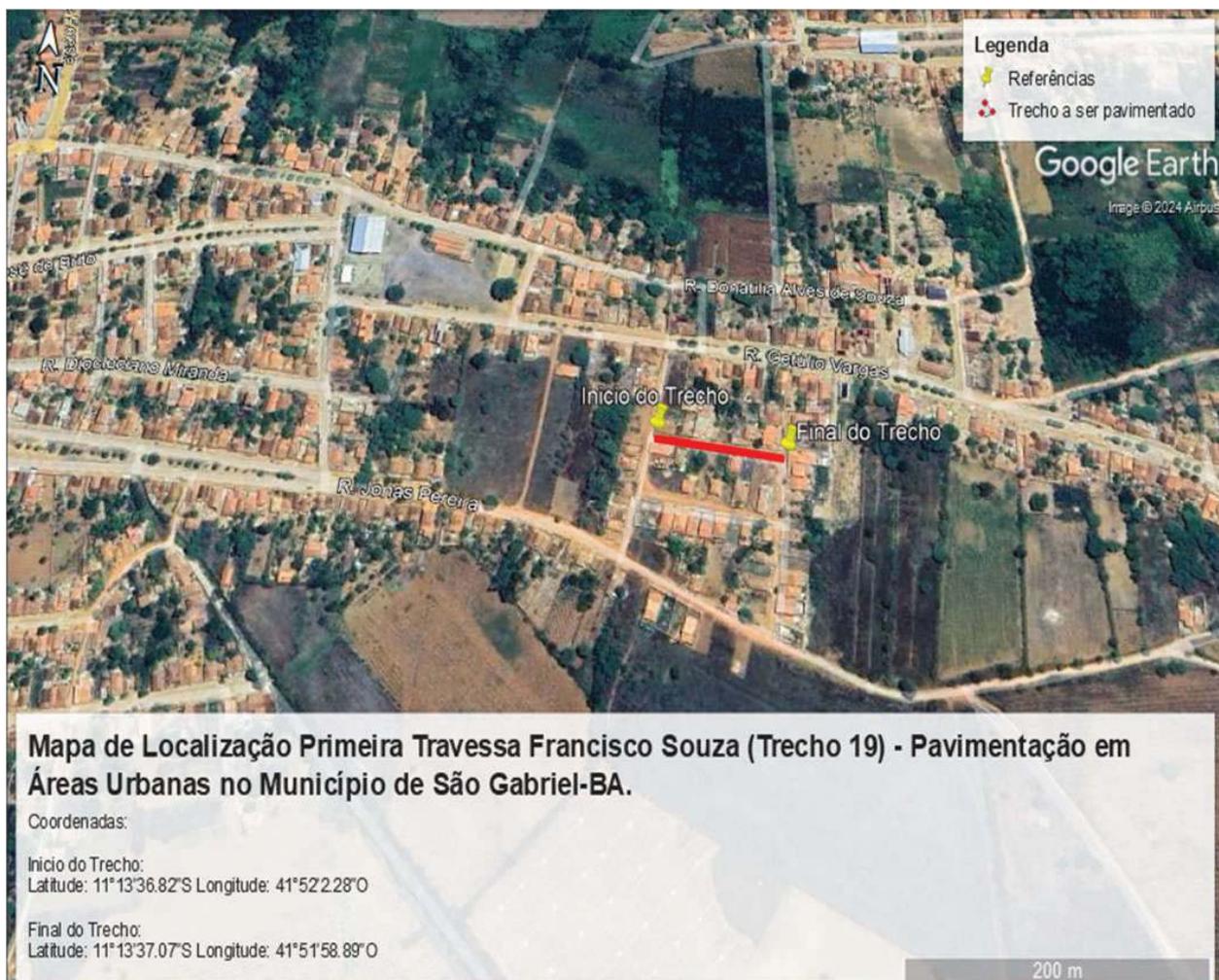


Figura 21: Trecho – Sede do Município de São Gabriel - BA.



Figura 22: Trecho – Sede do Município de São Gabriel - BA.



Figura 23: Trecho – Sede do Município de São Gabriel - BA.



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

3. PROJETO GEOMÉTRICO E TERRAPLENAGEM



3.1. ELEMENTOS BÁSICOS PARA O PROJETO

Para o desenvolvimento do projeto geométrico deste trabalho, tomaram-se por base os estudos topográficos e os dados de tráfego existentes, apoiados na experiência da equipe da empresa em projetos deste tipo.

O projeto geométrico levou em consideração os tipos de veículos que circulam pela área, dotando-se o projeto de características adequadas à segura circulação de automóveis, ônibus e caminhões, tanto no plano horizontal quanto no vertical.

Afim de possibilitar a adoção de um traçado que agredisse o menos possível o traçado existente, ao mesmo tempo em que o dotasse de um maior dinamismo e de uma configuração espacial mais ordenada foi adotado como principal critério de projeto o aproveitamento máximo do traçado pré-existente, consolidando-o, regularizando-o e dotando-o de larguras compatíveis com a função a que se destina.

3.2. OBJETIVOS

O Projeto Geométrico teve por objetivo a definição das características técnicas das vias, tais como raios, declividades e larguras de plataformas, com a precisão necessária a permitir a elaboração adequada dos demais projetos (Pavimentação, Sinalização e Drenagem de Águas Pluviais).

Foi desenvolvido a partir da configuração da área e estudos topográficos específicos, tomando como base os critérios adotados para o projeto de pavimentação Asfáltica.

No projeto geométrico identificaram-se preliminarmente os fluxos e tipos de veículos envolvidos na movimentação de pessoas e carga, visando dotar o projeto de dimensões compatíveis ao porte e volume destes veículos.

Como a via foi considerada como entidade tridimensional contínua, com fluentes e gradativas mudanças de direção, a sua geometria foi desenvolvida mediante



normatização e criteriosa integração e coordenação dos elementos planimétricos e altimétricos. Como resultado tem-se no plano horizontal o projeto geométrico em planta, no plano vertical, sentido longitudinal, o projeto geométrico em perfil; e no plano vertical, sentido transversal, as seções transversais de projeto, indicando as cotas finais do pavimento acabado ao longo de cada eixo.

Em se tratando do projeto geométrico vertical as considerações foram feitas no sentido do tratamento adequado das camadas finais do pavimento visto que a variação de greide ao longo dos tracados é pouco expressiva, o tratamento da camada final de base sera suficiente para adequar os trechos de forma apropriada ao escoamento e o limite das edificações existentes. Foi adotado também uma declividade mínima de 0,3% para facilitar o escoamento das águas pluviais. Nas concordâncias verticais, utilizou-se a parábola simples, preocupando-se prioritariamente com os aspectos referentes a drenagem.

Para a elaboração do Projeto Geométrico foi utilizado os programas de computador AUTOCAD CIVIL 3D e TOPOGRAPH. Todos os eixos projetados têm suas características geométricas claramente apresentadas nas correspondentes peças gráficas, tanto no plano horizontal (projeto em planta e detalhes), quanto no vertical no sentido longitudinal (perfis e greides) e no sentido transversal (declividades das pistas).

O trabalho teve como base os Manuais de projeto de pavimentação do DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, além das publicações de Normas para o Projeto de pavimentação conforme indice.

O projeto geométrico das vias (Eixos) teve uma precisa definição e está claramente apresentado em desenhos onde se pode observar o estaqueamento, o valor dos raios das curvas em planta e seus pontos notáveis.

A geometria vertical, no plano longitudinal, atendeu aos parâmetros exigidos para as vias, principalmente, quanto às curvas parabólicas de 2º grau, projetadas com amplitudes (Rv) para satisfazer às distâncias de visibilidade de parada (espaço percorrido pelo veículo até sua imobilização, após o condutor ter visto um obstáculo



na pista com 0,15m de altura que o obrigue a parar). Para as curvas côncavas o Manual recomenda os critérios de visibilidade noturna.

O módulo de curvatura (R_v) representa o comprimento (projeção) da curva vertical no plano horizontal, em metros, por cada 0,01 m/m de variação na rampa longitudinal. As projeções horizontais (Y) referentes às curvas verticais parabólicas, adequadas às diretrizes do projeto, foram obtidas multiplicando-se os valores do R_v pela diferença algébrica (A) das rampas concordadas, em m/m, ou seja: $Y = R_v \cdot A$. Normalmente, aproximam-se para maior os valores encontrados para o Y , em múltiplos de 20 metros. O greide projetado para os Eixos foi o de pavimentação, representando as cotas finais do pavimento acabado.

As tabelas abaixo, apresenta a descrição dos eixos e estaqueamento.

EXTENSÕES POR EIXOS – PAVIMENTAÇÃO EM ÁREAS URBANAS DO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL - BA (COMPLETO)			
EIXO	ESTACA	EXTENSÃO (m)	EXTENSÃO (km)
TRECHO 1	0 + 8 + 19,35 M	179,35	0,179
TRECHO 2	0 + 8 + 14,79 M	174,79	0,174
TRECHO 3	0 + 8 + 1,69 M	161,69	0,161
TRECHO 4	0 + 3 + 14,34 M	74,34	0,074
TRECHO 5	0 + 8 + 6,97 M	166,97	0,166
TRECHO 6	0 + 7 + 17,68 M	157,68	0,157
TRECHO 7	0 + 8 + 18,86 M	178,86	0,178
TRECHO 8	0 + 9 + 17,22 M	197,22	0,197
TRECHO 9	0 + 6 + 19,79 M	139,79	0,139
TRECHO 10	0 + 7 + 4,62 M	144,62	0,144
TRECHO 11	0 + 13 + 18,46 M	278,46	0,278
TRECHO 12	0 + 26 + 10,36 M	530,36	0,530
TRECHO 13	0 + 5 + 0,75 M	100,75	0,100
TRECHO 14	0 + 9 + 10,88 M	190,88	0,190
TRECHO 15	0 + 8 + 16,91 M	176,91	0,176
TRECHO 16	0 + 3 + 0 M	60,00	0,060
TRECHO 17	0 + 13 + 9,93 M	269,93	0,269
TRECHO 18	0 + 8 + 10,88	170,88	0,170
TRECHO 19	0 + 5 + 6,55 M	106,55	0,106
TRECHO 20	0 + 5 + 10,45 M	110,45	0,110
TRECHO 21	0 + 6 + 13,45 M	133,45	0,133
TOTAL		3.703,93	3,70



Tabela 1: Descrição do Eixo dos Trecho da Pavimentação em Vias Urbanas no município de Barro Alto - BA.

DESCRIMINAÇÃO TRECHO A TRECHO

TRECHO 01			
RUA	COMPRIMENTO (M)	LARGURA (M)	ÁREA (M2)
Primeira travessa Presidente Dutra	179,35	8,00	1434,80

TRECHO 02			
RUA	COMPRIMENTO (M)	LARGURA (M)	ÁREA (M2)
Segunda travessa Presidente Dutra	174,79	8,00	1398,32

TRECHO 03			
RUA	COMPRIMENTO (M)	LARGURA (M)	ÁREA (M2)
Rua Presidente Dutra 01	161,69	7,50	1212,68

TRECHO 04			
RUA	COMPRIMENTO (M)	LARGURA (M)	ÁREA (M2)
Rua presidente Dutra 02	74,74	7,50	557,55

TRECHO 05			
RUA	COMPRIMENTO (M)	LARGURA (M)	ÁREA (M2)
1° Travessa São Miguel	166,97	7,50	1252,28

TRECHO 06			
RUA	COMPRIMENTO (M)	LARGURA (M)	ÁREA (M2)
2° Travessa São Miguel	157,68	7,50	1182,60

TRECHO 07			
RUA	COMPRIMENTO (M)	LARGURA (M)	ÁREA (M2)
3° Travessa São Miguel	178,86	8,00	1430,88

TRECHO 08			
RUA	COMPRIMENTO (M)	LARGURA (M)	ÁREA (M2)
Rua da Creche	197,22	8,00	1577,76

TRECHO 09			
RUA	COMPRIMENTO (M)	LARGURA (M)	ÁREA (M2)
Rua da Quadra 01	139,79	7,50	1048,43



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

TRECHO 10			
RUA	COMPRIMENTO (M)	LARGURA (M)	ÁREA (M2)
Rua da Quadra 02	144,62	8,00	1156,96

TRECHO 11			
RUA	COMPRIMENTO (M)	LARGURA (M)	ÁREA (M2)
Rua Felizberto R. Oliveira	278,46	7,50	2088,45

TRECHO 12			
RUA	COMPRIMENTO (M)	LARGURA (M)	ÁREA (M2)
Rua Sebastiana Batista	530,36	7,00	3712,52

TRECHO 13			
RUA	COMPRIMENTO (M)	LARGURA (M)	ÁREA (M2)
Rua João Nunes da Rocha	100,75	7,50	755,63

TRECHO 14			
RUA	COMPRIMENTO (M)	LARGURA (M)	ÁREA (M2)
Rua Luiz Viana 01	190,88	7,50	1431,60

TRECHO 15			
RUA	COMPRIMENTO (M)	LARGURA (M)	ÁREA (M2)
Rua Luiz Viana 02	176,91	7,50	1326,83

TRECHO 16			
RUA	COMPRIMENTO (M)	LARGURA (M)	ÁREA (M2)
Rua Jasmim	60,00	7,50	450

TRECHO 17			
RUA	COMPRIMENTO (M)	LARGURA (M)	ÁREA (M2)
Rua Jonas Pereira	269,93	7,50	2024,48

TRECHO 18			
RUA	COMPRIMENTO (M)	LARGURA (M)	ÁREA (M2)
Primeira travessa Getulio Vargas	170,88	7,50	1281,60

TRECHO 19			
RUA	COMPRIMENTO (M)	LARGURA (M)	ÁREA (M2)
Primeira travessa Francisco Souza	106,55	7,50	799,13



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

TRECHO 20			
RUA	COMPRIMENTO (M)	LARGURA (M)	ÁREA (M2)
Segunda travessa Francisco Souza	110,45	7,50	828,38

TRECHO 21			
RUA	COMPRIMENTO (M)	LARGURA (M)	ÁREA (M2)
Rua Francisco Souza	133,45	7,50	1000,88



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

4. PROJETO DE DRENAGEM



4.1. INTRODUÇÃO

Para a elaboração dos projetos de drenagem pluvial nas áreas de intervenção, foram consultadas as plantas e perfis do projeto geométrico, seções de terraplenagem, seção tipo de pavimentação e também foi visitado o sítio das obras. Todos esses elementos serviram de base para nortear a concepção do sistema e as soluções que estão sendo propostas para viabilização técnica e econômica da obra.

Inicialmente foi feito o estudo das condições de drenagem das águas de chuva coletadas pelas áreas contribuintes de drenagem definidas em planta, para em seguida poder se conceber e detalhar as obras de drenagem viáveis técnica e economicamente, visando alcançar os seguintes objetivos:

- Definir o caimento topográfico do terreno para onde converge o fluxo natural das águas pluviais;
- Interceptar as águas superficiais afluentes à área de projeto e conduzi-las sob controle para o seu ponto final de deságue;
- Posicionar e distribuir adequadamente o sistema de forma a reduzir o impacto das águas e, juntamente com outros tipos de intervenções conterem o efeito dos processos erosivos, evitar alagamentos em locais desprovidos de captação de drenagem.

Nos itens a seguir são apresentados os Estudos Hidrológicos, o descritivo sucinto do Sistema Existente e as Plantas de Bacias Contribuintes.

4.2. ESTUDOS HIDROLÓGICOS

Os estudos hidrológicos foram desenvolvidos visando obter a caracterização climática, geomorfológica e pluviométrica da área de projeto.

A seguir, apresenta-se a síntese dos estudos hidrológicos desenvolvidos para a área de intervenção.



Foram coletados dados hidrológicos da região de Irece, junto aos órgãos Federais, Estaduais e Municipais.

No desenvolvimento dos estudos foram cumpridas as seguintes etapas:

- Coleta e atualização dos dados hidroclimatológicos, para definir o regime pluvial;
- Estudo de cartas topográficas, imagens aéreas existentes e atualizadas;
- Estudos complementares de campo e escritório;
- Definição dos parâmetros hidrológicos;
- Determinação das vazões de projeto de cada área contribuinte.

A coleta de dados de interesse do projeto foi realizada nos órgãos oficiais e em bibliografias especializadas sobre o assunto.

Estes estudos tiveram como objetivos:

- A coleta e processamento de informações e de dados relacionados ao sistema físico-urbano e natural da área que influenciam direta ou indiretamente no escoamento superficial e sub-superficial, como vegetação, solos, forma de relevo, tipo de ocupação, hidroclimatologia, etc;
- A definição da metodologia e dos parâmetros a serem adotados para o cálculo das descargas de projeto, que servirão para verificar e/ou dimensionar hidráulicamente os diversos dispositivos do projeto de drenagem.

Parâmetros Hidrológicos

Na determinação das descargas de projeto, foram utilizados os seguintes parâmetros, adiante definidos:

- Equação de chuvas;
- Coeficiente de deflúvio;
- Tempo de concentração;
- Período de retorno.



Equação de Chuvas

Para a definição do regime de chuvas da região de interesse para o projeto foram seguidos os seguintes passos:

- a) Escolha do posto;
- b) Análise estatística;
- c) Definição das curvas de precipitação x duração x freqüência.

A coleta de dados objetivando a definição do regime de chuvas da região mostrou a existência de informações pluviométricas máximas de postos localizados próximo das áreas.

O período de recorrência (TR) é definido como sendo o intervalo médio de anos dentro do qual ocorre ou é superada uma dada chuva de magnitude P. Se P_b é a probabilidade desse evento ocorrer ou ser superado em um ano qualquer, tem-se a relação $TR = 1/P_b$.

Como em geral não se pode conhecer a probabilidade teórica P_b , faz-se uma estimativa a partir da frequência (F) das precipitações máximas diárias observadas. Tomando-se, por exemplo, N anos de observação de um determinado posto pluviométrico, seleciona-se a precipitação máxima diária ocorrida em cada ano, obtendo-se o que se chama de série anual de valores. Ordenando-se em ordem decrescente com um número de ordem M que varia de 1 a N anos como sendo $F = M / N + 1$ (Critério de Kimball).

Quando N é muito grande, o valor de F é bastante próximo de P_b , mas para poucas observações pode haver grandes afastamentos.

De acordo com a lei dos extremos, a lei de distribuição estatística da série de N termos constituída pelos maiores valores de cada amostra tende assintoticamente para uma lei simples de probabilidade, que é independente da que rege a variável aleatória das diferentes amostras e no próprio universo da população infinita.



Esta é a base do método de Gumbel, em que se calcula P_b pela relação:

$$P_b = 1 - e^{-e^{-y}}$$

$$y = \frac{1}{0,7797\alpha} (P - \bar{P} + 0,45\alpha)$$

P = média das N precipitações máximas diárias

P_b = probabilidade da precipitação máxima diária de um ano qualquer ser maior ou igual a P

α = desvio padrão das N precipitações máximas diárias

A expressão de “ y ” mostra que existe uma relação linear entre ele e o valor. Pode-se grafar esta reta conhecendo-se:

$$P = \frac{\sum_{i=1}^N P_i}{N} \quad e \quad \alpha = \sqrt{\frac{\sum_{i=1}^N (P_i - \bar{P})^2}{N-1}}$$

O eixo onde estão marcados os valores de y pode ser graduado em tempos de recorrência através da relação:

$$T_R = \frac{1}{P_b} = \frac{1}{1 - e^{-e^{-y}}}$$

Desta maneira, a cada precipitação corresponderá um período de retorno.

A relação obtida por Gumbel supõe que existam infinitos elementos. Na prática, pode-se levar em conta o número real de anos de observação utilizando-se a fórmula geral de Ven Te Chow,

$$P = \bar{P} + k \alpha, \text{ onde:}$$



- P = é a precipitação máxima diária para um certo período de recorrência, em mm;
- k = coeficiente que depende do número de amostras e do período de recorrência;
- α = desvio padrão das N precipitações máximas diárias.

metodologia adotada para a determinação da relação intensidade-duração-frequência, decorreu dos estudos publicados e que já são de uso consagrado nos projetos de drenagem na Região Metropolitana de Salvador.

No Município de Barro Alto não há uma estação meteorológica com séries históricas adequadas. Para tanto foi utilizada a estação meteorológica de Salvador com parametros de análise de dados confiáveis.

A avaliação climática a seguir apresentada se baseou em dados de temperatura, pluviosidade e umidade relativa do ar, obtidos nesta estação.

As durações das precipitações obtidas e alturas de chuva foram calculadas pela equação criada pelo Eng^o. Otto Pfafstetter:

$$P = T_1^k \times [at + b \cdot \log(1 + ct)] \quad e$$
$$k = \frac{(+B)}{T_2}$$

- P = Precipitação máxima, em mm;
- T1 = Tempo de recorrência, em anos;
- T2 = Duração da precipitação, em horas;
- α e β = Valores que dependem da duração da precipitação;
- Y, a, b e c = Valores constantes para cada posto de observação.

Das análises efetuadas, resolveu-se eleger a Estação Meteorológica de Jacobina como representativa da pluviosidade da região, em razão da qualidade (observações pluviográficas) e da quantidade dos dados disponíveis (110 anos de observação).

Dessa forma, foi utilizada a equação de chuvas de autoria do Eng. Henrique Browne



Ribeiro, desenvolvida a partir dos estudos realizados pelo Eng Otto Pfafstetter, publicados em “Chuvas Intensas do Brasil”, para 97 estações pluviográficas.

Esta equação, que vem sendo utilizada em projetos de macro e micro drenagem, tem a seguinte expressão analítica:

$$I = \frac{2960,16 \times T^{0,163}}{(t + 24)^{0,743}}, \text{ onde:}$$

- I = Intensidade (l/seg.ha);
- T = Período de retorno (anos);
- t = Duração da chuva (min).

Caracterização Climática

O clima da região é caracterizado por temperaturas elevadas variações de temperatura ao longo do dia, tendo as médias mensais das mínimas, valores na ordem dos 18° C, no inverno, alcançando nos meses de verão, as médias mensais das máximas, valores acima de 30° C.

Há uma estação seca pronunciada, predominando as chuvas de janeiro a março .Por isso mesmo, a insolação nesse período é menor.

Na classificação de Koeppen o clima pode ser considerado como quente e seco.

Foram coletados dados climatológicos junto a órgãos Federais, Estaduais e Municipais, baseadana Estação Metereologica de Jacobina-BA.

Estes dados foram analisados e interpretados de modo a servirem de subsídios na elaboração do projeto de drenagem. Os dados aludidos estão sendo apresentados na forma de tabelas, histogramas e descrição dos parâmetros meteorológicos, como Temperatura, Umidade Relativa, Insolação, Nebulosidade, Ventos e Pluviometria.



Temperatura

A temperatura média anual é de 25,34° C, com uma variação durante o ano de 18,9° C entre a média mensal máxima (35,8° C em março) e média mensal mínima (16,9° C, em julho e agosto). A Região é um bom testemunho das diferenças termicas do semi arido nordestino.

Umidade Relativa

A variação da Umidade Relativa média durante o ano, na Região, é relativamente grande, de 40,0 a 83,2%, com média anual de 61%.

Insolação

Os totais mensais e anuais das horas de sol registrados pelo heliógrafo de Ondina dão em média 209 horas de sol por mês, ou 7,03 horas por dia. A média diária varia de 8,2 horas em janeiro a cerca de 6,0 horas em maio, subindo novamente até 7,5 horas em outubro, caindo para 7,1 horas em novembro e chegando a 7,6 horas em dezembro.

Ventos

A Bahia se encontra na região de transição entre distintos regimes de ventos: mais ao norte atuam os ventos alísios - que convergem para a depressão barométrica equatorial, e mais ao sul predomina a dinâmica da interação entre o centro de altas pressões Anticiclone Subtropical do Atlântico Sul e as incursões de massas polares.

Pluviometria

Observa-se, pela estação meteorológica de Jacobina, que a distribuição das precipitações é heterogenea durante todo o ano, destacando-se, entretanto, uma



maior concentração das chuvas nos três meses consecutivos: Janeiro, fevereiro e março, onde as alturas de precipitações atingem valores acima de 75 mm por mês.

Além das quantidades de chuvas, é de grande utilidade o conhecimento do número de dias de chuva. A média para cada mês varia de 13,2 dias em janeiro à 16,4 dias em fevereiro. há nos períodos observados, meses sem ocorrência de chuva em pelo menos dias. A média anual é de 90 dias de chuva.

Coeficiente de deflúvio

O coeficiente de deflúvio foi escolhido em função de fatores tais como: natureza geológica do solo, relevo topográfico, intensidade e tipo de vegetação, utilização da terra e condições meteorológicas da região.

Desta maneira foram adotados os seguintes valores:

- Para área contribuinte de micro drenagem, onde prevalece área pavimentada e edificada foi escolhido o valor de $C = 0,80$, considerando grau de impermeabilização da área da bacia contribuinte atual e em um cenário futuro.
- Para o sistema de macro drenagem foi adotado o valor de $C=0,70$ levando em consideração a melhor distribuição da ocupação espacial e a permanência de áreas verdes no interior da bacia contribuinte total.

Na Tabela abaixo encontram-se os valores dos coeficientes de deflúvio “C” (para aplicação no Método Racional).

Características da Superfície	Coeficiente de Deflúvio
Ruas	
Pavimento asfáltico	0,70 a 0,95
Pavimento em concreto	0,80 a 0,95
Passeios	0,75 a 0,85
Telhados	0,75 a 0,95



Terrenos relvados, solos arenosos	
Baixa declividade (até 2%)	0,05 a 0,10
Declividade média (de 2 a 7%)	0,10 a 0,15
Forte declividade (acima de 7%)	0,15 a 0,20
Terrenos relvados, solos argilosos	
Baixa declividade (até 2%)	0,15 a 0,20
Declividade média (de 2 a 7%)	0,20 a 0,25
Forte declividade (acima de 7%)	0,25 a 0,30

Tabela 3: Coeficientes de deflúvio para uso no método racional (C).

Tempo de concentração

No cálculo do tempo de concentração das seções de descargas, onde começa o trecho de canalização, será utilizada a seguinte equação devida a Kirpich:

$$tc = 0,95 \times (L^3 / H)^{0,385}, \text{ onde:}$$

- tc = tempo de concentração em hora;
- L = comprimento do talvegue em quilômetros
- H = desnível entre o ponto mais afastado da bacia e a seção considerada em m.

O tempo de entrada será considerado igual a 10 minutos.

Para o sistema de drenagem canalizada, com seção geométrica bem definida e para cada trecho entre seções de descargas, será acrescentada a parcela do tempo de escoamento dentro do dispositivo. Esta parcela será calculada em função das características geométricas e hidráulicas dos dispositivos condutores da água de chuva, utilizando-se a equação da cinemática.

Período de Retorno

O período de retorno ou tempo de recorrência representa o intervalo de tempo médio,



em anos, em que se espera que um determinado evento venha a ser igualado ou superado, pelo menos uma vez.

O período de retorno adotado seguiu a metodologia preconizada para obras similares. A vazão será calculada para período de retorno de $T = 10$ anos para o sistema de micro drenagem e $T = 25$ anos para passagens hidráulicas com bueiros.

Áreas Contribuintes de Drenagem

Em função dos divisores topográficos da área de drenagem e dos elementos, fornecidos pelos projetos citados anteriormente, pode-se definir o arranjo geral do sistema projetado.

A planta Cartográfica e as bases topográficas permitiram identificar e delimitar as áreas de contribuição de cada trecho, apresentadas na planta de bacias de contribuição.

Cálculo das Vazões de Projeto

Para o cálculo das descargas foi utilizado o Método Racional, uma vez que o valor da área da bacia encontra-se dentro dos limites de aplicabilidade do método.

Para se obter a vazão de pico na seção considerada, utilizando a metodologia do Método Racional, iguala-se o tempo de concentração (t) igual à duração da chuva.

Equação do Método Racional

$$Q = C \times I \times A \times Cd \quad \text{onde:}$$

- Q = Vazão (l/s);
- C = Coeficiente de escoamento superficial;
- I = Intensidade da chuva (l/s. ha);
- A = Área contribuinte (ha);
- Cd = coeficiente de distribuição de chuva aplicado para valor de área superior a 25 hectares, obtido pela seguinte expressão matemática:

$$Cd = 1 - 0,054 \times A^{0,25}$$



No caso específico deste projeto foi aplicado o coeficiente de distribuição de chuva porque o valor da área de contribuição ultrapassa a 25 ha.

Dimensionamento Hidráulico

A capacidade hidráulica dos dispositivos de drenagem será verificada utilizando-se a Equação da Continuidade associada à Fórmula de Manning, cujas expressões analíticas têm o seguinte aspecto:

Equação da Continuidade:

$$Q = V \times A \quad e \quad V = 1 / n \times R^{2/3} \times i^{1/2} \quad \text{onde:}$$

- Q = vazão (m³/s);
- V = velocidade (m/s);
- n = coeficiente de rugosidade;
- R = raio hidráulico (m);
- i = declividade (m/m);
- n= 0,015 para o canal de macro drenagem em concreto.

A capacidade de escoamento da sarjeta formada pelo meio-fio e pela pista de rolamento será verificada com uso da expressão de Izzard.

$$Q = 0,375 \frac{z}{n} i^{1/2} y^{8/3} \quad \text{onde:}$$

- Q = vazão, m³/s;
- z = inverso da declividade transversal (m/m).
- n = coeficiente de rugosidade com valores adotados de n = 0,016 para pavimento em asfalto , n = 0,015 para pavimento de concreto e n= 0,018 para pavimento em paralelepípedo ;
- i = declividade longitudinal do greide (m/m).
- y = altura da lâmina d'água (m).



Adotou-se como largura molhada máxima, toda a seção transversal da pista, desde que a lâmina d'água.

4.3. CONCEPÇÃO DO SISTEMA

O Sistema Proposto

O sistema de drenagem pluvial na sua concepção de projeto, arranjo funcional e distribuição espacial ficou condicionado ao sistema viário novo e atual, às condições urbanas pré-existente e às peculiaridades dos sítios das obras. Neste capítulo são abordados os aspectos técnicos, conceituais que nortearam a concepção, a implantação e a conexão ou descarga do sistema proposto em local adequado e seguro.

As considerações adotadas nesta intervenção de drenagem foram propostas com a finalidade principal de obedecer aos critérios de drenagem, respeitando a cota de lançamento em cada coletor natural.

A concepção do projeto de drenagem, contendo a delimitação das áreas contribuintes, os tipos de dispositivos para proteger a infraestrutura e os valores de concentração de vazões em pontos estratégicos, foi conduzida de forma a reduzir os impactos ambientais da obra de requalificação urbana e facilitar a compatibilização da solução proposta com o sistema existente à jusante, de maneira integrada e harmoniosa.

As premissas básicas deste projeto foram manter o controle e disciplinamento do escoamento das águas de chuvas, evitando-se assim erosões nos trechos de fortes declividades e conseqüente assoreamento no corpo receptor natural.

Para isto foram adotados dispositivos de drenagem e as áreas de maior fragilidade ambiental, ocupando pouco espaço



em relação à área total disponível, descendo rampas e rompendo os pontos baixos de “greide” existentes de forma a evitar alagamentos, manter a velocidade abaixo do limite máximo e com fluxo contido totalmente dentro da seção da própria estrutura e apto a receber as contribuintes de áreas adjacentes que afluem de forma natural para a área de projeto.

Além disso, foi prevista a utilização de estruturas já consolidadas para escoamento do fluxo hidrológico e conservação do corpo estradal. As seções das estruturas são, redes tubulares de concreto, descida d’água e sarjetas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

As plantas fornecidas e as orientações técnicas dadas ao construtor são suficientes para perfeita execução da obra, desde que sejam adotadas as dimensões, especificações e localização prevista. Ajustes na obra certamente serão necessários, devido ao escape de alguma informação na planta topográfica ou na visita ao local, ou até devido às peculiaridades dos sítios das obras, ocupados por habitações e outras redes de serviços públicos. Entretanto, recomenda-se nivelar e locar os dispositivos projetados antes de iniciar a construção. É imprescindível que o sistema seja construído de forma que permita a saída livre das águas e não fiquem pontos baixos na pista desprovidos de caixa de captação.

Para o perfeito funcionamento hidráulico do sistema estamos propondo as seguintes recomendações:

- Manutenção rigorosa dos sistemas de drenagem. Devem ser limpos periodicamente para evitar sua obstrução não só com a terra e impurezas vindas da encosta como por objetos caídos e lançados das edificações. Da qualidade dessa manutenção dependerá o bom funcionamento de todo sistema de drenagem projetado.
- Executar locação das obras a partir do ponto de descarga, objetivando garantir as declividades de projeto e a saída livre das águas.
- Executar rebaixo, eficiência de captação aumenta significativamente quando se executa os rebaixos detalhados.



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

5. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DE DRENAGEM



5.1. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

Os principais serviços previstos para a completa execução da obra nestas Especificações constam de:

- Locação da obra e topografia;
- Sinalização das obras;
- Tapumes laterais às valas;
- Escavação de valas e cavas;
- Transporte de solos;
- Escoramento;
- Embasamento;
- Reaterro e retirada de escoramento;
- Obras de concreto;

5.2. DRENAGEM SUPERFICIAL

Os dispositivos de drenagem superficial serão executados com concreto, moldado no local de f.c.k. = 150 kg/cm² e deverão ter seu traço aprovado pela Fiscalização.

5.4.1 Meios fios de Concreto

DESCRIMINAÇÃO MEIOS FIOS DE CONCRETO TRECHO A TRECHO-ESCOAMENTO SUPERFICIAL

TRECHO	ESTACA	EXTENSÃO (m)	2 lados da via frente das calças	Area Total (m)
TRECHO 1	0 + 8 + 19,35 M	179,35	2	358,70
TRECHO 2	0 + 8 + 14,79 M	174,79	2	349,58
TRECHO 3	0 + 8 + 1,69 M	161,69	2	323,38
TRECHO 4	0 + 3 + 14,34 M	74,34	2	148,68
TRECHO 5	0 + 8 + 6,97 M	166,97	2	333,94
TRECHO 6	0 + 7 + 17,68 M	157,68	2	315,36
TRECHO 7	0 + 8 + 18,86 M	178,86	2	357,72
TRECHO 8	0 + 9 + 17,22 M	197,22	2	394,44
TRECHO 9	0 + 6 + 19,79 M	139,79	2	279,58



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

TRECHO 10	0 + 7 + 4,62 M	144,62	2	289,24
TRECHO 11	0 + 13 + 18,46 M	278,46	2	556,92
TRECHO 12	0 + 26 + 10,36 M	530,36	2	1060,72
TRECHO 13	0 + 5 + 0,75 M	100,75	2	201,50
TRECHO 14	0 + 9 + 10,88 M	190,88	2	381,76
TRECHO 15	0 + 8 + 16,91 M	176,91	2	353,82
TRECHO 16	0 + 3 + 0 M	60,00	2	120,00
TRECHO 17	0 + 13 + 9,93 M	269,93	2	539,86
TRECHO 18	0 + 8 + 10,88	170,88	2	341,76
TRECHO 19	0 + 5 + 6,55 M	106,55	2	213,10
TRECHO 20	0 + 5 + 10,45 M	110,45	2	220,90
TRECHO 21	0 + 6 + 13,45 M	133,45	2	266,90
TOTAL	0 + 185 + 3,93 M	3.703,93	2	7.407,86

ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA VIAS URBANAS (USO VIÁRIO). AF_06/2016 CONFORME PLANILHA ORÇAMENTARIA DE PROJETO>

Os meios fios de concreto serão executadas pela EMPREITEIRA nas dimensões indicadas nos desenhos de Projeto e planilha orçamentaria.

As escavações deverão ser executadas de acordo com os alinhamentos e cotas constantes do Projeto e/ou adaptadas às condições locais, após a aprovação pela FISCALIZAÇÃO.

Antes da execução da concretagem, a área escavada deverá ser limpade todo o material estranho. Qualquer área deficiente deverá ser recomposta.



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

6. PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO



6.1. OBJETIVOS

Os Projetos de Pavimentação apresentados neste item tiveram por objetivo a definição das camadas do pavimento.

Os tipos de pavimento adotados foram escolhidos de acordo com as características e funções de cada via componente da área de intervenção.

Considerando os seguintes tópicos:

- Volume e tipo de tráfego no local;
- Declividade da Via;
- Forma de execução do serviço, de maneira a minimizar os impactos ambientais causados pela implantação do pavimento;
- Tipo de solo que receberá pavimentação;
- Manutenção do pavimento;
- Adequação do tipo de pavimento com o entorno;
- Minimização do custo de pavimentação, com base na otimização do binômio Técnica/Economia.

6.2. REGULARIZAÇÃO DO SUBLEITO

É o conjunto de operações que visa conformar e compactar a camada final de terraplenagem, mediante cortes e/ou aterros, até 0,20 m de espessura.

Compreende-se aqui o subleito como a superfície do terreno que constitui a estrada vicinal que liga o trecho o mesmo deverá ser tratado adequadamente, para servir de suporte ao pavimento em TSD(tratamento superficial duplo com capa selante).

Inicialmente deve ser procedida uma verificação geral mediante o nivelamento geométrico, comparando-se as cotas da superfície existente (camada final de terraplenagem) com as cotas previstas no projeto.



Realizado após a terraplenagem, a relocação e o nivelamento do eixo e bordos das caixas e caminhos é feita a fim de que seja procedida a sua conformação geométrica, através de pequenos cortes e complementações.

Após a marcação topográfica da regularização, proceder-se-á a escarificação, até 0,20m abaixo da cota de projeto, e o espalhamento do material escarificado até a cota estabelecida.

Caso seja necessária a importação de materiais, os mesmos devem ser lançados preferencialmente após a escarificação, efetuando-se então uma nova operação de espalhamento.

Caso seja necessário bota-fora, o mesmo deve ser feito lançando-se o excesso em locais que não causem prejuízo ao meio ambiente.

O material espalhado deve ser homogeneizado mediante o uso combinado de grade de disco e motoniveladora, até que, visualmente, se apresente isento de grumos e torrões.

Após a correção da umidade, a camada deve ser conformada pela ação da motoniveladora e em seguida liberada para a compactação.

O equipamento de compactação utilizado deve ser compatível com o tipo de material e a densidade especificada para a regularização do subleito.

A compactação deve ser executada progressivamente, em faixas longitudinais, dos bordos para o eixo, e nos casos de superelevação, do bordo inferior para o superior.

O acabamento deve ser executado pela ação conjunta de motoniveladora e rolos compactadores. A conformação geométrica só deve ser permitida através a operação de corte com motoniveladora, sendo vedada a correção de depressões por adição de material.



Em complementação às operações de acabamento, deve ser procedida a remoção das "leiras" que se formam lateralmente à pista acabada, como resultado da conformação da superfície da regularização do subleito.

Os serviços executados devem ser aceitos à luz dos controles geométrico e de acabamento, desde que atendidas as seguintes tolerâncias:

- Variação máxima da cota para o eixo e bordos, de mais ou menos 0,03m, em relação às cotas do projeto;
- Variação máxima da largura para a plataforma, de 0,30m, não se admitindo variação para menos;
- O abaulamento transversal deve estar situado na faixa de mais ou menos 0,5% em relação ao definido no projeto, não se admitindo situações que permitam o acúmulo de água;
- O acabamento seja considerado satisfatório, com base em inspeção visual.

O controle tecnológico é realizado através da execução de ensaios a serem procedidos no material do subleito:

- Ensaio de compactação (método DNER-NE-48-64, para determinação da massa específica aparente seca, máxima), nas amostras coletadas em pontos alternados (eixo e bordos) do arruamento ou caminho, equidistantes longitudinalmente de 50,00m;
- Determinação do teor de umidade ótima referente ao ensaio anterior.

Após realização dos serviços, é realizada, como verificação, a determinação da massa específica aparente "in situ" nos pontos correspondentes aqueles onde foram coletadas amostras de que trata o item 1:3:1a, a fim de ser calculado o grau de compactação, que deverá ser no mínimo 100% daquele obtido no ensaio do item citado.

O equipamento básico para a execução da regularização, escarificação e compactação do subleito é o seguinte:

- Motoniveladora pesada, com escarificador;



- Caminhão irrigador equipado com bomba e barra distribuidora;
- Trator agrícola;
- Grade de discos;
- Rolo compactador compatível com o tipo de material e a densidade especificada.

6.3. BASE SOLO BRITA

É a camada do pavimento, de espessura constante em secção transversal e variável longitudinalmente de acordo com o dimensionamento, que por circunstâncias técnico-econômicas e deve ser executada sobre o subleito regularizado ou sobre o reforço projetado. Deve apresentar a suficiente estabilidade e durabilidade para resistir às cargas do trânsito e à ação dos agentes climáticos, quando devidamente compactada.

O material a ser empregado será constituído de solos ou areias provenientes de empréstimos, e deverá ser isento de matéria vegetal e impurezas prejudiciais e satisfazer às características geotécnicas seguintes:

- O Índice de Grupo deve ser igual a zero;
- O Índice de Suporte Califórnia, obtido no ensaio de compactação com a energia especificada, determinado pelo método DERBA S-08/68, deve ser igual ou superior a 20%;
- A Expansão medida no ensaio de determinação do Índice de Suporte Califórnia deve ser inferior a 1%.

O equipamento básico para a execução dos serviços compreende as seguintes unidades:

- Trator de esteira equipado com lâmina e escarificador;
- Carregadeira;
- Caminhão basculante;
- Motoniveladora pesada, com escarificador;
- Caminhão irrigador, equipado com bomba e barra distribuidora;



- Grade de disco e/ou pulvimisturador;
- Rolo compactador compatível com o tipo de material e a densidade especificada;
- Gabarito e réguas, de madeira ou metálica, de 3m de comprimento.

A superfície a receber a camada de base deve estar perfeitamente limpa e desempenada. Eventuais defeitos existentes devem ser necessariamente reparados antes da distribuição do material.

Não deve ser permitido o transporte do material para a pista quando a camada imediatamente inferior estiver molhada, não sendo capaz de suportar, sem se deformar, a movimentação do equipamento.

Os caminhões basculantes devem descarregar as respectivas cargas em pilhas sobre a pista, com adequado espaçamento, para posterior espalhamento com a motoniveladora.

O material espalhado deve receber uma adequada conformação, de modo que a camada apresente espessura constante.

A espessura da camada individual acabada deve se situar no intervalo de 0,10m, no mínimo, a 0,20m, no máximo com mistura de solo brita 60/40, onde 60% de solo transportado de jazida se mistura a 40% de brita transportada de jazida, criando uma base resistente aos esforços e tensões do local.

Os materiais distribuídos para mistura na pista devem ser homogeneizados e pulverizados mediante a ação combinada de grade de disco e motoniveladora.

O processo de homogeneização, para o caso de emprego de dois materiais misturados na pista, deve ter prosseguimento até que visualmente não se faça distinção de um em relação ao outro. No decorrer desta etapa devem ser removidos materiais estranhos ou fragmentos de tamanho excessivo.

Após o espalhamento do material, deve ser determinado o teor de umidade. Se houver excesso de umidade, os materiais devem ser revolvidos com



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

motoniveladora ou equipamento de mistura. Se houver falta de umidade, a água necessária deve ser adicionada parcelada e uniformemente, enquanto o material for sendo misturado como equipamento especificado, de modo a se obter umidade uniforme em toda a espessura de camada a ser compactada.

A "faixa de trabalho" para o teor de umidade na compactação, deve ser determinada através da curva ISCxUMIDADE, tomando-se como referência o intervalo de umidade no qual obtém-se valores de ISC iguais ou superiores aos fixados no projeto, para as jazidas utilizadas.

Após a obtenção do teor adequado de umidade, deverão ser iniciados as operações de compactação com o uso de rolos compatíveis ao tipo de material. Os rolos percorrerão a camada a ser compactada, em trajetória equidistante do eixo, de modo a superpor em cada percurso, parte da superfície coberta no percurso anterior, em pelo menos 0,20m. Os percursos devem ser realizados dos bordos para o centro, nos trechos em tangente e do bordo mais baixo para o bordo mais alto, nos trechos com superelevação, até ser obtido o grau de compactação especificado no projeto.

O acabamento deve ser executado mediante o emprego de motoniveladora, atuando exclusivamente em operação de corte. Complementarmente a camada receberá um número adequado de coberturas com o emprego dos rolos compactadores adequados. Quaisquer divergências devem ser verificadas no código de execução do serviço logo abaixo.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS do DER- SP, CÓDIGO ET-DE-P00/006 SUB-BASE OU BASE DE SOLO BRITA.

6.4. PAVIMENTAÇÃO

6.5.1. IMPRIMAÇÃO

A execução deve seguir as especificações técnicas NORMA DNIT 144/2014-ES Pavimentação - Imprimação com ligante asfáltico - Especificação de serviço.

Largo da Pátria, 132 – Centro. São Gabriel – BA. CEP: 44915- 000
Fone/Fax: (74) 3620 2122



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

O material selecionado para execução desse serviço conforme descrição da ANP (agência Nacional do Petróleo) é a EMULSÃO ASFÁLTICA PARA SERVIÇO DE IMPRIMAÇÃO a escolha do material leva em consideração sua disponibilidade de compra no estado da Bahia, contribuindo assim para o rebaixamento do preço final do objeto devido a menor distância de transporte.

6.5.2. TRATAMENTO SUPERFICIAL DUPLO

A execução deve seguir as especificações técnicas NORMA DNIT 147/2012 - ES Pavimentação asfáltica - Tratamento Superficial Duplo - Especificação de serviço.

Para efeito de cálculo foi considerada a brita da camada de TSD como sendo 15 kg/m³ e 13 kg/m³ para as respectivas camadas.

Os respectivos DMTs estão em mapas anexos junto a esse projeto.

6.5.3 CAPA SELANTE

A execução deve seguir as especificações DER/PR ES-P 19/17 PAVIMENTAÇÃO: CAPA SELANTE.

Para efeito de cálculo foi considerada a brita da capa selante como sendo 9kg/m³.

Os respectivos DMTs estão em mapas anexos junto a esse projeto.



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

7.DIMENSIONAMENTO DO PAVIMENTO



7.1. INTRODUÇÃO

O Projeto de Pavimentação busca definir a estrutura a ser apoiada sobre o greide de terraplenagem, ou outro pavimento em condições de atender às características de trafegabilidade com conforto, previamente definidas, dentro de um horizonte pré-determinado.

Neste capítulo apresenta-se o Projeto da Estrutura de Pavimentação para as vias de veículos leves abordando os seguintes tópicos principais:

- Descrição das Investigações Geotécnicas realizadas;
- Conceituação das Camadas Componentes da Estrutura de Pavimentação Projetada;
- Definição dos Parâmetros de Projeto: Capacidade de Suporte do Subleito, Classificação das Vias, Vida Útil do Projeto e Definição do Número N;
- Dimensionamento do Pavimento.

A escolha de um pavimento, antes do seu dimensionamento propriamente dito, é uma tarefa que envolve a obtenção de vários parâmetros ligados ao tráfego, à vida útil, aos materiais existentes na área, a maior facilidade construtiva, experiência local, às características operacionais envolvidas em seu uso, dentre outras características. Só após o estabelecimento das premissas básicas é que se pode definir o pavimento mais adequado para uma determinada situação.

Através das análises dessas diversas variáveis são definidos parâmetros, tais como o Número de Equivalência do Eixo Padrão (N), definição das características geotécnicas de seu subleito e definição dos demais valores dos coeficientes envolvidos, com os quais se dimensiona a estrutura de pavimentação a ser aplicada na via, capaz de resistir aos esforços esperados, onde sua distribuição se dará na estratificação do corpo do pavimento em camadas implantadas sobre o subleito.

O dimensionamento de um pavimento consiste na determinação das camadas de sub-base, base e revestimento, de forma que essas camadas sejam suficientes para



resistir, transmitir e distribuir as pressões resultantes da passagem dos veículos, ao subleito, sem que o conjunto sofra ruptura, deformações apreciáveis ou desgaste superficial excessivo.

7.2. ESTUDOS GEOTÉCNICOS DO SUBLEITO

A construção de um pavimento exige o conhecimento não só dos materiais constituintes das camadas desse pavimento, como também dos materiais constituintes do subleito e daqueles que possam interferir na construção de drenos, acostamentos, cortes e aterros. Assim, os serviços geotécnicos foram desenvolvidos e divididos basicamente em serviços de campo e laboratório e de escritório.

Os serviços de campo ou de laboratório foram executados segundo procedimentos normatizados, obedecendo-se a seguinte ordem:

- *ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas;*
- *Especificações da NOVACAP;*
- *PMSP - Prefeitura Municipal de São Paulo;*
- *Métodos de Ensaio / DNER.*

7.3. INVESTIGAÇÕES GEOTÉCNICAS

De acordo com DNIT (2006) os estudos geotécnicos para a elaboração do Projeto de Pavimentação devem contemplar o Estudo do Subleito e de Materiais para Pavimentação. O primeiro tem como objetivo o reconhecimento do solo, caracterização das camadas e definição dos perfis do solo onde será implantado o pavimento. Já o segundo tem como foco a caracterização dos materiais de jazida para utilização das camadas componentes do pavimento a ser projetado.

7.4. CONCEITUAÇÃO DAS CAMADAS COMPONENTES DO PAVIMENTO

No que diz respeito à distribuição dos esforços oriundos do tráfego, há de se considerar a estratificação do corpo do pavimento em camadas assentadas sobre o terrapleno,



conforme conceituação a seguir:

. **Subleito** - Terreno de fundação do pavimento.

. **Regularização do Subleito** - Camada de espessura irregular, construída diretamente sobre o subleito, com adição ou remoção de material de modo a conformá-lo geometricamente em acordo com o projeto (larguras, greides, cotas e inclinações).

. **Base solo brita** - Camada em silte argiloso e brita nas proporções 60% a 40% apoiada diretamente sobre o subleito regularizado e compactada ou sobre o reforço do subleito, quando este se justificar, com comprometimento estrutural complementar à base.

. **Revestimento** - Capa de rolamento, em asfalto que recebe diretamente a ação do tráfego e destinada a melhorar a superfície de rolamento quanto às condições de conforto e segurança, promovendo também, resistência ao desgaste.

7.5. PARÂMETROS DE PROJETO ADOTADOS

7.5.1. Capacidade de Suporte do Subleito

A capacidade de suporte do subleito é determinada através da realização de ensaios geotécnicos realizados com o material do subleito coletado. O “Índice de Suporte Califórnia” (ISC) ou “Califórnia Bearing Ratio” (CBR) relaciona a pressão necessária para produzir a penetração de um pistão num corpo-de-prova de solo e a pressão necessária para produzir a mesma penetração numa brita padronizada. Com o valor dessa relação é possível determinar a espessura total de pavimento flexível em função do tráfego.

A determinação da capacidade de carga do subleito a ser considerado para as vias em estudo deve seguir a análise estatística apresentada por DNIT (2006), cujas fórmulas estão apresentadas a seguir:

□ Média Aritmética



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

$$\bar{X} = \frac{\sum X}{N}$$

Onde,

X = valor individual do CBR;

N = número de amostras.

□ **Desvio padrão**

$$\sigma = \sqrt{\frac{\sum (X - \bar{X})^2}{N-1}}$$



□ **Valores mínimos e máximos prováveis**

$$X_{\min} = \bar{X} - \frac{1,29\sigma}{\sqrt{N}} - 0,68\sigma \quad X_{\max} = \bar{X} + \frac{1,29\sigma}{\sqrt{N}} + 0,68\sigma$$

Optou-se por utilizar o valor mínimo provável para o CBR de subleito na via. O valor calculado foi de 9,14%, o qual se adotou 9% no dimensionamento do pavimento. Dessa forma, delimita-se o valor mínimo de CBR para o material de aterro a ser importado.

Na ocasião das obras de implantação da Plataforma da Via Projetada, deverá ser realizada uma campanha de sondagens e ensaios laboratoriais do material do subleito, a cargo da Construtora encarregada ou da Contratante das obras, a fim de validar o valor do CBR adotado no presente Projeto.

Caso os resultados dessa campanha de investigações e ensaios revelem a presença de um material com valores de CBR inferiores ao indicado, o material de subleito deverá ser substituído por outro de melhor qualidade, com o qual se obtenha no mínimo valores de CBR iguais ao especificado no Projeto ora apresentado.

7.6. ESTUDOS DO SUBLEITO

Foram realizadas Investigações referentes as características da via de circulação já existente, dessa forma o pavimento proposto aqui com base nas observações e condições da via assim como no historico de serviços executados anteriormente , preve os serviços de regularização do subleito, tratamento da camada base com mistura de solo brita, o trecho em questão compreende ruas do povoado de gameleira de Barro Alto, a jazida de empréstimo é largamente utilizada para o reparo de vias no municipio de onde sua análise o enquadra em um material apto pra uso em mistura de solo brita da base conforme normas tecnicas.



7.7. ESTUDOS DE TRÁFEGO

Não foi realizado estudo de tráfego circulante para permitir o cálculo do Número "N".

7.8. SERVIÇOS DE CAMPO

O desenvolvimento dos serviços de campo e laboratório foi dividido em reconhecimento preliminar de campo, amostragem sistemática e ensaios geotécnicos.

Reconhecimento Preliminar de Campo:

De posse de informações preliminares, obtidas em mapas geológicos, pedológicos e geotécnicos, realizou-se uma vistoria no campo por profissionais especializados, de comprovada experiência na área e com conhecimentos pedológicos, geológicos e geotécnicos.

Nesse reconhecimento procuramos obter as seguintes informações básicas:

- Existência ou não de revestimento primário (presença de materiais pétreos, escória ou entulho de boa qualidade) nas vias: de acordo com visita "in loco", verificou-se que a via se encontra em terreno natural.
- Condições topográficas e aspectos ligados à drenagem superficial e profunda das vias em questão: com base em visita "in loco", observou-se que se trata de uma região relativamente plana, com a maior parte do terreno plano tendo declividade menor que 2%.
- Identificação expedita, táctil-visual, do subleito, considerando a cor, macroestrutura, mineralogia e granulometria.

A partir dessas informações e da identificação do material, foram programadas as fases do estudo geotécnico referentes à amostragem sistemática e aos ensaios geotécnicos.

7.9. DIMENSIONAMENTO DO PAVIMENTO DAS VIAS

A metodologia que aqui se apresenta se baseia nas equações empíricas usadas no
Largo da Pátria, 132 – Centro. São Gabriel – BA. CEP: 44915- 000
Fone/Fax: (74) 3620 2122



Guia AASHTO de 1993, as quais são, em grande parte, resultado do Teste de Estrada AASHO original. A equação principal do método encontra abaixo:

$$\log_{10}(W_{18}) = Z_R \times S_o + 9.36 \times \log_{10}(SN + 1) - 0.20 + \frac{\log_{10}\left(\frac{\Delta PSI}{4.2 - 1.5}\right)}{0.40 + \frac{1094}{(SN + 1)^{5.19}}} + 2.32 \times \log_{10}(M_R) - 8.07 \quad (1)$$

Onde:

W18 = Número previsto de carga de eixo equivalente (ESAL) a 80 kN;

ZR = Desvio normal padrão (exemplo: ZR = -1.645 para 95% de confiabilidade);

So = Erro padrão combinado da previsão de tráfego e previsão de desempenho;

SN = Número Estrutural (um índice que é indicativo da espessura total do pavimento requerida);

$$= a_1D_1 + a_2D_2m_2 + a_3D_3m_3 + \dots$$

ai = Coeficiente de camada;

Di = Espessura de camada;

mi = Coeficiente de drenagem da camada;

ΔPSI = Diferença entre o índice de capacidade de manutenção do projeto inicial (p_o) e o índice de capacidade de manutenção do terminal de projeto;

MR = Módulo de resiliência do subleito.

7.9.1. Dados da Entrada

- **Carregamento previsto W18:** O carregamento previsto é simplesmente o número previsto de ESALs de 80 kN que o pavimento terá durante a vida útil do projeto;
- **Confiabilidade:** A confiabilidade do processo de projeto-desempenho do pavimento é a probabilidade de que uma seção do pavimento projetada funcionará satisfatoriamente sobre o tráfego e as condições ambientais para o período do projeto (AASHTO, 1993). Em outras palavras, deve haver alguma garantia de que um pavimento irá executar a variabilidade determinada em coisas como construção, ambiente e materiais. As variáveis ZR e So são responsáveis pela confiabilidade:



- **ZR**: desvio normal padrão;
- **S0**: erro padrão combinado da previsão de tráfego e previsão de desempenho.
- **Estrutura do pavimento**: A estrutura do pavimento é caracterizada pelo Número Estrutural.
 - **SN**: é um número abstrato que expressa a força estrutural de um pavimento necessário para determinadas combinações de suporte do solo (MR), tráfego total expresso em ESALs, manutenção de terminal e ambiente. O Número Estrutural é convertido em espessuras reais de camada (D) usando um coeficiente de camada (a) que representa a força relativa dos materiais de construção nessa camada. Além disso, todas as camadas abaixo da camada HMA (CBUQ) recebem um coeficiente de drenagem (m) que representa a perda relativa de força em uma camada devido às suas características de drenagem e ao tempo total em que é exposta a condições de umidade próximas da saturação.
 - **Vida Útil**: A diferença no índice de utilização atual (PSI), entre a construção e o fim da vida é a vida de serviço. É representado por:
 - **Δ PSI** = A diferença no PSI entre a construção (p0) e o fim da vida (pt). A equação compara isso com os valores padrões usados pelo teste de estrada AASHTO de 4,2 para o valor imediatamente após a construção (p0) e 1,5 para o fim da vida útil. Manutenção de pós-construção típica p0: 4.0 - 5.0 dependendo da qualidade de construção, suavidade, etc. Fim típico da vida útil ou "manutenção do terminal" pt: 1.5 - 3.0 dependendo do uso da estrada (por exemplo, rodovia interestadual, arterial urbana, residencial);
 - **Suporte do Subleito**: É representado por:
 - **MR** = Módulo resiliente do subleito. Intuitivamente, a quantidade de suporte estrutural oferecido pelo subleito. Valores típicos de RM, dependendo da composição do subleito, umidade, tempo ou ano, etc., podem estar entre cerca de 430 a 4.300 kPa.



7.9.2. Dados da Saída

A equação do Guia AASHTO de 1993 pode ser resolvida para qualquer uma das variáveis contanto que todas as outras sejam fornecidas. Normalmente, a saída é total de ESALs ou o Número Estrutural necessário (ou as profundidades de camada de pavimento associadas). Para ser mais preciso, a equação de pavimento flexível descrita neste capítulo deve ser resolvida simultaneamente com o pavimento flexível.

Esse método de solução é um processo iterativo que resolve as ESALs em ambas as equações, variando o Número Estrutural. É iterativo porque o Número Estrutural (SN) tem duas influências principais:

- O Número Estrutural determina o número total de ESALs que um determinado pavimento pode suportar;
- O Número Estrutural também determina o que a ESAL de 80 kN (18.000 lb.) é para determinada carga.

De forma mais prática, o projeto do pavimento flexível pode ser resolvido independentemente da equação ESAL usando um valor ESAL que é assumido independente do número estrutural. Esse processo de cálculo geralmente segue da seguinte maneira:

- 1) Suponha um número estrutural (SN) para cálculo do Fator de Carga Equivalente do Eixo (EALF), geralmente SN = 5.0;
- 2) Determine o EALF para cada tipo de carga resolvendo a equação do EALF usando o SN assumido para cada tipo de carga;
- 3) Estime a contagem de tráfego para cada tipo de carga durante toda a vida útil do pavimento para obter o número total de ESALs esperados durante a vida útil do pavimento;
- 4) Determine e reúna insumos de projeto de pavimentos flexíveis (ZR, So, Δ PSI e MR);
- 5) Resolva a equação de projeto para SN;
- 6) Verifique se o valor do SN calculado está razoavelmente próximo do valor assumido para os cálculos do EALF. Caso contrário, repita iterativamente o processo com este valor de SN.



ESAL's do período do projeto	Condição do Subleito	Espessura da Camada ¹ (mm)			
		Revestimento em HMA		Revestimento em BST	
		Confiabilidade = 75%		Confiabilidade = 75%	
		Camada Superficial HMA	Pedregulho ²	BST	Pedregulho ²
< 100.000	Pobre	75	250	25	455
	Média	75	230	25	340
	Boa	75	230	25	280
100.000 a 250.000	Pobre	90	290	25	540
	Média	90	215	25	400
	Boa	90	215	25	305
250.000 a 500.000	Pobre	105	305	25	605
	Média	105	200	25	455
	Boa	105	200	25	340

- 1 - Baseado no Guia AASHTO de 1193 para Projeto de Estruturas de Pavimentos Flexíveis com as seguintes entradas:
- 2 - O pedregulho pode ser substituído por uma porção de brita quando a espessura requerida da brita for de pelo menos 245 mm. A espessura mínima de brita é de 105 mm quando tal substituição é feita.
- 3 - O módulo elástico assumido para BST (EBST) é de 690 MPa.
- 4 - A espessura assumida para todas as camadas de BST é de 25 mm.

Figura 14: Espessuras de camadas de pavimento flexível – Baixos níveis de ESAL.

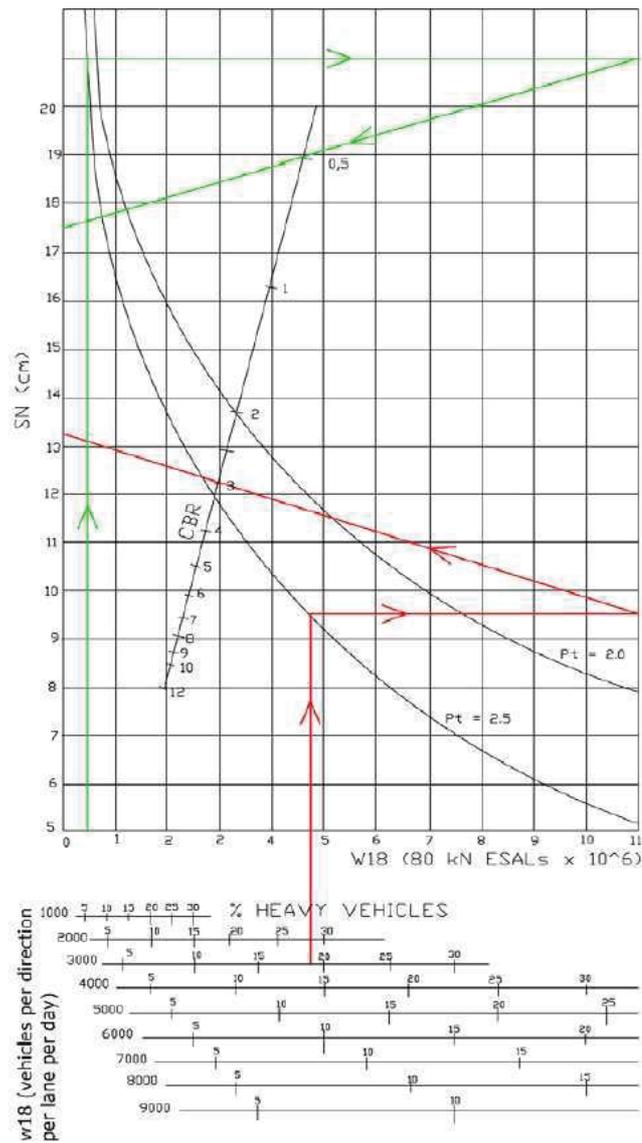


Figura 15: Tráfego total W18 versus Número Estrutural SN.



7.10. METODOLOGIA UTILIZADA PARA O PAVIMENTO DA VIA

A equação de projeto básico para pavimentos flexíveis no guia de projeto AASHTO 93 é Eq. (1), conforme apresentada no item 7.10.

O método AASHTO utiliza o termo Número Estrutural (SN) para quantificar a resistência estrutural de um pavimento necessário para uma determinada combinação de suporte do solo, tráfego total, confiabilidade e nível de manutenção. O SN necessário é convertido em espessura real de superfície, base e sub-base, por meio de coeficientes de camada apropriados, representando a força relativa dos materiais de construção.

A equação de dimensionamento utilizada é a seguinte:

$$SN = a_1D_1 + a_2D_2m_2 + a_3D_3m_3 + \dots$$

Onde:

a_i = coeficiente estrutural da camada

D_i = espessura da camada correspondente, e

m_i = coeficiente de drenagem da camada

Os índices 1, 2 e 3 referem-se às camadas de concreto asfáltico, de base granular e de sub-base (se aplicável), respectivamente.

7.11. REQUISITOS DE CONCEPÇÃO

Os requisitos básicos para o projeto de pavimentos flexíveis podem ser classificados em quatro categorias: Variáveis de concepção, critérios de desempenho, propriedades dos materiais e características estruturais do pavimento, conforme descrito nos itens a seguir.



7.11.1. Variáveis de Concepção

Restrições de Tempo

Período de desempenho refere-se ao período de tempo que uma estrutura inicial do pavimento vai durar antes de precisar de reabilitação. Período de análise refere-se ao período de tempo para o qual a análise será conduzida, é análogo ao termo “vida útil”. A Tabela 6 apresenta diretrizes para o período de análise. Se o projetista considerar o período de desempenho igual ao período de análise, isso significa que a estrutura inicial é considerada como duradoura em todo o período de análise.

Condição da pista	Período de Análise
Urbana (Tráfego elevado)	30-50
Rural (Tráfego elevado)	20-50
Pavimentada (Tráfego reduzido)	15-25
Revestimento Natural (Tráfego reduzido)	10-20

Tabela 6: Períodos de Análise.

Confiabilidade

O conceito de confiabilidade basicamente significa incorporar algum grau de certeza no processo de projeto para assegurar que as várias alternativas de projeto durem o período de análise. Geralmente, como o volume de tráfego, e a importância das ampliações de rodovias, o risco de não atender às expectativas deve ser minimizado. Isso é feito selecionando níveis mais altos de confiabilidade. A Tabela 7 apresenta níveis recomendados de confiabilidade para várias classificações funcionais.



Classificação Funcional	Valores recomendados de Confiabilidade	
	Via Urbana	Via Rural
Interestadual	85 - 99,9	80 - 99,9
Arterial	80 - 99	75 - 95
Coletora	80 - 95	75 - 95
Local	50 - 80	50 - 80

Tabela 7: Valores sugeridos de confiabilidade.

Para um determinado nível de confiabilidade (R), o fator de confiabilidade (FR) é definido da seguinte maneira:

$$FR = 10^{-Z_R} \times S_0$$

Onde Z_R é o desvio padrão normal, e S_0 é o desvio padrão geral.

A variável de erro padrão combinada define com que amplitude as duas entradas básicas de projeto, tráfego e desempenho, podem variar. Seu valor deve ser selecionado para representar as condições locais. Valores típicos de S_0 são 0,40 a 0,5 para pavimentos flexíveis e 0,35 a 0,40 para pavimentos rígidos.

O valor do S_0 desenvolvido na pista da AASHTO foi de 0,45 para pavimentos flexíveis. A Tabela 8 fornece valores para confiabilidade e Z_R .

Confiabilidade R (%)	Desvio padrão normal (ZR)	Confiabilidade R (%)	Desvio padrão normal (ZR)
50	0.000	93	-1.476
60	-0.253	94	-1.555
70	-0.524	95	-1.645
75	-0.674	96	-1.751
80	-0.841	97	-1.881



85	-1.037	98	-2.054
90	-1.282	99	-2.327
91	-1.340	99.9	-3.090
92	-1.405	99.99	-3.750

Tabela 8: Desvio padrão normal em função do nível de confiabilidade.

O (W18) para a equação de projeto (1) é determinado da seguinte forma:

$$W18 = w18 \times FR$$

Se o designer substitui o tráfego (W18) diretamente na equação de design para W18, então $FR = 1$ e R serão então 50%. O projetista está, portanto, tendo uma chance de 50% de que as seções projetadas não sobrevivam ao tráfego do período de análise com uma capacidade de manutenção $p < pt$.

Efeitos Ambientais

Para obter mais detalhes sobre os efeitos ambientais no desempenho do pavimento, consulte o “Guia AASHTO para Projeto de Estruturas de Pavimento”, 1993. Para fins desta referência técnica, a perda total na manutenção será assumida devido à carga de tráfego durante o período de análise.

7.11.2. Critérios de Desempenho

Facilidade de Manutenção

A facilidade de manutenção de um pavimento é definida como sua capacidade de atender ao tipo de tráfego que utiliza a instalação, a medida de capacidade de manutenção é o Índice de Capacidade de Serviço Principal (PSI), que varia de 0 (estrada impossível) a 5 (estrada perfeita).

O Guia 93 AASHTO usa a mudança total no índice de capacidade de serviço (ΔPSI)



como o critério de design de capacidade de serviço que é definido da seguinte maneira:

$$\Delta PSI = p_o - p_t \quad (5)$$

Onde:

p_o = índice de manutenção inicial. Um valor de 4,2 foi observado no teste de estrada AASHO para pavimentos flexíveis.

p_t = índice de manutenção terminal, que é baseado no menor índice que será tolerado antes da reabilitação. Um índice de 2,5 ou superior é sugerido para o projeto das principais rodovias e 2,0 para as rodovias com menores volumes de tráfego.

Os valores sugeridos são mostrados na Tabela 9.

Tipo de Rodovia	Pt	Po	Po
		Concreto	HMA
Interestadual	3.0	4.5	4.2
Estadual	2.5	4.5	4.2
Municipal	2.0	4.5	4.2

Tabela 9: Valores sugeridos para $p_o - p_t$.

Módulo Resiliente de Solo

A equação de projeto empírica AASHTO (1) é baseada no módulo resiliente MR que é correlacionado com o valor de CBR do solo de fundação pela Eq. (6).

$$ESG \text{ (ou MR) [psi]} = 1500 \times CBR \quad (6)$$

$$ESG \text{ (ou MR) [kPa]} = 10335 \times CBR$$

Os coeficientes de camada são relações empíricas entre o número estrutural (SN) e as espessuras das camadas que expressam a capacidade relativa de um material funcionar como um componente estrutural do pavimento. A magnitude do coeficiente da camada é uma função do módulo da camada de material. Tabela 10 fornece valores de referência.



LAYER	MATERIAL	Marshall stability (kg)	Strength at 7 days (kPa)	CBR	LAYER COEFFICIENT
Surface	bituminous concrete	1.000			0,45
	bituminous concrete	950			0,44
	bituminous concrete	770			0,40
	bituminous concrete	650			0,37
	bituminous concrete	410			0,30
	bituminous slurry	770			0,40
	bituminous slurry	580			0,35
	bitumated gravel	140			0,20
Base	bitumated mix	770			0,33
	bitumated mix	670			0,30
	bitumated mix	550			0,27
	bitumated mix	410			0,24
	bitumen stabilized	270			0,20
	bitumen stabilized	180			0,18
	bitumen stabilized	140			0,16
	cement stabilized		46		0,23
	cement stabilized		32		0,20
	calcium stabilized		21		0,15
	calcium stabilized		13		0,12
	crushed gravel			110	0,14
	crushed gravel			90	0,13
	mixed granular soil			70	0,12
mixed granular soil			50	0,10	
Subbase / Foundation	crushed gravel			90	0,14
	mixed granular soil			70	0,13
	mixed granular soil			50	0,12
	mixed granular soil			30	0,11
	naturally stabilized mix			20	0,10
	naturally stabilized mix			10	0,075
	naturally stabilized mix			5	0,05

Tabela 10: Coeficientes de camadas.

Coeficientes de Drenagem

As características de drenagem do pavimento são contabilizadas através do uso de coeficientes de camada modificada. A Tabela 11 apresenta as definições dos níveis de drenagem sugeridos no guia AASHTO. A drenagem da camada betuminosa (camada 1) não é considerada no projeto.

Uma camada de drenagem deve ser incorporada na estrutura da estrada para permitir a remoção da água no menor tempo possível. A camada de drenagem pode coincidir com o curso de base e a sua permeabilidade é suficientemente alta.

Qualidade da drenagem	Duração da drenagem
Excelente	2 horas



Bom	1 dia
Razoável	1 semana
Ruim	1 mês
Muito ruim	Não ocorre drenagem

Tabela 11: Definições dos níveis de drenagem.

O projeto hidráulico da camada permeável é realizado com a abordagem tempo-dreno, que significa simplesmente o tempo necessário para uma drenagem da porcentagem da água livre (por exemplo, 50%), após um evento de umidade em que a seção do pavimento se torna saturado.

A abordagem de tempo para drenagem assume o fluxo de água na seção do pavimento até que fique saturado (a camada de drenagem mais o material acima da camada de drenagem). O excesso de precipitação não entrará na seção do pavimento depois de estar saturado; essa água simplesmente escorrerá pela superfície do pavimento. Após o evento de chuva, a camada de drenagem será drenada para o sistema de esmerilado. Os engenheiros devem projetar a camada permeável para drenar de forma relativamente rápida para evitar que o pavimento seja danificado.

Um tempo-para-dreno de 50% da água drenável em 1 hora é recomendado como um critério para as estradas da mais alta classe com a maior quantidade de tráfego (FHWA, 1992). Para a maioria das outras rodovias de alto uso, recomenda-se um tempo de drenagem de 50% da água drenada em 2 horas. Para estradas secundárias, recomenda-se um valor alvo mínimo de 1 dia (Corpo de Engenheiros do Exército dos EUA, 1992). Em todos os casos, o objetivo da drenagem é remover toda a água drenada o mais rápido possível.

Um diagrama de projeto simplificado para determinar um tempo-dreno de 50% do fator tempo, T_{50} , é fornecido na Figura 3. Este gráfico foi desenvolvido para um grau (ou seja, direção) de drenagem e é adequado para a maioria dos projetos.

O tempo é baseado na geometria da camada de drenagem (por exemplo, uma camada de base permeável). A geometria inclui as setas resultantes (SR) e comprimento (LR); a espessura da camada de drenagem (H), que é o comprimento que a água deve percorrer dentro de uma camada dada; e a porcentagem drenada (U) (isto é, 50%). A SR e LR são baseados no tamanho real da mudança e são sensíveis ao encontro das tendências de pavimento transversal e longitudinal (SX



e S, respectivamente) e comprimentos (Lx e L, respectivamente). O comprimento é medido desde o ponto alto na secção transversal do pavimento até ao ponto em que ocorre uma mudança (isto é, secção edgedrain ou luz do dia).

Os fatores intrínsecos que representam as capacidades de drenagem da base da camada de drenagem são representados pela porosidade efetiva (N_o) e pelo coeficiente de permeabilidade (k). A porosidade efetiva é a razão do volume de água que pode drenar sob a gravidade do material para o volume total do material. É uma medida da quantidade de água que pode ser drenada de um material. O valor pode ser facilmente determinado saturando uma amostra de material e medindo a quantidade de água que drena. Informações adicionais sobre a determinação dessas características para as camadas de drenagem agregadas são abordadas em detalhes em FHWA, 1992.

ESTRUTURA DO PAVIMENTO- TSD COM			
CAPA			
Descrição	Croqui		Espessura (cm)
Revestimento (d1)		TSD	5,00 cm
Base solo brita (d2)		100%	20 cm
Subleito/Aterro (d4)		9%	Variavel

Tabela 13: Pavimentação projetada para a via.

Após definição a espessura final do revestimento será de acordo as dimensões do asfalto em torno de 5cm acomodado em uma base de 20cm de solo brita, asentada sobre o subleito regularizado.

A opção pela proporção de 40 % solo + 60% agregado, baseou-se nos resultados obtidos por Silveira (2000), em seus estudos de misturas de solo-agregado, além de inúmeros ensaios de compactação e ISC realizados com esses materiais pelo laboratório do 11º Distrito Operacional do DAER, não publicados neste trabalho,



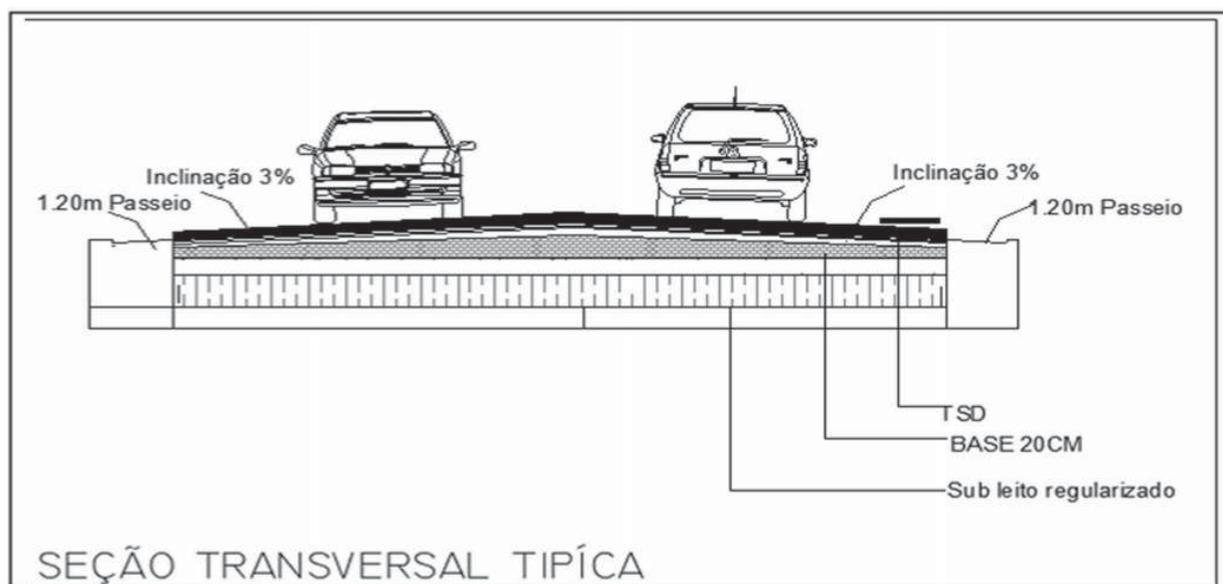
mas que serviram de parâmetros iniciais de comparação.

Observa-se que, na medida em que aumenta a proporção de agregado na mistura, os valores de ISC aumentam até ultrapassarem os valores da brita padrão. Da mesma forma, menores quantidades de agregado, reduzem os valores de ISC gradativamente. Fica claro que, determinada proporção de agregado na mistura, garante a possibilidade de contato direto entre os grãos após compactação.

Finalmente, assume-se, por razões essencialmente experimentais que a base ou sub-base de solo-agregado, terá capacidade estrutural para manter sua integridade frente ao volume de tráfego típico das vias e da ação de intempéries por determinado tempo. No caso, a variável a ser identificada a partir deste estudo, é a vida útil da nova estrutura e o enquadramento ao tipo de tráfego (leve, médio ou pesado), considerados os custos de implantação e manutenção. Isto porque a pesquisa aborda também questões de viabilidade econômica do projeto: quanto maior for a presença de solo local na mistura, maior será a expectativa de retorno econômico.

8.0 CALÇADAS DE PISO DE CONCRETO

Por se tratar de bairros estritamente residenciais o projeto em questão levou em considerações os normativos de acessibilidade NBR 9050 para tratar a construção de calçadas de piso intertravado e rampas de acessibilidade.



Seção transversal típica do projeto com calçada de concreto



DESCRIMINAÇÃO CALÇADAS DE CONCRETO

TRECHO	ESTACA	EXTENSÃO (m)	Largura (m)	Espessura (m)	Area Total (m3)
TRECHO 1	0 + 8 + 19,35 M	179,35	1,20	0,06	25,83
TRECHO 2	0 + 8 + 14,79 M	174,79	1,20	0,06	25,17
TRECHO 3	0 + 8 + 1,69 M	161,69	1,20	0,06	23,28
TRECHO 4	0 + 3 + 14,34 M	74,34	1,20	0,06	10,70
TRECHO 5	0 + 8 + 6,97 M	166,97	1,20	0,06	24,04
TRECHO 6	0 + 7 + 17,68 M	157,68	1,20	0,06	22,71
TRECHO 7	0 + 8 + 18,86 M	178,86	1,20	0,06	25,76
TRECHO 8	0 + 9 + 17,22 M	197,22	1,20	0,06	28,40
TRECHO 9	0 + 6 + 19,79 M	139,79	1,20	0,06	20,13
TRECHO 10	0 + 7 + 4,62 M	144,62	1,20	0,06	20,83
TRECHO 11	0 + 13 + 18,46 M	278,46	1,20	0,06	40,10
TRECHO 12	0 + 26 + 10,36 M	530,36	1,20	0,06	76,37
TRECHO 13	0 + 5 + 0,75 M	100,75	1,20	0,06	14,51
TRECHO 14	0 + 9 + 10,88 M	190,88	1,20	0,06	27,49
TRECHO 15	0 + 8 + 16,91 M	176,91	1,20	0,06	25,48
TRECHO 16	0 + 3 + 0 M	60,00	1,20	0,06	8,64
TRECHO 17	0 + 13 + 9,93 M	269,93	1,20	0,06	38,87
TRECHO 18	0 + 8 + 10,88	170,88	1,20	0,06	24,61
TRECHO 19	0 + 5 + 6,55 M	106,55	1,20	0,06	15,34
TRECHO 20	0 + 5 + 10,45 M	110,45	1,20	0,06	15,90
TRECHO 21	0 + 6 + 13,45 M	133,45	1,20	0,06	19,22
TOTAL	0 + 185 + 3,93 M	3.703,93	1,20	0,06	533,38

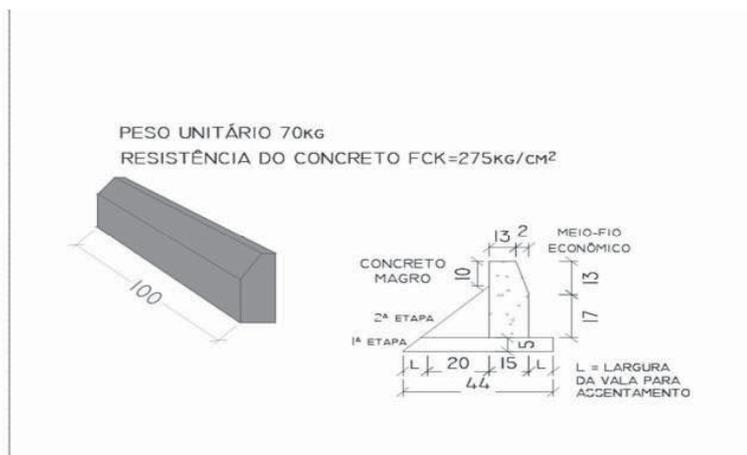
Tabela de calçadas trecho a trecho

- 1- ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA VIAS URBANAS (USO VIÁRIO). AF_06/2016.**

Por se tratar de calçadas com piso intetravado é necessário que no ascentamento do mesmo que as delimitações de borda estejam bem definidas para o travamento do objeto, nesse caso existe a necessidade desse elemento confinando a parte externa das calçadas assim como o desempenho do escomanto superficial nos bordos da via.



ESTADO DA BAHIA
 Prefeitura Municipal de São Gabriel
 CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32



Detalhamento Meio fio de Concreto

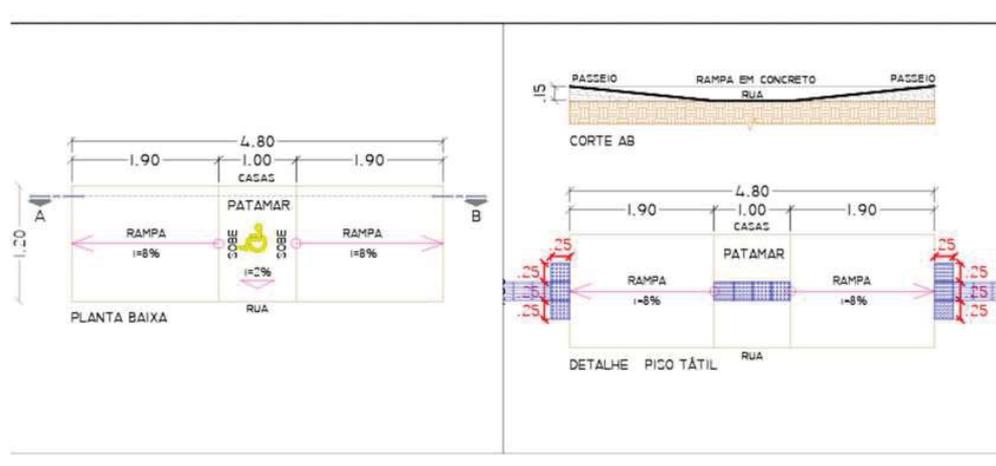
DESCRIMINAÇÃO MEIOS FIOS DE CONCRETO TRECHO A TRECHO- ESCOAMENTO SUPERFICIAL

TRECHO	ESTACA	EXTENSÃO (m)	2 lados da via frente das calças	Area Total (m)
TRECHO 1	0 + 8 + 19,35 M	179,35	2	358,70
TRECHO 2	0 + 8 + 14,79 M	174,79	2	349,58
TRECHO 3	0 + 8 + 1,69 M	161,69	2	323,38
TRECHO 4	0 + 3 + 14,34 M	74,34	2	148,68
TRECHO 5	0 + 8 + 6,97 M	166,97	2	333,94
TRECHO 6	0 + 7 + 17,68 M	157,68	2	315,36
TRECHO 7	0 + 8 + 18,86 M	178,86	2	357,72
TRECHO 8	0 + 9 + 17,22 M	197,22	2	394,44
TRECHO 9	0 + 6 + 19,79 M	139,79	2	279,58
TRECHO 10	0 + 7 + 4,62 M	144,62	2	289,24
TRECHO 11	0 + 13 + 18,46 M	278,46	2	556,92
TRECHO 12	0 + 26 + 10,36 M	530,36	2	1060,72
TRECHO 13	0 + 5 + 0,75 M	100,75	2	201,50
TRECHO 14	0 + 9 + 10,88 M	190,88	2	381,76
TRECHO 15	0 + 8 + 16,91 M	176,91	2	353,82
TRECHO 16	0 + 3 + 0 M	60,00	2	120,00
TRECHO 17	0 + 13 + 9,93 M	269,93	2	539,86
TRECHO 18	0 + 8 + 10,88	170,88	2	341,76
TRECHO 19	0 + 5 + 6,55 M	106,55	2	213,10
TRECHO 20	0 + 5 + 10,45 M	110,45	2	220,90
TRECHO 21	0 + 6 + 13,45 M	133,45	2	266,90
TOTAL	0 + 113 + 18,26 M	2.278,26	2 lados	4.556,52

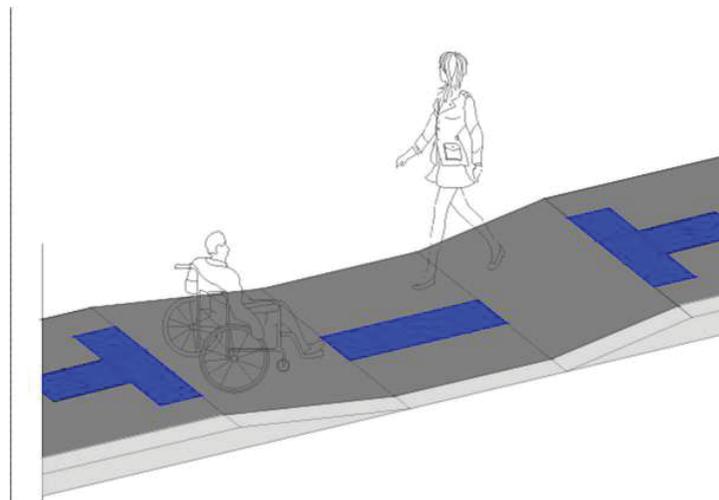


Tabela meios fios de concreto barda externa

8.1 RAMPA DE ACESSIBILIDADE NBR 9050



Planta Baixa detalhamento Rampa de acessibilidade NBR 9050



Corte- Detalhamento Rampa de acessibilidade NBR 9050

A locação das referidas rampas esta alocada ao projeto de sinalização as concepções devem seguir a NBR 9050 Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

9.0 RECOMENDAÇÕES

- O nível de lençol freático, se existente deve ser rebaixado até 1,50m abaixo da cota do subleito através dispositivo adequado de drenagem profunda;
- A drenagem superficial do pavimento deve ser executada obedecendo ao Projeto específico, capaz de promover o escoamento rápido das águas de chuva.
- Os serviços de pavimentação devem ser executados com Controle Tecnológico, inclusive dos materiais, de acordo com as normas indicadas.



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

10.0 ESPECIFICAÇÕES DE SERVIÇO

As principais Especificações Técnicas relacionadas aos serviços de pavimentação previstos no presente Projeto são:

DNER ES 299/97 - Regularização do subleito;

DNER ES 301/97 - Sub-base Estabilizada Granulometricamente;

DNER ES 303/97 - Base Estabilizada Granulometricamente;

DNIT 137/2010-ES - Pavimentação – Regularização do subleito - Especificação de serviço.

Regularização do Subleito - NORMA DNIT 137/2010-ES

Sub-base estabilizada granulometricamente - NORMA DNIT 139/2010-ES

Base estabilizada granulometricamente - NORMA DNIT 141/2010-ES

Imprimação com ligante asfáltico convencional - NORMA DNIT 144/2010-ES

NORMA DNIT 144/2014-ES Pavimentação - Imprimação com ligante asfáltico - Especificação de serviço.

NORMA DNIT 147/2012 - ES Pavimentação asfáltica - Tratamento Superficial Duplo - Especificação de serviço.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DER/PR ES-P 19/17 PAVIMENTAÇÃO: CAPA SELANTE.

NORMA DNIT 031/2006 – ES Pavimentos flexíveis - Concreto asfáltico - Especificação de serviço

NBR 9050 Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

11.0 CRITERIOS DE FISCALIZAÇÃO

A critério da Fiscalização essas Normas de Serviço indicadas podem ser alteradas quanto ao procedimento de execução e no total ou em parte no que diz respeito à quantidade dos ensaios de controle indicados desde que com apresentação de justificativa e aprovação do Cliente.

RESPONSÁVEL TÉCNICO:

David Edson Martins Rocha
Engenheiro Civil
CREA-BA: 3000057529

David Edson Martins Rocha
Crea-BA 3000057529



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.8.544/0001-3291

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÕES

CONCORRÊNCIA N.º 001/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0259/2024

_____, inscrito no CNPJ sob o n.º _____, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____, DECLARA, para os devidos fins e sob as penas da lei, que:

- 1 cumpre plenamente os requisitos de habilitação;
- 2 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada está em conformidade com o edital e que o valor ofertado compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;
- 3 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- 4 não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- 5 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, sobretudo no artigo 93 da Lei Federal n.º 8.213/1991.

_____/_____/_____
Local Data

Representante Legal



ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO

CONCORRÊNCIA N.º 001/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 0259/2024

_____, inscrito no CNPJ sob o n.º _____,
_____, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a) _____
_____, portador (a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do
CPF n.º _____, DECLARA, para os devidos fins e sob as penas da lei:

- Cumprir os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.;
- Ter ciência de que a obtenção de benefícios da Lei Complementar 123, de 2006, fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte e que nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos nos §§ 1º e 2º do art. 4 da Lei 14133/2021;

_____/_____/_____
Local Data

Representante Legal



ANEXO V

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL/BA

CONCORRÊNCIA N.º 001/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 0259/2024

_____ (Razão Social da
Licitante), inscrito no CNPJ sob o n.º _____, por intermédio de seu representante legal o (a)
Sr. (a) _____, propõe a execução completa da obra
(ou serviços) licitada pelo valor global de R\$ _____
(_____). **Esta**
proposta é válida por 60 (sessenta) dias.

_____, ____ de _____ de _____.
(Local)

.....
(Representante Legal)